

O Paroxismo do Sonho

Um estudo sobre a exclusão social
no *Jornal Nacional*



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Naomar Monteiro de Almeida-Filho

Vice-Reitor

Francisco José Gomes Mesquita

EDITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Titulares

Ângelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria do Carmo Soares Freitas

Suplentes

Alberto Brum Novaes

Antônio Fernando Guerreiro de Freitas

Armindo Jorge de Carvalho Bião

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Cleise Furtado Mendes

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Rita de Cássia Aragão Matos

O Paroxismo do Sonho

**Um estudo sobre a exclusão social
no *Jornal Nacional***

Salvador
EDUFBA
2009

©2009, By Rita de Cássia Aragão Matos
Direitos de edição cedidos à
Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA
Feito o depósito legal.

Revisão e normalização
Álvaro Cardoso de Sousa
Sônia Chagas Vieira

Editoração Eletrônica e Capa
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Biblioteca Anísio Teixeira – Faculdade de Educação da UFBA

M387 Matos, Rita de Cássia Aragão.

O paroxismo do sonho: um estudo sobre a exclusão social no *Jornal Nacional* / Rita de Cássia Aragão Matos. – Salvador : EDUFBA, 2009.
240 p.

Originalmente apresentado como tese da autora (Faculdade de Comunicação da UFBA).

ISBN 978-85-232-0572-0

1. *Jornal Nacional* (Programa de Televisão). 2. Telejornalismo – Aspectos sociais - Brasil. 3. Televisão – Aspectos sociais - Brasil. 4. Exclusão social. 5. Análise do discurso. I. Título.

CDD 070.1950981 – 22.ed.



Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia

EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n - Campus de Ondina,
40170-115 Salvador-BA
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

Agradecimentos

Ao professor Albino Rubim, com quem aprendi a buscar o saber, deixando falar a razão sem calar a sensibilidade;

À minha mãe, que, ao ousar dar-me vida constituiu-me verbo;

A Valter que, no silêncio, reafirma o sentimento indizível;

Aos professores Décio Torres Cruz e Iracema Luiza de Souza que, generosamente, me acolheram em sua Casa e descortinaram a aventura fascinante nas trilhas da Análise de Discurso;

Ao professor Jorge García Marin pelo convite fraterno e a troca preciosa de conhecimentos;

Aos amigos e mestres Hermes de Mello, Linda Rubim, Stella Rodrigues, Isaías de Carvalho, Monclar Valverde, Nadja Miranda e Eneida Leal.

A FAPESB, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, pelo apoio financeiro para a publicação deste estudo.



[...] Toda denominação apaga, necessariamente, outros sentidos possíveis, o que mostra que dizer e silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras.

Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s).

Orlandi, 1997



SUMÁRIO

Apresentação	11
Introdução	15
Capítulo 1	
Mídia e (re)construção da realidade	23
Televiver, antecedentes	28
Sociedade da Informação	34
TV e o mundo contemporâneo	36
TV: aspectos gerais	42
TV no Brasil	48
Capítulo 2	
A TV no mundo e na América Latina	55
TV no Brasil	58
Globo: o crepúsculo de um império	63
TV no Brasil, hoje	74
TV no Brasil: uma rede de intrigas	78
Capítulo 3	
Jornalismo: a janela para o mundo?	81
Notícia: o mundo aos pedaços – entre o grotesco e o racional	87
As trilhas do telejornal	95
Telejornal: o mundo na sala de estar	99
Anunciando o percurso de investigação	108
Capítulo 4	
Televisão e o discurso sobre a exclusão: aspectos gerais: a Análise de Discurso	117
Mídia e Análise de Discurso	123
O corpus	124
A exclusão na TV: entre clamores e silenciamentos	127
A nomeação da exclusão no <i>Jornal Nacional</i>	136
<i>Jornal Nacional</i> e os limites do dizer: o contexto macrodiscursivo	136

Análise do <i>Jornal Nacional</i> : a moldura do discurso	143
A representação da exclusão: aspectos gerais	149
A operação de atribuição do nome	151
Capítulo 5	
<i>Jornal Nacional</i> : por entre ditos e interditos	165
Percebendo a organização das matérias	168
Desmontando a organização das matérias	171
Vozes polifônicas e polimorfias	185
As vozes sob as formas: formações discursivas no <i>Jornal Nacional</i>	207
Considerações Finais	229
Referências	237

Apresentação

Ao longo do século vinte, e, principalmente, na sua segunda metade, o Brasil passou por grandes transformações. Construiu uma estrutura produtiva complexa e diversificada, que o coloca entre as dez maiores economias do mundo; se industrializou, se urbanizou e modernizou, com mudanças na estrutura de classes e nas suas instituições. Contudo, não enfrentou o desafio de superar uma herança histórica de desigualdades, opressão e injustiças, que exclui boa parte da sua população de um padrão de vida minimamente digno e do acesso aos direitos básicos de cidadania. Nos primeiros anos deste novo milênio, 30,1% dos brasileiros sobreviviam em condições de pobreza e 11,3% em condições de indigência, conforme os dados da PNAD de 2005. Em termos absolutos, isto representava 53.908 e 20.267 mil pessoas, ou seja, mais que a população total de muitas nações. Além disso, é preciso levar em conta que, ao contrário dos países com baixo nível de desenvolvimento econômico, a riqueza nacional poderia propiciar melhores condições de vida para o conjunto de brasileiros, se a sua distribuição não fosse tão desigual.

O desenvolvimento do Brasil porém, sempre teve um caráter excludente. Manteve a histórica concentração da propriedade da terra e as precárias remunerações dos trabalhadores, sem chegar a construir uma sociedade salarial, encarar a questão social como uma questão de responsabilidade pública, enfrentar as desigualdades e a pobreza ou implementar um sistema de proteção social orientado por uma decisão política de universalização dos direitos de cidadania.

É verdade que a questão da pobreza sempre foi notada, registrada e documentada, aparecendo nos discursos oficiais, nas falas dos representantes públicos, das lideranças empresariais e de outros atores como um fenômeno indefensável, incompatível com o desenvolvimento e com o destino

almejado para o país. Mas isto não se traduziu em providências para a sua erradicação, pois nunca chegou a se constituir uma opinião pública crítica e capaz de mobilizar vontades políticas nesse sentido, ou um debate mais amplo sobre a sua relação com as desigualdades e com as injustiças. Percebida a partir das evidências mais imediatas e extremadas, a pobreza vem sendo naturalizada e banalizada, despojada de sua dimensão ética e encarada como efeito indesejado de uma história sem atores e responsabilidades, como um fenômeno que pouco tem a ver com as relações e o mundo social.

Daí a importância deste livro, que tenho a satisfação de apresentar. Consciente do poder da mídia em termos da (re)construção da realidade e da constituição de valores, comportamentos e práticas nas sociedades contemporâneas, sua autora realiza uma acurada análise sobre a forma como a exclusão social é apresentada na televisão brasileira a partir do informativo mais importante da emissora de maior audiência no país, o Jornal Nacional.

Como alicerce para essa análise, o livro começa analisando a trajetória da televisão e mostrando sua relevância no mundo atual, organizando, recriando e divulgando representações da realidade, plasmando e alimentando sonhos, interferindo sobre a esfera pública e se transformando na *janela para o mundo* do homem comum, inclusive pela tendência atual a uma espécie de enclausuramento da família nuclear, ocasionado pelo medo da violência e pela busca de informação e cultura com o máximo de economia e comodidade.

De uma forma qualificada mas acessível aos não especialistas na área da Comunicação, desvela as regras, as gramáticas e os códigos de operação do veículo e discute questões como a produção de sentidos, as relações entre o processo de produção e a recepção das notícias ou a lógica do jornalismo convertido em mercadoria. Apresenta informações sobre a trajetória da televisão no Brasil e em particular sobre a rede Globo, mostrando como o sistema televisivo se converteu no principal meio de comunicação de massa desde a década de 1970 (inclusive em decorrência da relativa restrição da cultura escrita e da tiragem mais reduzida de jornais e revistas) e destacando a importância do Jornal Nacional como um dos mais emblemáticos produtos simbólicos daquela rede. Discute a estrutura narrativa do telejornal e evidencia como o mundo vai sendo esquematizado, simplificado e “didatizado” através da gramática audiovisual da televisão, ressaltando a importância e a forma de utilização e manipulação das imagens, inclusive no que diz respeito ao fenômeno em discussão.

Sua análise é aprofundada nos últimos capítulos, onde a autora demonstra cabalmente como o Jornal Nacional favorece a conformação e persistência de um imaginário que trivializa, naturaliza e despolitiza a exclusão. Utilizando a análise do discurso de forma competente e criativa, ela deixa bastante claro como esse problema é abordado de uma maneira dispersa e fragmentada, em meio a um caleidoscópio de “faits divers”, a partir de situações particularizadas e muitas vezes associadas a secas, enchentes, acidentes de trabalho ou desqualificação profissional, sem uma maior articulação com os processos sociais, as estruturas de poder e dominação ou o caráter excludente do modelo nacional de desenvolvimento. Abstraindo seus determinantes estruturais e tratando-o como se fosse um mal em si, o Jornal desloca um grave problema social para a esfera individual e silencia sobre as tensões entre as classes e sobre a desumanização produzida pela miséria. Utiliza um léxico próprio para designar suas vítimas – *brasileiros necessitados, gente simples, moradores* – e os apresenta com imagens e um discurso que reforçam a representação do *brasileiro bom, trabalhador, pacato, humilde, forte e solidário*, que toca a vida com fé e coragem, conservando a esperança, os sonhos, o sorriso e a alegria, apesar de todas as adversidades. Aos maus pobres, que não apresentam esse perfil, cabe apenas a repressão. Além disso, como solução para o problema em apreço, o jornal privilegia a saída individual e a ajuda “daqueles que têm um pouco mais”, exaltando as ações de voluntários, grupos leigos, religiosos ou empresariais, as campanhas de solidariedade e outras medidas assistenciais. O papel do Estado e das políticas como promotor da seguridade social e da redistribuição de renda normalmente é desqualificado e minimizado. Vale destacar que essas análises são apresentadas de forma clara e acessível, apesar da sua densidade.

Em suma, demonstrando o poder e a importância da mídia na nossa sociedade, desmistificando a sua suposta isenção e revelando como efetivamente a televisão vem reforçando o imaginário conservador sobre a pobreza e os processos de exclusão no Brasil, este livro dá uma contribuição significativa para a compreensão da realidade brasileira e para os movimentos pela sua transformação.

Inaiá Carvalho



Introdução

O presente trabalho resulta de angústias específicas iniciadas quando nos debruçamos sobre um tipo de reflexão acerca da cultura midiática no Brasil. No primeiro momento, concluímos um estudo anterior procurando responder à questão: Quais os desdobramentos de um tipo de discurso (midiático) cujo eixo central faz emergir o luxo, o hedonismo, o sentido “leve”, propostos pela sociedade de consumo no interior de grupos socialmente excluídos.

Naquela ocasião buscamos auscultar os próprios sujeitos em suas casas, em sua relação com o meio mais potente desta proposta hedonista: a televisão. Findo o trabalho, como não poderia deixar de ser, nossas preocupações e indagações só se ampliaram.

Diante de tantas outras questões suscitadas, partimos para uma segunda proposta de investigação. Dessa vez, deslocando o percurso de entendimento e procurando analisar o dito a partir do universo proposto no interior do próprio invólucro televisivo.

A questão de fundo continuou a mesma: o tratamento da exclusão social no interior de uma sociedade cujo traço distintivo é apresentar, ao mesmo tempo, sobretudo através da mídia, saídas para a exclusão, entrincheirando-se em representações fundadas na esperança, no otimismo, em um devir promissor. Apesar das saídas apontadas, grande parte dos sujeitos continua alijada de seus direitos.

Para compreender o modo como um dos mais profundos paradoxos da realidade brasileira atual se realiza, o presente estudo buscou inscrever-se no âmbito das práticas analíticas que atuam no exame de processos discursivos/simbólicos. Estas práticas metodológicas intentam examinar as operações de linguagem mobilizadas pelo campo midiático, em particular pela televisão, para engendrar valores, comportamentos, visões de mundo, práticas sociais, as quais tentam, enfim, propor aos sujeitos (tele)leitores formas através das quais devem olhar para o mundo. Especificamente, portanto, procu-

ramos analisar os mecanismos que a televisão brasileira utiliza para representar a exclusão social.

Tínhamos então diante de nós um universo por demais complexo; afinal, de que televisão brasileira estávamos falando?

Em primeiro lugar e seguindo um percurso já iniciado, consideramos nosso olhar em direção àquela TV acessível aos segmentos socialmente desprivilegiados, posto que, como sabemos, as chamadas “TVs alternativas” alcançam ainda um universo bastante restrito de teleleitores. Em segundo lugar, deslocamos nosso olhar em direção àquela que é a emissora de maior alcance do ponto de vista não apenas numérico, mas também de potência simbólica: a Rede Globo de Televisão.

Ainda não bastava. Fez-se necessário, ademais, escolhermos um determinado gênero televisivo entre tantos de extraordinária repercussão na conformação de um imaginário brasileiro. Diante de tantas possibilidades, escolhemos o telejornal.

Certamente, diversos outros gêneros poderiam ser tomados como núcleo de análise – a telenovela, os programas de auditório, os documentários, os programas humorísticos, os *reality shows* e tantos outros –. Nossa escolha porém expressa um desejo de compreender um dos gêneros que melhor representa na televisão a intenção de mostrar a realidade, de dizer sobre o mundo, o que, para nós, significaria uma oportunidade ímpar de analisar os limites e possibilidades das operações de linguagem que, em um primeiro momento, tenderiam a aproximar-se de um mundo “real”, resultando assim na escolha do telejornal.

Tendo em vista estas considerações primeiras, sustentamos o pressuposto de que o campo midiático não se constitui apenas como um espaço de “mediação” do mundo, mas um espaço de construção discursiva do mundo, daí porque iniciamos nossa reflexão procurando discutir o processo histórico que possibilitou à mídia ocupar, hoje, a nosso ver, o status do mais importante espaço de representação da realidade social.

Sem embargo, esse processo articula-se com o extraordinário desenvolvimento alcançado pelas novas configurações propiciadas pela capacidade de transitar e absorver os demais campos que conformam o mundo social – a política, a economia, a religião, as artes, o esporte, a ecologia, a educação, a ficção, etc. Tal potencialidade fez-se mediante o desenvolvimento tecnológico que permitiu, sobretudo ao campo midiático, possibilidades há pouco tempo inimagináveis de (re)construção e, *last but not least*, seus desdobramentos sobre as práticas sociais.

Isto posto, o primeiro passo deste trabalho foi procurar inscrever-se em um dos mais importantes debates da atualidade, o qual problematiza a noção de realidade. Nessa discussão, propomos que o campo midiático não deve ser concebido como uma instância capaz de fazer emergir um suposto discurso primeiro, ou seja, não se trata de capturar o mundo, o real, e devolvê-lo aos sujeitos. Trata-se de um campo, que, como os demais que conformam o mundo social, constituem a teia humana, operando no sentido de (re)construção da realidade, do mundo, de seus sujeitos e tensões.

Portanto, o campo da mídia em geral e a televisão em particular se inserem nesse conjunto, definindo-se como um sistema de linguagem específica que opera codificando o mundo e seus sujeitos a partir de regras, de gramáticas, de códigos, de ações comandadas pelos sujeitos que se organizam no interior de cada meio específico – a TV, o rádio, a internet, os meios impressos, etc. Importa dizer, pois, que a mídia representa ininterruptamente o mundo social – seus desejos e dores.

Certamente, como o dissemos, existem especificidades entre os diversos meios de comunicação, além disso, existem particularidades entre os gêneros inscritos nestas mídias específicas, daí a necessidade de escolhermos, para efeito desta investigação, a TV como meio e o telejornalismo como gênero.

Para situar esta escolha, percorremos um trajeto com o objetivo de dar conta das trilhas da TV brasileira, caminhos e descaminhos que permitiram que esta se convertesse em um dos mais importantes campos de enunciação do país. Nesse percurso, tornando-se uma das mais importantes instituições brasileiras no processo de construção social da realidade.

Nesta difícil trilha, continuamos a revolver a discussão acerca das tensões suscitadas através do desenvolvimento da TV brasileira. Nesse percurso, a Rede Globo parece fazer transbordar as tensões entre o mundo do luxo e da exclusão. Proporciona, ao mesmo tempo, aos sujeitos reunidos na sala de estar em torno do aparelho de TV, um cardápio de paladar doce e amargo, mesclando prazer e dor, ainda que em proporções distintas.

Avançamos nossa caminhada propondo uma discussão acerca das estratégias mobilizadas pela TV Globo para fazer ver o mundo. Seus paradoxos vão ganhando forma a partir da análise que procuramos tecer através do (tele)jornalismo. Ou seja, indicamos que, embora o luxo e o sonho sejam, logicamente, o motor do discurso televisivo, é inegável a exibição da dor e do sofrimento humanos em seus interstícios.

Ora, tínhamos certa clareza de que embora compareça, seria necessário revolver em que nível um tema caro à lógica da mídia, como a exclusão

social, subordina-se a esta lógica, problematizando questões como de que operações discursivas o (tele)jornal lança mão para revolver a tragédia da pobreza brasileira? De que matrizes discursivas o campo midiático, e em particular o (tele)jornal, se apropria para fazer representar esta questão?

Diante da volatilidade das formas inscritas na televisão e nos diversos subgêneros exibidos – (tele)jornais nomeados como “sensacionalistas”, “racionais”, “monotemáticos”, diversificados, diários/semanais, etc, – optamos por escolher o *Jornal Nacional* (JN), (tele)jornal de maior audiência da TV brasileira.

A fim de provocar um pouco mais a discussão, propomos o debate acerca das fronteiras que demarcam as classificações aparentemente consensuais sobre os tipos de jornalismo, daí porque incorporamos a multiplicidade de processos discursivos engendrados pelos diversos tipos de dizer jornalístico e algumas de suas implicações, procurando demonstrar a fragilidade de tais classificações.

Definido o tema, o canal, o suporte, o gênero e o programa, partimos então para uma explicação da abordagem metodológica específica a ser desenvolvida. Ou seja, partimos para a explicação acerca do modo de análise das estratégias de construção do funcionamento do telejornal. Nesse trajeto, o eixo de análise deslocou-se dos conteúdos para as estratégias mobilizadas pelo telejornal em seu modo específico de enunciação.

Desta maneira, direcionamos nossa investigação em torno do exame do modo como a mídia, e de modo mais específico o *(tele)jornal Nacional* da Rede Globo de TV constroi a idéia de exclusão social existente no país. O *corpus* analisado compreendeu matérias sobre exclusão a partir de temas diversos suscitados pelo próprio programa – sem-teto, meninos de rua, desemprego, restaurante “popular”, hospitais públicos, etc, – selecionadas a partir da observação de diversas edições.

Certamente, ao tomarmos por base os pressupostos até então propostos, entendemos que a (re)construção deste tema a partir das matérias selecionadas corporifica-se a partir de lógicas distintas: de um lado, daquilo que se materializou no plano da realidade, nas inter-relações entre homens e mulheres, espaços e tempos concretos, “reais”, de outro, através da captura pelo telejornal destes entes, destes espaços e tempos formatados a partir de uma gramática própria, o que implica na (re)construção discursiva do referente.

Sem perder isso de vista, procuramos analisar alguns dispositivos mobilizados pelo JN para realizar a inteligibilidade da realidade mostrada. Sua forma de organização interna, a disposição das matérias, o lugar dos enunciadorees, as estratégias para falar e deixar falar, remetendo sempre àquilo

que foi dito em outros lugares, seja retomando ditos anteriores inscritos nas páginas propostas pelo trabalho – nossos referenciais teóricos, – seja apontando para enunciações imersas no corpo de programas das emissoras concorrentes ou da própria Globo.

Além disso, procuramos articular as marcas da enunciação percebidas no *JN* que apontavam para as mais diversas matrizes discursivas inscritas na formação discursiva brasileira.

Nessa trajetória, recorreremos a conceitos fundamentais para sustentar a análise empreendida, extraídos do campo da análise de discurso tais como: condições sociais de produção, vozes, polifonias, interdiscursividade e formações discursivas, dentre outros.

A escolha de tal solo teórico sustenta a organização formalizada na apresentação destas nossas reflexões.

Isto implica em considerar que a abordagem das condições sociais de produção foram, para nós, fundamentais para situarmos a televisão no Brasil, considerando suas especificidades. Para tanto, propomos, inicialmente, uma discussão acerca do lugar da TV nas sociedades atuais, destacando a sua projeção sobre o conhecimento que os sujeitos plasmam sobre o mundo, conformando-se, pois, como um espaço privilegiado para a (re)construção da realidade.

Em seguida, tecemos algumas considerações sobre a trajetória da televisão brasileira em geral, e da Rede Globo em particular. Destacamos o profundo paradoxo de uma sociedade imaginariamente voltada para a modernização, para a inserção no universo do consumo e, ao mesmo tempo, uma sociedade que produz uma miríade de excluídos nos estertores de práticas políticas e relações sociais erigidas à sombra da violência e do silenciamento ao longo de sua história pregressa e atual. O elã de toda essa análise, vale lembrar, amalgama-se ao universo imaginário repostado pelo cosmo midiático-televisivo.

Indo além, propomos uma discussão acerca das fronteiras do Jornalismo, tanto em termos de categoria discursiva como a partir de seus subgêneros. Ao mesmo tempo, retomamos a trajetória histórica da Rede Globo, e, em particular, destacamos a importância de um dos programas mais emblemáticos entre seus produtos simbólicos: o *Jornal Nacional*.

Percorridas tantas veredas, tratamos, finalmente, de analisar as estratégias enunciativas propostas pelo *Jornal Nacional* para fazer emergir o que, em um primeiro plano de visão, e historicamente, tenderia a silenciar: a exclusão social.

Nesse ponto, retomamos aspectos propostos em diversos outros momentos e inscrevemos tais pressupostos anteriores na análise empreendida. Insistimos, pois, que o telejornal nacional, através de especificidades enunciativas e de seu caráter historicamente definido, diferencia-se de outros suportes e programas ao mostrar a exclusão. Ou seja, o *JN* possui estratégias particulares para engendrar a realidade.

Ao mesmo tempo em que pressupomos as particularidades do suporte e as condições históricas de sua enunciação, direcionamos a análise no sentido de capturar as injunções do entorno social, as quais conformam o modo de dizer sobre o mundo e, a partir daí, procurando formatar o olhar dos sujeitos sobre seu universo.

Nesse percurso, lançamos mão da análise da organização das matérias no *JN*, a fim de observarmos as regras gerais de organização discursiva; em seguida, consideramos as vozes emergentes nas operações enunciativas deflagradas pelo *JN*. Entre outros aspectos, importava compreender as tensões, as alianças, os silenciamentos, as cooptações, seduções e aprisionamentos inscritos no cenário; as posições construídas discursivamente em que se colocam excluídos, empresários, ativistas, autoridades políticas, dentre outros.

Finalmente, buscando articular a análise empreendida até então, recorremos à noção de formação discursiva, considerando que em cada voz, em cada discurso emerge a marca de outro discurso. Este, não raro, distinto em suas fronteiras porém marcado por uma matriz discursiva singular, e articulações latentes que pulsam em seus interstícios.

Na TV, isso se fez evidente através da articulação entre programas distintos imersos no próprio sistema – programas televisivos guardam entre si relações, reforçando-se e mesmo tencionando-se. Por certo o discurso televisivo em geral e o dizer do *JN* em particular alimentam-se de outros campos matriciais plasmando-se da política, da religião, e do que concebemos como uma formação discursiva brasileira.

Enfim, o dizer do *JN* existe a partir de pré-construídos saberes anteriores; existe a partir de um contexto extradiscursivo do qual participam enunciadores e teleleitores.

Finalmente, concluímos o trabalho procurando examinar os vínculos entre as operações enunciativas que permitem ao *JN* exhibir a pobreza brasileira e os diversos campos sociais. É através deste amálgama que o *JN* convida o teleleitor a olhar para o mundo e para a miséria material humana. Miséria domesticada, dita para ser silenciada. Exposta para ser velada.

Ditas estas primeiras palavras, convidamos o leitor, esperando que este escrito contribua para um entendimento das estratégias postas em funcionamento por um dos espaços simbólicos fundamentais para entendermos o modo de pensar e de agir dos sujeitos em seu cotidiano, a partir da análise de algumas das estratégias mais eficientes de construção do mundo, seus valores e suas tensões.



Capítulo 1

Mídia e (re)construção da realidade

Sabemos que a realidade social já não pode ser compreendida do mesmo modo como se imaginava no passado. Hoje, aceitamos o pressuposto de que a realidade constitui-se como produto fundado sobre as bases de um consenso; sustenta-se em um jogo de interações e das negociações entre parceiros sociais. Deste modo, não se pode, a rigor, compreender a realidade como algo “natural”, mas como processo que se institui pelos sujeitos a partir da cultura em seu sentido mais amplo. (MOUILLOUD, 1997)

A realidade é definida nos limites deste texto e junto com Berger e Luckman (BERGER; LUCKMAN, 1983) como uma qualidade inerente a fenômenos que podemos reconhecer, independentemente de nossa vontade. Nesse sentido, revisitamos o pressuposto fundamental de que existe, efetivamente, uma “faticidade objetiva” da realidade social, embora o modo como nos é dado dizer desta fatividade não consiga apreender o fenômeno social em toda sua complexidade.

A questão central que se coloca nesta discussão é de que modo se instaura o jogo de apreensão desta realidade e quais são os mecanismos para que seja possível um consenso quanto à sua objetividade.

Entendemos que a base do consenso com respeito a uma realidade vivenciada pelos sujeitos em seu cotidiano é construída na medida em que forma um mundo coerente. Esta realidade organiza-se em torno de duas dimensões fundamentais: o tempo e o espaço em que está mergulhado o corpo. Deste modo:

Aquilo que é ‘aqui e agora’ apresentado a mim na vida cotidiana é o realíssimo de minha consciência. A realidade da vida diária,

porém, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes ‘aqui e agora’. Isto quer dizer que experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente. A mais próxima de mim é a zona da vida cotidiana diretamente acessível à minha manipulação corporal. (BERGER; LUCKMAN, 1983, p. 39)

Com isto, aceitamos que o mundo cotidiano é tão real para o outro quanto para nós mesmos, e que ninguém conseguiria existir sem compartilhar estes pressupostos, a não ser o louco, que habita um mundo singular, mundo este que, efetivamente, não pode ser compartilhado socialmente ou, ao menos, encontra grandes limitações para que isto aconteça.

O mais importante nestas rápidas anotações frente a esta inesgotável questão é conceber que os homens compartilham significados comuns e que através deste compartilhamento se pode reconhecer a existência de um mundo, de uma realidade.

Desse modo, é possível afirmar que estamos vivos e estabelecemos relações sociais. Mesmo no momento em que exercitamos um deslocamento, quando colocamos dúvidas sobre esta certeza, não rompemos o elo com esta certeza por completo.

Com efeito, considerou-se durante muito tempo a situação face a face como a mais importante experiência no compartilhamento, na interação social. Nessa situação, o outro torna-se apreensível no presente, no espaço ocupado pelo corpo.

A contemporaneidade, no entanto, colocou uma série de problemas a esta consideração. Isto não obstante diversos teóricos insistirem que o outro torna-se muito mais “real” na medida em que podemos tocá-lo, na medida em que podemos recolher o máximo de sua subjetividade mediante sua presença física.

Todavia, através de outras formas de compartilhamento, podemos aproximar-nos do outro que viveu um outro tempo e espaço. As diversas superfícies linguísticas são capazes de trazer ou levar sinais, significados, experiências, sentidos, transcendendo espaço e tempo determinados.

Assim, nas sociedades contemporâneas aquilo que entendemos como realidade constitui-se a partir de uma complexidade social cada vez mais múltipla e em cujo processo de engendramento, tal como propõe Rubim (1995), destacam-se características como a plasmação/objetivação, fixação de bens naturais e simbólicos como produtos do trabalho e da(s) linguagem(ns) humanas. Trata-se de compreender a cultura como algo distinto das coisas

naturais. Destaca-se ainda a institucionalização ampliada das relações humanas, “coisificada” como mundo de instituições presentes e conformadas da sociedade humana; o crescimento cada vez mais acelerado da população e mudanças de ordem qualitativa das necessidades humanas e, finalmente, completa Rubim, as alterações significativas e radicais dos parâmetros de sociabilidade engendrados pela modernidade chamada “clássica”, a exemplo dos acontecimentos nas dimensões espaço-temporais decorrentes das modernas revoluções dos transportes e comunicações.

Como não poderia deixar de ser, todo este cenário leva à inauguração daquilo que alguns pensadores admitem como uma nova expressão de sociabilidade, caracterizada por relações sociais muito mais complexas, resultantes, certamente, de determinações históricas específicas, tal como a formação e desenvolvimento da sociedade capitalista, em seu estágio oligopolista. Todos estes novos elementos condicionam o ser e o estar humano, o modo de sentir, de perceber o modo de compreender, e dizer o mundo.

Enfim, observam-se mudanças acentuadas nesse novo modo de existir, o qual é indissociável de um processo de intensa urbanização, grandes alterações nas relações de trabalho. Os valores humanos tornam-se profundamente racionalizados e normatizados. Há um processo de secularização dos ritos coletivos. Amplia-se a penetração do capital na esfera da cultura, o desenraizamento e redefinição da experiência coletiva. Tudo isto leva à ruptura do estar no mundo, tanto em sua dimensão espacial quanto na complexa dimensão do tempo. (RUBIM, 1995)

É com vistas a todo este processo que aquele espaço entendido como espaço público, daquilo que é compartilhado de modo social, passa por profundas transformações. Ao contrário das sociedades tradicionais, onde práticas, discursos, representações, hábitos, fundavam-se em boa medida em um conjunto de ações e rituais que se davam no compartilhamento a partir de uma experiência comum, levando a um alto nível de homogeneidade simbólica de comunidades tradicionais, na contemporaneidade este espaço considerado público passa a reunir atores sociais de origens, itinerários, ideologias cujas diferenças são marcantes.

A emergência das sociedades ambientadas sob os auspícios dos meios de comunicação midiáticos implode um tipo de conhecimento modelado fundamentalmente pela interação face a face. O mundo distante no tempo e no espaço até então era partilhado através de narrativas orais produzidas e transmitidas em contextos sociais vivenciados pelos indivíduos em seu dia-a-dia, no cotidiano.

Com a complexificação das formas simbólicas alteram-se radicalmente os modos como os indivíduos passam a compartilhar o mundo. Seu presente e seu passado; o espaço experimentado no cotidiano e o espaço distante. Embora as tradições orais não tenham desaparecido, foram modificando-se. Reconfiguraram-se junto a diversos outros elementos da organização comunitária tradicional.

Vale dizer que atribuímos ao termo comunidade o sentido assinalado por Boaventura de Sousa Santos (1989, p. 315), qual seja:

O conjunto de relações sociais por via das quais se criam identidades coletivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras.

Certamente o compartilhamento conformado a partir de uma experiência comum, vivenciada no convívio espaço-temporal com o outro, aquele que se pode não somente ver e ouvir, mas tocar e sentir em sua presença física concreta, não deixa de existir no entanto este convívio “real” é agora compartilhado junto a outras experiências; junto àquele com quem ainda que não possamos tocar, possamos apenas ver e/ou ouvir através da mediação de novos e cada vez mais sofisticados aparatos tecnológicos de comunicação.

As mudanças sociais acentuam, desta maneira, a heterogeneidade de olhares, de vozes, de partilhas do mundo. Tal diversidade produz modos de conceber a realidade marcados, não raro, por diferenças acentuadas por parte dos grupos, segmentos, interesses sociais que trabalham por atrair os sujeitos em torno de suas ideias e práticas, seu modo de explicar os fenômenos do mundo.

Sabe-se que, antes do advento da mídia e das novas tecnologias de informação, a grande maioria das pessoas não tinha acesso, ou pelo menos experimentava um acesso bastante restrito, àqueles sujeitos portadores de um tipo de legitimidade capaz de orientar as visões de mundo dos homens “comuns”, em particular os representantes políticos.

Mesmo a exposição desses representantes se fazia diante de um número pequeno de pessoas, não raro aglomeradas em espaços limitados. Na atualidade, ainda que em meio a diversas problemáticas, os diversos líderes, representantes dos interesses de grupos sociais distintos, expõem suas ações, propostas, ideias, diante de milhões de pessoas.

Assim, os diversos grupos/segmentos e representantes sociais procuram explicar a existência de determinados fenômenos sociais através de operações de linguagens, de certas formas de representação para atrair o homem “comum” em torno de suas explicações.

Se em determinados momentos da história a realidade social ganhou existência a partir de formas de representação marcadas, de modo decisivo, pelo imaginário religioso, pelo pensamento mítico e, posteriormente, pelo ideal iluminista, a constituição do social nas sociedades contemporâneas emerge a partir de interesses e modos de reconstrução profundamente diferenciados, oriundos dos diversos campos constitutivos e constituintes de um mundo marcadamente diverso.

A chamada visibilidade e as formas de explicação do real emergem, agora, em diversas arenas: a partir dos meios de comunicação midiáticos, em debates no Congresso parlamentar, a partir da pauta colocada pelo poder executivo, da esfera da Justiça, nas diversas esferas da cultura (teatro, cinema, literatura, telenovelas, etc), no interior da comunidade científica e nas organizações religiosas. (FRIGERIO, 1997)

Seja qual for a sua origem, o segmento social que atua no sentido de fazer existir socialmente uma determinada questão, as sociedades contemporâneas colocam um elemento complicador e absolutamente fundamental para que um fenômeno inscrito no social passe a fazer parte do repertório do conhecimento público: a sua emergência dependerá de sua (re)construção no interior dos meios midiáticos de comunicação. Ou seja, para atingir o estatuto de realidade um acontecimento, um fenômeno, depende cada vez mais de sua inscrição no interior da mídia.

Antes da emergência destes meios, a possibilidade de “publicidade” de acontecimentos ou dos indivíduos estava fundada no compartilhamento, na presença concreta, física dos atores. Após a sua emergência, a base fundante das novas formas de “publicidade”, isto é, das operações que levam um fenômeno a tornar-se visível para os sujeitos, é o compartilhamento dissociado da presença física, da ocupação de um espaço comum. A este fenômeno alguns autores irão denominar “tele-vivência”, definida por Rubim (1999, p. 135) como:

[...] experiências ‘estrangeiras’, acontecendo em temporalidade simultânea para além dos espaços sócio-geográficos da vida dos indivíduos, agregam-se como instantes aos ‘seus mundos’. Através de uma extensão tecnológica dos sentidos, uma ‘tele-vivência’

– única alternativa possível para realização desta proeza em termos sociais – coloca o homem no mundo. Inserido imaginariamente o real, sua vida estende-se, assim como sua realidade.

A relação existente entre “publicidade”, visibilidade e co-presença, antes pensada como algo indissociável, ainda que mediada por um narrador autorizado a “contar o que aconteceu”, se esfuma. A partir daí, cingem-se os elementos da interação face a face.

Televiver, antecedentes

A potencialização das possibilidades de “televiver” o mundo se inicia com o advento da imprensa na Europa moderna. As características da nova forma de mediação imbrincavam-se ao processo de produção, difusão e recepção da palavra impressa. Ali, gestava-se um complexo modo de distinção entre produtores e receptores de um tipo diferente de discurso: o discurso da mídia.

Com isso, as palavras, as ideias, os modos de explicação dos grupos, sujeitos legitimados como capazes de oferecer explicações para os acontecimentos, para os problemas do mundo, tornam-se acessíveis a centenas, milhares e milhões de pessoas em tempos e espaços diferenciados. Em um primeiro momento, este fenômeno pode ser observado a partir da publicização das decisões do Estado e sua expressão mais conspícua é o jornalismo clássico, onde se expressam as ideias dos diversos grupos políticos. (THOMPSON, 1998)

Por certo, torna-se necessário relativizar o alcance destes meios em seus primórdios, considerando-se que o número de leitores destas publicações, datadas do início dos séculos XVI ao século XIX, era ainda reduzido, decorrente sobretudo do elevado número de analfabetos nos primórdios da Europa moderna. Com isso, a ampliação desse público só acontece de modo significativo nos séculos XIX e XX.

Sublinhe-se que um novo processo de construção identitária estava em curso com o processo de difusão das línguas nacionais. Criava-se ali, através de impressores e editores, campos unificados de comunicação. Campos estes radicalmente diversificados em relação ao latim, e limitados em relação à diversidade de dialetos então existentes. Sobre isto, Thompson (1998, p. 62) dirá que:

Lendo textos vernáculos, indivíduos gradualmente tornaram-se conscientes do fato de que pertenciam a uma comunidade virtual

de leitores com quem eles nunca iriam interagir diretamente, mas a quem se sentiam ligados através da imprensa. É esta comunidade virtual de leitores que se tornaria, como Anderson sugere, a comunidade nacional imaginada.

Como não poderia deixar de ser, os letrados das Luzes desqualificam a leitura camponesa. Chartier (1990) ilustra este processo de desqualificação ao comentar um conjunto de relatos enviados em 1790, na França, por “observadores” dos “costumes das gentes do campo” a um certo abade Gregório. As leituras praticadas pelos camponeses são depreciadas nos relatos.

Certamente, os períodos ulteriores testemunhariam diversas estratégias para a administração dos sentidos dos diversos textos, particularmente desenvolvidas pela Igreja e pelo sistema escolar. Ao discutirem a administração da leitura por professores franceses em fins do século XIX e início do XX, Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (1990, p. 158) assinalam que:

Toda uma pedagogia da compreensão, da recepção correta, torna-se, deste modo, possível mediante a leitura pública, que não é vista como teatralização mas como transmissão controlada do sentido. Durante a sessão de leitura, a entonação do leitor-mestre, suas ênfases, seus silêncios, sua emoção falam pelo texto [...].

Como se vê, as estratégias de desqualificação da leitura e a tentativa de administração do sentido vêm de longa data, mas, ao mesmo tempo, são também estas novas formas de comunicação que implodem a sua administração total.

É curioso observar que as incipientes formas de jornal destacavam de modo especial os acontecimentos ocorridos em lugares distantes do velho continente. Para o público leitor que começava a se formar, era a oportunidade de saborear, de modo cada vez mais frequente, o distante, jamais passível, naquele momento, de experimentação real, a não ser para alguns poucos aventureiros .

Todo este processo precede o extraordinário desenvolvimento que os meios de comunicação midiáticos irão alcançar. Este desenvolvimento leva tal campo a tornar-se um tipo muito específico de indústria, cuja dimensão alcançaria todo o planeta, e desenvolveria uma tecnologia altamente sofisticada, modificando radicalmente os modos de interação humanos.

Estas modificações configuram uma separação progressiva entre “publicidade” e “visibilidade”. Os acontecimentos deixam de ser presenciados *in loco* pelos sujeitos. Cada vez mais os principais atores tornados públicos, expostos no interior do discurso da mídia, alcançam um público, ao mesmo tempo distante no espaço e virtualmente ao alcance do olhar.

Neste movimento em torno da visibilidade/publicização parece emergir um ideal de dupla vigilância. De um lado, os homens que exercem, efetivamente, o poder, são mantidos sob o olhar de uma imprensa supostamente atenta a quaisquer deslizes. De outro, a vigilância constante das instituições sobre o homem comum, submetido ao poder constituído. Em se precipitando o conflito, a mídia apareceria como instância fundamental para tornar possível o debate, permitir o embate de ideias, e, a partir daí, contribuir para a tomada de posição de todos os membros da sociedade. Para Jean Baudrillard (1987), no entanto, este ideal parece, efetivamente, estar ainda longe de se realizar.

Apesar das diferentes análises quanto à realização dos ideais do jornalismo clássico, há consenso quanto às diferenças entre o processo de publicização que precede a emergência dos meios de comunicação midiáticos e seu momento posterior. Entre outras, consideramos, a partir de Thompson (1998), três características fundamentais: a ruptura com a situação face a face, o que permite ao sujeito “comum” ampliar seu campo de visão, embora, obviamente, não esteja livre para escolher o que deseja ver. O alcance extraordinário de pessoas atingidas pelas redes de comunicação em tempos e espaços totalmente diferenciados e, finalmente, o rompimento definitivo entre produtores e leitores isto é, entre os sujeitos responsáveis pela produção dos discursos midiáticos e o público receptor, ainda que existam problemas cada vez mais complexos na consideração desta cisão fundamental, como veremos ao longo deste trabalho.

Como não poderia deixar de ser, na medida em que se expande o acesso aos meios de comunicação, as formas tradicionais de partilhamento do mundo se transformam. Estas formas tradicionais são substituídas por novos modos de partilha. Isto quer dizer que a sociabilidade sofre alterações. Tais transformações podem ser radicais, fazendo com que restem poucos sinais dos modos tradicionais de compartilhamento; ou pode levar a um processo que passou a ser denominado de hibridização (CHARTIER, 1990), quando se misturam expressões da cultura tradicional e da cultura recente. Com efeito, tal como veremos a seguir, o Brasil é um exemplo bastante singular deste caráter híbrido das sociedades atuais.

Se, hoje, assistimos às transformações no modo de compartilhamento do mundo operadas, em boa medida, a partir da emergência e desenvolvimento das modernas tecnologias de comunicação e do campo midiático, em particular através da imprensa, é preciso considerar que a atribuição de um lugar de destaque aos novos meios de comunicação é bastante recente.

Até as primeiras décadas do nosso século, os críticos da cultura, em sua maioria, consideravam que os sujeitos chegariam à sua emancipação através de processos de racionalização e do desprezo pelas narrativas embebidas de escombros do passado. Sob estes escombros seriam deixados para trás o mito, o arcaísmo religioso, o gosto por manifestações culturais e artísticas consideradas grotescas.

Ao que parece, a compreensão do fenômeno midiático continua, ainda hoje, a dividir analistas dos mais diversos campos do conhecimento. Isto, tanto no que diz respeito ao nível de importância deste fenômeno para compreender as sociedades contemporâneas, quanto aos tipos de discursos e temáticas configurados no interior da mídia, os quais podem ser considerados genericamente como de caráter “racional” ou “irracional”.

Neste aspecto, ao tratarmos dos fenômenos do mundo mediados pelo discurso midiático, é interessante observar que a atenção, o tempo destinado a determinados temas e acontecimentos no interior dos meios de comunicação são distintos nas diversas formações sociais, portanto, o destaque conferido à discussão pública de certas questões e o modo como são apresentados variam. Neste sentido é que, tal como destaca Alejandro Frigerio (1997), há princípios de seleção próprios de cada sociedade e de cada momento histórico, os quais são indissociáveis da preferência dos meios midiáticos por temas de natureza dramática e novelesca, a especificidade de preferências culturais de cada sociedade (formação social), modas ou tendências da cultura política de cada governo. Estas especificidades culturais podem desaguar na exploração crescente de temáticas/formas grotescas ou na prerrogativa de temas/formas definidos como racionais, como veremos a seguir.

Não obstante as particularidades socioculturais e econômicas de cada formação social, e dos níveis de racionalidade ou “groterização” dos meios midiáticos de comunicação, pode-se afirmar que as relações do campo da mídia com as mutações da sociabilidade aprofundam-se, e tais mudanças levam a desdobramentos significativos na relação entre a mídia e a construção de cenários políticos, o agendamento de temas, sejam políticos ou de outra natureza, na fabricação de imagens públicas dos protagonistas políticos e representantes da sociedade civil, na mediação, enfim, do mundo

social. Não por acaso estas íntimas relações são elementos indissociáveis do condicionamento do modo como os sujeitos passam a tomar conhecimento, a compreender os problemas sociais emergentes, a realidade circundante, seja ela próxima ou distante, espacial e temporalmente, seja ela mediada através de operações que reforçam sua racionalização ou seu caráter grotesco.

Ao refletirmos acerca de todos estes desdobramentos que levam a diferentes formas e representações do social, e que, por sua vez, condicionam o modo como o homem contemporâneo passa a entender o mundo, é preciso sublinhar que há um certo consenso de que a realidade social é crescentemente condicionada por um processo ininterrupto de criação, circulação e assimilação de significados e de que neste processo os meios de comunicação midiáticos assumem um papel de destaque na medida em que ocupam o lugar contemporâneo por excelência da construção e mediação da realidade pública de uma sociedade, daquilo que a grande maioria toma conhecimento, daquilo que passa a ter visibilidade social. Convertendo-se, enfim, no mais impressionante sistema simbólico das sociedades contemporâneas.

Deste modo, se há consenso quanto à intervenção dos meios midiáticos de comunicação no processo de (re)construção da realidade social, há, ao mesmo tempo, diversas posições quanto à explicação do modo como se processa a ordenação do mundo no interior destes meios. Sem dúvida, é possível afirmar que uma lógica profundamente racionalizada preside a organização do mundo no interior da mídia, uma vez que estes meios são, em sua maioria, subordinados à lógica mercadológica, própria de qualquer formação capitalista. Por outro lado, diversas investigações vêm tentando demonstrar a profunda cisão entre o mundo cotidiano, a realidade do mundo vivido pelos sujeitos em seu dia-a-dia e o mundo imaginário, fragmentado e exótico caucionado no interior do mundo apresentado pela mídia.

Os meios midiáticos de comunicação, e, de modo particular, o meio mais representativo das sociedades capitalistas, a televisão, reúnem mundos em princípio paradoxais. Assim, em um mesmo bloco de telejornal assistimos genocídios e glórias do futebol; na mesma página de jornal ou revista a fotografia e textos escritos sobre as tragédias do cotidiano convivem com anúncios publicitários que anunciam a alegria através dos objetos.

É preciso considerar, porém, que estas representações assentam-se sobre valores, comportamentos, modos de pensar inscritos na vida social. As representações coletivas sustentam o mundo (re)inventado pela mídia. Portanto, os textos dos jornais, as fotografias das revistas, as imagens da televisão,

as tramas urdidas nas telenovelas dialogam todo o tempo com a sociedade na qual se inserem e para quem são produzidos estes discursos. Logo, o mundo revelado no interior do discurso midiático advém de sua inscrição na ordem social. Trata-se, pois, de um jogo de idas e vindas do interior da mídia para a sociedade e vice-versa. Daí porque estas mensagens tornam-se um lugar privilegiado para o (re)conhecimento de uma sociedade.

Ou seja, tal como propõe Rocha (1995), o que se passa no interior da indústria cultural é vida social. No corpo dos textos produzidos no interior do campo midiático encontramos estilos de vida, relações sociais. Se há uma cisão entre o mundo imaginário da mídia e o mundo concreto dos homens, há também o exercício constante de reposição do real através destes meios. Queremos dizer com isso que a mídia não inventa o mundo. Ou seja, embora não se possa afirmar exatamente que a mídia (re)produz o real, em boa medida ela se apoia na realidade vivida pelos entes sociais para depois recriá-la. Nesse sentido, não podemos esquecer que a linguagem e o mundo possuem ordens, naturezas diferentes. Ou seja, a linguagem (da mídia) não equivale ao mundo. A mídia não consegue capturar o real “em si”, mas captura algumas de suas dimensões e, ao representá-las, o faz dentro de certas possibilidades.

Por certo, a complexidade deste sistema simbólico na atualidade coloca para os analistas diversos problemas de ordem teórico-metodológica. No âmbito desta reflexão, a questão de fundo diz respeito ao modo como a mídia opera a (re)construção da realidade social. Esta questão, colocada nestes moldes, aponta para um objeto de difícil apreensão, na medida em que existem diversos suportes midiáticos (rádio, TV, revistas, jornais, internet, etc), bem como uma plêiade de gêneros discursivos, de produtos simbólicos ofertados pela indústria cultural – anúncios publicitários, filmes, telenovelas, programas de auditório, entrevistas, jornalismo, etc.

Diante desta riqueza, optamos por discutir as operações acionadas no interior do discurso (tele)jornalístico, uma vez que, neste âmbito, encontramos de modo efetivo a promessa de reposição do real, o festejo da objetividade, o exercício permanente da função referencial da linguagem, sobretudo pelo fato de a televisão representar nas sociedades atuais o caldeirão cultural onde a oferta é farta e cuja penetração no cotidiano dos sujeitos é extraordinária, particularmente por reunir em seu interior uma plêiade de linguagens, fazendo dialogar literatura, jornalismo, programas de entretenimento, etc, fundindo imagem e texto escrito, texto oral e os mais sofisticados recursos tecnológicos.

Sociedade da Informação

A partir dos pressupostos até aqui discutidos, já podemos afirmar, com certa margem de segurança, que, apesar das diferentes análises acerca do lugar ocupado pela comunicação midiática na contemporaneidade, é inegável a presença fundamental desta, bem como das novas tecnologias da informação na redefinição da sociabilidade atual, na percepção de mundo dos sujeitos.

Ao ocupar as mais diversas esferas da vida social – do espaço doméstico ao trabalho, das escolas aos *shopping centers*, bares, salas de espera dos consultórios médicos – os meios de comunicação caracterizam-se pela celeridade, simultaneidade, pela presença ubíqua.

As concepções sobre tal fenômeno, insistimos, são divergentes. De um lado, percebe-se o campo da mídia como uma espécie de apêndice do mundo social, o qual estaria previamente construído, independentemente da mediação dos novos meios. Para Rubim (1999, p. 108):

A pertença a este modelo explicativo interdita a percepção da comunicação, em especial a midiática, como momento configurante da sociabilidade contemporânea. A decorrência ‘natural’ da petrificação de um espaço (pré)determinado da comunicação transparece na ênfase destes estudos fixada nas ‘mensagens’, quase sempre identificadas com ‘conteúdos’ e em seus ‘efeitos’. Mesmo os estudos mais recentes e requintados que se voltam para os ‘efeitos’ a longo prazo da comunicação ou que trabalham com a noção de ‘environment’ televisivo inserem-se no interior destes limites.

De outro lado, entende-se a comunicação midiática como um modo novo de relação social, não se circunscrevendo, portanto, a um elemento simplesmente agregado ao novo cenário das sociedades contemporâneas. Além de ser um aparato tecnológico, a comunicação midiática verte-se em espaço que leva ao redimensionamento de outros campos sociais: a cultura, as artes, a política, a economia.

Ao se reportar a este aspecto, às injunções da mídia sobre outros campos que constituem o social, Bourdieu (1997b) faz uma advertência sobre o processo de coerção estrutural, as pressões obedientes à lógica mercadológica sofridas pelos meios de comunicação e particularmente pela imprensa, cujos desdobramentos estendem-se sobre os diferentes campos sociais: político, jurídico, artístico, etc. O autor observa, ainda, que os desdobramentos destas

pressões, com destaque para o alcance da televisão, são incomparavelmente maiores do que aqueles experimentados já no século passado, onde surgia a literatura industrial, o folhetim e a imprensa industrial. Por certo, a dimensão e alcance da mídia nas sociedades atuais não encontram precedentes, tal como já assinalamos.

Não pretendemos afirmar com isto que os diversos campos do social estejam plenamente subordinados ao campo da mídia, mas pretende-se que há, em níveis diferenciados, imbricações e interdependências cada vez mais profundas entre estes campos, constitutivos do mundo presente.

Diversas nomeações procuram dar conta do novo cenário social caucionados por tal interdependência: sociedade da informação, pós-modernidade, idade mídia, sociedade pós-industrial. Estes conceitos são indissociáveis de perspectivas teóricas em relação às sociedades ambientadas sob os auspícios do *environment* midiático, configuradas sobretudo pelo intenso desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação.

Também estas nomeações revelam que enquanto alguns analistas consideram o campo midiático e as tecnologias da informação como marco dos mais significativos de uma ruptura com as sociedades que existiram anteriormente, outros consideram que não obstante a importância da comunicação midiática e da sofisticação das novas tecnologias de informação, não é possível afirmar ainda que tenha havido uma ruptura com o passado, com a era moderna, senão que assistimos, em boa medida, à sua continuidade.

Nesse sentido, é possível afirmar que estas diversas visões teóricas marcam, de um lado, o entendimento da comunicação/informação como novos formatos de relações sociais que já existiam anteriormente, embora não neguem sua importância e, de outro, aqueles que percebem rupturas profundas com o modo de ser e estar no mundo do homem contemporâneo.

No bojo desse amplo debate, tais vertentes teóricas buscam uma caracterização das sociedades atuais – não raro, definidas como sociedades informacionais – entre outras distinções, destacando o avanço tecnológico como principal fator na configuração da nova ordem social, levando a uma extraordinária capacidade de processamento, armazenamento e transmissão das informações em todas as esferas sociais. Outros estudos sublinham as mudanças na esfera do trabalho, quando os trabalhadores braçais são substituídos majoritariamente por atividades próprias da área de serviços; outros, ainda, relevam o imbrincamento crescente entre a esfera econômica e política e o campo midiático, e, finalmente destaca-se a expansão da mídia no cotidiano dos sujeitos, alterando a percepção do mundo, a saturação da

informação, a simulação do real, implodindo as tradicionais formas de representação do mundo social. (GUEDES; PAULA, 1999)

Não pretendemos aprofundar aqui as diversas concepções acerca das características das sociedades atuais, uma vez que temos à disposição uma ampla bibliografia acerca do assunto. Contudo, parece-nos imprescindível considerar, primeiramente, que todas estas análises orientam visões macrossociológicas sobre o mundo presente, embora ainda resultem insuficientes para dar conta das singularidades próprias de cada formação social e especificidades quanto ao desenvolvimento do campo midiático, construídas no interior de cada uma destas.

Ou seja, o campo da mídia e os avanços no âmbito da tecnologia não são elementos isolados, mas estão configurados em realidades específicas, existindo mediações sociais na relação dos sujeitos com este fenômeno, o qual pode contribuir para sua expansão ou para impor limites ao seu uso e às possibilidades de mudanças sociais.

Desse modo, é preciso levar em conta as singularidades próprias de cada realidade social no processo de expansão e inserção do campo da mídia e das novas tecnologias de informação, embora algumas tendências genéricas possam ser observáveis. Nesse sentido, é importante a advertência quanto à potencialidade das novas tecnologias, a qual não é dada, não está nela mesma, mas em seu uso social; aliás, esta lição vem de longa data.

Ao particularizarmos o lugar ocupado pelos meios de comunicação e pelas novas tecnologias de informação no âmbito das distintas sociedades, faz-se mister insistir que o acesso a estes meios é permeado por limites e possibilidades relacionadas a fatores sociais e individuais. Afinal, que tipo de informações, de tecnologias, de produtos simbólicos são acessíveis aos diversos sujeitos que compõem as distintas sociedades? Como se fracionam os grupos sociais nestas distintas formações sociais? De que modo estão organizados os segmentos responsáveis por este tipo de produção simbólica? O que define o acesso ou o não acesso aos produtos e tecnologias? De que ferramentas dispõem os sujeitos para interpretar os produtos simbólicos aos quais têm acesso? São questões que requerem estudos mais refinados para a ampliação do debate.

TV e o mundo contemporâneo

Considerando-se o entorno social das sociedades capitalistas atuais, observamos que, junto ao enfraquecimento de tradicionais formas de organi-

zação social e esferas de produção de conhecimento antes consideradas das mais legítimas, fortaleceram-se novas formas de produção do conhecimento, de entendimento do mundo. Neste processo, nas mais diversas formações sociais, ainda que marcadas por profundas diferenças, a televisão passou a ocupar um lugar privilegiado, propiciando aos indivíduos a impressão de que lhes é facultada a possibilidade de aceder ao real do mundo de um modo nunca antes imaginado, através do realismo da televisão doméstica que vai a todos os lugares, a todos vê, e tudo diz.

A TV torna-se ubíqua na medida em que pode estar em toda parte e propõe-se a ser recebida em todos os lugares ao mesmo tempo. Diz-se onisciente, posto que pode expandir sua memória sob a forma de um banco de dados organizado, sobretudo como um rico arquivo audiovisual. Estaria aí a materialização do poder panóptico? (SODRÉ, 1987)

Diversos estudos vêm sendo realizados com o intuito de demonstrar a complexidade e vulto da TV no mundo, o alcance deste sistema de comunicação que, para estes teóricos, tem um poder avassalador sobre a sociedade, exercendo uma forma de controle sobre o que se sabe acerca da realidade do mundo e, portanto, sobre os processos de representação dos sujeitos.

Neste processo, vale assinalar o domínio de uma lógica da qual a televisão não pode prescindir, a lógica ancorada no consumo, a qual atinge, hoje, toda forma de produção cultural, mesmo aquela própria da cultura tradicional. Seja como for, a expansão dessa nova industrialização encontra na TV o meio mais eficaz para seu reforço e propagação.

Vale observar, ainda, sobre esta questão, que diversos estudiosos herdaram sobretudo da Escola de Frankfurt seus principais pressupostos. Tais estudos influenciam, de modo decisivo, os trabalhos produzidos ao longo dos anos 60 e 70. Apontam para o perigo da concentração dos meios de comunicação por parte de grupos econômicos e, mais ainda, denunciam a ameaça do que Marcuse (1967) já denominara de “sociedade unidimensional”, quando o acesso à realidade do mundo passa a ser, em boa medida, controlado pelo campo da mídia.

Embora contestados por outros observadores da cultura contemporânea e analistas do espaço social ocupado pelo entorno midiático, tais estudiosos realizam uma contribuição fundamental na medida em que chamam a atenção para a importância central que passam a assumir estes meios, em especial a televisão, e, particularmente, assinalam os desdobramentos socioculturais que a lógica assentada no capitalismo, na sociedade de consumo assume junto ao discurso propagado pela mídia.

Ao analisar esta questão, autores como Muniz Sodré (1987) afirmam que a TV transfigura-se no mais importante sistema simbólico de nosso tempo, e não se trata apenas de um “meio de informação”, mas de “uma estrutura, uma forma de saturação informacional do meio ambiente na sociedade chamada “pós-moderna”, gerida cada vez mais pela tecnologia eletrônica e pela organização tecnoburocrática”. Sodré (1987) considera ser imprescindível lembrar sempre que a TV é regida pela lógica do capital e, como tal, configura as formas de sociabilidade. Ou seja: “A essência de seu poder reside em seu estatuto de significação, que implica o controle do processo cultural por um espírito empresarial ou tecnoburocrático”. (SODRÉ, 1987, p. 12)

Sendo assim, a TV reforça, através de seus produtos simbólicos, sociabilidades cujas práticas se assentam, em boa medida, na lógica da produção e do consumo, marcada pela saturação de imagens, pela concentração da produção de bens simbólicos distribuídos em larga escala. A marca fundamental desse momento da contemporaneidade e do desenvolvimento do campo midiático, para alguns, é a produção e o consumo de bens simbólicos no interior de um crescente processo de isolamento dos sujeitos e a desintegração de formas tradicionais de convivência.

Junto a isso, pode-se afirmar que, entre todas, talvez a característica mais importante da televisão seja a sua extraordinária penetração no cotidiano dos sujeitos. Sobre este aspecto, primeiramente é preciso destacar a tendência mundial a uma espécie de cultura que, devido à insegurança das grandes cidades, caracteriza-se pelo enclausuramento da família nuclear, o acesso à informação/cultura com máxima comodidade, a busca de economia de tempo e dinheiro.

Ao mesmo tempo, como assinala Sodré (1987), a programação da TV valora, sobretudo o aspecto diversão, uma vez que se trata de um meio fundamentalmente voltado para o entretenimento. Ademais, a descontinuidade de sua programação é equilibrada pela exibição permanente, ininterrupta, em continuidade, tanto cotidiana como entre espaços separados entre si no tempo, estratégia de programação denominada programação horizontal – que são programas exibidos diariamente no mesmo horário, ao longo da semana, e vertical – a grade de toda a programação começando pela manhã e findando pela madrugada – estratégias que criam o “hábito de ver televisão”. Combina-se um processo produtivo padronizado através de gêneros, temáticas específicas e uma diversidade de conteúdos programados, procurando assim atender a diversos públicos: infantil, feminino, adolescentes, etc. (SODRÉ, 1987)

Não obstante as diversas possibilidades de abordagem, é notório que o sistema televisivo levanta uma questão fundamental, uma vez que rapidamente passa a ocupar um *locus* especial no processo de mediação da realidade. Este processo acontece em todas as partes do mundo. São introduzidos sistemas eletrônicos que concentram em seu interior “emissores”, os quais produzem discursos a partir da ocupação dos mais diversos espaços sociais – política, economia, artes. Com isso, amplia-se o monopólio da esfera da produção de mensagens.

Um dos eixos desta problemática relaciona-se ao fato de que se em sua primeira fase a TV era reconhecida majoritariamente como uma “janela para o mundo”, e, ali, a audiência parecia acreditar poder aproximar-se da janela e olhar para sua cidade, seu estado, país. Acreditava-se na transparência da TV, que era mais rápida que o jornal impresso e mais completa que o rádio. Em um segundo momento, a transparência torna-se obscura.

O mundo dentro da TV verte-se em um mundo simulado. Já não se trata de pura transmissão, já não se trata da mediação discursiva do mundo que acontece independentemente da televisão e passa a ser por esta desnudado. Trata-se agora de um processo em que a própria TV cria o mundo. Tal como sublinha Eco (1986), a televisão já não pode ser aceita sem críticas como apenas um veículo que media fatos, mas um aparato para a sua produção. Trata-se, portanto, da diferença entre pensá-la não como espelho da realidade, mas produtora de realidade.

Por certo, a “telerealidade”, a realidade (re)produzida no e pelo campo da mídia, leva às últimas consequências a cisão entre o espaço e o tempo. Portanto, como assinalamos acima, se, antes, a experiência de espaço e tempo fundava-se na possibilidade de ver as coisas, tocá-las, o mundo distante não visto era, em boa medida, aceito como algo mágico, através de relatos sobre as viagens marítimas, os naufragos, os monstros marinhos, as terras distantes e exóticas, e os demônios à espreita. Agora, a tecnologia parece evocar a magia. Ao recriar o mundo e aceitá-lo como real, redescobre a mitologia imaginária. Ao descerrar sob os pés dos sujeitos comuns, sob o abrigo doméstico, a porta mágica que dá acesso ao universo infinito e distante, ao imaginário secreto, a TV repõe o mistério diante de um olhar ainda atônito. O sujeito adentra o interior dessa estranha caverna midiática e inicia sua descida a terras distantes, reconhecendo povos estranhos, objetos e corpos capciosos, sejam reais ou míticos.

A descida até esses mundos estranhos possibilita ao solitário das grandes cidades e dos mais remotos lugares experimentar aventuras quase secretas. A solidão da casa, a melancolia da cidade, a estranheza da existência são mitigadas.

Não por acaso, o modo de organização do mundo no interior do estranho universo da TV em certa medida tende a distanciar-se das nossas práticas, tende a afastar-se daquilo que comumente é aceito como real e verdadeiro. No interior da vitrina doméstica misturam-se coisas, pessoas, sociedades exóticas; personagens desprendem-se dos livros e transitam na sala de estar. Feiticeiros revelam rituais de sangue; bichos pré-históricos revivem. Em princípio, trata-se de uma estranha visita.

Ao discutir tais questões, Rocha (1995) assinala que na mídia, como no pensamento mágico, abrimos “as portas da esperança”, vamos “ao céu é o limite”. São reinos impensáveis para a árdua vida cotidiana levada a sério e regulada pelo rigor do trabalho ou dos negócios, do tempo administrado. Os reinos aos quais nos levam essas representações são tais que em suas fronteiras a razão prática é barrada. Lá, raramente entra a lógica do mundo aqui de fora, da “produção” e da “fábrica”, da “história” e da “economia”, com suas significações absolutamente diversas.

Em meio a esse emaranhado de questões, emergem grandes debates sobre as possibilidades inscritas na mídia e o modo como se dá, efetivamente, sua organização e desdobramentos no corpo social. Para autores como Bourdieu, o que ocorre de fato é uma simulação do saber, ou seja, ao sujeito receptor, à audiência, não é dado saber o modo como os dispositivos de comunicação (re)constróem a realidade e, ao mesmo tempo, preservam os mitos. As operações de linguagem são todo o tempo ocultadas, mesmo quando a própria TV parece querer mostrar-se, reforça-se a ideia de que a sofisticação tecnológica possibilita, como nunca antes, a captura da realidade, daí porque, preocupados com isso, alguns educadores já implantaram, mesmo no 1º e 2º graus, disciplinas escolares cujo mote é a leitura crítica da mídia.

Sabendo ou não dos processos envolvidos na construção discursiva dos meios de comunicação, de um lado assistimos ao reforço do mundo imaginário e, de outro, vemos ser levada ao limite a justificação da existência da realidade, desde que esta esteja respaldada no meio. Ou seja, tal como assinalamos anteriormente, a existência de um acontecimento será garantida se ocorrer sua circulação no sistema midiático.

Quanto a isto, não nos parece equivocado reconhecer na TV o veículo mais importante no processo de intermediação entre o real, seja ele próximo

ou distante, e o que é tornado familiar nas sociedades atuais. Isto implica na aceitação do pressuposto de que as mudanças que se processam com o advento das novas tecnologias de comunicação, a informática, a telemática, imbrincam-se, fundem-se, levando à transformação das linguagens e, portanto, reconfigurando os modos de representação da realidade.

É preciso, pois, reconhecer que se em seus primórdios a TV incorporou as formas narrativas anteriormente conhecidas – oriundas do cinema, do teatro, da literatura, da imprensa escrita, etc – rapidamente vai rompendo com estas formas de mostrar, de dizer, começando, então, a desenvolver uma linguagem própria, marcada, sobretudo pela fragmentação, pelo ritmo frenético, pela superficialidade, conduzida por uma lógica cara ao campo midiático: a lógica publicitária.

Ao reconhecermos isto, ao considerarmos a existência de uma linguagem própria do sistema televisivo, é preciso insistir que a publicidade é o elemento fundamental para amalgamar o que é dito no interior da televisão, a publicidade é a base em torno da qual organiza-se o sistema, ou seja, através dela programas, gêneros, campos sociais diferentes encontram conexões. Com isso, a publicidade irrompe nas páginas dos jornais e revistas, nas vozes do rádio ou imagens da TV. Como síntese da TV, exprime inequivocamente o paradoxo do mundo configurado no interior do campo midiático: o racionalismo da fantasia, a dessublimação repressiva, a ficcionalização do real. (ROCHA, 1995)

A realização destes paradoxos que, em última instância, são coerentes, faz-se mediante a subordinação da programação televisiva. Isto acontece na medida em que o sistema televisivo está subordinado aos anunciantes e aos limites impostos pelo mercado. Através das coerções, sobretudo econômicas, decide-se o que será veiculado, em que horários e qual o seu tempo de veiculação, além dos profissionais a serem contratados como espécies de “vitrines” para a emissora. Em algum nível, grande parte da programação termina por ajustar-se às técnicas, aos tipos de expressão comunicativa próprios do discurso publicitário.

Enfim, seja entre sujeitos capazes de realizar uma leitura distintiva das manobras enunciativas configuradas pelo discurso midiático, os quais estão integrados, ou seja, entre os sujeitos socialmente marginalizados, a presença do campo da mídia, e da televisão em particular, no universo social, é um dado, sendo necessário, contudo, analisar a dimensão destes desdobramentos.

Para entendermos as relações constituídas entre os sujeitos e o invólucro televisivo, torna-se necessário compreendermos diversas instâncias que configuram estas relações, caracterizando os elementos que singularizam o discurso televisivo, as condições de sua produção, bem como os diversos modos como os indivíduos/grupos dialogam com este que é, a nosso ver, o mais importante sistema simbólico de nosso tempo, a instituição de maior poder mediador da atualidade.

TV: aspectos gerais

Um dos elementos de distinção do sistema televisivo relaciona-se às características do sinal técnico através do qual se veiculam programas que podem apresentar modalidades bem diversas – educação, informação e lazer. Tais gêneros discursivos quase sempre são formatados de tal modo que se convertem em entretenimento.

Nesse processo, é importante atentar para o processo de incorporação, no interior televisivo, das diversas formas de expressão, que vão desde o jornalismo ao teatro, telenovelas, filmes, concursos, programas de auditório, etc e, independentemente do tipo de programa apresentado, sempre a publicidade aparece como um elo que permite a continuidade dos diversos programas, o intervalo que propicia a coerência da programação. Nesse sentido, consideramos que a estruturação dos vários gêneros na TV constitui um dos principais eixos de sua análise. A estrutura da programação opera uma espécie de “neutralização”. Deste modo, diversos espetáculos (cinema, teatro, acontecimentos esportivos, etc) permitem simular a relação direta dos espectadores através da conversão destes últimos em parte do espetáculo, como é o caso dos programas denominados “de auditório”. Apesar da distinção entre tais formas de expressão, de sua linguagem, os programas são formatados em torno de uma média comum, obedecendo a uma estrutura de linguagem em geral mais “objetiva”, “simples”, “direta”.

Esta operação consiste em simplificar a linguagem complexa de certas formas de expressão - a literatura transposta para a TV é um bom exemplo disso. Deste modo, certas singularidades passam a se subordinar à gramática televisiva, o que torna tais produções simbólicas suscetíveis de serem incorporadas pelo mundo televisivo.

Esta operação permite integrar, com bastante coerência, a multiplicidade fragmentária do discurso da TV, a heterogeneidade de discursos que aí transitam. Este processo permite-nos entender que o sentido das mensagens

transmitidas pela televisão não pode ser aceito como mera agregação dos conteúdos dos diversos programas, mas como um fenômeno no qual a TV engendra a sensação de que toda a realidade está à disposição de seu público, ao alcance do telespectador no interior da sala. (VILCHES, 1995)

Nesse sentido, é notório que a TV trabalha com o intuito de tornar acessível ao seu público as diversas faces da realidade através de um complexo processo de tornar cotidiano uma forma de espetáculo. Esta espetacularização atinge mesmo programas que pretendem devolver a realidade, como os telejornais, tal como veremos mais detalhadamente nos próximos capítulos. Deste modo, não por acaso, na TV a realidade se apresenta com todos os atributos do espetáculo, pois só o fato de ser selecionado já lhe confere um caráter singular, digno de formar o caráter do imaginário social do espectador. (VILCHES, 1995)

Para realizar uma caracterização do discurso televisivo, ressaltamos inicialmente como um dos traços mais marcantes da sua linguagem o célere ritmo em todos os tipos de programas que são apresentados – telejornais, esportes, programas de auditório, telenovelas, filmes que são exibidos, com raras exceções. Comparativamente, podemos notar a redução do tempo na apresentação dos primeiros programas apresentados e sua exibição na forma atual. No telejornal, por exemplo, os textos eram longos, as entrevistas em geral mais profundas. A contração do tempo não acontece por acaso, uma vez que este é o centro em torno do qual assenta-se a televisão. Como sabemos, o sistema televisivo é dispendioso e sua viabilidade depende de sua relação com a publicidade. Para isso, é necessário seduzir o telespectador. Assim, o planejamento do tempo prescreve o formato da TV, organiza-se a programação horizontal e vertical, a rigidez dos tempos próprios de cada gênero televisivo.

Ao analisar a questão do tempo televisivo, retornamos à questão da publicidade, posto que o lugar ocupado por este gênero não é apenas aquele de um elemento enxertado na programação, mas o elemento definidor de seu modo de produção, de sua linguagem.

A publicidade, por assim dizer, contagia todos os outros gêneros televisivos, prescreve um modo de narrativa: ágil, condensada, atraente, sedutora, capaz de contar uma história, em média em 30 segundos, e fazer-se compreender quando privilegia textos curtos e imagens “fortes”, isto é, plasticamente atraentes. O tempo é otimizado ao máximo – cenas de telenovela, *spots*, intervalos nos programas, matérias dos telejornais, etc. O tempo na televisão passou a ter duas unidades fundamentais: de um minuto e de 30

segundos. Trata-se de uma outra relação com tempo e, nesse processo, as novas sensibilidades estão formatadas a partir de tempos razoavelmente rígidos; filmes de, no máximo, duas horas de duração; músicas de dois minutos sintonizadas no rádio, textos de duas, três laudas, o que, por sua vez, redefine o tempo de leitura.

Enfim, a programação subreptícia da televisão comercial é a publicidade, que possui um caráter central, embora pareça ser apenas secundária. A predominância das características próprias do discurso publicitário – multiplicidade, fragmentação, heterogeneidade, celeridade, etc – levam a TV a igualar todos os conteúdos, estilos, a partir de eternos retornos, lapsos de tempo cada vez menores.

O pressuposto básico da contração temporal da TV baseia-se na ideia de que aquele que a assiste busca escapar do tédio, do vazio, daí a pulsação quase esquizofrênica dos programas. Parece realizar-se, neste processo, uma circularidade compulsiva de ambas as partes – “emissão” e “recepção”. Assim, a TV intensifica a aceleração do mundo, cala o silêncio, já quase inexistente no ambiente urbano; gesticula nervosamente as imagens, retiradas das ruas habitadas por entes vertiginosos. Além destas transformações, outras mudanças são inauguradas pelas novas tecnologias informacionais na linguagem da televisão, as quais materializam-se de modo definitivo em sua capacidade de produzir imagens digitais. Ao contrário da imagem analógica que podia ser produzida a partir de um referente que existe ou não na natureza, mas que era transformado em algo plasticamente visível, em um material como um papel fotográfico, uma fita de vídeo, uma tela, etc, no processo de produção das imagens digitais, pode-se interferir radicalmente neste processo.

Os novos sistemas eletrônicos permitem que as imagens possam ser ampliadas, reduzidas, coloridas, escurecidas, duplicadas, recortadas sem deixar marcas de intervenção, “naturalmente”. Nesse processo, tal como alerta Baudrillard (1987), a imagem torna-se uma representação que já não sustenta sua existência no mundo concreto, na realidade reconhecida. Tal revolução está presente no dia-a-dia, na casa das pessoas. Sobre este aspecto, parece-nos urgente reconhecer que não é possível deixar de enfrentar questões como o paradoxo dos países capitalistas periféricos, na medida em que a possibilidade de acesso ao que há de mais sofisticado no mundo da tecnologia eletrônica convive, lado-a-lado, com os limites impostos a uma massa de sujeitos socialmente excluídos – da educação formal e dos direitos sociais.

Paradoxal ou não, a TV radicaliza o entendimento de que a linguagem não consiste em um meio para se chegar à realidade do mundo; ao contrário, de algum modo explicita o fenômeno, já reconhecido, de que a linguagem institui realidades. Expressa-se como uma fonte de imaginários. Alimenta-se continuamente da sua capacidade de (re)criar sonhos em todos os momentos do dia e da noite. Dos programas infantis às telenovelas, dos filmes aos anúncios publicitários.

De um lado, acontece uma espécie de autorreferencialidade permanente, ou seja, a televisão não precisa mais do mundo para dizer, o mundo é um retroalimentador, a matéria-prima, mas não o objeto mesmo a ser perseguido. Não é preciso acercar-se do mundo, ele existe como um momento da criação do discurso televisivo, não mais como seu objetivo fundamental.

Sob esta perspectiva, mais que perseguir a realidade do mundo, de colocar-se como anteparo entre sujeito e mundo, a TV teria encarnado o lugar da (re)criação de sonhos, desejos, fábulas. Teria se tornado o espaço emblemático da implosão do que se supõe ser uma história real e uma narrativa de ficção, real e sonho. Ao mesmo tempo em que podemos falar de uma cisão, podemos considerar um imbrincamento cada vez maior entre real e imaginário, mundo vivido e mundo idealizado.

Este fenômeno parece expandir-se nas demais esferas da cultura nas sociedades contemporâneas: no esporte, lembremos, por exemplo, dos novos formatos nas transmissões de partidas de futebol, na telenovela, quando passamos das tramas de ficção para a realidade cotidiana; na política, sobretudo em campanhas eleitorais, quando os candidatos não podem prescindir das técnicas de comunicação publicitária. Trata-se, enfim, de uma espécie de encenação do mundo. Desse modo, percebemos que importa menos à TV, na atualidade, construir o seu discurso na busca de dizer o mundo. A realidade do mundo tende a tornar-se menos importante do que a “telerealidade”. O mundo da televisão parece potencializar uma autonomia própria.

Sem embargo, se, em alguns momentos, a fronteira entre ficção e realidade parecia mais nítida no interior da televisão, quando a oferta de programas como o telejornal assentava-se na ideia de que seu discurso tinha por base enunciar os acontecimentos do mundo, enquanto o espaço de produção das narrativas ficcionais era reservado aos filmes e sobretudo à telenovela, esta divisão parece tender a uma implosão. Ficção e realidade parecem cada vez mais entrecruzar-se. A clássica separação entre estes dois momentos, estas duas maneiras de dizer, de fazer televisão, vai ficando menos clara na própria condução dos programas.

Mas, se, por um lado, podemos afirmar que a TV tende a misturar ficção e realidade, por outro, em um movimento contrário, pode-se afirmar que ela insiste em continuar marcando, em algum nível, a diferença entre estas duas dimensões existenciais. Os *slogans* dos telejornais são emblemáticos nesse sentido, quando são reforçadas estratégias para construir um efeito de realidade.

No jornalismo esportivo, esse “efeito de realidade” é bastante nítido. Nas olimpíadas, câmeras especiais mostram-nos, através da tela, a contração dos músculos de atletas à procura de novos limites; na natação, podemos ver os corpos submersos; no futebol, é-nos dada a maravilhosa dimensão em medidas de centímetros sobre a posição de jogadores e da bola; no tênis não é diferente, e calcula-se a velocidade da bola após um saque. Enfim, dezenas de câmeras espalhadas pelos “coliseus pós-modernos”, técnicas de enquadramento, efeitos da informática, comentários, exibindo o acontecimento em seus mínimos detalhes, esmiuçando o corpo humano, detalhando o espaço real ocupado pelo corpo e pelos objetos. Ao mesmo tempo, estas narrativas insilenciáveis tornam os acontecimentos desportivos ainda mais intensos, sensacionais, espetáculo doméstico. O juiz desportivo, a qualquer momento, poderá perder a sua função para os computadores digitais, para as câmeras móveis.

Se, ao penetrar, efetivamente, no estádio, na quadra, o indivíduo toma a atitude de olhar para atletas e o objeto por eles cobijado, na TV, o olhar é enquadrado pela câmera, aquele que vê (re)constrói a partida pelo detalhe concedido pela tecnologia e pela nervosa narrativa do locutor que parece tudo ver. O estádio agora pode ficar vazio, a multidão vibrará na sala de estar.

Queremos com estes exemplos insistir sobre o pressuposto de que há um crescente processo de conversão do mundo em uma narrativa que carregue consigo elementos do espetáculo. Isto reforça a ideia de que o discurso produzido no interior do sistema televisivo autonomiza-se crescentemente. O mundo “real” já não importa tanto. Neste cenário, prioriza-se muito mais a beleza plástica que a cena, a *performance* do que o acontecimento. Enfim, a mídia, mas sobretudo a televisão, configura-se, em boa medida, como uma tentativa de organizar o mundo, redimensioná-lo, recriá-lo, mais do que simplesmente a busca de sua descrição.

Diversos outros eventos podem ser retomados como marcos para ilustrar tal pressuposto: guerras que se tornam espécies de videoclipes, casamentos de personalidades detalhadamente preparados para ser exibidos via

satélite, cerimônias religiosas, funerais espetaculares, pessoas transformadas da noite para o dia em ídolos. Acontecimentos que teriam significados específicos e singulares para aqueles que os vivenciam são convertidos em mercadorias simbólicas, produtos para serem assistidos confortavelmente no sofá da sala. Real e ficção interpenetram-se vertiginosamente. Os desdobramentos dessa espetacularização dos eventos parecem reforçar a impressão de que as pessoas ocupam-se mais com a ficção do que, racionalmente, se poderia supor, enquanto que os problemas considerados concretos, reais, cotidianos, parecem tender a mobilizar menos os sujeitos do que se pensaria como satisfatório, a menos que passem, também eles, por um processo de “ficcionalização”.

Tal como no filme *A Rosa Púrpura do Cairo*, de Allen Woody, há indícios de que desenvolvemos a extraordinária capacidade de transitar entre o “mundo real” e a “ficção”, com certa desenvoltura. As conversas sobre as telenovelas, a novelização do jornalismo, as possibilidades mágicas de ascensão social, todo o tempo nos revelam a tênue fronteira entre estes dois mundos. A implosão destes dois universos – o vivido e o imaginado – aponta para uma questão-chave na tematização atual: a relação entre o universo criado pela mídia e a sociedade na qual se insere. O diálogo entre os sujeitos que (re)criam o orbe midiático e sua recriação no processo de leitura/recepção.

Seja mobilizando os sujeitos em torno de questões próprias do mundo concreto, seja revolvendo-os a partir da esfera imaginária, o novo cenário em que se inscreve a TV configura-se em meio a uma implosão na relação do receptor com os meios. A TV, nessa nova fase, amplia seu poder de penetração no cotidiano dos cidadãos. (TILBURG, 1990) Integra-se ao modo de organização das escolhas do lazer – turismo, ofertas de espetáculos – ao trabalho, a ida ao banco, onde câmeras olham para todos em todos os lugares. A televisão contribui, decisivamente, para a modificação do modo de ver dos sujeitos. De uma cultura escrita, mergulha-se rapidamente em uma cultura que valora crescentemente a imagem. Obviamente a ascensão da imagem traz consigo modificações históricas. Com efeito, enquanto no cinema real e ficção cindem-se no momento em que começa a projeção, quando um corpo coloca-se diante de uma tela, em uma sala escura; no ritual organizado pela televisão o enredo da trama televisiva mistura-se à trama familiar. Junto ao desfile de personagens e olímpicos, todos perambulam pela casa e cumprem suas tarefas domésticas. A ficção transita pela sala e corredores, o cotidiano adentra a tela.

Certamente a velocidade com que se move o mundo social alastra-se na televisão que, por sua vez, move-se ao lado do frenesi cotidiano, em especial das grandes cidades. O dia-a-dia dos sujeitos vai sendo organizado, de modo particular, a partir da esfera do trabalho e seu tempo livre pela programação televisiva. Programas durante o dia – infantis, receitas culinárias, consultórios médicos – telenovelas diárias – da tarde, das seis, das sete, das oito – encadeados ao longo dos dias da semana. Programas de auditório no domingo... Instauram-se novos rituais domésticos. Constroem-se expectativas: o desfecho da novela, a decisão do campeonato, o início das olimpíadas, os jogos da seleção de futebol.

Além do extraordinário condicionamento do tempo e das práticas cotidianas, observa-se que uma das consequências da hegemonia da TV sobre os demais mídias é apresentar-se como maior fonte de informação, servindo de base para a orientação da construção social da realidade. Ao mesmo tempo, este caráter familiar é um mecanismo restrito no formato e nível de aprofundamento difundidos neste meio. Sublinhe-se ainda que a TV modifica profundamente o ritual de recepção. Sua audiência é, em geral, pouco seletiva, massiva e heterogênea e o seu maior poder está no caráter doméstico de sua recepção. O caráter gratuito, por sua vez, reforça a predominância sobre o tempo de ócio em realidades onde grande parte da população não pode pagar pelo consumo cultural.

TV no Brasil

Em todo este percurso analítico, partimos do pressuposto de que para contextualizar as implicações das mudanças configuradas a partir da emergência do campo midiático, não podemos prescindir de uma análise acerca das especificidades socioculturais e políticas de cada formação social. Deste modo, ao tratarmos destas questões no interior de uma sociedade como a brasileira, observamos que, entre avanços e recuos, o cenário nacional apresenta uma série de características singulares a serem levadas em conta para uma análise mais consistente das mudanças culturais, seu imbrincamento com o campo midiático e suas interfaces com os problemas sociais. Estes últimos são reveladores de um país que fez aflorar uma sociedade de consumo, um sofisticado parque industrial, uma moderna rede de comunicações e que, ao mesmo tempo, convive com uma imensa massa de sujeitos excluídos das benesses advindas deste desenvolvimento. Convive-se, enfim, com características próprias da chamada “sociedade informacional” junto ao “pré-

moderno”. Dentre outras características, a concentração de cerca de 80% da população nos grandes centros urbanos, altíssimas taxas de analfabetismo e o extraordinário papel desempenhado pelos meios de comunicação midiáticos, particularmente da televisão, no centro dos acontecimentos, apontam para os paradoxos vivenciados no interior desta formação social.

Conquanto em todo o mundo a mídia, e particularmente a TV, tem reservado um papel fundamental no processo de mediação da realidade social, no Brasil a importância deste meio acentua-se na medida em que se configura numa sociedade onde jornais e revistas têm uma tiragem reduzida, a cultura escrita é restrita proporcionalmente a uma minoria e o sistema televisivo constituiu-se, desde a década de 70, no principal meio de comunicação de massa, onde uma de suas redes oscila entre as seis maiores em importância frente à TV em todo o mundo, e, não raro, alcança níveis de audiência superiores aos 60 pontos.

Ao discutir os desdobramentos deste panorama, especificamente no âmbito da esfera política, Sartori (apud LIMA, V., 1990, p. 35) propõe que

[...] desde un punto de vista institucional, la presencia de la videopolítica está en relación directa con las características de los partidos políticos en cada país. En ausencia de un razonable grado de institucionalización de los mismos, con poco perfil e influencia ideológica sobre la sociedad, ante débiles lealtades partidarias con pocos votantes cautivos, se genera un espacio abierto en el poder del video se extiend con pocos contrapoderes a la vista.

Venício Lima (1990), por sua vez, propõe que esta condição institucional descrita por Sartori foi ratificada por observadores externos à cena brasileira e já vinha sendo constatado o espaço social desmedido que a televisão ocupa no Brasil. Estas considerações nos remetem ao fato de que a TV privada passou a ocupar no Brasil contemporâneo um papel compensatório com relação à instituição estatal e à sociedade civil, papel este que, progressivamente, tornou-se central. Deste modo é que

[...] hoje, um lugar incontestado de intelectual orgânico da sociedade brasileira não deixa de ter certa relação com a crise real desses outros intelectuais coletivos que são os partidos atualmente legalizados e também com a crise da classe intelectual e do pensamento crítico. (MICHELE; MATTELART apud LIMA, 1990, p. 36)

Ainda que em tom contundente, Maria Helena Weber (2000, p. 71) considera que

[...] a debilidade cultural nacional propicia, nesse sistema, o fortalecimento da televisão como aparelho de sentidos; como apelo estético irresistível; madrinha da modernidade nacional, sala de exposição de fantasias cosmopolitas misturadas à intimidade doméstica, árbitro de qualquer decisão – do amaciante de roupas ao voto –; fábrica de síntese do gosto e da cultura. Assim, orienta e estabelece a relação final entre o cidadão-telespectador e utilitários conceitos, movimentos, atitudes.

Diante desta realidade, não é por acaso que diversos estudos vêm procurando compreender os desdobramentos das repercussões da modernização da indústria cultural nesse país onde as instituições sociais ainda se mantêm frágeis ou desorganizadas, a cultura escrita é restrita, posto que a maioria dos sujeitos é ágrafa, e onde o acesso das pessoas aos acontecimentos, às questões de ordem social, à realidade não-imediata, realiza-se, predominantemente via TV.

Depreende-se destas observações que o Brasil reúne em seu interior uma diversidade de características político-culturais e comunicacionais, as quais apontam para a necessidade de urgentes análises sobre as complexas relações entre o campo da mídia, as problemáticas político-sociais e os desdobramentos disso na constituição de valores, visões de mundo dos sujeitos, em seu modo de entendimento da realidade.

Sob o ponto de vista de uma análise da produção e dos mecanismos de captura da recepção, torna-se fundamental buscar compreender esta complexa realidade, em especial de que modo determinadas temáticas, as quais expõem as contradições sociais são reconstruídas pelos dispositivos midiáticos de enunciação e de que maneira o campo da recepção é posicionado em seu interior. Uma análise desta natureza deverá, pois, preocupar-se com os modos como os problemas concernentes ao mundo social são (re)construídos no interior do campo da mídia, como o receptor é instalado nesse campo, de que maneira presentifica-se esta intersecção. O que concerne à discussão das implicações da construção do discurso televisivo no processo de formação de representações, atitudes, valores dos sujeitos.

Isto levará ao enfrentamento e a uma tentativa de superação de uma análise dicotômica entre as particularizações de experiências que procedem de determinadas categorias, segmentos sociais, grupos e a universalização

de outras experiências, entendidas enquanto uma perspectiva de macroanálise, que se expressa culturalmente por intermédio de conjuntos de símbolos homogeneizadores onde a TV atua contemporaneamente como elemento imprescindível. Disso resulta a necessidade de não se perder de vista as possibilidades de articulação entre estes dois universos constitutivos e constituintes do mundo social, esferas específicas porém não contraditórias, que estão em permanente tensão.

Certamente este processo levará a uma crítica aos limites da perspectiva que considera as esferas da “emissão” e da “recepção” enquanto instâncias radicalmente disjuntivas. Nesse sentido, o maior desafio de um trabalho desta natureza será o domínio e articulação de um conjunto de procedimentos que sejam capazes de contribuir para a compreensão do tipo de discurso construído pela televisão em se tratando de seus modos e gramáticas de construção, certas operações e manobras que propiciam as formas enunciativas e a compreensão do modo como o universo da recepção é aí (re)construído, o que, certamente, já implica em uma discussão sobre os possíveis desdobramentos sobre os modos de apropriação destes discursos. (FAUSTO NETO, 1992)

Isto posto, cabe esclarecer que este trabalho pretende contribuir particularmente para uma reflexão de ordem metodológica mais que constituir-se enquanto uma reflexão específica acerca dos problemas sociais em seu imbricamento sobretudo político com os meios de comunicação midiáticos. Deste modo, pretende-se destacar o exame dos processos simbólicos e discursivos que permitem à televisão, e mais especificamente a um gênero televisivo, o telejornal, engendrar certas noções, valores, didatizando para o sujeito receptor um conhecimento acerca da realidade circundante.

Para tratar esta questão, partimos do pressuposto, tal como foi afirmado anteriormente, de que o campo da mídia apresenta-se não apenas como espaço de “reposição do real”, de “transcrição” daquilo que comumente entendemos como realidade, mas opera, a partir de determinadas manobras, de uma gramática singular, a (re)construção do mundo social. Bem entendido, em momento algum corroboramos a concepção de que a mídia, e particularmente a televisão, tantas vezes admirada pelo seu poder imagético, constituir-se-ia enquanto um sistema capaz de revelar um suposto “discurso primeiro”, mas assume, pelo contrário, o lugar de dispositivo capaz de construção de um real configurado de acordo com códigos, regras, saberes, modos de dizer de sujeitos particulares, por sua vez mergulhados em um mundo anteriormente prescrito.

Por certo, a mídia não pode ser entendida como uma cápsula fechada sobre si mesma, daí porque sofre as injunções que configuram a própria realidade social, marcada, em uma realidade como a brasileira, por profundas contradições sociais onde, de um lado, o imaginário da sociedade de consumo é burilado pelo mais eficiente campo discursivo do mundo atual e reforça desejos ancorados nos valores hedonistas, na beleza, no luxo, no fausto conspícuo. Ao mesmo tempo este imaginário fulgurante marca um fosso entre os diversos segmentos sociais excluídos.

Entre tantas possibilidades de indagação acerca deste profundo paradoxo elegemos a ampliação da análise acerca da seguinte questão: quais são as marcas que tornam possível à TV (re)construir aquilo que, à primeira vista, ela parece evitar exibir – o mundo da exclusão social, uma vez que, como já assinalamos, a televisão incorpora fortemente elementos próprios da ficção, do imaginário, do sonho, do espetáculo, do desejo, parecendo evitar temas aflitivos, mais especificamente, como organiza a tensão entre o sonho e a pobreza? Em que medida fornece chaves de interpretação para o entendimento dessa contradição, marca profunda de uma sociedade como a brasileira?

Para responder esta questão, antecipamos que ao optarmos por problematizar o modo como o mundo da exclusão é representado pela televisão estamos buscando compreender a maneira pela qual as manobras enunciativas postas em funcionamento orientam o sujeito receptor a ver/ouvir e entender, sob um certo ponto de vista, por certo também marcado por tensões, esta questão - a exclusão social.

É evidente que a opção pelo suporte TV encontra sua justificação pela sua penetração social, mas também é preciso lembrar que cada suporte possui especificidades, gramáticas próprias que serão determinantes no condicionamento do modo como a realidade será apresentada. Daí porque acolhemos enquanto corpus a ser estudado o telejornal.

Uma questão fundamental que se impõe é o modo como a TV guia o olhar do sujeito leitor não apenas no que diz respeito ao caminho que este deve percorrer no interior da mensagem, que pode ser discutido tendo como ponto de partida os “contratos de leitura”, mas também o modo como deve olhar para o mundo “exterior”, para a própria realidade circundante a partir do já-dito.

Nosso objetivo é, através de um percurso descritivo que tem por universo de análise um corpus específico de matérias veiculadas no *Jornal Nacional*, telediário veiculado por uma das maiores redes de comunicação do mun-

do e a mais importante do Brasil, examinar de que modo o telejornal constrói a representação de uma das questões sociais mais importantes da atualidade: a “exclusão social”.

Com base nestas considerações, torna-se precípua empreender um estudo que procure verificar de que modo são tratados os temas relacionados à problemática social, destacando-se os temas relacionados à exclusão, e apontar de que maneira esta identificação realizada pela TV oferece modos de compreensão destes problemas.

Há que buscar aprofundar ainda a discussão em torno da questão de que se, de um lado, parece evidente a predominância no discurso televisivo de uma idéia de sociedade de consumo plenamente constituída, embora em diversos programas/produtos estejam presentes tensões, ambiguidades e contradições, de outro é cada vez mais urgente discutir de que maneira a TV soluciona o paradoxo de exibir a realidade da exclusão social e reforçar o discurso de integração, pautado na lógica e técnica da linguagem publicitária. Considera-se, portanto, fundamental, analisar a “pedagogia” televisiva, a qual, pode-se afirmar, consiste de um sistema de práticas articuladas com um repertório cultural que busca a viabilidade no interior dos diversos estratos sociais, inclusive nas camadas mais baixas, abrangendo esquemas de percepção, de pensamento, de apreciação capazes de reforçar a integração, ainda que imaginária. (MICELI, 1982)

Portanto se, por um lado, há um processo socializante que reforça o estilo de vida e as representações dos contingentes integrados ao mercado material e simbólico dominantes, é fundamental que os analistas preocupados com esta problemática procurem compreender de que maneira no discurso televisivo é resolvida esta tensão, qual seja, de um lado exibir as contradições sociais, as falas dos “excluídos”, revelar um real a partir da posição destes setores, e, de outro, quase sempre, fazer prevalecer o repertório cultural dominante. É imprescindível então buscar compreender de que maneira e em que nível estes repertórios são (re)construídos no interior do discurso televisivo. Dizendo ainda de outro modo, faz-se mister investigar de que modo os repertórios dos segmentos dominantes e dos setores socialmente desprivilegiados envolvidos nas questões sociais são regulados pela mídia.

Sem dúvida, autores como Bourdieu (1997b) e Marcondes Filho (1986), como já sublinhamos, consideram que a lógica predominante no sistema televisivo resulta, quase sempre, na transformação de todo e qualquer assunto em puro entretenimento, onde haveria a predominância de sínteses redutoras, cuja finalidade seria propiciar um reconhecimento fácil por parte dos

virtuais receptores, o que implicaria na predominância de uma lógica pautada no consumo, ancorada em elementos próprios do discurso publicitário, o que levaria a um processo de banalização dos diversos temas sociais. É necessário, pois, verificar em que nível a TV realiza este processo com relação às chamadas temáticas sociais, mais precisamente aquelas relacionadas à exclusão social.

Ademais, se a televisão aparece, contemporaneamente, para boa parte dos indivíduos, como a principal mediadora da realidade não-imediata, permitindo, deste modo, que o sujeito receptor tome parte dos acontecimentos, é necessário problematizar o lugar ocupado por ela no processo de mediação aí implicado. Ou seja, é fundamental analisar de que maneira e em que medida a TV brasileira, em especial o discurso do telejornalismo, assume o papel principal de máquina de enunciação que indica os principais temas da atualidade, como hierarquiza os temas relacionados à exclusão e de que maneira estas estratégias discursivas estruturadas pela televisão apontam para uma compreensão do modo como podem contribuir para a formação de atitudes, valores, posturas políticas.

Finalmente, partindo das observações levadas a efeito por alguns estudos, consideramos que a notícia deve estar em consonância com as atitudes dos enunciadores, no caso, os produtores do discurso do telejornal, e dos leitores, isto é, o campo da recepção. Ou seja, torna-se fundamental analisar em que nível e através de quais mecanismos estabelece-se um consenso no âmbito de uma sociedade culturalmente determinada. Para isto, será necessário observar as propriedades e traços da configuração discursiva intrínseca à enunciação telejornalística.

Tal investigação terá como centro de suas preocupações analisar como acontece o processo de elaboração discursiva do tema exclusão social por determinado telejornal. Depreende-se daí que o objetivo de nosso estudo é analisar como este discurso inscreve os segmentos “excluídos” e outros “personagens”/sujeitos nesta “trama”, e de quais elementos sicionarrativos lança mão para inscrever o receptor, o leitor, em seu interior.

Antes, porém, de iniciarmos este percurso de análise, faz-se mister contextualizar as condições de produção que permitiram à TV no Brasil ocupar o espaço extraordinário que hoje possui.

Capítulo 2

A TV no mundo e na América Latina

Assistimos, desde as primeiras décadas deste século, a um extraordinário desenvolvimento tecnológico, o qual atinge a própria base interna do sistema capitalista, levando às últimas consequências a abstração da mercadoria e das relações sociais, das formas de (re)construção da realidade, através, sobretudo, da explosão das comunicações.

A televisão surge, na contemporaneidade, como um dos mais sofisticados meios de comunicação das sociedades tecnologicamente mais avançadas. Sua invenção é um dos resultados de uma série de pesquisas desenvolvidas desde finais do século XIX. Em seus primórdios, aparece como empresa autônoma e nos anos 30 impõe-se como modelo institucional complexo, dirigido a um público cada vez maior e massificado e cujo centro propulsor são os Estados Unidos. (GIOVANNINI, 1987)

Desde o início, grandes empresas privadas travam entre si uma luta competitiva para acelerar o desenvolvimento e beneficiar-se do novo sistema de comunicação; no entanto, o avanço com relação à transmissão entre longas distâncias de imagens em movimento é uma conquista de governos, do setor público. A Alemanha, já em 1928, realiza suas primeiras experiências públicas de transmissão do novo invento. A Inglaterra obteria o mesmo êxito em 1929, a Itália em 1930 e a França em 1932. A Inglaterra sairá na frente até mesmo dos Estados Unidos, quando em 1936 inaugura um serviço regular de TV.

Segundo Giovannini (1987), apesar das bem-sucedidas experiências em diversos países europeus, será o modelo americano o mais expansivo. Um dos motivos do rápido avanço do sistema televisivo dos Estados Unidos é o seu domínio do mercado cinematográfico em todo o mundo, uma vez que

o cinema é a primeira arte industrial e consolida-se como uma usina milionária de entretenimento. Além disso, a poderosa indústria americana de componentes tecnológicos, bem como uma mentalidade técnico-organizacional, voltava-se para a criação e gestão dos novos produtos da indústria do lazer.

Até a primeira metade da década de 50 a Europa apresentava dois modelos de TV distintos entre si: de um lado, o modelo inglês, o qual defendia a autonomia da TV enquanto entidade pública com relação às exigências comerciais e mesmo às pressões do Estado; de outro, o governo da então União Soviética, cuja marca era a fidelidade irrestrita ao Estado. Nenhum dos dois modelos sobreviveu. Enquanto a publicidade televisiva de bens e serviços privados penetrou o serviço de TV pública, a degradação dos Estados autoritários fez a TV a estes subordinada acompanhar as mudanças históricas.

O ano 1941 marca o início da televisão na América do Norte, mas somente em 1947 o novo sistema de comunicação teria assegurado seu lugar na agressiva arena comercial dos Estados Unidos. São as já estabelecidas organizações proprietárias do sistema radiofônico que tomam a iniciativa e lançam-se na nova aventura televisiva. Hollywood seria um aliado fundamental, vez que a indústria cinematográfica passa a produzir filmes para a televisão.

A expansão da TV americana além de seus limites territoriais não tardaria. Na América Latina, esta expansão é um desdobramento da dependência econômica e tecnológica crescente dos países periféricos. Os novos modos de produção cultural modificam profundamente as culturas locais. O cinema, mas, sobretudo o rádio na maioria dos países latino-americanos, permitem a massificação de um imaginário calcado nos ideais da sociedade de consumo dos países centrais. Pela primeira vez, de modo ampliado, os países latinos mergulham em uma experiência nova: o sentido de nação. Tal como propõe Martin Barbero (1987, p. 131-132): “A radiodifusão permitiu vivenciar uma unidade nacional invisível, uma unidade ‘cultural’ compartilhada simultaneamente pelos costeiros, os paisas, os pastusos”.

Martin Barbero (1987) propõe, ainda, que o rádio potencializou a nacionalização dos idiomas na América Latina, porém o fez conservando certos ritmos, acentos, tons próprios de cada região. A chegada da TV altera esta realidade, na medida em que sua tendência homogeneizante enfraquece as entonações regionais. Este processo, para diversos analistas, implicará na consolidação de um modo particular de (re)construção da realidade social pautado numa nova economia visual.

Vale aqui sublinhar que, ao contrário dos países mais avançados, na América Latina não se processa a unificação em massa do sistema de ensino, ou seja, a formação de um amplo público leitor ainda hoje não se realizou. Se, na Europa, o sistema escolar contribuiu decisivamente para a unificação de bens simbólicos e a legitimação de modos de pensar dominantes e seu respectivo capital cultural, nos países latino-americanos a heterogeneidade de saberes, de culturas, de comportamentos e crenças mantém, ainda hoje, uma extrema complexidade nestas formações sociais. Deste modo, não é possível afirmar que, efetivamente, exista uma estrutura de dominação simbólica homogênea ou algo similar em um país como o Brasil. Os segmentos hegemônicos não reúnem condições de impor sobre todos os outros grupos, ou pelo menos sobre sua maioria, sua matriz de significações. Nesse sentido, tornam-se ainda mais pertinentes as observações de Martin Barbero (1987) acerca da hibridização da cultura na Latino-América, bem como as observações de Miceli (1982), ao analisar a produção simbólica da TV brasileira. Para Miceli (1982), a produção simbólica da TV no Brasil indica que estamos diante de um campo simbólico profundamente fragmentado e não há condições de os segmentos dominantes imporem sua visão de mundo na ausência de enormes fraturas.

Portanto, faz-se necessário distinguir duas fases que irão marcar o processo de implantação dos meios de comunicação e a constituição do “massivo” na América Latina. A primeira fase estaria compreendida dos anos 30 até o final da década de 50. O papel central dos meios, nesse período, residiria em sua capacidade de disseminar a ideia de povo, de nação, no interior das diversas formações sociais. Tal ideia emerge, sobretudo a partir da esfera do Estado, e teria alcançado eficácia na medida em que consegue incorporar diversas demandas e modos de expressão dos segmentos sociais. Nesse sentido, o cinema e o rádio lograram constituir, na maioria dos países da América Latina, uma primeira ideia de unidade cultural de modo compartilhado. (MARTIN BARBERO, 1987) Se, no início do século XX, o rádio era visto como uma espécie de telégrafo sem fio, sua popularização provoca alterações nesta concepção. Rapidamente o rádio passa a ser utilizado por sindicatos de trabalhadores em vários países da Europa, em particular por grupos sociais ávidos por produzir e divulgar suas próprias ideias. Contudo compreendeu-se, rapidamente, que a politização e os usos culturais do rádio implicariam no surgimento/disseminação de uma heterogeneidade de ideias e forças capazes de colocar em risco o modo de organização política hegemônico,

bem como funcionaria na direção oposta às possibilidades de instauração de uma sociedade de consumo a caminho de sua consolidação.

No Brasil, a radiodifusão começa em 1919, através de uma entidade de caráter associativo-cultural, a Rádio Clube de Pernambuco. Até 1930 existiam menos de 19 emissoras em todo o país. No início, predominou um sistema de caráter cultural, desvinculado do sistema produtivo, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos. Lá, as indústrias eletrônicas, desde os primeiros tempos, atuam diretamente com vistas a estimular a venda de aparelhos receptores. É notório, portanto, que naquele país a radiodifusão foi condicionada pela indústria e pelo comércio como meio de intervenção sobre o mercado consumidor. (HERZ, 1987)

Como não poderia deixar de ser, o interesse americano amplia-se ainda mais com as possibilidades abertas pela indústria televisiva, a qual irá inaugurar a segunda fase da indústria cultural na América Latina, quando volta-se para as grandes cidades dos países latino-americanos, onde, apesar das grandes distorções socioeconômicas, também ampliam-se os bolsões de consumo.

No amanhecer dos anos 60, a constituição do que passamos a entender como próprio do massivo marca a radicalização e queda das diversas manifestações do populismo, a aceleração da internacionalização da economia e seu correlato, o fomento incessante ao consumo. Os meios midiáticos de comunicação fragilizam sua ação diretamente política, ou seja, passam a sustentar o poder político na medida em que se submetem crescentemente à lógica econômica. Nesse processo, a hibridização dos produtos simbólicos são um sintoma explícito dos conflitos próprios de matrizes culturais e fraturas sociais profundas. (MARTIN BARBERO, 1987)

TV no Brasil

Ao longo dos anos 30, mas em particular nas décadas de 50 a 70, a industrialização acelera-se em alguns países da América Latina, com a substituição das importações e a instalação de fábricas. O setor de produção cultural amplia sua inserção em diversos segmentos. A indústria do disco foi um dos setores pioneiros. Junto a esta indústria, cresce o setor radiofônico, onde irá predominar o modelo americano de redes de radiodifusão. Ainda antes da eclosão da Segunda Guerra, os Estados Unidos já exibiam cinco gigantescas companhias cinematográficas – Paramount, 20th Century Fox, Metro-Goldwyn-Mayer, Warner Bros e RKO. O significativo crescimento da

indústria do entretenimento exigia a ampliação do mercado. A internacionalização da produção cultural iria requerer, no entanto, adaptações. Deste modo, são incrementadas algumas mudanças de acordo com certas necessidades de um público heterogêneo. O cinema e o mercado editorial são pioneiros neste processo. A este respeito, vale lembrar que enquanto a revista *Time-Life* é distribuída junto a um público mais seletivo, usuários do transporte aéreo, a revista *Reader's Digest* é traduzida para o português e o espanhol, procurando atingir um público muito mais ampliado.

A indústria televisiva americana, por sua vez, e como não poderia deixar de ser, acompanha a mesma tendência de internacionalização do mercado cultural. Alguns estudos são realizados em países vizinhos, a fim de diagnosticar a potencialidade da expansão da TV, bem como a sua viabilidade econômica. Os estudos demonstrariam, porém, em fins dos anos 40 e início da década de 50, que ainda não era tempo de implantar a televisão na América Latina.

Apesar do diagnóstico, a TV Tupi foi inaugurada em 1950, em São Paulo, sob a liderança de Assis Chateaubriand. Pioneira em toda a América do Sul viveria os primeiros tempos em busca de uma identidade própria, em meio à já consolidada popularidade do rádio, do prestígio do teatro e da penetração do cinema estrangeiro. Embora correndo os riscos inerentes à ousadia de ser a primeira, a TV Tupi, já em 1957, consolida-se como novo sistema de comunicação. Os três canais implantados em São Paulo já arrecadavam algo superior a cerca de 12 emissoras de rádio que então lançavam suas ondas no ar. Há indícios de que Chateaubriand desprezou o conselho de pesquisadores e técnicos americanos, os quais teriam sugerido que o empresário brasileiro não investisse, de imediato, no novo empreendimento, mas aguardasse algum tempo até que o sistema televisivo se consolidasse nos Estados Unidos. Audacioso, Chateaubriand não aceitou tais recomendações e lançou-se à aventura, apoiando-se na experiência adquirida pela consolidação de um império jornalístico sob sua liderança, composto por uma rede de comunicação comandada pelo diário *O Jornal*, do Rio de Janeiro, o *Diário de São Paulo* e da bem-sucedida revista *O Cruzeiro*. Seguro de suas pretensões, ele requisita os equipamentos necessários para a montagem da primeira emissora de televisão da América do Sul, à RCA americana. Um ano após sua inauguração, a TV Tupi seria captada por cerca de 7 mil aparelhos receptores instalados nos lares do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tendo em vista a população do país, cerca de 52 milhões de pessoas, sendo que destes

64% permaneciam na zona rural, o número de aparelhos receptores era extremamente baixo, confirmando as previsões iniciais de que as condições para a instalação da televisão no Brasil ainda eram bastante precárias. Tal precariedade caracterizava-se pela inexistente infraestrutura para a transmissão das imagens, poucos estímulos à indústria eletroeletrônica, um público ainda bastante limitado, e um mercado publicitário incipiente.

No Brasil, onde existiam ainda poucos aparelhos de TV, o cinema tornara-se uma das grandes possibilidades de entretenimento. Dados relativos aos anos 50 e 60 demonstram que a frequência às salas exibidoras era bastante significativa, e não apenas nos centros urbanos mais desenvolvidos, mas também em diversas regiões do país, em pequenas cidades do Brasil. (SIMÕES; COSTA; KEHL, 1986) Apesar das limitações iniciais, o crescimento da televisão é evidente. Em 1956, as emissoras associadas atingem aproximadamente um milhão de pessoas através de cerca de 250 mil aparelhos receptores, àquela altura espalhados em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Pouco tempo depois, Chateaubriand retorna aos Estados Unidos e adquire mais nove estações. Seu objetivo: fazer chegar as imagens da TV até Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, São Luís, Goiânia, Belém e Campina Grande, e, em seguida, Vitória, no Espírito Santo, até alcançar, posteriormente, a nova capital federal: Brasília.

A TV Rio foi ao ar em 1955, e, três anos depois, já se destacava, alcançando o primeiro lugar com programação esportiva. Lança o programa *Noite de Gala*, apresentado por Flávio Cavalcanti. Em 1960 firma programas como o popular *A praça é nossa*, *O riso é o limite* e o *Jornal Nacional*, cujo nome seria mais tarde adotado pela TV Globo. A TV Excelsior é lançada em 1959. Seus idealizadores convidam dezenas de artistas que deixam a TV Rio. Sua ascensão e queda está diretamente ligada ao enfrentamento dos monopólios estrangeiros, posto que vinculava-se a um grupo assentado em uma visão nacionalista, derrotada no contexto de expansão acelerada da internacionalização do capitalismo brasileiro. O naufrágio da TV Rio vai acontecer com a inauguração da Globo. Algumas de suas peças mais importantes, como José Bonifácio de Oliveira Sobrinho e Walter Clark, deixam a emissora e transferem-se para a TV de Roberto Marinho. Walter Clark vislumbra na nova emissora a possibilidade de concretizar diversos projetos inviabilizados pela penúria da TV Rio. A situação da Rede de Emissoras Independentes, integrada pela TV Rio, deteriora-se. Ainda que enfrente uma situação adversa, marcada por poucos avanços tecnológicos, a TV brasileira amplia sua inserção social e inaugura novos modos de construção de lingua-

gem. A utilização do vídeo-tape iria provocar uma verdadeira revolução na televisão. A pioneira foi a TV Rio, em 1960, com o programa *Chico Anyisio Show*. Marca uma nova etapa para a TV, uma vez que as produções locais são cada vez mais reduzidas e tendem a sucumbir, na medida em que passam a concorrer com produções realizadas nos estúdios do Rio de Janeiro e São Paulo, bem mais aparelhados e reunindo um número de profissionais melhor capacitados tecnicamente. Esta mudança terá como consequência mais importante a unificação da programação de TV, ou seja, a homogeneização do que será assistido por milhões de brasileiros espalhados pelo país continente, cujas desdobramentos estão, ainda hoje, por ser investigadas em suas *nuanças*. A partir dali, quase não haverá mais espaço para o teleteatro, e a telenovela é apresentada como sua sucessora. A revolução técnica permite que a telenovela deixe de ser apresentada apenas duas vezes durante a semana e passe a ser transmitida diariamente. De imediato, as emissoras compreendem que o produto telenovela é altamente rentável e, portanto, pode elevar a audiência do canal no qual é exibida. Esta descoberta reforça a estratégia de programação vertical e horizontal. Era o início de um processo em que a audiência tornar-se-ia cativa por um período de longos meses, ligada nas tramas folhetinescas.

Após a exibição de *O direito de nascer*, as telenovelas passam a ser o principal produto da TV no Brasil. Cria-se uma competição no gênero entre a Excelsior, TV Rio e Tupi, as principais emissoras da época. O sucesso experimentado pelas novelas de rádio vive uma outra fase glamourosa na televisão. Sobre isto, é interessante a observação de Martín Barbero (1987) acerca da permanência do gênero melodrama, sua capacidade de adaptação aos mais diversos formatos tecnológicos – do *jornal a TV* – Para Martín Barbero (1987), esta persistência não deve ser analisada tão somente em termos de operações ideológicas ou comerciais, mas deve ser compreendida em sua relação com as matrizes culturais.

[...] pues sólo desde ahí es pensable la mediación efectuada por el melodrama entre el folklore de las ferias y el espectáculo popular-urbano, es decir, masivo. Mediación que en el plano de los relatos pasa por el folletín y en el de los espectáculos por el music-hall y el cine. Y del cine al radioteatro y la telenovela una historia de los modos de narrar y de la puesta en escena de la cultura de masa es, en muy buena parte, una historia del melodrama. (MARTÍN BARBERO, 1987, p. 131-132)

O aperfeiçoamento técnico possibilita que os programas antes produzidos ao vivo, sujeitos a todo tipo de improvisação e erros constantes, passem a ser gravados. Com isso, há um salto de qualidade. Esta mudança cria condições para que os programas circulem entre as emissoras e regiões. Neste processo, serão viabilizadas as redes nacionais. O país passará a experimentar uma unificação simbólica via satélite, simultaneamente.

A Rede Excelsior, inaugurada em 1962, já no primeiro ano era líder de audiência. Ousara apresentar o *Jornal de Vanguarda*, que inaugurava um modo novo de fazer telejornal. No aspecto visual, aposentou a cortina de fundo que, junto a uma mesa e a cartela com o nome do apresentador, formavam o conjunto do estúdio. Mais importante que isso, pela primeira vez um telejornal era feito e apresentado por jornalistas, reunindo profissionais como Villas Boas Correa, Millôr Fernandes e Newton Carlos. A partir dali, as emissoras de TV do Brasil investem na contratação de jornalistas para produzir seus informativos. (LIMA SOBRINHO, 1985)

A programação horizontal, ou seja, a veiculação de um determinado programa sempre no mesmo horário ao longo da semana, foi inaugurada pela TV Excelsior, sob inspiração da TV americana. A estratégia foi iniciada com a apresentação de filmes de longa metragem e ampliou extraordinariamente a audiência com a descoberta da telenovela.

Ao mesmo tempo em que se procura desenvolver estratégias eficientes para construir uma linguagem adequada ao novo veículo de comunicação, observa-se que as características mais evidentes dos primeiros anos da TV no Brasil são a subordinação total de seus programas aos interesses e formatos impostos pelos patrocinadores, e a tentativa de transpor a linguagem do rádio para a televisão.

Isso não acontece por acaso, uma vez que, enquanto a TV americana havia se assentado sobre as bases de uma já consolidada indústria cinematográfica, a TV brasileira tateava em busca de um formato próprio, retirando do rádio, profissionais, esquemas de programação e procedimentos técnicos. Quer inspirando-se no rádio ou no cinema, a lógica da mercadoria, a criação/reforço de um modo de pensar voltado para o consumo, irá balizar as ações da TV nos Estados Unidos e em quase todos os países do mundo, incluindo-se aí países da América Latina.

No Brasil, diversos programas de TV, lançados nessa época, já reforçam a mentalidade voltada para o consumo. Entre estes, um dos maiores destaques seria o programa *Jovem Guarda*, de 1965. Novos ídolos da música como Roberto e Erasmo Carlos, Wanderléia, e tantos outros simbolizam o

culto à juventude, assentando-se em um bom aparato publicitário. O novo estilo musical desdobra-se do *rock and roll* americano. O novo ídolo emergente, Roberto Carlos, torna-se um ícone da música e um marco da indústria cultural brasileira, insuperável na vendagem de discos. Junto a este fenômeno de massa, são oferecidos novos produtos – bonés, calças, chaveiros, anéis, botas – para uma juventude comprimida entre protestos contra o regime militar e astros que encarnam uma “rebeldia bem comportada”.

A TV Record percebeu rapidamente a boa aceitação dos shows musicais e lançou outros programas: *Pra ver a Banda Passar*, com Nara Leão e Chico Buarque, direcionado para um público considerado mais exigente. *Bossaudade*, apresentado por Elisete Cardoso e Ciro Monteiro, voltado para um público admirador da MPB tradicional, dentre outros. (SIMÕES; COSTA; KEHL, 1986)

Enquanto os segmentos emergentes assimilavam estes novos produtos oferecidos pela indústria do entretenimento, as camadas populares começam a sentir-se atraídas pelos chamados “shows de variedades”, cujo conteúdo, quase sempre, explorava aspectos grotescos do cotidiano e das personagens exibidas em seus programas. Um dos mais sedutores destes, Silvio Santos, começa sua trajetória em 1962, na TV Paulista.

O aparecimento da Globo iria acentuar a exploração de produtos simbólicos que poderiam ser enquadrados na categoria de “grotesco”. A estratégia de programação popular explorada pela Globo em seus primeiros tempos marca a entrada de Silvio Santos em seus quadros. Além dele, a Globo incorpora nomes fundamentais para a história da televisão no Brasil como Chacrinha, Dercy Gonçalves e Raul Longras.

Globo: o crepúsculo de um império

A TV Globo é inaugurada em abril de 1965, um ano após o Golpe Militar que destituiu o presidente João Goulart. Sua inauguração significa a ampliação de uma rede de comunicação já consolidada: o jornal *O Globo*, fundado em 1925, e a rádio Globo, inaugurada em 1944.

O início da TV no Brasil foi marcado por dois modelos distintos: de um lado, emissoras ainda tateando em busca da adaptação da linguagem, da técnica, ao novo meio de comunicação, não raro, debatendo-se com práticas improvisadas, lançando um olhar para trás, extraindo do rádio lições nem sempre consoantes com a TV, sobrevivendo, enfim, no confronto com o amadorismo. De outro, a inauguração da TV Globo, que, desde o seu início,

instaura uma outra mentalidade estruturada sobre uma perspectiva mercadológica, pautando-se sobre conceitos de base empresarial.

Em um primeiro momento, a nova emissora não é vista como uma ameaça pelas concorrentes. Permanece na última colocação na audiência do Rio de Janeiro durante os seus primeiros seis meses. Contudo, a Globo logo consolidaria uma nova mentalidade mercadológica e começa a mudar sua posição em 1966. A mudança dá-se no momento em que a direção da emissora migra do núcleo artístico e jornalístico para ser coordenada por profissionais de *marketing* e publicidade, sob a liderança de Walter Clark.

Paralelo a isso, Joseph Wallach, um norte-americano, chega ao Brasil depois de administrar, durante bastante tempo, emissoras nos Estados Unidos. Wallach aceita o convite da Globo para gerir a área administrativa e implantar um sistema mais empresarial de gestão.

A nova emissora implantará, rapidamente, o estilo americano de fazer televisão. Ao invés de relações paternalistas, familiares, personalistas, que marcavam as emissoras então consolidadas, instaura um modelo de organização empresarial adequado à lógica do capitalismo internacional. Por certo, em se tratando de relações políticas, as relações se dariam em um outro plano.

A mentalidade empresarial ajuda a cúpula da emissora a tomar novas decisões. Assim, depois de um incêndio que destruiu as novas instalações da Globo em São Paulo, seus diretores chegam à conclusão de que seria mais viável executar a produção dos programas em um lugar centralizado: o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, e em seguida, transmitir para o país. A transmissão em rede aconteceria em 1969, com a veiculação de um dos programas mais vistos pelos brasileiros ao longo de mais de trinta anos: o *Jornal Nacional*.

Embora a Globo não tenha sido a pioneira na transmissão a cores, mas a Tupi de São Paulo, é pioneira ao lançar a primeira telenovela colorida do país: *O Bem-Amado*, de Dias Gomes, escritor já consagrado, entre outras feitos, pela conquista do Festival de Cannes com o filme *O Pagador de Promessas*, dirigido por Anselmo Duarte .

A cor será um elemento fundamental para a consolidação de uma estética particular, para a afirmação do que passou a ser denominado de “padrão Globo de qualidade”. Este padrão passou a ser traduzido com base na qualidade técnica das imagens produzidas no interior da nova emissora, distinta das demais, por exemplo, a cor, algo brilhante, pela opção herdada do cinema *hollywoodiano*, dos enquadramentos e montagens “assépticas”, ali-

mentando a imagem de um país pretensamente moderno, voltado para um futuro promissor, alimentado pela possibilidade de adquirir os novos objetos trazidos para serem consumidos, ainda que tão somente pelo olhar ansioso de milhões de brasileiros.

A extraordinária expansão da Globo acontece ao longo dos anos 70. Acelera-se, ainda mais, com a ampliação dos segmentos médios da população. É possível afirmar que estas camadas passam a assimilar o discurso reforçado no conjunto de produções simbólicas da emissora, o qual aponta para as possibilidades de ascensão social, a viabilidade do consumo, o prestígio encarnado nos objetos. Ao que tudo indica, este foi o cimento de uma desejada unificação do imaginário brasileiro.

Em 1969, nove entre dez programas mais assistidos no Rio de Janeiro são produzidos pela Globo. Em São Paulo, são três entre os dez. Contudo, a ascensão da emissora do Jardim Botânico se faz sentir, de modo ainda mais nítido, a partir de 1971, quando lidera a audiência de todos os dez programas mais assistidos em todas as cidades onde chegam as suas imagens, atingindo 70% no mercado nacional de TV.

O grupo americano *Time-Life* desvincula-se da Globo em 1971. Esta separação não se dá por acaso, mas deve-se ao fato de a Globo amargar déficits nos anos anteriores. (HERZ, 1987) Ao mesmo tempo, assiste-se ao desmoroamento de diversas emissoras de TV. TV Rio, Excelsior, Continental cerram suas portas ao mesmo tempo em que a Globo reina cada vez mais sozinha.

A década de 70 é o palco onde a Globo viabiliza-se como empresa moderna, exhibe um produto inigualável: a qualidade de sua produção simbólica, assentada na ideia, para alguns dispersa e para outros diáfana: o “padrão de qualidade Global”. Embora de diferentes modos, todos, do cidadão mais simples postado diante da tela, ao técnico competente, percebem que a Globo realiza, em suas produções, algo que faz a diferença: a iluminação de seus estúdios, a maquiagem de seus artistas, o guarda roupas de suas estrelas, a qualidade de seu áudio... a Globo (re)inventa um modo de representação do Brasil, e, em algum nível, o público receptor, a multidão de brasileiros, parece aceitar o jogo da sedução. As promessas inscritas nesse discurso são belas: reintegração da sociedade, realização do desejo de consumo.

Este discurso está intrinsecamente ligado ao Estado Autoritário que dirige a promessa aos brasileiros de que poderão participar da conquista ao final do grande esforço nacional. O cidadão comum parece acreditar na possibilidade de desfrutar das vantagens do progresso. Pulsa o grande sonho de

ascender socialmente. A TV promete, e milhões de brasileiros sentem-se atraídos pelo jogo de imagens, o simulacro que os fazem sonhar e ter esperanças na melhoria do país.

No entanto, sob o verniz das imagens do Brasil belo, o país continua a viver o drama do estado de exceção. Em 1969 acontece o que alguns denominariam “o golpe dentro do golpe”, quando foi assinado o Ato Institucional n. 5, o qual atribuía ao presidente da República amplos poderes: intervenção dos estados, cassação de mandatos parlamentares, estado de sítio, suspensão de direitos políticos.

Enquanto a TV festejava as glórias do país, a resistência, armada ou não, mobilizava-se, sobretudo no movimento estudantil, no interior das universidades, na guerrilha urbana. A grande imprensa apoiara o Golpe Militar, e só posteriormente alguns setores passariam a tornar públicas suas críticas com respeito aos rumos do movimento.

A promessa político-cultural de integrar o Brasil, ainda que apenas no nível discursivo, é um dos principais elos de ligação entre a audaciosa proposta da Rede Globo e os governos militares. O projeto de integração já apontava, desde aquele momento, para a estratégia de incorporar setores descontentes e marginais da sociedade brasileira através de um discurso homogeneizante, pautado em formas padronizadas de preferências materiais e aspirações imaginárias.

Com vistas a este projeto, a Globo pretendia transformar-se em rede nacional de televisão, unificar sua programação. Desejava, ademais, atrair altos investimentos em publicidade e reforçar o potencial de consumo ainda marginalmente explorado, não obstante os seus contrastes.

A TV falaria para os grupos integrados, deveria apresentar-lhes a possibilidade de renovação permanente de bens de consumo. Ao mesmo tempo, seria possível exercitar a incorporação de setores socialmente excluídos do mercado material, ainda que a estes fosse reservado um tipo de consumo marginal.

Quanto a isto, consideramos, ainda, pertinentes algumas das observações de Sérgio Miceli (1982) no que se refere ao caráter da chamada “cultura de massa” no Brasil. Antes de tudo, observa, parece razoável diferenciar a constituição deste fenômeno em um país periférico como o Brasil, daquele ocorrido nos países centrais, uma vez que, aqui, a inserção do campo cultural no quadro das relações de dependência faz funcionar uma heterogeneidade de produtos simbólicos, marcados por características regionais profundamente distintas. Dentro deste quadro, a chamada indústria cultural é fortemente

marcada por gêneros de transmissão oral. Outra questão fundamental está relacionada à evidência de que existem bolsões de consumo significativos somente em regiões mais desenvolvidas e, mesmo aí, é notória a exclusão da ampla maioria da população. Obviamente, tais observações articulam-se com um dos grandes enigmas culturais presentes na atual sociedade brasileira: de um lado a tentativa de homogeneização cultural através das redes de TV, em particular da Globo, de outro as profundas diferenças culturais que conformam o país.

De qualquer modo, a Globo persegue seu objetivo de unificação simbólica desde sua alvorada, e isto ocorre paralelo ao recrudescimento do regime e à consolidação do “milagre brasileiro”, resultante do modelo econômico então adotado pelos governos militares, cuja base pautou-se na subordinação do desenvolvimento do país às exigências do capitalismo internacional.

Rapidamente, o Brasil permitiu a criação de uma sociedade de consumo, embora quantitativamente a possibilidade de consumo efetivo continuasse restrita a um seleto segmento de “classe média” e, obviamente, aos grupos dominantes. Ao longo desse processo, amplia-se o mercado de diversos produtos, de grifes, da moda aos refrigerantes.

O crescimento da indústria é impulsionado pela indústria automobilística e eletroeletrônica, além da consolidação da siderurgia, a expansão da produção de energia elétrica e a indústria petroquímica. Ampliam-se os setores chamados de “colarinho branco”. Com a expansão de grandes empresas, cria-se uma demanda de altos executivos. Contudo, ao mesmo tempo, amplia-se, de modo substancial, a concentração de renda.

Para se ter uma ideia do acelerado processo de concentração econômica, em 1960, 25% da população economicamente ativa detinham 3,9% da renda, já em 1970 este número é reduzido para 3,4%; em 1980 passa a 2,8%. Ao mesmo tempo, em 1960 1% detinham 11,9% da renda, passando em 1970 para 14,7% e em 1980 para 16,9%. (PEREIRA, 1975)

A situação de exclusão social da grande maioria da população brasileira mantém-se após a modernização de seu parque industrial. Ao mesmo tempo, a concentração de renda continua a ser uma das maiores do mundo. Assim, segundo dados atuais, o país possui 25 milhões de miseráveis a partir de 16 anos de idade, o que representa 24% do total da população brasileira, ganhando em média R\$ 131,00. Destes, 45% estão na região Nordeste e, nesse universo, 83% são analfabetos funcionais – possuem menos de quatro anos de estudo. Ressalte-se que alguns estudos apontam para um índice de

exclusão social ainda maior: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indica 28,7 da população brasileira em situação classificada como abaixo da linha de pobreza: renda inferior a US\$ 1 por dia por pessoa. Enquanto isso, apenas 7,3% da população incluem-se no seleto grupo da elite brasileira.

Em um estado como a Bahia, a situação de desigualdade social é profunda. Na capital do Estado, Salvador, cerca de 50% da população ganham pouco mais de 1,5 salário mínimo, e apenas 10% ganham cerca de oito salários mínimos. Enquanto isso, a taxa de desemprego e de pessoas com ocupação irregular, o chamado “bico”, em fevereiro de 2000, aproximava-se de 30%. Já as chamadas “invasões”, áreas urbanas ocupadas irregularmente e que totalizam 17% da capital, abrigavam cerca de 30% da população do município no início da década de 90. Estão por toda parte, compondo uma paisagem onde se explicita a cisão dos dois brasis.

Paralelo ao inchaço dos grandes centros urbanos, ao crescente processo de desenraizamento do brasileiro, que deixa a zona rural em busca do eldorado imaginário dos grandes centros, expande-se a crença em um país construído no interior de um discurso voltado para o ideal de desenvolvimento, modernização, em busca da viabilização do desejo material da sua gente. Em meio ao discurso dos regimes autoritários, a Globo fala para os brasileiros. Não exatamente dos brasileiros, mas, em boa medida, fala de um desejo. Sinaliza com as possibilidades abertas pelo sofisticado sistema bancário que se amplia, amealhando a poupança de milhões. Acena com a criação de um ambicioso projeto voltado para o financiamento de imóveis. Capitaliza o desejo do automóvel novo.

Aos marginalizados, torna-se possível pleitear o passaporte de entrada para os segmentos sociais integrados, na medida em que, ao menos imaginariamente, podem imitar seus padrões de consumo. Se há grandes dificuldades de ascensão social, por outro lado, as possibilidades parecem sorrir, em especial do interior da vitrine doméstica. Constrói-se discursivamente uma fachada extremamente bem esculpida de país em desenvolvimento. É desnecessário reafirmar que a televisão brasileira, e de modo particular, a Rede Globo é o epicentro destas operações simbólicas.

Ao longo do processo de sua consolidação e de propagação da ideologia desenvolvimentista dos governos militares, ao longo da década de 70, a Rede Globo passa a absorver cerca de 40% das verbas publicitárias de todo o país. Sua ousada organização consolida práticas empresariais inspiradas em

modelos vigentes nas empresas de comunicação americanas e coadunam-se com as políticas reforçadas ao longo do regime de exceção.

O conceito de “televisão moderna”, como não poderia deixar de ser, é acompanhado pela revolução técnica, o que eleva a qualidade dos produtos simbólicos ofertados pela emissora. Assentada sobre as bases de um alto investimento em equipamentos, a Globo torna-se reconhecida como a emissora de “bom gosto”, contrapondo-se ao “popularesco”, explorado pelas emissoras concorrentes. José Bonifácio de Oliveira Sobrinho é um dos maiores cultores desta ideia, tornada conhecida como a obsessão global pela qualidade técnica, pela formatação de uma plástica da TV, o que irá desdobrar-se numa maneira de (re)produzir o mundo, os valores, o imaginário, as práticas simbólicas de um povo.

As possibilidades de ousadia alcançadas pela Globo são estabelecidas a partir do contexto histórico vivido pelo Brasil pós-64. Não se pode, portanto, dissociar a questão estética, o processo de estruturação de um tipo de linguagem, de um modo de dizer, de um contexto histórico-cultural particular, desdobrada em um modo de produção televisivo, ancorado em suas possibilidades técnico-materiais, o que levou à extraordinária concentração de capital por uma única TV na América Latina.

O aparecimento da Globo consolida, efetivamente, a televisão brasileira como fenômeno de massa. A conquista de um público expressivamente mais amplo e menos sofisticado, realizou-se através de uma operação onde os signos de prestígio são destacados no interior da vitrine doméstica. Nesta operação, lançou-se mão de certas referências daquele público considerado mais sofisticado, a nova “classe média”, que, então, começa a se consolidar, e que goza de certos privilégios no interior desta formação social.

Por certo, uma vez mais, é necessário sublinhar que na construção de uma sintaxe televisiva, de uma gramática audiovisual consolidada pela TV Globo, diversas estratégias simbólicas inseridas no campo da indústria do entretenimento articulam-se para consolidar esta produção discursiva: revistas, jornais diários, suplementos de informações sobre TV, reforço sobre o mundo dos “olimpianos”, destaque para os ídolos da TV, do futebol, a efervescência de um “novo cinema americano”. Ao mesmo tempo, as imagens do Brasil exibidas na tela da TV aproximam cada vez mais sua referência do eixo centro-sul modernizado. Portanto, há todo um contexto sociocultural que fermenta o novo espaço ocupado pela televisão no Brasil.

Vale observar que o regime militar possibilitou um significativo crescimento do sistema de telecomunicações: A Empresa Brasileira de Telecomu-

nicação (Embratel) é criada em 1967. Ao mesmo tempo, a Globo avança e materializa o projeto de distribuição de canais nas cidades mais importantes do país. A popularização da televisão acontece rapidamente. Ao longo de 30 anos, a venda de aparelhos passa de 2 mil em 1950 para cerca de 20 milhões em 1980.

Se e em 1972 os aparelhos a cores custavam cerca de 20 salários mínimos, em 1970 pelo menos 27% das residências já contavam com um aparelho de TV. Em 1971, este percentual cresce para 31%, 35% em 1972 e chega a 43% em 1974, ano de mais uma Copa do Mundo de Futebol. (SIMÕES; COSTA; KEHL 1986) A febre pelo novo aparelho é visível em cada bairro popular onde, apesar das condições de precarização material, elevam-se as antenas de braços abertos para captar os sonhos via Embratel.

A ação do governo militar sobre o Código Brasileiro de Telecomunicações tem como meta interligar o país através de sistemas de telex, telefonia e, obviamente, do sistema de televisão. Em 1967 surge o Ministério das Comunicações. Todas estas inovações criaram as condições para que, em junho de 1970, 90 milhões de brasileiros partilhassem, pela primeira vez, o prazer instantâneo de segurar a taça do campeonato mundial de futebol, assistindo, através de 63 emissoras nacionais, ao espetáculo transmitido via satélite, diretamente do México.

Em 1973, formata-se, efetivamente, o “padrão Globo de qualidade” através da entrada em cena da cor na televisão brasileira. (KEHL, 1991) Para diversos observadores, este padrão é incompatível com a chamada estética do subdesenvolvimento criada por produtores culturais de esquerda. Restam poucos espaços para os teatros de arena e oficina, o CPC da UNE, o Cinema Novo, a proposta de uma “estética da fome”, manifestações fortemente reprimidas pelo regime político.

Neste processo, tal como observa Kehl (1991), a opulência visual eletrônica criada pela emissora contribui para apagar do imaginário brasileiro a realidade miserável, o atraso econômico e cultural no qual estava mergulhado. A imagem da Globo fez-se via exasperação do *glamour*, de um imaginário do luxo e ostentação.

Em meio a estes acontecimentos, programas de apelo popular, até então bastante explorados, são continuamente substituídos por uma programação que se aproxima, cada vez mais, do *kitsch*, do *midcult*. Aos poucos saem de cena Chacrinha, Raul Longras, Dercy Gonçalves e entram telenovelas mais sofisticadas. Crescem, ainda, os musicais e os programas de variedades. A Globo volta-se crescentemente para uma fatia do público altamente

rentável: a classe média em ascensão. A capacidade técnica de seus equipamentos e a formação especializada de seus recursos humanos possibilitaram a essa emissora as condições necessárias para produzir os seus próprios programas.

A mudança na programação dá-se, paralelamente, ao processo de concentração de renda, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se os setores médios. Datam dessa época *shows* musicais onde artistas como Wilson Simonal e Ivan Lins festejam as belezas do país, ufanismo verde-amarelo, suas alegrias, o patriotismo, o reforço ao otimismo. Também nesse momento, algumas datas são cuidadosamente planejadas para que sejam comemoradas com alegria e esperança de dias sempre melhores: o Natal e o *Réveillon* podem ser considerados emblemáticos dessas comemorações a cada ano.

O público que passou a ser privilegiado pela linha de programação da Globo inscreveu-se, a partir daquele momento, em um perfil considerado de poder aquisitivo consolidado ou em vias de ascensão. A lógica que balizava esta ideia baseava-se no pressuposto de que importava pouco a um meio de comunicação dispendioso como a TV dialogar com setores sociais por demais limitados em seu poder de compra, uma vez que essa emissora rapidamente percebeu que o grande motor para sua existência era, efetivamente, reforçar um tipo de comportamento voltado para o consumo.

Ao mesmo tempo, algumas estratégias foram desenvolvidas pelo discurso da mídia, a fim de conciliar os paradoxos de uma sociedade que continuava a manter a parcela majoritária da população excluída das benesses resultantes da nova etapa de desenvolvimento. Desta maneira, além de sofisticadas campanhas de comunicação, as quais lançam grandes empresas nacionais ou de grupos estrangeiros no campo de realizações sociais – doações a entidades beneficentes, hospitais públicos, bolsas de estudo, etc – começa a surgir um novo modo de entretenimento altamente rentável para grandes empresários e, de modo muito particular, para as emissoras de TV, especialmente a Rede Globo: campanhas sociais de grande repercussão como aquela inaugurada no primeiro ano internacional da criança.

Contudo, o que predomina é a integração nacional através da Rede Globo, que parece realizar um tipo de integração, colando, imaginariamente, os pedaços da nação. A eficiência do projeto de integrar o país parece consolidar-se na medida em que as ondas que cruzam os céus brasileiros levam as imagens de um país aparentemente homogêneo. A população brasileira encontra sua identidade numa mesma prosódia, na sintaxe televisiva. Consolida-se, na medida em que é transformada em público consumidor. As culturas

heterogêneas, polifônicas, híbridas, próprias da diversidade cultural brasileira, são apropriadas após sua lapidação. A incorporação dos traços diferenciadores da cultura faz-se tendo como modelo o que é concebido como concernente ao estatuto do “civilizado”, asséptico, domesticado, de bom gosto, ordenado ou, em última instância, na medida em que se converte em produto de consumo. Com isso, há momentos dedicados ao imaginário da solidariedade, à ideia de comunhão pautada pelo imaginário cristão e tantos outros.

Ao mesmo tempo, vários depoimentos dos principais mentores da Globo apontam para a preocupação central em torno da “economia da linguagem”, e da necessária conquista de um público, sem abrir mão da proposta estética. As marcas mais significativas do chamado “padrão de qualidade”, segundo Miranda e Pereira (1988), poderiam ser traduzidas, entre outras, pela sofisticação do plano visual, traduzida numa certa grandiosidade, o luxo que é cuidadosamente exposto nos cenários, guarda-roupa de seus atores, especialmente nas telenovelas. Esta sofisticação emerge também no subtexto oral, evidenciado a partir da observação do rigor da linguagem empregada, o cuidado com o vocabulário, a pronúncia, a entonação, uma certa imposição encoberta por uma discreta naturalidade de apresentadores ao falar, a contenção, em certo nível, o recurso à fala culta.

Não obstante a sedimentação destas características, o novo contexto em que se inscreve a televisão brasileira, particularmente a partir do final da década de 80, mas sobretudo ao longo dos anos 90, altera os traços distintivos da produção dos bens simbólicos da TV Globo. Embora estes traços tenham logrado consolidar um modo de fazer televisão no Brasil e elevado a emissora do Jardim Botânico à categoria de uma das mais importantes TV do mundo, tal posição, ao mesmo tempo em que a fortaleceu, hoje a aprisiona dentro dos limites impostos por ela mesma.

Apesar de algumas mudanças, os enquadramentos realizados pelo olhar da Globo exigem, ainda hoje, uma “economia da imagem”: mostrar o máximo em um mínimo de tempo, em movimentos de câmera sem excessos ou movimentos bruscos, ao contrário da proposta de alguns telejornalísticos que irão surgir nos anos 80, como o *Aqui, Agora* ou o *Cidade Alerta*, os quais inauguraram um novo modo de (re)produção da realidade e, pois, da relação dos sujeitos com os acontecimentos.

Com estas observações prévias, anunciamos que o processo de internacionalização da economia não se faz, paralelamente, à homogeneização irrestrita do mercado material, sobretudo porque é marcado por fissuras pro-

fundas em sua existência. Ao mesmo tempo, o campo simbólico nacional aproxima, ainda que só ao nível imaginário, camadas sociais distintas, e, simultaneamente, reforça verdadeiros abismos entre competências culturais dos diversos segmentos da sociedade. Nesse sentido, é interessante observar que um sintoma destas fraturas explicita-se na incontestável heterogeneidade dos produtos culturais oferecidos pela televisão brasileira, em seu conjunto.

O mais importante nessas breves anotações, é situar a televisão no Brasil, sublinhando que a televisão passa a funcionar para os sujeitos como sistema integrador compensatório. Para que esta inclusão acontecesse foi preciso reforçar os valores, ideias, comportamentos considerados legítimos pelos segmentos dominantes, elementos civilizatórios dominantes, como: “bons costumes”, “valores católicos”, “amor à pátria”, “respeito à propriedade privada”, “valorização da ética do trabalho”, etc., ao mesmo tempo em que se operou a recusa das significações consideradas ilegítimas, “anarquistas”, “marginais”, a menos que estas sofressem um processo de reintegração, de domesticação, processos estes fundamentais para compreendermos as operações e manobras enunciativas produzidas no interior do discurso televisivo .

Ou seja, os meios midiáticos de comunicação em geral e a TV em particular exercem um tipo de ação simbólica que procura conduzir, sinalizar, guiar os sujeitos em torno de ideias, noções, valores, comportamentos, embora, muitas vezes, de modo desordenado e mesmo conflitante.

É importante considerar, ademais, que os meios midiáticos operam em dois sentidos distintos: de um lado, trabalham para unificar o campo material, na medida em que reforçam os valores consagrados pela sociedade de consumo, os setores integrados socialmente; de outro, respondem às demandas de diversas camadas sociais, inclusive dos setores marginalizados, operando como um modo de socialização compensatória e, ao mesmo tempo, continuam mantendo certas referências dos grupos marginalizados.

Enfim, o que podemos depreender de tais observações é que se acentuam as transformações no interior da sociedade brasileira. Modifica-se o jogo de forças dos grupos hegemônicos e novas ideias são plasmadas para reforçar novos modos de sociabilidade. Se em anos ainda muito próximos a sociedade brasileira assentava-se numa tradição rural, marcada pela quase inexistente ideia de nação, é a partir sobretudo dos anos 60 e 70 que o mapa da realidade brasileira sofrerá profundas modificações, e a televisão aparecerá como grande catalisadora de tais mudanças. A televisão brasileira constitui-se como a matriz-propagadora do sentido atribuído à ideia de Brasil.

A TV no Brasil, hoje

Se, no início dos anos 80, a Rede Globo não chegou a sentir a ameaça de outras emissoras, à exceção de um ou outro programa esporádico, ainda ao longo daquela década seria obrigada a enfrentar os novos tempos de um país que retornava à democracia, embora tal processo fosse permeado por profundas contradições.

Contudo, a falência da chamada Nova República, identificada com a continuidade do poder das antigas elites, tenderia a reforçar a atuação dos partidos de esquerda. Isto, especialmente no nível do Governo Federal, poderia significar um questionamento de fundo acerca do passado e das relações político-econômicas no presente dos meios de comunicação do país, em particular de uma emissora como a Globo, cujo crescimento emergiu à sombra do poder político do regime militar.

Embora continuasse a apoiar o Governo Federal, as mudanças na referida emissora são, àquele momento, cada vez mais evidentes. Expressam sintomas das transformações que ocorrem na realidade do país. No núcleo de telenovelas, os antigos folhetins abrem brechas para temáticas novas. Questões sociais entram na sala de estar pela porta da frente, na grade do horário nobre. A telenovela *Vale Tudo*, de Gilberto Braga, no horário das 20 horas, é um marco na teledramaturgia. A chamada “lei de Gerson”, de levar vantagem em tudo; a decadência moral burguesa; o movimento de personagens que encarnam a ambição desmedida de indivíduos que pagam qualquer preço para “se dar bem na vida”, causam impacto e, em algum nível, reforçam um pensar sobre o comportamento dos atores sociais. Também a “novela das 7”, arrisca-se a discutir, com muito humor e lirismo, a situação da decadência política e moral do país, um de seus grandes marcos foi *Que rei sou eu?*, de Cassiano Gabus Mendes. Outros folhetins trilhariam o mesmo caminho, a exemplo de *O Salvador da Pátria*; programas que se tornaram objeto de vários estudos os quais demonstram as articulações de seus conteúdos com setores políticos dominantes e com o cenário político-eleitoral.

Além do núcleo de ficção, a Globo procura acompanhar as mudanças alterando seu núcleo de telejornalismo. As transformações são claramente observadas na introdução de comentaristas no *Jornal Nacional* e o tom político que ganha o programa *Globo Repórter*. Em todo este processo, interessa-nos considerar que a Rede Globo de Televisão terá uma participação decisiva nas eleições do primeiro presidente da República do Brasil após a ditadura militar. Sua intervenção é direta, desde a preparação do lançamento

do candidato Fernando Collor de Mello, até o momento final da campanha, quando privilegiou o candidato do PRN, Partido da Renovação Social. (RUBIM, 1999)

Vale sublinhar que o engajamento explícito da emissora carioca fomentou dissidências entre seus profissionais e artistas e mesmo entre setores ligados à sua cúpula. Os desdobramentos destes conflitos serão observados após a eleição de Collor, quando toda a direção do núcleo de jornalismo da emissora será alterada. Quanto à opinião pública, a intervenção direta da Globo sobre o pleito presidencial provocou descontentamentos e enfraqueceria o poder da própria Rede Globo, beneficiando outros grupos.

Um dado fundamental para compreendermos o contexto atual da TV brasileira, refere-se ao fato de que, em 1987, o grupo Silvio Santos deixa de ocupar o controle acionário da TV Record, vendendo suas ações para a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A aquisição da Record parece indicar a ampliação de um poder extraordinário do grupo liderado pelo “Bispo” Edir Macedo. Além de alcançar a sétima maior representação do parlamento brasileiro, através de representantes eleitos através de legendas conservadoras, a IURD detém no país diversas emissoras de rádio e TV espalhadas por todo o Brasil.

Enfim, o que assistimos nesse emaranhado envolvido no processo de concessão de canais de TV no Brasil são estratégias das redes em busca de consolidação, modos diferenciados de fazer televisão mas, ao mesmo tempo, se tais estratégias marcam diferenças entre as TV, as aproximam no que se refere à semelhança de grande parte de seus programas. Tal similitude estende-se, ainda, a diversas operações e manobras enunciativas e aos temas exibidos.

As tentativas para conquistar o público revelam táticas diversas e apontam para uma estratégia de *marketing* conservadora por parte do SBT, sempre assentada na programação “popular”, embora a emissora faça algumas concessões. Já a Globo, continua como líder de audiência, porém acirra a disputa junto às outras emissoras. A Rede Record, por sua vez, vai se firmando como uma poderosa rede, ampliando sua produção, e penetrando de maneira mais intensa no corpo social, como um braço do extraordinário poder da IURD.

A grade de programas da TV no Brasil segue demonstrando o horário compreendido entre as 18 e as 22:30 horas como o ápice da conquista dos telespectadores. A rotina dos brasileiros que permanecem em seus lares após a jornada de trabalho continuaria, em boa medida, a ser embalada pela

programação originária do Jardim Botânico, mas marcada por defecções. Se, durante duas décadas, a Globo repousou tranquilamente, amparada nos números incontestes de sua liderança, hoje luta agressivamente para manter sua posição e, com bastante frequência, tem sido derrotada pelas emissoras concorrentes.

O entendimento do sentido atribuído ao chamado “padrão globo de qualidade” permite-nos compreender, de maneira mais consistente, as tensões vivenciadas pela emissora que continua a ser, entre altos e baixos, a campeã de audiência da televisão brasileira. Esta posição, se, de um lado, reforça uma mística encarnada pela emissora, por outro, contribui para imobilizá-la. Isto porque o novo momento vivido pelo país permitiu o surgimento de novas emissoras e, mesmo, de novas propostas; resultou, enfim, na oferta de novos produtos simbólicos. Para sobreviver em um mercado cada vez mais competitivo, as emissoras de televisão brasileiras foram obrigadas a modernizar-se. Mas, ao mesmo tempo em que se observa uma maior modernização técnica, a TV tende a expressar cotidianamente as dissimetrias de um país paradoxal, cindido entre o “pós-moderno” ao alcance das mãos e o sofá em meio à favela. Neste novo contexto, a Globo coloca-se entre a tradição de sua proposta estética e a perigosa queda dos índices de audiência. As mudanças no cenário da televisão revelam um público seduzido pelos apelos de programas concebidos como “grotescos”, pela exploração da violência urbana, e àquilo que muitos consideram banalização do corpo, bem como à massificação dos sorteios de prêmios milionários, mercantilização da fé, e o ressurgimento dos dramalhões mexicanos. Nesse processo, a Rede Globo procura reagir, porém preservando algumas das características que a elevaram à posição de líder de audiência, o que implica na consideração, ao nosso ver central para qualquer discussão acerca do discurso produzido por esta emissora e suas formas de recepção/leitura, de uma concepção e confronto entre o “grotesco” e o “bom gosto”/”racionalidade”, as marcas de um discurso supostamente racionalizado e um outro, em boa medida, marcado pelo embaçamento da razão, da clareza, do bom senso, que definiram, de modo substantivo, o perfil de representação da cultura nos interstícios da Globo e suas congêneres.

Ao refletirmos acerca destas categorias, conformadoras de um discurso “asséptico” e “grotesco”, estimamos que parte considerável das emissoras concorrentes contrapôs-se à “asepsia” global, aproximando-se das camadas “populares” através de um tipo de linguagem capaz de traduzir um outro modo de construção discursiva, assaz explorando a violência policial, os con-

flitos ambientados no cotidiano, o humor escrachado, etc. A Globo, caminhando em outra direção, procurou definir-se a partir de um tipo de construção discursiva que reforçava a seguridade do cotidiano, a inviolabilidade da casa, a tranquilidade da família, a “ascensão pacífica”, enfim, os valores “civilizados”. No entanto, a emissora do Jardim Botânico tornou-se refém de sua proposta diante de emissoras concorrentes que levam para o interior da casa o assassinato dentro do ônibus, a deformidade da fome, a baixaria entre os casais.

Diante deste quadro, pode-se afirmar que uma estética “asséptica” pautou a produção simbólica da Globo, a qual, como assinalamos acima, consolidou-se ao longo do período militar e conformou-se como o mais eficiente suporte simbólico e ideológico para a consolidação do ideário pós-64, através dos mais diversos produtos simbólicos: telenovelas, telejornais, programas de variedades, etc. Porém, as mudanças históricas plasmadas no entorno social permitiram que um outro Brasil passasse a desfilar no interior da vitrine doméstica: o Brasil cruel, violento, desdentado, faminto, e este “outro” Brasil passa a atrair uma multidão de olhares em programas como *Ratinho*; *Aqui, Agora*; *Cidade Alerta* e tantos outros. Com isso, cresce o incômodo, não apenas daqueles que perdem audiência com a crescente ampliação do mercado de consumo simbólico de camadas mais baixas da população, mas, também, de setores médios e mesmo mais intelectualizados. O tratamento aferido a estes programas cruzam classificações desde a qualidade de “grotescos” até a de “oportunistas da miséria” alheia. No entanto, cabe questionar em que nível a violência ali exibida é parte constitutiva da realidade de um país partido ao meio, cindido entre o que há de mais sofisticado e de mais arcaico no mundo. Cabe questionar, portanto, de que modo este outro Brasil é aí representado e, indo mais além, cabe perguntar o que faz as pessoas assistirem à barbárie estampada nestes programas. Assim, enquanto a classe média busca refúgio na TV paga, que atinge uma parcela extremamente reduzida da população, a TV aberta parece ecoar como uma espécie de caixa de ressonância da implosão da sociedade brasileira.

Ao analisar o novo momento da televisão no país, Daniel Filho, considerado um dos mais bem-sucedidos diretores da TV brasileira, e, hoje, diretor de criação da Globo, propõe que a explosão de consumo de televisores, desde 1994, início do plano econômico, gestado ainda no governo do ex-presidente Itamar Franco, modifica substancialmente o perfil do público de TV no Brasil. Ao mesmo tempo, a Globo reage à ampliação desse mercado e à concorrência, contratando “estrelas” de outras emissoras, por vezes me-

nos interessada em exibi-las que em congelá-las, mantê-las distantes do vídeo da concorrente. Em todo esse percurso, assistimos ao “padrão Globo” rapidamente ir se diluindo em decorrência da violenta concorrência no jogo pela audiência. Enfim, a concorrência entre as emissoras da TV aberta, pode tender a implodir, em algum nível, a “estética global” uma vez que a emissora responde às suas concorrentes aproximando-se de temáticas e fórmulas “populares”. São exemplos a produção de programas como *Linha Direta*, cuja base é a exploração de histórias amorosas e familiares coroadas com tragédias pessoais, e o fomento à delação de pessoas consideradas criminosas, acentuando o comportamento autoritário dos telespectadores; quadros de programas como *Domingão do Faustão*, *Zorra Total*, musicais “bregas”, dentre outros.

Entretanto, se a intensa disputa pela audiência, em certa medida, tem feito as emissoras de TV abertas assemelharem-se cada vez mais, aproximando diversos de seus programas de um público considerado “popular”, pode-se afirmar também que a tendência à fragmentação na TV é ascendente, posto que a entrada no mercado da TV paga e de novas tecnologias de comunicação são irreversíveis. No entanto, as características do mercado de comunicação expõem diferenças acentuadas entre a realidade do acesso às tecnologias de comunicação em um país como o Brasil e aquela dos países tecnologicamente avançados.

TV no Brasil: uma rede de intrigas

Das observações realizadas até aqui, podemos depreender que, no cenário atual, a mídia é uma instância primorosa no processo de construção de representações, valores, fantasias que se plasmam no cotidiano dos sujeitos. A partir do tesouro cultural que permeia as relações sociais, a mídia recompõe o mundo social e o devolve, através de diversas formas narrativas, as quais são (re)semantizadas a partir de posições diferenciadas dos atores sociais.

Através destas narrativas, tais instituições produtoras de bens simbólicos reforçam mecanismos de identificação de um público heterogêneo. Desse modo, torna-se cada vez mais necessário analisar os mecanismos que possibilitam à mídia de um modo geral e o seu mais importante suporte, o sistema televisivo, em certo nível, tentar superar as diferenças intrínsecas a cada grupo social, reforçando a identificação dos sujeitos em torno das representações (re)semantizadas em seu entorno; e, ao mesmo tempo, compreen-

der em que medida existem fraturas, diferenças na operacionalização deste discurso.

Procuramos demonstrar que se, em todo o mundo, a mídia, e, particularmente, a televisão, tem reservado um papel fundamental no processo de mediação da realidade social, no Brasil a importância deste meio acentua-se na medida em que se configura numa sociedade onde os meios impressos continuam a ser um bem de luxo, a cultura escrita é, efetivamente, restrita a uma minoria e onde o sistema televisivo constituiu-se desde a década de 70 no principal meio de comunicação massivo, alcançando quase 100% dos espaços domésticos. Assim a presença de um meio massivo como a televisão no interior de uma sociedade com estas características reforça o seu poder de ressemantização, de reconstrução da realidade social. Com isto, a ausência ou fragilidade de outras instituições produtoras de bens simbólicos leva a TV brasileira a ocupar um espaço social compensatório frente à instituição estatal e à sociedade civil.

Diante desta realidade, não é por acaso que diversas análises vêm tentando compreender as repercussões da modernização do país, a especificidade e desdobramentos da expansão extraordinária da indústria cultural em um país cuja característica fundamental é a fragilidade das instituições sociais, o restrito acesso à cultura escrita, a profunda hibridização das culturas regionais, e, portanto, uma sociedade em que o acesso à realidade não-imediata encontra na televisão, possivelmente, a esfera mais importante de mediação. Depreende-se destas observações que o Brasil reúne em seu interior uma diversidade de características político-culturais e comunicacionais que apontam para a necessidade de urgentes análises acerca das complexas relações entre o campo da mídia, as problemáticas político-sociais e os desdobramentos disto na constituição de valores, de visões de mundo dos sujeitos. Sob o ponto de vista de uma análise da produção e dos mecanismos de captura da recepção, torna-se fundamental buscar compreender este fenômeno, em especial de que modo determinadas temáticas, as quais expõem as contradições sociais, são reconstruídas pelos dispositivos midiáticos de enunciação, bem como de que modo é orientado em sua leitura/recepção, ou seja, quais mecanismos mobiliza em sua busca de satisfatória interação.

Sem dúvida, um dos problemas centrais imersos numa sociedade como a brasileira é o profundo paradoxo entre a realidade que marginaliza socialmente grande parte de sua população e, ao mesmo tempo, o reforço permanente a um imaginário de luxo, de possibilidades de ascensão social através de um meio poderoso como a TV.

Por certo, torna-se fundamental compreender um país marcado pela exclusão social, onde a TV constituiu-se, possivelmente, no meio mais poderoso de (re)construção da realidade social. Indissociável desta análise é a compreensão do processo constituído pelo sistema simbólico da TV cujo fim é procurar inscrever sujeitos, inclusive aqueles mergulhados em uma existência marcada por privações materiais de toda sorte e que reelaboram sua própria situação, através da mediação, em algum nível, do discurso produzido na televisão, o qual pode configurar-se como um dos pilares de sustentação mais significativos de sua visão de mundo.

Uma análise desta natureza deverá, portanto, preocupar-se com os modos como os problemas concernentes ao mundo social são (re)construídos no interior do campo da mídia e de que maneira o sujeito (tele)leitor é instalado no interior desse discurso. Tal análise implicará na discussão do processo de construção discursiva de representações, atitudes, valores.

Começemos, pois, o nosso mergulho no universo de um tipo de texto televisivo, o telejornal, cuja marca essencial é a promessa de devolver aos sujeitos leitores a realidade social. Salientamos que após situarmos as condições socioculturais que permitiram a emergência deste discurso, passaremos agora às condições específicas de sua construção, caracterizando primeiramente as especificidades do discurso jornalístico e suas especificidades na televisão; em seguida propomos uma discussão acerca do duplo caráter do conceito de notícia e, posteriormente, tomaremos como *corpus* de análise o *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão.

Capítulo 3

Jornalismo: a janela para o mundo?

Se, como vimos discutindo, a mídia ocupa contemporaneamente cada vez mais o lugar onde são regulados e distribuídos, ininterruptamente, os discursos sociais, convertendo-se em espaço de atualização da realidade, esta atualização dá-se em particular no âmbito do discurso jornalístico que, como um caleidoscópio, oferece-nos um cardápio de acontecimentos do mundo, os quais compartilhamos desde as experiências mais comuns aos acontecimentos mais excepcionais.

Os meios de comunicação reúnem em seu interior diversas modalidades de gêneros discursivos – filmes, anúncios publicitários, novelas, etc – e o discurso jornalístico emerge como expressão mais significativa de interpretação da realidade. Nesse sentido é que:

Na contemporaneidade, o jornalismo, este discurso da atualidade, emerge não só como um espaço de interpretações, mas inaugura um campo de saber, um tipo de conhecimento novo e com adequações exigidas pelas mutações da sociabilidade atual. (RUBIM, 1995, p. 135)

Neste processo, a imprensa reconfigura o mundo. Reforça a pretensão de ordenar o caos mundano através de sua organização discursiva. Sua disposição pressupõe seleção de fatos/acontecimentos, organização destes em um modo de dizer próprio do jornalismo e sua distribuição através dos vários suportes.

No entanto, em seu percurso de mediação, a imprensa não se constitui apenas em um conjunto de técnicas, de formatos textuais, mas engloba um complexo processo de enquadramento do mundo onde subjazem representa-

ções sociais – aspirações, costumes, modos de organização social, comportamentos. (RUBIM, 1995)

Este enquadramento da realidade do fazer jornalístico acontece em um primeiro momento na pauta, aqui compreendida como “[...] relação de assuntos a serem cobertos pela reportagem durante o dia” (PEREIRA JÚNIOR, 2000, p. 138) em segundo na coleta de dados, e em terceiro na angulação da matéria e na sua edição. Informar envolve diferentes interesses no interior e fora da empresa jornalística. O trabalho do repórter é fundamental no processo de extração, de captação da coisa, do acontecimento que é retirado de seu contexto. O repórter desenvolve suas atividades após receber a pauta e de acatar a orientação do editor e/ou pauteiro. (MEDINA, 1988)

De seu trabalho de campo, de sua observação *in loco*, resultará um recorte do real que será levado à redação. Nesse complexo jogo de extração da realidade, estão envolvidos, entre outros aspectos, capacidade de percepção, sensibilidade, competência técnica, isto é, seu domínio das técnicas de construção da linguagem própria do jornalismo. O sujeito intervém na realidade ao tentar traduzi-la em linguagens. Traz consigo modos de apreensão da realidade, posições.

Obviamente que a produção discursiva do jornalismo, a especificidade de sua linguagem através da forma notícia, dependerá da posição do órgão ao qual o profissional de comunicação está atrelado, do contexto político em que se insere, numa palavra, dependerá das condições sociais de produção. Além disso, os macrocódigos incidirão diretamente sobre o dito. Trata-se dos modos “técnicos” de relatar, além de rotinas intrínsecas a cada meio. Ou seja, trata-se ainda de uma constância no modo de lidar com uma certa temática. Para exemplificar, podemos pensar no destaque conferido por jornais “populares” a acontecimentos policiais considerados singulares, excepcionais, ou da especialização de determinados periódicos – economia, vida de artistas, temas políticos – tais assuntos ganharão mais ou menos destaque, a depender do periódico.

Portanto, a escolha da pauta, o destaque que o tema terá no veículo implica em atos de escolha, de posições dos agentes da comunicação, dos autores da mensagem. O discurso jornalístico, como qualquer outro discurso, é um seccionamento da realidade.

Ao discutir a imprensa, Smith (apud GÓMEZ, 1997, p. 67) afirma que “[...] el periodismo es ‘el arte de estructuración de la realidad antes que el de su registro’”. Isto implica no fato de que os chamados “profissionais da comunicação” passam a desempenhar um papel considerável como seletores

dos assuntos a serem discutidos, formuladores de questões, e do modo como estas questões se apresentam para o público.

Estes profissionais, para o bem e para o mal, ocupam nas sociedades contemporâneas o importante lugar de autores bastante singulares, e hoje fundamentais, do conhecimento digerido no dia-a-dia dos sujeitos, convertem-se em agentes decisivos no processo de mediação da realidade social. Certamente a tese de que os meios assumem uma supremacia incondicional sobre os modos de pensar dos sujeitos, do público, já não se sustenta, no entanto crescem as discussões em torno da relação entre meios, agentes sociais, instituições e sujeitos receptores. Nesse sentido, ao tratarmos do poder da mediação do jornalismo sobre os sujeitos nas sociedades hodiernas, é evidente que não consideramos pertinente falar de um discurso único, o que se realiza é uma relação, um cardápio, uma estratégia para guiar o olhar, e, pois, modos que condicionam nosso olhar sobre o mundo.

Com base nestes pressupostos, pode-se afirmar que a construção discursiva do jornalismo oferece-nos modos seletivos de ver a realidade através de processos de seleção, hierarquização e de uma gramática midiática que se diferencia em cada suporte, seja através do aparelho de TV, do receptor de rádio, do jornal impresso, do computador, da revista. Contudo, independentemente do suporte, o discurso jornalístico caracteriza-se sobretudo pela capacidade de recortar e reunir em seu interior “pedaços” do mundo, versões sobre acontecimentos. Trata-se do exercício permanente da promessa que pretende realizar a devolução da realidade aos sujeitos.

Ao analisar as operações acionadas com o propósito de cumprir aquele ideal, a devolução da realidade ao público, deve-se considerar que os meios midiáticos de comunicação não se limitam tão somente a instituições forjadas pelos grupos detentores das instituições produtoras de bens simbólicos. Não se trata de um campo estratégico para manipulação ideológica por parte dos segmentos dominantes, a não ser que a empresa jornalística não obedeça à lógica do jornalismo em sociedades capitalistas e funcione muito mais como uma agência de relações públicas a serviço dos grupos dominantes, tal como ocorre em contextos autoritários. Nesse sentido, os meios de comunicação midiáticos devem ser compreendidos como agentes de um processo social muito mais complexo de produção de sentido, onde se configuram assimetrias, interesses variados, tensões, ambiguidades em todos os momentos. Seja na etapa de seleção, hierarquização daquilo que será exibido, até seu assujeitamento à gramática exigida pelo suporte onde passa a ser (re)produzido.

Contudo diversas interpretações sobre a mídia insistem ainda hoje em apontá-la como uma estratégia dos setores dominantes que impõem determinados modos de pensar. Com isso, o processo de produção do discurso midiático, particularmente do discurso jornalístico, é reduzido a estratégias discursivas onde se instauraria um sentido em boa medida parafrástico.

Nesta perspectiva, estas representações realizar-se-iam, eminentemente, através do acionamento de diversas agências e atores, e entre estes os jornalistas teriam um papel de destaque. O fundamental deste processo seria a produção diária de notícias cuja lógica de produção levaria à fragmentação da informação, obscurecendo-se, não raro, as conexões entre a realidade, os problemas sociais, suas origens, e os seus desdobramentos. O lugar da mídia, deste ponto de vista, consistiria na construção da hegemonia, contribuindo decisivamente para produzir versões acerca da realidade que não se confrontariam com a visão dominante. Nesse sentido, o conceito de hegemonia afina-se à idéia de uma ação que visa a uma manipulação, pura e simples, um tipo de ação de setores dominantes com vistas a conquistar o consenso de outros setores os quais ocupam posições subordinadas na sociedade.

Estudos empíricos têm demonstrado, reforçando tais argumentos e mesmo nossa experiência enquanto leitores/receptores, que em sua produção as notícias destacam determinados interesses hegemônicos, desde o momento de construção das pautas diárias, e as notícias mesmas, como a cristalização das visões dominantes sobre os acontecimentos apresentados pelos meios de comunicação midiáticos.

É preciso considerar, contudo, que, apesar da predominância de certas representações, pode-se afirmar com certa margem de segurança que o que leva à produção de visões dominantes e que implicam na mediação midiática não é algo necessariamente racionalizado todo o tempo pelos grupos ou elites proprietárias dos meios, sequer pelos “profissionais da mediação”, os quais não devem ser compreendidos como agentes plenamente subordinados aos interesses dos proprietários dos meios. Também não se trata de um processo mecânico no qual estão envolvidas as audiências e os próprios enunciadores. Pensar assim é retornar ao paradigma da comunicação como um fenômeno de mão única, plenamente ajustado, asséptico e insistir que a relação de poder/dominação entre os sujeitos é vetorial. Para criticar tais pressupostos torna-se fundamental levar em conta que este fenômeno envolve complexas interações, envolve fraturas dos interesses entre os atores envolvidos neste processo, desde o momento de produção de notícias até sua leitura.

Admite-se, a partir destas considerações, que as notícias, enquanto processo social no qual diversos atores, grupos, segmentos possibilitam a circulação de discursos, constituem-se em espaço de exercícios, de conflitos, de disputas de poder no interior e fora das empresas produtoras de bens simbólicos. Neste sentido, a mídia, e de modo particular as empresas jornalísticas, pode ser entendida como um conjunto de lugares onde cotidianamente se produzem discursos que buscam legitimar ações e situações; mas isto não ocorre de modo linear, homogêneo.

Ao discutir este problema, Adriano Rodrigues (1993) propõe haver uma espécie de esvaziamento da conflitualidade no interior do discurso midiático. Isto ocorre quando as expressões de legitimidade das diversas instituições se revelam contraditórias ou entram em competição na luta pela imposição da sua legitimidade para fixar seus valores e as suas normas em um determinado domínio da experiência.

Apesar disto, embora a mídia não desempenhe sempre este papel conciliador, harmonizador ou de compatibilização entre as posições diferenciadas dos sujeitos, ao contrário, muitas vezes o campo da mídia pode mesmo exacerbar estas diferenças. Ou seja, os órgãos de imprensa podem, em certos momentos, e a partir de determinados interesses, aprofundar o conflito, ampliar o debate que envolve diferentes interesses de grupos ou indivíduos, ou então operar no sentido de esvaziá-lo.

Sobre este aspecto, parece-nos fundamental lembrar a pertinência da noção de polifonia proposta por Ducrot (1987), que, numa tentativa de aproximação com o problema ora discutido, implica na observação de que é preciso atentar no discurso da mídia para a distinção entre diversos enunciadores, o que Ducrot denomina polifonia ou pluralidade de vozes. Um locutor singular enuncia um discurso que, embora seja seu, é também de outros enunciadores. Ou seja, observa-se no campo discursivo da mídia a presença de vozes, de atores sociais que ocupam posições diferenciadas, conflituosas, ainda que, quase sempre, explicita-se o destaque de uma das posições reveladas.

Convém não esquecer que esta problemática foi inaugurada por Bakhtin (1995) em seus trabalhos e foi retomada por diversos linguistas, sendo Ducrot um de seus mais profícuos estudiosos. A problemática da polifonia, tal como observa Maingueneau (1996): “Põe em causa a unicidade do sujeito falante e inscreve-se, então, na problemática mais ampla da heterogeneidade discursiva”.

Também Foucault (1996, p. 10), ao contornar este problema, já alertava para o fato de que:

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar – não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Deste modo, pode-se afirmar que a construção das visões hegemônicas ocorre ao nível dos discursos, através de ordenamentos específicos e formas de circulação. Estes ordenamentos constroem, ao mesmo tempo, marcas de lutas internas, de contradições. Não há linearidade, não é possível analisar este processo apenas como uma força de sentido único.

Consideramos, com isto, que estas instituições podem, efetivamente, produzir sentidos e articulá-los a seus interesses particulares, mas isto não se faz sem conflitos. Assim, embora este problema envolva de modo explícito uma discussão acerca da ética na comunicação, pretende-se, neste momento, que, ao analisar esta questão, importa menos discutir se as notícias são verdadeiras ou falsas, mas destacar como entram em relação de poder e servem para legitimar ou enfraquecer certas posições.

Sobre isto, ressalte-se que são ainda restritos os estudos sobre os modos como os formatos condicionam os modos de dizer, as estratégias mobilizadas para disponibilizar, para (re)construir a realidade social no interior da mídia, bem como para analisar os seus desdobramentos.

Apesar do caráter inaugural destes trabalhos, sobretudo em se tratando das análises desenvolvidas no Brasil, parece pertinente considerar o pressuposto de que já não é possível realizar uma análise mais consistente considerando-se tão somente os conteúdos dos discursos presentes no campo da mídia. Faz-se mister, cada vez mais, compreender sobremodo as estratégias formais, a especificidade de cada suporte no seu modo particular de ofertar a realidade ao seu público e seus cruzamentos com as diversas formações discursivas.

Cabe assinalar que ao nos referirmos ao conceito de formação discursiva revisitamos os trabalhos inspirados em autores como Michel Foucault e Michel Pêcheux e que esta noção é essencial para que possamos compreender os processos de significação. Nestes termos, o conceito de formação discursiva

remete àquele conjunto de enunciados que compõem as formações ideológicas, que compõem atitudes e representações, que não são individuais e nem universais, e que apontam para as posições dos sujeitos, construídas a partir de identidades de classe, de culturas específicas, enfim, dos lugares simbólicos que estes constroem no interior de uma dada formação social e que estão, quase sempre, numa relação tensa. A formação discursiva determina o que pode e deve ser dito em uma posição e conjuntura dadas. (ORLANDI, 1999)

Sobre este aspecto, a formação discursiva passa a ser reconhecida quando se pode “[...] descrever, entre um certo número de enunciados, um sistema de dispersão a partir de considerações dos objetos, dos tipos de enunciação ou modalidades enunciativas, dos conceitos e das escolhas temáticas aí envolvidos”. (FONSECA, 1995, p. 15)

É fundamental ainda não perder de vista que todos os momentos necessários para a construção do discurso da mídia são marcados por uma espécie de co-autoria, isto é, todo esse processo de realização da comunicação depende do receptor construído no interior do texto, das mediações de toda ordem que se conformam nesse processo.

Com isto, insistimos na tese de que a hegemonia discursiva não é dirigida, sem mais, pelos meios de informação ou por outra instituição qualquer, mas resultado ou efeito do próprio processo de produção e recepção da notícia. Isto inclui diversos atores e estratégias próprias de cada meio, o que implica em pensar esta questão sem necessariamente distinguir, a rigor, os lugares da emissão e da recepção, ou seja, o receptor, ainda que construído discursivamente pelo emissor, aparece implicitamente desde o momento da concepção textual, da elaboração do que será dito, tal como veremos nas análises desenvolvidas ao longo desta reflexão.

Notícia: o mundo aos pedaços – entre o grotesco e o racional

Ao tentarmos compreender as estratégias acionadas no interior do discurso jornalístico, mais especificamente a partir da análise de notícias, é preciso, antes de tudo, proceder a uma definição que ultrapasse este objeto enquanto superfície linguística. Ou seja, ultrapassar o entendimento do objeto notícia como algo que se limita àquilo que tem uma materialidade, uma fronteira precisa, que pode ser tão somente apreendido nos limites de uma página de jornal ou de um “bloco” de telejornal.

Queremos dizer com isto que notícia é um fragmento, um pedaço extraído de uma totalidade, cuja organização se realiza de modos particulares. Trata-se de uma reconstrução da realidade e, nesse processo, materializa-se, tal como observa Mouillaud (1997a), uma focalização, um corte, uma separação entre um campo e aquilo que o envolve. Trata-se de uma focalização, insiste Mouillaud, na medida em que trabalha em torno da redução da polissemia, ou seja, há um movimento que aponta para o fechamento do sentido. Para que isto aconteça são acionados dispositivos próprios de cada suporte, de cada economia discursiva - seja do jornal impresso, da revista, da TV, da internet ou do rádio. Ao mesmo tempo, este mesmo movimento intensifica as relações entre os objetos, as coisas e os indivíduos que estão aí compreendidos, permitindo-se, ao mesmo tempo, a produção de sentidos diversos, aumentando-se a polissemia.

Se a paráfrase apresenta-se como um mecanismo de “delimitação”, um mecanismo que procura fechar o sentido de um determinado enunciado, no processo polissêmico ocorre o movimento contrário, quando se instaura a possibilidade da diversidade, da multiplicidade de sentidos.

Ao analisar esta questão, Eni Orlandi (1999) propõe que a tensão entre o mesmo (a paráfrase) e o diferente (a polissemia) constitui as instâncias da linguagem. Neste processo está situada a relação entre a variação, a multiplicidade inerente à linguagem e a sua contenção, que é institucionalizada. Segundo Orlandi (1999, p. 20):

Expressa-se assim o conflito entre o garantido, o institucionalizado, o legitimado e aquilo que, no domínio do múltiplo, tem de se garantir, se legitimar, se institucionalizar. A polissemia é o conceito que permite a tematização do deslocamento daquilo que na linguagem representa o garantido, o sedimentado.

Podemos pensar o processo dessa dupla articulação – a paráfrase e a polissemia – tanto ao nível da produção quanto da sua leitura. Deste modo, sob a ótica da produção, por exemplo, no momento em que um jornalista redige o seu texto, lança mão de conhecimentos já adquiridos, de palavras, de conceitos já sedimentados, de técnicas redacionais cristalizadas. Ele expõe atores do mundo social, em geral conhecidos, públicos. Mas o jornalista pode fazer com que certos conceitos, palavras desdobrem-se em direção a outras significações. Pode revelar atos de atores sociais antes respeitados e que passam a ser alvo de denúncias, etc.

Do mesmo modo, no processo de leitura, ainda que o público admita o pacto tácito, aceitando como verdade aquilo que lhe é ofertado pelo seu jornal “preferido”, pode auferir um valor de inverdade a certas afirmações, revelações postas como irrefutáveis. Pode-se considerar, pois, que o texto noticioso abriga diversos movimentos, brechas para sua compreensão.

Deste modo, se, de um lado, precisamos compreender o objeto notícia para além de sua materialidade linguística, de outro, torna-se necessário vencer certas visões comuns que confinam sua definição. Um exemplo disso são aqueles pressupostos relacionados à definição de notícia a partir de sua inclinação em direção àquilo que aparece como aberrante, anormal, excepcional. Notícia, sob esta perspectiva, seria aquilo que vai de encontro à ordem natural das coisas, seu caráter espetacular, ou seja, um desvio. Neste caso, a realidade é referenciada no cotidiano onde explodem as tragédias pessoais, acentuando-se a irrupção de sentimentos humanos, levando-se à mobilização do emocional.

Frequentemente o jornalismo “marrom” ou “sensacionalista” aproxima-se de narrativas típicas da ficção, onde as histórias individuais ocupam o centro. Intensifica-se nesta operação, o uso de expressões linguístico-visuais com o fim de reforçar o efeito de dramatização. O desenrolar da narrativa compõe-se de elementos próprios do suspense, da aventura, da tragédia.

Pode-se considerar que a imprensa “sensacionalista”, ao reforçar o caráter sentimental das questões sociais, potencializa no público sentimentos infantis e violentos. Exaltam-se preconceitos, o comportamento autoritário, as ações violentas contra indivíduos identificados como “marginais”, “desumanos”: o ladrão, o estuprador, o homicida, o menino de rua, o viciado em drogas. *Ciro Marcondes Filho (1986)* observa que através da perseguição aos já marginalizados rompe-se a possibilidade de sentimentos de solidariedade entre os oprimidos e favorece-se o estado autoritário, a atitude de “fazer justiça com as próprias mãos”. Para o autor, o trinômio escândalo, sexo, sangue aponta para os três níveis de maior enfoque do jornal “sensacionalista”. O fundo sociopsicológico deste tipo de imprensa assenta-se, neste perspectiva, na liberação de tendências sádicas do público. (MARCONDES FILHO, 1986)

Desta maneira, o modo de explicação das tragédias vivenciadas pelos grupos excluídos, da realidade violenta e excludente que marca sociedades profundamente desiguais, tende a desviar-se de análises gerais da sociedade. Exime-se de buscar conexões entre as desigualdades sociais que marcam a

realidade do mundo social. Os fenômenos da sociedade são particularizados, individualizados. Com isso, a justiça passa a ser feita junto àquele que é identificado como o responsável pelo mal.

Ciro Marcondes Filho (1986), citando Buselmeier, afirma que os fatos sensacionalistas são uma compensação para o público. Rir do outro é rir daquele que cai na vida constantemente, que não tem o desempenho desejado, assim como no teatro pequeno-burguês ou nas quedas grotescas dos filmes mudos. Ri-se inconscientemente de si mesmo. A mensagem recorre a necessidades humanas infantis reprimidas e as explora ao invés de prestar esclarecimento sobre elas. Apela de forma irracional e autoritária a impulsos já transformados, desperta sentimentos maldosos e comportamentos sádicos no público.

O autor insiste que o jornalismo sensacionalista é o reverso da opressão social vivenciada no mundo do trabalho e das exigências impostas ao trabalhador pelo processo de produção. Ao trabalhador interessa mais o jornal que o descansa, entretinha, que aquele que o ponha uma vez mais contra o mundo do trabalho, da produção e da política. Os meios que o atingem não são os grandes jornais, mas aqueles que tentam inocular informação temperadas com elementos narrativos e sensacionais. Esta forma sensacionalista também liga-se a exacerbações de neuroses coletivas e desvio de culpados pela situação das massas. São exemplos deste tipo de jornalismo veículos como *O Dia*, do Rio de Janeiro, os programas de TV *Aqui, Agora, Cidade Alerta*, dentre outros.

Se a notícia pode ser considerada a partir desse caráter transgressor, “irracional”, de outro lado, a notícia é tomada como um discurso essencialmente de ordem racional. Este parece ser o ideal de boa parte dos telejornais do chamado “horário nobre” e dos jornais impressos de maior tiragem do país, como *A Folha de São Paulo*, o *Jornal do Brasil*, e o jornal *O Globo*.

Consideramos, pois, que a produção de notícia na mídia não se faz somente a partir do caráter transgressor. De um modo geral, as análises levadas a efeito sobre este problema demonstram que a atenção principal das empresas jornalísticas se concentra nas características dos fatos, dos acontecimentos sociais, eles mesmos, a partir de um conjunto de critérios, e não apenas seu caráter desviante, anormal, excepcional, fantástico.

Com efeito, a notícia deve ser considerada nas sociedades capitalistas como um produto simbólico que sofre crescentemente as ingerências da lógica econômica. Deste modo, para atrair seu público, que é aceito antes de tudo como um consumidor, o produto jornal deve fazer uso de estratégias

capazes de atraí-lo. A lógica do jornalismo, convertido em mercadoria, opera na medida em que o jornal é vendido, de um lado, aos anunciantes, quando a publicidade ocupa lugar de destaque no espaço da página ou nos intervalos, no caso de telejornais, e de outro, é vendido à audiência, àquele que compra o jornal impresso ou que assiste TV.

Nesse sentido, nenhum jornal, mesmo os sensacionalistas, pode veicular somente tragédias, “más notícias”. O jornalismo transformado em produto obedece à lógica da bricolagem: festa e tragédia; publicidade, riqueza e exclusão convivem lado a lado, pacificamente. O mundo é desorganizado e reorganizado. Este processo de fragmentação da realidade tende a reforçar a visão caleidoscópica do sujeito receptor.

Para fazer girar o caleidoscópio jornalístico, estudos apontam que em qualquer redação os profissionais da comunicação assimilam a orientação de que para ser notícia um fato deve ter atualidade, proximidade, proeminência, particularmente a proeminência de indivíduos, causar impacto e possuir uma certa importância social. Qualidades, portanto, do próprio acontecimento, o qual exhibe tragédias ou universos de luxo e prestígio social.

Mauro Wolf (1994) é um dos autores que melhor sistematizou aquilo que se poderia caracterizar como “os atributos dos fatos noticiáveis”. Wolf utiliza o conceito de noticiabilidade para classificar a possibilidade de um fato tornar-se notícia. Para ele, a noticiabilidade é definida a partir de um conjunto de requisitos exigidos dos acontecimentos para adquirirem a existência pública de notícia. Em não adquirindo este estatuto, o acontecimento é excluído do conjunto de informações midiáticas, e assim perde a chance de tornar-se existente enquanto acontecimento público.

Mas observe-se também que a noção de noticiabilidade, entendida como decorrente do acontecimento, torna-se cada vez menos suficiente para dar conta dos critérios de seleção daquilo que deve ou não ser publicizado ou, ao menos, isto vem gerando significativas polêmicas. Para Wolf, trata-se dos “valores notícia” que não decorrem do fato em si, mas das circunstâncias e exigências do trabalho jornalístico.

Motta (1997), por sua vez, chama a atenção para a questão de que na rotina das redações os profissionais da imprensa lidam todo o tempo, por exemplo, com o valor notícia disponibilidade, que se refere à acessibilidade do acontecimento. No caso da TV, destaca-se a visualização, ou seja, a capacidade de o fato ser apresentado em forma de imagens, isto é, à “plástica da notícia” também deverá conformar o modo de dizer sobre a realidade. Observamos ainda o critério do equilíbrio, ou seleção de um tema apenas para

equilibrar o noticiário de uma editoria com outra. Destaca-se também o critério da exclusividade ou ainda da chamada reciprocidade, que pode levar um fato a sair no jornal do dia seguinte apenas porque o concorrente tem ou não o mesmo fato à mão.

No bojo dessa discussão acerca do duplo caráter da notícia, seu caráter racionalizado e ao mesmo tempo irracional, grotesco, é interessante a observação de Serra (1980) ao tratar da segunda caracterização/definição de notícia, isto é, da dramatização dos fatos em jornais chamados populares, a exemplo de *O dia*, do Rio de Janeiro.

Serra (1980) afirma que a reconstituição dos acontecimentos se dá por distanciamento teatral, bem diverso da cultuada objetividade dos jornais ditos sérios. Nestes, o distanciamento visa a proteger o leitor, esvaziando seu possível envolvimento afetivo através da representação supostamente objetiva. Nos diários “populares”, o leitor é considerado como potencialmente desviante e sua integração deve passar pela identificação dramática com o desvio. Ao que parece, esta potencialização do desvio é ascendente em certos programas televisivos. Assim, não é por acaso que a briga pela audiência nas TV abertas dá-se cada vez mais a partir da exploração do grotesco, mesmo naqueles programas que aparentemente procuram manter a assepsia dos conteúdos jornalísticos de maior prestígio junto às camadas mais abastadas.

De qualquer modo, parece evidenciar-se uma tendência de adesão de certos programas que até então não apelavam para tais estratégias desviantes passarem a fazê-lo. Com isto, também a imprensa dita “séria” vem procurando explorar elementos dos acontecimentos cotidianos, naquilo que se apresenta como mais inusitado, curioso, irracional, podendo chegar ao que, não raro, se entende como grotesco.

Embora este tipo de jornalismo possa, de certo modo, distinguir-se dos programas “populares”, incorporando um “verniz” de seriedade, explora, em algum nível, as propriedades da narrativa “grotesca”, destacando muito mais o “fantástico”, o engraçado, o excepcional, a fim de atrair uma audiência maior.

Com base nestas observações, propomos que, em algum nível, todos os jornais podem ser considerados de cariz sensacionalista e que a subordinação crescente do jornalismo à lógica do mercado reforça a exploração dos acontecimentos enquanto aparência, luxo, espetáculo, tragédia, elementos da vida privada e não da vida pública. Ao tratar desta questão, Marilena

Chauí (1990) observa que há uma tendência crescente da mídia em transformar acontecimentos políticos em tragédias domésticas, em converter a crítica cultural em opiniões banalizadas. Recorre-se, segundo a autora, todo o tempo, a estereótipos. Nesse processo, tudo tenderia a se converter em diversão, desde os acontecimentos mais trágicos, como as guerras, até uma cerimônia religiosa. Com isto, denuncia Chauí (1990), o mundo torna-se uma virtualidade banal, um grande circo de futilidades.

O mais importante nestas observações é que ao reconstruir a realidade, a cena do acontecimento, a fala daquele que, de algum modo, participou de um determinado evento, evidencia-se que os dispositivos midiáticos não existem apenas enquanto aparelhos tecnológicos de natureza material. Não são um suporte inerte do enunciado. Estes dispositivos constituem-se como um local onde o enunciado toma forma. Não raro, seguindo a classificação binária que está sendo considerada, isto é, com o propósito de “higienizar” a realidade, ou ainda ofertando o seu lado mais obscuro, mais transgressor.

Enfim, a pertinência de estudos que levantam estas preocupações têm por base o entendimento teórico-metodológico de que os jogos e estratégias de linguagens acionados pelo campo da mídia não são apenas instrumentos e suportes de que estes se valem para fazer representar o mundo. Sejam estes jogos e estratégias formas de tornar os acontecimentos “higienizados”, “sensacionalistas”, “neutros”, “tendenciosos”, “objetivos”. Mais do que isso, tal como observa Fausto Neto (1997, p. 504), “[...] a instância da linguagem é o vetor por onde os poderes se colocam em relacionalidades, conflitualidades e, pode-se mesmo dizer, agendam a direção dos processos políticos e o modo como são representados problemas sociais”.

Isso é ainda mais explícito quando tratamos de uma sociedade de organizações civis frágeis como a brasileira, o que fortalece o poder de agendamento e semantização conformado pela mídia e particularmente pela televisão.

Pode-se, a partir destas observações prévias, afirmar que o discurso do jornalismo não apenas possui o poder de falar para um número extraordinário de pessoas. O jornal encarna também a capacidade de semantizar a realidade, de fazer uso de estratégias para ofertá-la através dos chamados “contratos de leitura”, entendidos como um conjunto de regras de instruções que visam orientar a leitura do sujeito receptor. Os contratos norteiam a estratégia comunicativa de cada um dos suportes.

Para exemplificar o modo de funcionamento dos “contratos de leitura”, podemos pensar nas instruções formalizadas na primeira página de um jornal: a manchete principal orienta qual o assunto privilegiado na edição, as matérias consideradas menos importantes são, quase sempre, colocadas na margem esquerda; as legendas que acompanham as fotos orientam de que modo o receptor deve ler a ação exposta na imagem. Enfim, tal como veremos mais detidamente nos próximos capítulos, o sujeito não goza de absoluta liberdade ao se defrontar com os diversos textos. O sujeito é interpelado, é orientado em seu processo de leitura.

Deste modo é que nos parece pertinente uma análise dos textos de notícias cujo objetivo vise compreender de que modo a realidade é (re)construída em seu interior, e procure revelar indícios do contexto da sua produção. Cabe sublinhar que texto é aqui entendido em seu sentido mais amplo. A ideia de texto sendo considerada a partir da diversidade de sua materialidade linguística: seja um filme, um texto escrito, uma fotografia, etc. A partir das marcas discursivas inscritas em um determinado texto, é possível a observância das vozes, dos grupos de interesses distintos ou antagônicos cujos discursos em permanente tensão podem ser visualizados.

Ao discutirmos tal problema, é preciso reafirmar que no discurso jornalístico o conteúdo é revelado pelos “profissionais da comunicação”, que não lidam com “fatos”, tal como se afirma frequentemente, mas com “falas”, oriundas dos sujeitos presentes no seu interior, seja o parlamentar, o presidente, o líder sindical, ou o texto de uma agência de notícias. “É uma escritura feita de diversas reescrituras”. (MOUILLOUD 1997a, p. 25)

Autores como Antônio Fausto Neto (1997) consideram que ainda um saber marcado pelo “realismo ingênuo” condiciona diversos procedimentos dos chamados “profissionais da comunicação” ou “profissionais da mediação”. Esta última observação é válida tanto em seus aspectos técnicos quanto éticos, da práxis cotidiana do jornalismo, cuja característica fundamental, não raro, é considerar-se como uma atividade cuja nobreza maior é afirmar-se como lugar que reproduz, repõe o real.

Tratar-se-ia, pois, de uma estratégia tão-somente mediadora entre o sujeito leitor e o mundo através do jornalismo. Sob este ponto de vista, o jornalista e todos os outros sujeitos envolvidos na produção deste discurso, colocar-se-iam à margem deste dizer, sem quaisquer interferências sobre o dito. Este problema ganha uma dimensão particular se pensarmos na inscrição do discurso jornalístico no suporte televisivo em especial, considerando-

se que o “efeito de realidade” é reforçado através do estatuto de verdade portado pela imagem.

As trilhas do telejornal

A sofisticação das novas tecnologias, em particular aquelas operadas em um meio como a televisão, e, conseqüentemente, o desenvolvimento de estratégias para a manipulação da imagem consolidam as possibilidades de intervenção dos profissionais da comunicação sobre os acontecimentos do mundo, mediados sobretudo pelo discurso jornalístico. Porém, paradoxalmente, há também o reforço à ideia de informação objetiva, de neutralidade, o mito da imparcialidade dos comunicadores.

Se é verdade que os leitores não são elementos passivos, por outro lado é preciso insistir que a desarticulação da sociedade civil, os limites impostos a diversas formas de acesso ao conhecimento conferem à TV uma influência ainda mais significativa.

A potencialidade da televisão irrompe, como propõe Vilches (1995), e já aqui assinalado, em sua ubiquidade: pode estar em toda parte e pode ser recebida em todos os lugares ao mesmo tempo; sua onisciência: pode recordar tudo através da memória audiovisual de seu arquivo; a televisão tudo pode exibir, sedimenta seu poder panóptico, viabilizado pelo poder político e econômico que a sustenta e pela competência técnico-profissional que detém.

Aliado a isso, é preciso reforçar a ideia de que os “profissionais da mediação” não fazem uso apenas de técnicas especiais, as quais permitiriam a esse modo específico de dizer uma isenção, uma postura de neutralidade, um não envolvimento com o mundo, e sua pura descrição. Ao contrário, todos estes sujeitos estão muito menos na posição de senhores da linguagem e muito mais no lugar daquele sujeito que se submete a convenções sociais. Com isso, se, de um lado, os profissionais da comunicação manipulam as novas tecnologias garantidas pelos avanços técnicos, ao mesmo tempo terminam por subordinar o seu próprio fazer a estas novas possibilidades que parecem ganhar uma autonomia crescente.

Se admitimos tais pressupostos, devemos conceber que o dizer do jornalismo não se resume apenas ao bom uso de técnicas, de regras para fisgar a realidade, embora isto não possa ser desprezado, mas constrói-se sobre as bases de processos, de operações que já existiam antes do sujeito. O sujeito que diz age sobre um código, técnicas e linguagens que lhe precedem. Ao

agir sobre tais códigos, técnicas e linguagens o sujeito deles se apropria, articula-os, e, em certa medida, transforma-os. Contudo, este fazer obedece a limites.

Ao tratar desses limites, mais especificamente, ao analisar a posição dos novos profissionais da comunicação, em particular dos profissionais da imprensa, Bourdieu (1997a) observa que há um exército de reserva e uma enorme precariedade de emprego nestas profissões, em particular no âmbito das empresas de TV e de rádio, daí resultando, de modo preocupante, o aumento do conformismo político em um contexto em que cresce a pressão econômica. (BOURDIEU, 1997a)

Este autor faz referência à situação atual de grande concentração das redes mundiais de TV, onde a NBC é propriedade da General Electric, a CBS da Westinghouse, a ABC da Disney, a TF1 da Bouygues. Ao mirarmos a situação no Brasil, observamos um contexto também crítico. No cenário brasileiro, como vimos anteriormente, uma única rede de TV concentra pelo menos 50% da audiência e 70% das verbas publicitárias do país. Ao considerarmos estes aspectos de nível macrossocial, partimos, pois, do pressuposto de que ao discutir os mecanismos de enunciação desse discurso, não se deve simplesmente apontar para a responsabilidade de pessoas, de indivíduos, mas, tal como nos ensina Bourdieu, analisar os modos como é exercida uma violência simbólica que, em algum nível, conta com a complacência/subordinação daqueles que produzem as mercadorias simbólicas.

Em um contexto de crescente concentração das grandes cadeias de comunicação amplia-se um fenômeno que obedece a esta lógica: a homogeneização crescente dos produtos jornalísticos. As diferenças mais evidentes, ligadas sobretudo à coloração política dos jornais, ocultam semelhanças profundas, ligadas em especial às restrições impostas pelas fontes e por toda uma série de mecanismos, dos quais o mais importante é a concorrência.

Como observa o sociólogo francês, há uma espécie de jogo de espelhos no jornalismo, na medida em que os profissionais da comunicação passam boa parte do tempo observando o que os outros veículos produziram. Isso produz um efeito de fechamento do mundo social na medida em que as ocorrências, os acontecimentos são selecionados de acordo com este jogo concorrencial, o que leva a um fenômeno perverso: não obstante as diferenças de superfície, os profissionais da comunicação terminam por dizer o mesmo nos diferentes espaços que ocupam.

Trata-se do mecanismo nomeado por Bourdieu de “circulação circular”, onde, possivelmente, o aspecto mais dramático deste processo seja a mentalidade de subserviência que acomete já os estudantes que, mesmo ainda não tendo ingressado efetivamente na carreira profissional, não raro, já explicitam a pouca disposição para criticar a estrutura que os aguarda.

Estas posições dos meios obedecem à lógica que impregna todo o processo, pautada pelos índices de audiência. Hoje, as emissoras de TV tornam-se reféns destes índices, acompanhando números – os índices de audiência – que são verificados a cada 15 minutos. Cresce o que passou a ser denominado de “mentalidade-índice-de-audiência” nas salas de redação, nas editoras, etc.

É interessante observar, ademais, que em sua primeira fase, a TV privilegiou outros gêneros em detrimento do jornalismo. Em fases posteriores, a situação mudou radicalmente e, hoje, o jornalismo é um dos produtos simbólicos mais importantes na grade de programação em suas diversas formas: esportes, coluna social, vida de artistas, política, etc.

Esta incorporação pelo sistema televisivo do campo do jornalismo veio reforçar a sua dependência de setores como a economia, a publicidade, as injunções políticas.

Nesse processo, a concorrência, que poderia gerar originalidade e diversidade, tende, muitas vezes, a favorecer a uniformidade, a homogeneidade, a simplificação, a massificação da informação, em suas mais diversas formas. Quanto a isto, os exemplos são fartos.

Cenários como este levam a situações curiosas como aquela em que jornalistas são disputados, tanto para impedir os concorrentes de incorporá-los em seus quadros, quanto por desejo real de os possuir. Nesse domínio como em outros, a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta.

Observa-se, não raro, a ascensão de profissionais que se destacam muito mais pela capacidade de atuarem como “animadores”, produzindo um jornalismo marcado pelos assuntos “leves”, produtores de *fait divers*, em detrimento da informação, da análise, da entrevista mais aprofundada, da discussão entre especialistas, em favor do puro entretenimento, da banalização, da diversão.

Esses mecanismos concorrem para produzir um efeito daquilo que diversos analistas passaram a denominar “despolitização” ou ainda de desen-

canto, sobretudo no âmbito da política. A redução dos acontecimentos do mundo à lógica do espetáculo, do divertimento, tende a levar ao desvio da atenção do público. Deste modo, a vida política e suas consequências parecem tornar-se insípidas, tediosas.

Nesse sentido, emerge, novamente, a questão do nível em que os produtores de TV, sobretudo os profissionais do jornalismo, aproximam cada vez mais sua prática daquela própria do campo publicitário. Com isso, os objetivos do jornalismo, também estes, passam a girar em torno da busca de altos níveis de audiência.

Ao tratarmos desta questão, tangenciamos o problema que traz de volta o complexo processo de enunciação do discurso jornalístico, o que nos leva a observar que, neste movimento, dois procedimentos básicos operam de modo a condicionar este dizer: de um lado, o que se poderia chamar de “macrocódigos”: a língua, matrizes culturais, regras sociais, ética e ideologia. Trata-se de um olhar macrosocial sobre o contexto em que tais discursos são produzidos e que, como observamos acima, parecem levar o discurso jornalístico a banalizar os diversos campos que compõem o social e subordinar-se a uma lógica própria do jogo publicitário. De outro, o que os “profissionais de comunicação” parecem conhecer bem, ainda que na prática, no fazer cotidiano. Referimo-nos àquilo que Fausto Neto nomeia “microcódigos”, tais como dispositivos que são criados no interior dos meios de comunicação. Estes dizem respeito aos códigos particulares que deverão ser manejados e mobilizados como instrumentos enunciativos. Um bom exemplo são os “manuais de comunicação” ou “manuais de redação”, que também parecem tender a assimilar o modo de fazer e de dizer próprios da publicidade. (FAUSTO NETO, 1992)

Com base nestes pressupostos, aceitamos a tese de que é a partir de um grande conjunto de acontecimentos sociais, de “macrocódigos” e também de “microcódigos” que os meios selecionam, a partir de critérios internos derivados de suas rotinas de produção, quais os mais importantes para serem considerados notícias.

Decerto, alguns temas podem assumir uma grande importância em alguns meios e não serem privilegiados em outros, mas há uma razoável uniformidade sobre os assuntos tornados públicos, ao menos nos jornais de maior tiragem/audiência.

Quanto a este processo de “publicização”, é interessante considerar que a TV converte-se em um meio excepcional, em sua inserção social, na medida em que, embora disponha de uma extraordinária capacidade de

(re)criar o mundo, de potencializar o “efeito real” pode manifestar um profundo paradoxo, pois, frequentemente, oculta um acontecimento, um problema, exibindo-o. Ou seja, ao mostrar, exhibe algo que em boa medida silencia: a realidade, ou o que poderíamos considerar sua face mais realista.

Telejornal: o mundo na sala de estar

O acesso do telejornal aos acontecimentos do mundo, semelhante a qualquer outra empresa jornalística organizada, obedece às seguintes estratégias básicas: 1) o mundo é dividido em áreas de responsabilidade territorial (territorialidade geográfica); 2) organiza-se em torno de uma especialização organizacional, quando empresas posicionam repórteres em certas organizações que, do ponto de vista jornalístico, produzem acontecimentos noticiáveis: Polícia, Secretarias de Estado, Ministérios, etc. 3) opera-se ainda uma especialização em termos de temas: economia, esportes, cultura, etc. Impõe-se uma ordem ao mundo social. (VILCHES, 1995)

Em sua rotina diária, o telejornal se constitui a partir de uma multiplicidade de textos oriundos de agências de notícias, agências de imagens, TV estrangeiras, afiliadas dispersas em diversas regiões do país.

Isto implica no fato de que os profissionais da comunicação deparam-se a toda hora com uma questão fundamental envolvida no processo em que está mergulhado o fazer (tele)jornalístico: ajustar o extraordinário volume de informações que chegam até a redação, oriundas dos mais diversos espaços sociais e interesses, ao espaço/tempo disponível na programação do veículo, bastante restrito, se considerado o volume de informações.

As notícias são classificadas em níveis de importância, de acordo com critérios definidos na empresa jornalística. As notícias de pouca importância, em geral, são expostas através de notas ou notas cobertas. Aquelas consideradas importantes terão destaque – isto é notório observando-se o bloco em que aparece, o tempo de veiculação, etc.

Se, no jornalismo impresso, diversos críticos observam um crescente processo de fragmentação da realidade, de banalização dos acontecimentos, no telejornalismo esta tendência parece aprofundar-se na medida em que são reforçadas características como a superficialização da transmissão dos fatos e, particularmente, uma tendência ao esquecimento por parte do público, o que parece ser uma característica reforçada pelo meio em sua relação com o telespectador.

O que nos interessa mais diretamente nesta questão, nos limites deste trabalho, é que os critérios de seleção não se resumem a uma escolha subjetiva do jornalista, mas trata-se de um componente complexo que se desenrola ao longo do processo produtivo. Tais critérios estão relacionados com a noticiabilidade do fato de que falamos anteriormente.

Seja como for, ainda que obedecendo à precisão dos segundos e à lógica da fragmentação, as matérias apresentadas nos telejornais indicam que estes são os assuntos mais importantes do dia, os assuntos que os telejornais indicam como temas preferenciais a serem discutidos, os assuntos que devem ser debatidos, os fatos que são considerados relevantes. A mídia, e em especial a TV, vai tecendo a rede dos acontecimentos, do cotidiano, daquilo que devemos nos ocupar no dia-a-dia.

Sem dúvida, a estrutura narrativa do telejornal é de grande complexidade. A equipe que produz o telejornal é composta por editores, diretor geral, repórteres, cinegrafistas, editores de imagem, produtores, pessoal técnico do estúdio. Estes homens e mulheres (re)produzem tempos, espaços e pessoas.

Além da enunciação, da oralidade, e dos recursos da escrita, há a narração imagética, visual. Trata-se do plano onde a realidade, o acontecimento é apresentado visualmente. Nesse processo, mais uma vez, ao utilizar todos estes recursos comunicacionais, ao organizá-los, o emissor pressupõe um receptor, formaliza um contrato de leitura.

Na televisão, estas manobras são organizadas através de textos que são produzidos para serem ouvidos e não lidos, daí a busca permanente de palavras simples, de parágrafos curtos, de frases pequenas. A sofisticação textual é posta de lado, o mundo vai sendo esquematizado, simplificado, numa palavra “didatizando”, através da gramática audiovisual da televisão, cuja potência amplia-se na medida em que contém todas as linguagens e cuja manifestação mobiliza o princípio da ideologia da transparência da informação. Isto terá consequências fundamentais na inserção social do telejornal

Ao contrário do jornal impresso, no telejornal não há primeira página. As orientações para sua leitura são realizadas através das “chamadas” anunciadas durante a programação. Ao mesmo tempo, sabe-se que, se de um lado, o veículo impresso possibilita ao leitor o retorno, a releitura, o domínio de seu tempo de inteligibilidade e interpretação, a ordem de leitura que deseja a partir dos “cadernos” ofertados, no telejornal o domínio do tempo é exercido pelos enunciadores, os profissionais da comunicação.

O tempo de leitura organizado precipuamente pelo telejornal implica no domínio do tempo de exibição do real, do evento mostrado. Implica,

ademais, na determinação do espaço ocupado pelos atores envolvidos em um dado acontecimento.

Tal como observa Vilches (1995), entre o espaço do acontecimento e o espaço do estúdio vai sendo construído um terceiro espaço da notícia, cuja existência se origina no dispositivo da página eletrônica e que se resolve na tela como suporte privilegiado. Além disso, entre o tempo passado e o presente da informação cria-se este terceiro tempo, o tempo real, que é o tempo produzindo-se diante do telespectador.

Todas estas operações linguístico-visuais potencializam o poder de compressão e fragmentação no telejornal. Estas operações ganham contornos muito mais complexos se comparados ao jornal impresso, devido à própria natureza do meio. No interior do discurso televisivo é possível aos enunciadores interferir no acontecimento mais facilmente, desde a escolha dos temas, passando pelo processo de edição, onde tempo e espaço são radicalmente transformados. Paradoxalmente, há o reforço da ilusão de verdade através, particularmente, da força da imagem.

O potencial de verossimilhança da imagem leva a uma certa mística que lhe garante um estatuto de verdade junto ao público, e tende a apagar o poder de intervenção daqueles que intervêm sobre a realidade para captá-la e rerepresentá-la sob a forma de notícia.

Deste modo, embora as novas tecnologias da imagem e da informação pareçam consolidar o fato de que a realidade pode ser manipulada em melhores condições e mais eficazmente por técnicos e criadores, ao mesmo tempo, a ideia de janela aberta para o mundo, de informação objetiva, neutralidade do jornalista negam o importante papel que têm os sujeitos, sobretudo na manipulação da imagem.

Lembre-se sobre isto que a manipulação da imagem pode ser operada em três níveis fundamentais: o pré-gravado : em que as imagens colhidas propõem-se a exibir o que foi captado de um acontecimento; a pós-produção – quando o material já gravado é manipulado eletronicamente (trata-se do processo que envolve a sonorização da imagem, a digitalização, a montagem e edição) e a geração audiovisual – que é o material cuja existência deve-se exclusivamente ao tratamento eletrônico de imagens e sons sem existência na realidade.

Quer insistindo-se no mito da neutralidade ou reconhecendo-se como mediadores ativos no processo comunicativo, importa afirmar que além da função informativa, o telejornal se apresenta atualmente como principal campo onde se exerce uma função didática, isto é, em algum nível consis-

te de uma pedagogia que se propõe a ensinar como o sujeito receptor deve decodificar os textos que lhes são ofertados, o que implica, de modo subjacente, em uma maneira de perceber o mundo, de interpretá-lo.

Não se pode, pois, desconsiderar que na configuração dos “modos de olhar” orientados pela mídia – os textos escritos, tipos de letras, cores, fotografias, imagens – (re)organizam a realidade. No telejornal, além do texto escrito para ser lido por apresentadores, e que aparentemente são textos apenas de natureza oral, a atuação dos repórteres opera uma intervenção através de textos escritos e narrados e da improvisação. As câmeras, por sua vez, também operam uma seleção, um recorte, uma angulação da ação, dos atores, do espaço que capta e reconstrói. Deste modo, também aquele que opera a câmera está interpretando, lançando um certo olhar sobre um acontecimento.

Em todos os momentos em que analisamos este processo, acompanhamos o aprofundamento do paradoxo entre o discurso telejornalístico que reforça a neutralidade de sua mediação sobre o mundo e os processos de (re)organização e, portanto, de interferência das diversas linguagens sobre o mundo.

Em geral, os manuais de jornalismo da TV expressam esta profunda contradição: a afirmação ontológica da imagem e a certeza de que a realidade é um produto resultante das mãos dos profissionais.

Observe-se, por exemplo, que nos manuais de estilo as instruções orientam quais devem ser os procedimentos mais eficazes para captar as cenas experienciadas no mundo: enquadramento curto, planos curtos e fixos em se tratando de depoimentos de sujeitos que devem ser destacados no interior da notícia. Para mencionar notícias menos importantes, a orientação indica um movimento similar: é preferível prescindir da panorâmica e do zoom e colher detalhes no plano curto que facilitem a montagem rápida do informativo. Enfim, assim como as palavras, também as imagens exibidas nos telejornais, quase sempre, obedecem à gramática do suporte: devem ser condensadas, simplificadas. Devem orientar-se no sentido de serem rapidamente interpretadas, assimiladas.

Tudo isto para insistir no pressuposto central de toda esta discussão de que não há objetividade no jornalismo, de que se esfuma a suposta neutralidade dos profissionais da mediação, embora, sobretudo a imagem na televisão, reforce o “efeito real”. Portanto, também na TV, os elementos diferenciadores e que parecem potencializar a possibilidade de mediação inerte do real, como a câmera, são elementos de intervenção sobre este mesmo real

posto que a câmera, como a palavra, modaliza, transforma, deforma, (re)produz. É a intervenção de uma certa linguagem sobre uma outra, a imagem sobre o real. Estas imagens, captadas em um primeiro momento pelo *cameraman*, serão ainda submetidas a diversas intervenções pelos editores de imagem e mesmo pelo editor geral do telejornal.

Além da escolha dos planos, de tempos, do enquadramento de pessoas e espaços, as imagens e sons captados sofrerão ainda a interferência dos sujeitos nas chamadas ilhas de edição, local onde estão montados os equipamentos para que os editores de texto e imagem decupem, avaliem, selecionem e editem o material elaborado por repórteres e cinegrafistas. Os editores de texto e de imagem observam a matéria e fazem cortes, conforme o “esqueleto”, o esquema estabelecido na decupagem.

Vale ressaltar, sobre esta questão, haver uma longa tradição de estudos sobre a relação imagem/som e que para alguns estudiosos da televisão a imagem da TV não é autoexplicável, o que implica que na produção de sentido televisiva o verbal ancora o visual, complementa-o, direciona-o. Ou seja, a imagem na TV quase sempre por si só não leva ao sentido desejado.

Quanto a isto, diversos autores consideram que o som se sobrepõe à imagem nos telejornais. A imagem apóia, ilustra, mas é secundarizada. Esta postura está diretamente ligada ao pressuposto de que o público de TV é altamente disperso e o poder de ouvir é mais ampliado que o poder de ver, uma vez que se pode executar diversas tarefas domésticas aguçando a audição, enquanto que a visão requer uma maior concentração, um estado maior de repouso.

Ao discutir o oral na TV, Rocco (1989) observa que, se além da imagem, a televisão veicula oralmente suas mensagens, nos diversos gêneros televisivos a natureza destas mensagens em grande parte tende para a escrita, para um tipo de organização textual próprio da linguagem escrita. Trata-se de uma linguagem escrita que procura assemelhar-se à linguagem oral. Nesse aspecto, podemos sublinhar que boa parte dos textos para a TV primeiro passam por uma elaboração escrita, ainda que depois sejam lidos. Nos telejornais, por exemplo, tanto o texto dos repórteres como dos apresentadores são escritos para serem lidos; nas telenovelas, as personagens decoram textos escritos por um autor que simula diálogos permanentes.

Como sabemos, a linguagem oral caracteriza-se sobretudo pelo espontaneísmo, pelo caráter menos planejado; tende à fragmentação, o que leva o interlocutor a deter menos informação do que na relação com o texto escrito, onde há maior concentração. Vale ressaltar, ainda, que diversos ele-

mentos situacionais próprios da interação face a face, extra-linguísticos e suprasegmentais como entonação, gestos, expressões faciais, etc, podem suprir elementos linguísticos que visem a um maior esclarecimento daquilo que foi dito. O que se observa na televisão é a fusão entre a linguagem escrita e oral. A TV condensa tais formas.

Não seria demais lembrar que na TV a fala é calculada sobre o tempo, não sobre o espaço da lauda, como no jornal escrito. Esta exigência em relação ao planejamento do tempo reforça a economia do texto. Escreve-se para a TV com frases cada vez mais curtas, justapostas. Transmite-se uma mensagem escrita com características da oralidade.

O fenômeno da “voz em *off*” é interessante para refletirmos sobre toda a complexidade envolvida no processo de fusões, hibridismos mobilizados no interior do suporte televisivo. Com efeito, esta voz propõe-se a interpelar a imagem de um outro lugar. A imagem é gravada e um locutor invisível descreve, indica, narra o que está sendo mostrado.

Todo este processo e características apontadas tendem a intensificar a fragmentação da realidade na informação. Ao mesmo tempo, representa, como veremos mais detalhadamente a seguir, um poder de dispor da imagem e do que ela reflete e refrata, de um outro lugar, é a voz do suposto saber. Metáfora do poder da informação. A informação, portanto, está hierarquicamente ordenada a partir da voz. É a voz que fixa o plano visual.

Quanto a isto, há indícios de que se há um sujeito com o qual o telespectador pode identificar-se, não obstante possa ser o protagonista do acontecimento, o processo de identificação tende a confluir para a “voz em *off*”, porque esta se põe no primeiro plano, incorpora o distanciamento, a visão geral. É a voz da autorreferencialidade.

Concluímos destas observações que no processo de organização da notícia existem regras que presidem sua organização verbal e visual. Tais regras consistem na abertura e encerramento da emissão, das sequências, enquadramento dos acontecimentos, movimentos de câmera. Considere-se ainda que a instância oral é presidida pela escrita e que esta, por sua vez, orienta deslocamentos de enfoques, regras de edição do material gravado e do ritmo geral da emissão.

Depreendemos, ainda, que, paradoxalmente, constata-se todo o tempo a operação de ocultamento que visa a levar ao esquecimento, o fato de que os sujeitos que produzem o telejornal interferem na captação, na seleção da informação e em sua organização discursiva.

Enfim, para iniciarmos, efetivamente, a análise do telejornal, o que faremos a seguir, partimos do pressuposto de que o trabalho jornalístico é um processo de conversão dos elementos isolados, descontínuos; um processo de colagem do caos mundano e que tem como propósito organizá-lo em uma narrativa coerente, inteligível, e que seja passível de compreensão em um tempo exíguo a ele designado no suporte; no caso da TV; um suporte que se apresenta como som, imagem e signos escritos.

Em síntese, o suporte televisivo reúne subtextos que são organizados em sucessões temporais e espaciais, na apresentação de objetos, pessoas, tempos e espaços os quais formam um conjunto coerente, coeso. A coerência e coesão revelam-se através de três tipos de intervenção por parte dos comunicadores sobre a notícia, operações que se constituem no processo hoje conhecido como rotinas de produção: o grau zero da informação; a citação, a reconstrução, o comentário, o ocultamento e a comutação. (VILCHES, 1993)

No grau zero da informação, encontramos a abstenção da palavra, o que não quer dizer a abstenção do discurso, posto que, como nos ensina Orlandi, o silêncio também produz sentido. Na TV, este processo se expressa na ausência de qualquer som ou ruído e de imagem. Ausência de menção escrita, sonora ou visual. Trata-se, como nos lembra Vilches (1995), de uma situação limite. A citação está um pouco acima do grau zero de informação. Neste caso, observa-se a presença da informação com um grau zero de elementos. Para Vilches (1995), aproxima-se da noção de índice proposta por Pierce, trata-se de uma relação de contiguidade “natural” com a coisa. É o caso, por exemplo, de uma foto com as nuvens que cobrem uma certa região geográfica obtida através de satélite. A reconstrução, por sua vez, envolve o processo de legibilidade de um texto, e, aqui, instaura-se um modo de oferta textual, própria do jornalismo, que requer uma leitura rápida, uma compreensão facilitada por um modo de dizer direto, objetivo, de organização sintática simples vale ressaltar que a gramática da imagem na TV como a gramática “fácil” da literatura simples, ofertam modos de dizer muito semelhantes). Para Vilches (1993, p. 47), “la reconstrucción es una forma de recuperación ecológica del sentido que dará origen a un nuevo texto”. O resumo é um tipo de reconstrução que pode ser considerado operação mais simples da manipulação (escalão mais baixo). Nesse caso, o texto pretende tão-somente exibir o essencial da informação, não raro, visa responder às cinco questões básicas do jornalismo – quem, o que, onde, quando e por que –. Outro tipo de reconstrução implica na focalização, e diz respeito ao ponto de vista de

quem organiza o texto e que não pode desvincular-se do seu conteúdo. Para Vilches (1993), a denominação desta operação é, na retórica, a ênfase, que consiste em destacar um ou mais aspectos do discurso do texto. Assim, figuras retóricas como a hipérbole, a interrogação reforçam uma parte do texto informativo. No caso da TV, sabemos que o ritmo, o plano, a cor a associação sonora, dentre outros, são também elementos que podem reforçar determinados aspectos da informação.

Percebe-se, portanto, que existem diversos níveis de exibição da imagem, bem como diversos níveis de informação. Nesse aspecto, não devemos esquecer que no estudo da informação televisiva, tal como na linguística, pode-se distinguir aquilo que se diz e se mostra, daquilo que se está dizendo sobre a coisa mostrada. O comentário é uma função a qual se integram elementos não previstos na comunicação de um texto, informações que aludem ou contextualizam um objeto ou pessoa.

Aqui, apresenta-se um problema que gera diversas polêmicas entre os profissionais da comunicação, qual seja, onde termina a informação e se inicia a opinião, o comentário. Diversos autores assinalam que a diferença é de graus, uma vez que existem parâmetros para medir a chamada objetividade ou neutralidade da enunciação da informação. Seja como for, o comentário é explícito no momento em que o comentarista, o enunciador, reforça de maneira intencional e explícita uma opinião, um juízo sobre certo enunciado.

En esse caso el comentario siempre puede modificar la argumentación discursiva y la escritura original del texto. Basta una leve inclinación de cabeza o movimiento de las cejas para que alguien que escucha pueda producir un comentario implícito o explícito sobre el interlocutor o sobre sus palabras en una entrevista o debate televisivo. (VILCHES, 1995, p. 29)

Diante de sua complexidade, diversas possibilidades de intervenção da operação aqui definida como comentário são possíveis neste meio:

- verbal/verbal – quando uma sequência verbal comenta outra sequência verbal;
- verbal/icônico: quando uma sequência verbal comenta uma imagem;
- icônico/verbal: quando uma imagem serve como comentário de uma sequência verbal;
- icônico/icônico: quando uma imagem serve como comentário de outra imagem (o icônico pode compreender som, música, etc além da imagem).

Já o ocultamento é um tipo de intervenção em que alguém busca esconder uma informação de outrem. Assim, para Vilches (1995), a operação de ocultamento não permite que se possa conhecer outro ponto de vista ou perspectiva além daquela exposta. As formas como isso se realiza na TV vão desde a combinação confusa entre o importante e o marginal no nível semântico (as entrevistas do gênero “revista do coração” são um bom exemplo) até a mescla de níveis de expressão ou manifestação da informação – um típico caso de orientação explícita do que deve ser lido pode ser observada quando um comentário “em *off*”, aparece na tela junto a um texto com dados escritos, embora em sobreimpressão se vejam imagens filmadas de algum acontecimento de grande interesse visual. Também aqui o ocultamento pode ocorrer a partir de diversas combinações entre o verbal e o icônico.

Por último, a comutação, que, juntamente com o silêncio, é a forma mais eficaz de intervenção (manipulação), somente comparável ao efeito de censura. “La conmutación es una desviación radical de la norma periodística elemental por a que se comunica una información totalmente diferente de la original”. (VILCHES, 1995, p. 31) Utiliza a seleção em sua forma predatória, reescreve e representa a coisa contrariando-a em sua forma original. Os exemplos são fartos em países que padecem de ditaduras militares. Aqui, a distorção da informação passa a ser a norma de transformação dos textos em uma redação, o acontecimento, o fato, permanece ocultado.

No plano icônico, isso se faz por intermédio da modificação da sintaxe. Altera-se a ordem de continuidade de uma sequência ou de várias imagens dentro de uma sequência – separando-se duas imagens que estavam unidas para intercalar uma terceira, modificando o seu sentido; extrair uma imagem ou uma frase de uma sequência para projetá-la em outro texto; inverter a ordem de sequência usando, por exemplo, o efeito pela causa ou vice-versa.

É interessante observar, alhures, em todas estas operações, haver uma notável coincidência entre técnicos e realizadores sobre o modo, a forma de operar a imagem nos informativos, tal como o demonstram alguns estudos empíricos. Com respeito aos aspectos técnico-funcionais, as imagens terminam por criar uma estética como resultado de operações de linguagem na informação.

Considerando-se, portanto, que os textos da mídia articulam-se através de diversas materialidades – som, imagem, etc – a vocação de uso de todas as linguagens complica operacionalmente a interpretação da mensagem. Contudo, a significação da mensagem não está nos elementos isolados, mas

no sistema que forma, ainda que se possa privilegiar um sistema sobre o outro.

É desnecessário observar que este problema não existe para os atores sociais envolvidos na decodificação destas mensagens. De um modo geral, o público lança um olhar próximo, íntimo, de compreensão, entendimento e decodificação destas formas de mensagem que a ele foram endereçadas. O leitor comum possui, enfim, a chave de sua significação. Quase sempre ao invés de um estranhamento, opera-se uma familiarização com aquilo que é mostrado. Ou seja, o leitor transforma todos esses planos distintos, tantas vezes estranhos, exóticos, em um mundo familiar. Esta operação, logicamente, é conduzida por uma narrativa formatada como um acesso, um caminho fácil, indolor, que permite ao leitor adentrar o universo de significação proposto pelo estranho, exótico e, ao mesmo tempo, essencialmente familiar mundo da mídia.

Esta complexidade também inexistente para os produtores. Seu objetivo é falar claro. Tudo parece transparente, objetivo. A pretensão dos profissionais da mediação é transformar a variação do mundo na repetibilidade dos discursos. Esta lição será para nós preciosa: a capacidade de traduzir mensagens de planos complexos para o plano explicativo e esta lição conduzirá a escolha metodológica adotada.

Para percorrer este caminho de análise, corroboramos com a ideia de Rocha (1995), qual seja, a de que a atividade jornalística, independentemente do suporte: jornal impresso, radiofônico, televisivo é uma imensa bricolagem, construção com restos de fatos, pedaços de saberes ou versões da verdade. Este é o primeiro ensinamento para penetrarmos nesse estranho e tão conhecido universo do jornalismo na TV.

Anunciando o percurso de investigação

O mergulho neste tema – televisão no Brasil, exclusão social e as orientações discursivas dos processos de leitura –, aponta para muitas direções. Exige, por sua própria natureza, o estabelecimento de várias possibilidades de interlocução com diversos campos do saber. Sabemos, ao menos até certo ponto, os riscos desta empreitada. Diante disso, optamos por destacar o aporte teórico-metodológico que já nasce, desde sua fundação, de uma implosão das fronteiras entre os distintos campos do conhecimento: a análise de discurso.

A análise de discurso ainda enfrenta a desconfiança de alguns estudiosos quanto à pretensão de se fazer “ciência social” com base em análises que tomam como ponto de partida a superfície linguística; ao mesmo tempo, a postura de diversos semiólogos e linguistas também levanta suspeições quanto à possibilidade de construir caminhos frutíferos para a interlocução junto aos diversos campos das assim chamadas humanidades. A nossa tentativa, junto a um já considerável grupo de pessoas, é de superação destas divergências e a busca de um diálogo frutífero, reunindo estratégias teórico-metodológicas diversas para a construção de nosso objeto de investigação.

Nossa escolha se deve ao partilhamento do pressuposto de que a prática analítica, assim denominada AD, procura descrever, explicar e avaliar os processos que envolvem a esfera da produção, da circulação e da recepção de sentidos a partir de eventos comunicacionais, os quais abrangem uma gama de fenômenos, desde anúncios publicitários até a prática da fala cotidiana.

Nosso ponto de partida é a tese de que os produtos da cultura podem ser analisados enquanto textos; ou seja, podem ser entendidos enquanto formas de expressão concretas, empíricas, consideradas através de diversas materialidades linguísticas – seja através da linguagem verbal, escrita, sonora ou das diversas expressões audiovisuais – Estas formas de expressão devem ser consideradas em sua materialidade e em sua inserção social, inscritas em práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente.

A necessidade de uma certa organização da investigação proposta, como vimos tentando demonstrar, sugere que esta reflexão se inscreve nas margens de uma teoria social da mídia, de uma teoria da TV enquanto texto, de uma teoria da leitura e, ainda que sub-repticiamente, de uma teoria do sujeito. Todas estas questões abrigam a discussão central acerca das diversas concepções de linguagem e seus desdobramentos.

Desejamos compreender: de que modo o tema da exclusão social frequente a TV e quais as estratégias acionadas pelos enunciadores para inscrever o leitor/receptor nas malhas textuais, no interior do discurso midiático. Pretendemos, portanto, discutir a maneira como a exclusão é (re)construída pela televisão e desvelar, na medida do possível, de que maneira os leitores são orientados a ler este texto. Sublinhe-se que leitura é aqui compreendida em seu sentido mais amplo.

Para realizar este tipo de investigação realizamos um recorte do *corpus* a ser pesquisado. Assim, escolhemos o *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão como matéria de análise.

A discussão de uma teoria social da mídia leva-nos, indefensavelmente, ao conceito de condições sociais de produção ou contexto de produção. Para a análise do discurso, não é possível compreender um texto na ausência do contexto social/histórico de sua produção, daí porque temos insistido em situar a Rede Globo de televisão e seus produtos simbólicos.

Este percurso de análise leva-nos a um duplo movimento: a contextualização revela o entorno em que está mergulhado o campo midiático e, ao mesmo tempo, ao deslocarmos o olhar para a superfície linguística, para aquilo que a mídia diz, revelamos que esta é tão-somente a porta de entrada para compreender o contexto sociocultural.

Ou seja, ao analisarmos a superfície linguística, as marcas da enunciação, retornamos, ao que nos interessa compreender: o mundo, seus conflitos, imaginários; suas dores e fantasias.

Pretende-se, portanto, que em se trabalhando com as marcas formais da superfície textual, que são indiciais, é preciso considerar que estas marcas apontam para fora das fronteiras do texto, exatamente porque contêm os vestígios da sua exterioridade.

O mais importante numa análise realizada nestas bases não é a desmontagem dos elementos individuais presentes no texto, mas como opera este dizer e de que modo isto aponta para as relações de poder, as relações de força entre os sujeitos sociais, que estão inscritas no seu interior e no contexto macrosocial.

Com respeito ao contexto de sua macroprodução, entendemos, tal como vimos sublinhando, que os meios de comunicação midiáticos ocupam hoje um lugar central no compartilhamento do mundo, no modo de compreender/conceber a realidade. É necessário, deste modo, enfrentar questões pertinentes à visibilidade, ao fenômeno da publicização, das rotinas produtivas e ao espaço social que a televisão e a imprensa ocupam no Brasil.

A este respeito, temos tentado demonstrar o quanto estão sendo valiosas as contribuições de autores como John Thompson, Albino Rubim e outros, que, a nosso ver, propõem que os meios midiáticos de comunicação, longe de ocuparem um lugar de produção unidimensional da realidade do mundo, também não podem ser pensados como meros coadjuvantes no processo de construção social da realidade, como mero apêndice das possibilidades colocadas por um mundo ambientado pelas novas tecnologias da comunicação. Antes, convocam os vários críticos da cultura contemporânea a refletirem sobre qual o lugar deste campo fundamental para pensar uma

nova sociabilidade, sem dúvida bastante singular, vivida pelo homem contemporâneo.

Nosso percurso tem ainda procurado retomar algumas problematizações propostas por pensadores cuja característica fundamental é a reflexão acerca das particularidades da inscrição da mídia em realidades singulares como aquelas de países da América Latina, destacando-se a reflexão sobre a inserção da televisão em um país como o Brasil. Nesta discussão, procuramos analisar as implicações sociais do poder da mídia no agendamento de temas e, pois, na concepção de mundo de sujeitos que vivem, em boa medida, à margem de outras formas de acesso à realidade não-imediata.

Disso resulta a necessidade de analisar o modo como o campo midiático (re)constrói o mundo social e os possíveis desdobramentos na leitura de mundo dos sujeitos. A problematização desta questão nos levará a uma discussão sobre as estratégias acionadas pelo discurso midiático, mais precisamente do discurso inscrito no telejornal, para reelaborar o tema exclusão social e as manobras enunciativas que visam orientar a leitura/recepção através dos contratos de leitura.

Convém considerar, em primeiro lugar, que estamos atribuindo o termo “texto” a toda e qualquer matéria significativa, independentemente de sua superfície linguística – uma matéria de jornal, um filme de cinema, uma telenovela –, pode-se dizer, deste ponto de vista, que um texto é um todo que se organiza em torno de um ou mais sentidos. Trata-se, aqui de uma unidade empírica de análise.

Isto implica que, ao definirmos um texto, estamos aceitando-o em sua condição de organização interna, estamos tratando do fenômeno da coerência. Este aspecto se relaciona com a harmonia do sentido, do princípio da não-contradição, da manutenção da conexão entre seus elementos semânticos. Um outro princípio é a coesão, que permite a concatenação entre as partes que formam o todo do texto.

Assim, a coerência faz com que o texto se diferencie de um aglomerado de elementos soltos, sem conexão entre si. Portanto, realiza a unidade do sentido. Por outro lado, a coesão constitui o encadeamento linear das unidades singulares que constituem o texto. Este fenômeno concerne às relações de sentido.

Para Fiorin e Savioli (1998, p. 16),

A base da coerência é a continuidade de sentido, ou seja, a ausência de discrepância. Em princípio, seria incoerente um texto

que dissesse: Pedro está doente. O quadrado da hipotenusa é igual à soma do quadrado dos catetos. Essa incoerência seria dada pelo fato de que não se percebe sua relação.

A coesão, por sua vez, contribui para que se estabeleça a coerência, mas não é algo de que não se possa prescindir para que esta ocorra.

A coesão se manifesta por elementos formais, os quais assinalam o vínculo entre os componentes do texto. Segundo Fiorin e Savioli (1998), pode-se destacar dois principais elementos de coesão: a) a retomada de termos, expressões ou frases já ditos ou sua antecipação e b) o encadeamento de segmentos do texto.

É preciso considerar, ainda, que um texto está inscrito nas fronteiras de um antes e um depois de sua leitura, e que este objeto, o qual pode ser tomado para uma análise, é produzido por um autor, que pode ser individual ou não, em um dado espaço e em um dado tempo. Sobre este aspecto é que podemos afirmar que aguardamos o início de um filme no cinema, assistimos à película e saímos da sala de exibição; abrimos e fechamos a primeira e última páginas de um romance; deparamo-nos em frente de um quadro exposto numa galeria, isto não obstante podermos pensar nestas fronteiras de uma maneira menos precisa.

Tendo em vista as inúmeras possibilidades de análise de um texto como o “discurso da TV”, elegemos os mecanismos de sua elaboração enquanto órbita de análise, mais precisamente os mecanismos de elaboração do tema exclusão social no *Jornal Nacional*, ainda o telejornal de maior audiência do país.

Nossa unidade de análise será a notícia apresentada no telejornal que, por sua vez, se insere em uma grade de programação de uma determinada emissora de TV, circunscrita em determinada realidade sociopolítica e cultural. Daí porque vimos tentando contextualizar a realidade da TV no Brasil.

O *corpus* privilegiado neste estudo apresenta-se sob a forma das distintas matérias produzidas pelo *Jornal Nacional* sobre exclusão social. A escolha desta unidade se deve à complexidade do objeto em estudo, a TV, que pode levar, como já advertiu Rocha, a um superobjeto de difícil análise.

Certamente as matérias estão inscritas em um certo telejornal, o *Jornal Nacional*, que obedece a uma lógica de produção textual, cuja veiculação se dá através de uma determinada rede de TV em um país particular, o Brasil. Todos estes aspectos foram considerados nas preleções que antecedem a análise do material empírico propriamente dito.

Isso quer dizer que procuramos compreender as operações realizadas no interior deste texto que o autenticam como um discurso “verdadeiro”. Compreender de que maneira se produz aí o que passamos a denominar de “efeito real”, isto é, um efeito que permite a um tipo de representação chegar mesmo a se confundir com o mundo, seus objetos e seres.

Pretende-se analisar as operações realizadas no interior deste telejornal para devolver o “mundo da exclusão” aos sujeitos que se inscrevem no mundo concreto e responder às seguintes questões: de que maneira estes dispositivos midiáticos de enunciação são acionados? Em que medida há uma regularidade nesta operação?

Há que sublinhar uma possível objeção a um tipo de procedimento de análise sustentado pela AD e que toma como objeto o texto televisivo, uma vez que neste se destaca em especial um dispositivo midiático de enunciação operado a partir do que frequentemente se toma como signo analógico. Nesse caso, um tipo de representação visual cujo princípio fundamental de funcionamento leva ao encobrimento do seu caráter de representação.

A isso respondemos que são ainda incipientes os estudos formulados sob as bases teóricas da análise de discurso, os quais procuram dar conta de uma análise das imagens. Apesar disto, consideramos a perspectiva que admite que a imagem deve, também ela, ser considerada enquanto discurso.

Assim, como sublinha José Milton Pinto (1999), também nas imagens encontramos os fenômenos observáveis nos textos verbais, a exemplo do dialogismo, da intertextualidade e outros acima considerados, mesmo nas isoladas. No caso da imagem televisiva, é importante insistir que o conjunto de elementos linguísticos que operam em seu interior é sempre configurado junto ao código verbal e ao sistema sonoro, tal como aludimos anteriormente.

Já a análise do processo de leitura dos sujeitos receptores tem como um dos pressupostos básicos a premissa de que, sob o ponto de vista por nós adotado, não é possível separar, estritamente, a esfera da emissão da esfera da produção de discursos.

Isso implica na aceitação da tese de que ao produzir um texto, o seu autor já dialoga com um leitor implícito, ou seja, o autor instaura o leitor no momento em que constrói indicações, percursos, personagens. O autor prevê uma partilha de significados que antecedem o texto exposto à leitura e, ao mesmo tempo, uma partilha de significados inscritos no próprio texto. Certamente há uma impossibilidade constitutiva nessa partilha, uma vez que o

autor não pode controlar totalmente os sentidos que serão construídos no processo de leitura, mas poderá orientar o olhar do leitor, indicar-lhe o caminho a ser seguido.

Nestes termos, consideramos imprescindível a retomada do conceito de “contratos de leitura”. Conquanto não abrimos mão da retomada do conceito de “contratos de leitura”, insistimos também que é, efetivamente, no processo de leitura que o receptor seguirá as orientações inscritas no texto, mas também poderá trair o texto, desviar-se de suas orientações, subvertê-lo. Trata-se, pois, de distinguir o leitor implícito, preso nas malhas textuais, de um leitor de carne e osso, que só encontraremos no processo de um contato real, o que, seguindo um certo caminho epistemológico, deverá ser realizado a partir do trabalho etnográfico, o que está além desta investigação.

Ao tentar compreender este processo, referente à (re)construção da realidade no interior do discurso midiático/jornalístico e seus desdobramentos no âmbito da recepção, alguns procedimentos metodológicos parecem plausíveis.

Um dos caminhos seria realizar uma análise comparativa de textos disponíveis em vários suportes – TV, rádio, jornal impresso, etc –. Uma outra opção seria proceder a uma análise mais aprofundada de um único suporte, a televisão, por exemplo, definido em suas características próprias.

A opção pelo segundo recorte parece-nos mais pertinente, uma vez que embora diversas características estejam presentes em suportes tão distintos como a televisão, o rádio ou o jornal impresso, há que se admitir especificidades em seus diversos momentos de produção, de oferta ou veiculação, até a sua recepção/leitura.

A questão central a ser considerada nos limites deste trabalho margeia a discussão acerca das consequências deste processo no que tange aos modos de (re)construção da realidade e seus desdobramentos nos procedimentos de leitura e, pois, à compreensão de mundo por parte dos sujeitos receptores. O que implica em pensar em que medida o campo midiático passa a ocupar o lugar de instância decisiva no processo de administração, de mediação, de negociação dos sentidos construídos para compreender os fenômenos do mundo.

Sem perdermos de vista esta ampla discussão, procuraremos a seguir compreender, nos limites desta análise, de que modo o mais importante *locus* de mediação da realidade brasileira expõe aquilo que, em princípio, o universo sedutor da televisão resiste em mostrar: a fome brasileira. Em que dimensão esta metástase social infecta o corpo asséptico da TV?

Avancemos, portanto, nosso caminho, (re)visitando as instigantes manobras enunciativas operadas pelo *JN*. Observemos de que modo somos mergulhados na ambiência do mundo árido da exclusão social e prestemos atenção nos sentidos outros que esta mesma realidade pode reconfigurar e/ou simular.



Capítulo 4

Televisão e o discurso sobre a exclusão: aspectos gerais: a Análise de Discurso

Após a contextualização do espaço ocupado pelo campo midiático nas sociedades contemporâneas, onde destacamos o lugar da televisão no Brasil atual, e depois de discutirmos alguns pressupostos essenciais para a análise discursiva do jornalismo no processo de construção da realidade, propomos, a partir deste capítulo, analisar as operações e manobras enunciativas construídas pelo *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão, tomando como tema de análise notícias relacionadas à exclusão social.

Analisar a questão da exclusão social implica relacionar este problema não apenas com a esfera política, mas também articulá-la com diferentes práticas sociais, de diferentes campos, retomando várias dimensões da vida social e, como veremos, torna-se fundamental desvelar diferentes construções de sentidos, as quais são instituídas por campos díspares e que se articulam no interior do discurso jornalístico: política, religiosa, de movimentos sociais, entre outras.

Vale insistir que nossa proposta teórico-metodológica vem tentando considerar a dupla articulação – macrossocial e microdiscursiva – a partir da qual se configura o poder de dizer. Nesse processo, as diferentes instituições procuram referenciar a noção de exclusão/excluído e, a partir daí, estabelecer articulações com outros tantos campos sociais e suas significações.

Como já afirmamos anteriormente, o campo da mídia institui no cotidiano dos sujeitos a noção de realidade e, mais que isto, converte-se em um lugar onde a realidade não apenas é mediada, mas se realiza. Deste modo, a mídia converte-se em um *locus* de publicização de outros campos sociais, quando opera no processo de organização e oferta das possibilidades através

das quais devem ser lidos os discursos e aceitos como verdadeiros. Esta é a singularidade do discurso jornalístico: sua capacidade de subordinar diferentes relatos sobre temas, inscritos na órbita de outros campos, ao mais importante regime de produção enunciativo da contemporaneidade.

O percurso analítico de estudo que vimos tentando realizar procura articular as estruturas da notícia com as práticas sociais e ideologias, bem como com o contexto institucional e macrossocial em que se inscreve o jornalismo.

A abordagem, portanto, propõe-se a analisar as notícias veiculadas no *Jornal Nacional* como um tipo de texto, em seus diversos níveis e dimensões, visando à sua descrição em unidades ou categorias, respondendo à questão central deste estudo: de que modo este discurso específico (re)constrói a problemática da exclusão social, ou seja, de que operações linguístico-visuais lança mão para repor para os sujeitos receptores esta dimensão do mundo social, e como as representações aí formatadas expressam as práticas e ideologias inscritas na formação social brasileira.

Ou seja, nosso objetivo precípuo neste estudo é descrever o funcionamento de diferentes estratégias discursivas operadas no interior de um determinado telejornal e, pois, como este põe em funcionamento representações sociais sobre a exclusão.

Nesse processo de compreensão, objetivamos refletir sobre as diferentes operações que os sistemas de produção de sentido do campo midiático realizam para (re)construir a noção de mundo e entender suas intenções e possíveis desdobramentos. Para isto, procura-se compreender as operações que visam orientar a leitura do mundo. Como dar conta de tal objeto?

Para responder a esta pergunta, partimos do pressuposto de que estamos desenvolvendo um tipo de investigação sobre a produção de sentidos da mídia acerca da exclusão social existente no Brasil, e que tal fenômeno social é tratado como um tema recorrente no discurso jornalístico. A questão a saber é de que modo e sob quais condições opera este tipo de discurso sobre este tema particular.

Com efeito, sabemos que o discurso jornalístico, como qualquer outra forma discursiva, opera a partir de um imaginário já constituído, aquilo que alguns autores definem como o “pré-construído” o “já-lá”, o “repertório” ou ainda o “já-dito”.

Isto posto, depreende-se que uma questão central deste estudo a ser considerada é em que nível o discurso do telejornalismo pode ser considera-

do um elemento importante na construção da imagem do excluído/exclusão, o que implica numa reflexão acerca do modo como o discurso jornalístico pode exercer uma “pedagogia” sobre as imagens já construídas sobre o mundo social.

Esta rede de questões leva-nos a procurar recuperar um certo mapeamento de uma formação social, suas instituições e normas atuantes e estabelecer o que é considerado legítimo e o que não seria legítimo, civilizado e incivilizado, positivo e negativo. Porém, para ultrapassar este tipo de investigação, é preciso ir além da análise macrosocial. Esta perspectiva de investigação procura ainda ultrapassar o estudo centrado na superfície linguística dos textos i.e., procura ultrapassar a análise da trama intradiscursiva, e articular as filiações dos sentidos produzidos na relação interdiscursiva.

Isto implica na concepção de que uma análise discursiva consiste em realizar descrições sistemáticas de unidades de uso da linguagem. Estas descrições constituem-se em duas dimensões: a dimensão textual e a dimensão contextual.

A primeira propõe-se a analisar a estrutura do discurso em diferentes níveis e suas operações internas. Já a segunda, a dimensão contextual, procura relacionar as descrições estruturais com o contexto sociocultural, as representações sociais, etc. Ou seja, realizar uma análise discursiva é inscrever um tipo de texto em sua dimensão social, relacionar de modo sistemático texto e contexto.

Depreende-se destas considerações prévias que a Análise de Discurso não concerne a um único campo do conhecimento. Ainda que sua origem esteja articulada a disciplinas específicas como a linguística, ampliou-se rapidamente e passou a ser incorporada às diversas disciplinas das Ciências Sociais, inclusive à Comunicação.

O aspecto fundamental é, pois, conceber que a AD tende a tornar-se bastante complexa em sua abordagem na medida em que procura compreender a linguagem/discurso em suas mais diversas dimensões: social, subjetiva, cultural, etc. e que, tal como propõe Teun Van Dijk (1996, p. 43): “Tanto el texto como el contexto son el campo real de la descripción analítica del discurso y de la formación de la teoría”.

Portanto, não se trata mais de analisar as representações sociais no texto, o que comumente define-se como análises de conteúdo, mas de compreender como são construídas as representações, ou seja, trata-se de buscar compreender como a linguagem opera essa construção.

Reiteramos nosso propósito com este trabalho, qual seja, sobretudo contribuir metodologicamente para o exame das operações discursivas que propiciam à mídia a (re)construção social da realidade e, a partir desse processo de (re)construção, reforçar modos de ver o mundo e daí engendrar valores sociais, reforçar determinadas visões dos sujeitos. Enfim, a escolha para fundamentar nossa análise baseia-se naquilo que já foi afirmado por diversos estudiosos, ou seja, a AD pode ser compreendida como uma teoria crítica da linguagem, uma disciplina que se situa no entremeio das ciências sociais humanas. Ou seja, trata-se de um tipo de saber que investiga os fundamentos de seu campo de conhecimento: as relações entre a linguagem, história, sociedade e ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito. Numa palavra, trata-se de uma teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (VAN DIJK, 1996)

Sem embargo, como propõe o autor holandês, a Análise de Discurso é uma disciplina interdisciplinar, talvez possamos até sugerir que a AD ultrapassa a interdisciplinaridade, consistindo em uma transdisciplina, interessada que está em analisar o discurso, e, a partir da concepção de discurso, propondo-se a analisar textos em sua dimensão de linguagem, seu contexto de produção, considerando central o questionamento acerca do modo como as práticas sociais e ideologias conformam as estruturas das palavras, dos filmes, das notícias, seus modos de representar a realidade.

Van Dijk (1996) considera que as primeiras sementes da AD foram plantadas pela retórica, há mais de dois mil anos. Já em Aristóteles é possível vislumbrar o esforço por pensar as diversas estruturas do discurso em sua relação com os processos de persuasão em contextos públicos.

Já Orlandi (1996) observa que, desde a Antiguidade e nos estudos retóricos, há o esforço por estudar o texto em sua materialidade linguística. A AD vem contribuir para este esforço colocando-se não mais a questão: o que este texto quer dizer? Mas: como este texto significa? Deslocando o centro da interrogação de “o quê?” para o “como”.

Para chegar até este estágio, nos anos 60, autores como Barthes, Corbett e outros redefinem a Retórica nomeando-a de Nova Retórica, e as novas abordagens acercam-se especialmente dos estudos desenvolvidos no campo literário.

É preciso sublinhar, ademais, que o desenvolvimento da AD articula-se ao surgimento do estruturalismo em Linguística, na Antropologia, além dos estudos literários, os quais, posteriormente, foram reunidos sob a nomenclatura da semiótica.

Apesar da herança clássica de suas reflexões, a Análise de Discurso é ainda um campo de estudos bastante novo. A AD é tributária das discussões que emergiram em diversas disciplinas das ciências humanas – a teoria literária, a antropologia, a comunicação oral, a semiótica e a semiologia etc. É interessante considerar que a AD, em fins dos anos 60 e 70, inicia-se simultaneamente nestas diversas disciplinas de maneira mais ou menos autônoma e, crescentemente, começa a haver uma integração nos debates levando à criação de um novo modo de abordagem dos textos, ou, se se preferir, de estudos do discurso.

Para Van Dijk, historicamente a AD pode ser considerada a disciplina herdeira da retórica clássica, mas, para alguns analistas, a AD está estreitamente vinculada ao surgimento do estruturalismo, particularmente no âmbito da antropologia, da linguística e dos estudos literários.

De modo particular, a antropologia estrutural contribuiu decisivamente para a configuração da AD a partir de estudos sobre os mitos ou relatos folclóricos, também a antropologia americana, em estudos sobre etnografia nos Estados Unidos passa a dialogar com a nova “disciplina”. Ao mesmo tempo, na França, Hymes publica artigos sobre linguística antropológica.

Lembre-se, ainda, uma outra contribuição que vem de estudos desenvolvidos por autores como Garfinkel e Cicourel no âmbito da etnometodologia, cujas análises centravam-se na conversação; a ênfase aqui era o estudo não de proposições abstratas formais e inventadas, mas o uso da linguagem no contexto concreto, cotidiano e outras situações de diálogo como na sala de aula.

A linguística, por sua vez, desempenhou importante papel nos métodos anteriores de análise textual mas não é considerada a principal fonte de inspiração da AD. Enfim, para diversos estudiosos, a AD é uma pluridisciplina que possui suas especializações e subdisciplinas. Entre estas especializações, há o estudo da conversação, da análise da narrativa literária e, finalmente, do discurso próprio da mídia.

Concluimos destas observações que a AD não se deixou aprisionar a um objeto específico, e que não se reduz a uma proposta metodológica, daí porque não se inscreve nas margens de uma única disciplina. A partir de uma discussão mais concentrada na linguística e gramática, a ruptura proposta pela AD ganha vulto e se amplia nas ciências sociais.

Lembre-se ainda que as análises estruturais de textos, especialmente narrativos, vão sendo ampliadas. Incorporam-se às dimensões cognitivas, sociais e culturais do uso da linguagem. Ou seja, tanto o texto como o con-

texto, tanto as operações propriamente linguísticas como o espaço social em que se inserem, tornam-se um campo privilegiado de reflexão do discurso e da formulação desta teoria e seus consequentes métodos de análise.

Observa-se que depois do interesse, em um primeiro momento, pelos textos fixos e escritos, cresce a atenção por tipos orais e dialógicos de fala, em variadas situações sociais, principalmente aquelas situações observáveis no cotidiano, na conversa do dia-a-dia. Com isso, o enfoque antes centrado em alguns gêneros de discurso, como a conversação e os relatos, foram ampliados para diversos outros gêneros de discurso como as leis, o discurso oficial, as entrevistas, a publicidade, o discurso jornalístico e, finalmente, o marco teórico se enriqueceu com novos desenvolvimentos por parte da gramática formal, a lógica e os programas de inteligência artificial de computação simulada. Disso resulta que tanto metodológica como teórica e empiricamente surgiu uma disciplina singular com ampla repercussão nas mais diversas áreas do conhecimento e passível de aplicação para a compreensão de diversos fenômenos da linguagem. (VAN DIJK, 1996)

A partir das observações acima, pode-se concluir, junto a Orlandi, que a proposta teórica da AD não se restringe a instruções, a técnicas para a análise de textos produzidos pelos sujeitos sociais, mas constitui-se em um lugar de reflexão. Ou seja, como sugere a autora, trata-se de uma filiação teórica, não de uma simples aplicação. Inscreve-se, portanto, na prática analítica como movimento do pensamento e esforço teórico de construção de objetos.

Como resultado destas observações prévias, podemos concluir que o nosso entendimento do campo teórico-metodológico da AD acentua seu caráter transdisciplinar, o qual se interessa pelas diversas dimensões em que está mergulhado o discurso, ou seja, pela compreensão do contexto sociocultural em que é produzido, as suas formas de circulação e seus desdobramentos no interior da sociedade. Portanto, nosso interesse circunda as complexas relações que se estabelecem entre texto e contexto, os jogos de poder que emergem nessas relações e as posições ocupadas pelos atores nos jogos de linguagem. O que leva a uma reflexão sobre os jogos internos que se instauram no interior do discurso.

Verifica-se, portanto, a partir de seu próprio histórico, que a AD é um conceito fluido, e que pode ser usado tanto para nomear uma nova disciplina, que estuda as diversas formas de linguagem, como pode referir-se a uma perspectiva teórico-metodológica da linguagem e de seu uso, e se define, ainda, como um objeto de análise especificamente dos discursos,

ou seja, o movimento de textos, de mensagens, da fala, do diálogo ou da conversação.

Seja como for, a principal meta da AD consiste em analisar as diversas linguagens. Estas análises possuem duas dimensões principais, onde a primeira procura dar conta das estruturas do discurso em diferentes níveis de descrição. Já a segunda, implica em relacionar estas descrições estruturais às diferentes propriedades do contexto, tais como processos de construção do conhecimento ou cognitivos e articulação com as representações, seus aspectos socioculturais.

Ou seja, um estudo crítico do discurso propõe-se a analisar de modo articulado o texto e o contexto, no sentido de que o uso do discurso em uma situação social é, ao mesmo tempo, um ato social e, portanto, não pode ser considerado isoladamente. Ou seja, o processo de produção e de leitura de um texto, independentemente de sua materialidade – filme, fotografia, texto oral, texto escrito, etc – , pressupõem movimentos que envolvem a inserção dos sujeitos em uma cultura, pressupõem inserções subjetivas, mobilizam repertórios culturais e diversas outras dimensões da vida social que não podem ser silenciadas. Os significados dos discursos, nessa perspectiva, não podem ser concebidos como processos abstratos. Daí porque uma explicação empírica e completa do discurso também deve incluir uma discussão acerca das diversas interações sociais nas situações socioculturais. Tarefa a ser perseguida em um outro projeto teórico que não este ora apresentado.

Mídia e Análise de Discurso

Como não poderia deixar de ser e já sublinhado, os estudos sobre a mídia passam também a incorporar a contribuição da AD. Embora, inicialmente, a abordagem inaugurada pela nova disciplina tenha centrado seus esforços de análise em torno de textos fixos, particularmente de material escrito, com o tempo este interesse passa a ser redimensionado e novos objetos são incorporados. Com isto, começam a ampliar-se estudos interessados em textos orais, a conversação cotidiana, os textos jurídicos, e os textos produzidos pelo campo midiático.

Deste modo, embora muito recente, a AD já expressa sua importância no contexto acadêmico atual. Ademais, sua tenra idade, particularmente em se tratando de estudos dos produtos midiáticos, aponta para o enorme esforço que apenas se inicia entre os estudiosos da comunicação e de outras áreas, no sentido de compreender as operações discursivas que aí se engendram.

Com efeito, desde sua origem, os estudos desenvolvidos no campo da Comunicação Social são também de natureza interdisciplinar, contudo, observa-se a predominância de uma abordagem de cariz sociológico na maioria dos estudos até então desenvolvidos.

Ainda que reivindicando o lugar de disciplina autônoma, há posições que defendem haver se instituído muito mais uma Sociologia da Comunicação que um campo de estudos específico. Seja como for, para nós, o aspecto mais significativo desse percurso acadêmico foi a expansão da atenção dispensada, a partir de diversas abordagens, aos fenômenos originários da mídia.

Ao que tudo indica, também algumas das pesquisas mais recentes no âmbito da Comunicação trilham o caminho em direção à implosão das fronteiras que demarcam rigidamente os universos de estudo. Com isso, as novas abordagens propõem-se a estudar o fenômeno comunicativo contemporâneo combinando a análise linguística em seu contexto macro-social, o que implica pensá-lo em suas dimensões sociopolíticas, culturais e subjetivas.

Seguindo esta trilha, a investigação ora apresentada não se propõe a analisar estritamente o contexto macrossocial e, menos ainda, seguir um outro percurso e debruçar-se sobre conteúdos, uma vez que este tipo de investigação instituiria como sua pergunta básica, genericamente, o que um certo texto midiático, como o telejornal, quis dizer sobre determinado assunto. A análise proposta, a partir de uma outra perspectiva teórica, pretende retomar criticamente o texto e seu contexto, o que implica, necessariamente, em um esforço no sentido de estabelecer um diálogo com diversos campos das ciências humanas.

O corpus

Nosso estudo está centrado sobre uma temática ainda pouco analisada nas investigações de que temos conhecimento – a exclusão social na TV.

Enfim, de que modo é nomeado o excluído e a exclusão? Como é mostrado? Quais as suas características? Que orientações são propostas para que o leitor possa olhar o excluído? O que marca a sua diferença em relação ao outro, considerado um sujeito incluído?

Para responder a estas perguntas iremos retomar um conceito central: o de formação discursiva, entendida como tudo aquilo que pode e deve ser dito, e que se articula sob a forma de uma arenga, sermão, panfleto, programa, etc, a partir de uma posição dada em uma determinada conjuntura. (ORLANDI, 2001)

Para analisar tal tema, escolhemos a forma notícia. Procuramos, anteriormente, explicitar o que entendemos por notícia e, a partir de agora, procuraremos definir a base empírica que servirá para a análise. Tentemos então explicitar mais detalhadamente o nosso objeto empírico.

Como vimos, notícia é uma noção bastante escorregadia, no entanto, já discutida esta noção, indo ao encontro das exigências do trabalho acadêmico, reconhecemos o esforço por seu aprisionamento, a sua definição. A partir de agora, estaremos incluindo como objeto central de análise as notícias sobre exclusão social apresentados no *Jornal Nacional*, telejornal de maior audiência da Rede Globo de Televisão.

Embora o privilégio da análise recaia sobre a forma notícia, admitiremos no estudo textos que se caracterizem por posições explícitas sobre a temática da exclusão, a exemplo de editoriais e comentários, nas edições analisadas.

Uma vez considerando-se que a AD não se propõe a examinar o objeto de estudo de modo exaustivo e completo e que, portanto, a exaustividade e completude são considerados alheios ao trabalho, não seguiremos critérios empíricos a partir do rigor quantitativo. Deste modo, o objetivo desse tipo de análise não é a “exaustividade horizontal”, o levantamento e análise em extensão, a completude. (MARIANI, 1998)

A crítica à exaustividade nesse tipo de investigação impõe-se porquanto, para nós, todo discurso é uma fonte inesgotável, que só existe na relação com o discurso que lhe precede e que aponta sempre para um outro. Ou seja, de que não existe um discurso fechado em si mesmo, o que há é um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados distintos. (ORLANDI, 1998)

Depreende-se daí que há uma relação indissociável entre a construção do *corpus* e a análise a ser realizada. Ao fazer a sua escolha do *corpus*, o analista já está previamente decidindo, em um certo nível, certas propriedades discursivas de seu objeto. A partir das orientações de Orlandi, procuramos construir o *corpus* com vistas a critérios decorrentes de certos princípios imersos no próprio campo teórico-metodológico da AD, ou seja, obedecemos aos objetivos de nossa análise, tendo em sua base de sustentação a questão central a saber: demonstrar como funciona um certo discurso e como opera em seus interstícios a produção de sentido de uma temática específica.

Nesse processo de escolha, o analista deve estar consciente de que a construção do *corpus* acontece a partir de suas indagações, suas posições, é, enfim, de sua responsabilidade. Portanto, assumimos aqui a impossibilidade de neutralidade do analista, posto que, enquanto sujeito, também este aciona os “gestos de leitura”. Vale assinalar, entretanto, que a diferença fundamental entre o senso comum e o exercício do pensar acadêmico é que, em seu gesto de leitura, o homem comum é afetado sobretudo pelo dispositivo ideológico, enquanto do analista espera-se um gesto sustentado pelo dispositivo teórico. (ORLANDI, 2000)

Em se tratando do dispositivo fundado sobre as bases da AD, torna-se necessário que o investigador mobilize uma atitude capaz de exercitar o ultrapassamento de toda formação discursiva, procurando dialogar com as várias Formações Discursivas (FD), e articule assim suas formas, suas estratégias de imbrincamento. (ORLANDI, 1998)

Considerando-se estes pressupostos, Eni Orlandi (1998, p. 85) dirá que:

Pelo processo de identificação, como sabemos, o sujeito se inscreve em uma formação social (e não em outra) para que as suas palavras tenham sentido e isto lhe aparece como ‘natural’, como o sentido lá, transparente. Ele não reconhece o movimento da interpretação ao contrário, ele se reconhece nele. Ou melhor, ele se reconhece nos sentidos que produz. É, no entanto, a possibilidade de contemplar o movimento da interpretação, de compreendê-lo, que caracteriza a posição do analista. Nem acima, nem além do discurso, ou da história, mas deslocado. Numa posição que entremeia a descrição com a interpretação e que pode tornar visíveis as relações entre diferentes sentidos. Desse modo, ficamos sensíveis ao fato de que a descrição está exposta ao equívoco e o sentido é suscetível de tornar-se outro.

Sem perder de vista estas observações, pretende-se realizar a análise das matérias jornalísticas veiculadas no *Jornal Nacional* através da observância de regularidades enunciativas. Ou seja: não nos propomos a quantificar os dados observados neste telejornal, mas discutir como operam suas estratégias de enunciação.

Nosso *corpus* compreende matérias veiculadas nas edições do *JN* dos anos de 1999 até 2000. Os subtemas são diversos – sem-teto, menores pedintes, desemprego, trabalhadores informais entre outras – classificados a

partir do tema geral deste estudo: a exclusão social. Devido a sua especificidade, não consideramos a problemática dos sem-terra.

Definido o *corpus*, recortamos como objeto empírico de análise as chamadas sequências discursivas (SD) seccionadas do corpo preliminar de textos, isto é, da edição completa do *JN* e posteriormente das matérias telejornalísticas gravadas em VT.

Vale assinalar que a noção de sequência discursiva é, também, bastante escorregadia. As sequências discursivas podem ser entendidas como sequências orais/escritas de dimensão superior à frase, mas, de qualquer sorte, podem ainda assim levar à identificação de formações discursivas (FD) ou seja, de sequências linguísticas nucleares, cujas realizações representam, no fio do discurso (ou intradiscurso) o retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o intradiscurso). (MARIANI, 1998)

Nas sequências discursivas foram descritas e analisadas as marcas linguísticas específicas, considerando-se, quando necessário, a codiscursividade e a cotextualidade envolvidas. Desta maneira, as questões centrais que nortearam este estudo foram:

- Como os excluídos/exclusão são nomeados e mostrados no telejornal?
- Em que medida e em que consiste uma explicação para as origens da exclusão?
- Que articulações existem entre as diversas formações discursivas que compõem o discurso do *Jornal Nacional* e em que nível pode-se observar suas permanências, sua repetibilidade?
- Procuramos analisar ainda dois aspectos específicos da prática discursiva jornalística: comentários dos apresentadores, posição dos repórteres, dos atores da matéria, ou seja, as vozes, as polifonias presentes no interior deste discurso.

A exclusão na TV: entre clamores e silenciamentos

Vimos, anteriormente, que o processo de construção de sentido resulta de uma disputa de interpretações para os acontecimentos. Como desdobramento deste processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e, às vezes, um aparente esquecimento das demais.

Para Pêcheux (1988), existem duas formas de esquecimento no discurso: a primeira, chamada de esquecimento número um ou esquecimento ideológico; este é do nível do inconsciente e resulta da maneira como os sujeitos

são afetados pela ideologia. Tal processo leva à ilusão de que aquele que fala é a origem do que diz. Há um lapso de memória acerca daquilo que dizemos; esquecemos que dizer implica na retomada de sentidos já existentes.

Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam, e não pela nossa vontade. (ORLANDI, 2001, p. 35)

Ou seja, quando passamos a existir, os discursos nos precedem. Nós nos banhamos neste rio que já corria; não o criamos para matar a nossa sede. Não somos o início das coisas, do mundo, e, portanto, não inventamos as palavras e os sentidos que daí germinam. As palavras encarnam-se em nós. Isso não impede que novas palavras sejam criadas, não impede que os sujeitos no mundo reinventem a palavra – ou não haveria a poesia –, mas implica que há limites para isso. Esse processo se faz no interior do interdiscurso, se inscreve em uma rede de sentidos.

O esquecimento número dois, por sua vez, está no nível da enunciação. Ou seja, quando o sujeito diz, ele se singulariza. No fluxo do dizer, vão se formando famílias parafrásticas, as quais indicam que haveriam outros modos de expressar o que foi dito. Tal processo de esquecimento leva à ilusão da realidade do pensamento. Trata-se da ilusão referencial, a crença de que existe uma relação direta entre o dito e o pensado, a linguagem e o mundo. Isto leva a que os sujeitos creiam que aquilo que dizem só pode e deve ser dito de um modo. Estabelece-se assim a ilusão de que há uma relação direta, indissociável, entre palavra e coisa, como o disse Foucault (1996).

No jornalismo, como vimos, e ainda mais profundamente no telejornalismo, este processo de esquecimento se faz de maneira inequívoca. A partir desses mecanismos, conscientes e inconscientes, configura-se o mundo mostrado e o mundo silenciado.

Ao tentarmos compreender os mecanismos que operam no discurso jornalístico, iremos perceber como se instauram certas formas de silêncio. O silenciamento de sujeitos, o apagamento de parte da memória e a escolha de outras falas e outras memórias.

Nesse processo, torna-se fundamental investigar o retorno de marcas linguísticas, imagens, signos. Enfim, interpretações recorrentes; ou seja, o que é permitido, aquilo que é considerado “evidente”, quando se tenta dar conta de um evento, de um fato social, cujo propósito é (re)significá-lo, indicar um percurso de leitura sobre o mesmo. Também caberá revolver o que foi silenciado, fazer emergir a interdição, o que, no silenciamento do sujeito e, em particular, no discurso jornalístico, poderá revelar muito mais do que o dito.

Com efeito, consideramos que, nesse processo de construção do sentido, também no telejornalismo precipitam-se movimentos de coerência e coesões que mantêm certa estabilidade. Sentidos que permitem, em um certo nível, a estabilidade do mundo e das relações sociais.

Com isso:

Nas histórias e Histórias, suas memórias coletivas ou particulares, a costura dos acontecimentos, implica cerzir furos e domesticar diferenças, busca-se inseri-las num mundo ‘normatizado’ e sem contradições, eliminar o que possa ameaçar a estabilidade/homogeneidade. Mas no próprio ato de repetir o mesmo sentido já há um deslocamento produzido. (MARIANI, 1998, p. 39-40)

Ademais:

Os implícitos não são evidentes por si só, nem estão disponíveis ou prontos para serem atualizados na memória do sujeito. É na análise da produção e repetição de certos efeitos de sentidos, caracterizados por determinados processos discursivos, que se pode reconstituir o cenário das regularidades discursivas, sede de tais implícitos, ou seja, para fazer sentido é necessária a ocorrência, anterior, de outros sentidos já fixados na memória discursiva e que possam ser filiados para o acontecimento presente. (MARIANI, 1998, p. 41)

Seguindo tais pressupostos, podemos afirmar que também nas páginas de jornal, nos programas de rádio e de TV, produz-se uma ordem social. Esta coloca em relação e em circulação dizeres autorizados, anônimos, hegemônicos, reforçando a ideia de consensos cristalizados no interior de uma dada formação social.

Deste modo:

A noção de interdiscurso caracteriza, no plano da textualização da memória, o conjunto dos vestígios discursivos, resultantes dos deslocamentos, antagonismos e alianças entre fds que vão caracterizar, em termos de materialidade linguística, o sentido das sequências que se repetem, os sentidos legitimados que podem intervir. Mas os sentidos que deveriam ser esquecidos permanecem resistindo na forma de resíduos discursivos, lacunares, podendo fazer retornar suas fds silenciadas, ainda que com modificações, em outro tempo histórico. (MARIANI, 1998, p. 43)

Em que nível há silenciamentos no *JN* quando este telejornal trata da pobreza brasileira? Em que medida tais silenciamentos insistem em reverberar? Para capturarmos os silenciamentos que sussuram nas entrelinhas, torna-se fundamental considerar que o Jornal opera através de um fenômeno que diversos analistas nomeiam “efeito real”, i.e., um processo de construção do sentido que visa apagar a mediação da linguagem, o que, como já foi proposto, ancora-se em uma ilusão referencial.

Quais formações discursivas predominam no discurso do *JN* quando este (re)constrói o tema exclusão social? Que sentidos emergem desta construção? Nosso percurso analítico considera imprescindível a análise da presença do interdiscurso nas formações intradiscursivas para compreender os processos que instituem a operação de nomeação e permitem a adjetivação dos nomes. Ou seja, as operações que levam os enunciadores a predicar, valorar e referenciar coisas e pessoas.

Isto posto, observamos que ao ser lançado um primeiro olhar sobre o modo como é representada a problemática da (re)construção da exclusão social no campo televisivo, pode parecer-nos, à primeira vista, que este é um tema silenciado no interior desta máquina enunciativa, deste *locus* especial da contemporaneidade, o qual privilegia a (re)produção de imaginários amparados no luxo, no hedonismo enaltecidos na e pela sociedade de consumo.

Se, de um lado, o mundo olimpiano – artistas, moda, estrelas do futebol, *socialites*, etc – sua beleza e *glamour* são todo o tempo exibidos, desnudados, perseguidos, fotografados, enunciados, colocados em evidência pela mídia, o seu oposto – a exclusão – pode parecer adormecido, evitado, basta atentarmos para o quantitativo de exposição de um e de outro. Princípio de prazer e de dor.

Embora possamos, a partir em um rápido olhar, afirmar que tal tema é mitigado pelo discurso televisivo, uma observação mais atenta permitirá reconhecer que a exclusão constitui-se na TV em um tema recorrente, o qual é (re)construído a partir de diversas modalidades discursivas: aparece nas telenovelas, em programas de auditório, em filmes, em programas jornalísticos e religiosos, etc.

Não obstante esta presença, podemos considerar, numa observação de superfície, que na televisão cada vez mais temas e gêneros relacionados aos *fait divers* ganham espaço. Nesse sentido, é pertinente considerar que embora exiba um tema tão caro como a miséria social, os diversos programas retomam quase sempre, a exclusão na forma de espetáculo. Alivia-se a sua dimensão social na medida em que ao mostrar tais questões, aproxima tragédias coletivas ou individuais de formas próprias do entretenimento.

Nesse sentido, afirmamos que na televisão opera-se um tipo de construção discursiva que aproxima eventos históricos – um atentado terrorista, uma guerra mostrada ao vivo, o casamento de uma celebridade – ou acontecimentos vividos no cotidiano pelos sujeitos – um assalto, um acidente automobilístico, um evento esportivo, a ida a um *show* musical –, de um universo de representação muito próximo do que comumente admitiríamos como próprio da ficção, do drama e/ou da tragédia.

Deste modo, por exemplo, em um programa como o *Aqui, Agora* emerge o caos mundano. Apresentadores e repórteres assumem características próprias de personagens dramáticos, próprios de textos de natureza trágica ou cômica; aqui, a representação chega à pantomima. (MAGALHÃES, 1996, p. 496)

Já em uma telenovela de época, onde a escravidão é recontada, as tensões sociais se realizam não a partir do que poderíamos nomear uma luta de classes, mas a partir de “senhores de escravos bons” e “senhores de escravos maus”. A violência contra homens negros não evidencia as contradições sociais, mas personalidades individuais dos bandidos e mocinhos da novela, ainda que todos sejam donos de escravos. Com efeito, caberia aqui uma breve digressão sobre a telenovela, uma vez que esta reflexão será importante para a análise do discurso telejornalístico.

Sabemos que, no Brasil, a telenovela é um dos gêneros televisivos mais sedutores. Sua narrativa propõe-se a fixar um enredo que possui início, meio e fim e cujos desdobramentos a audiência aproxima de sua vivência cotidiana.

O fato de ser um programa veiculado diariamente leva a um envolvimento profundo por parte daqueles que a assistem. Trata-se, portanto, de um discurso que incorpora, além da trama, comportamentos, moda, gostos, servindo como poderosa forma de mediação da publicidade e de estilos de vida, valores; daí o motivo pelo qual já desperta nos estudiosos o interesse por revolver suas polifonias, as representações inscritas em suas tramas, em particular as contradições sociais que aí se inscrevem.

Em um complexo processo de identificação, o público relaciona o desenrolar da telenovela, a existência de suas personagens à sua existência, ao seu cotidiano. A telenovela atinge um nível de extraordinária competência técnica, as histórias tornam-se cada vez mais complexas, e as temáticas dialogam com problemas sociais imbricados com contorcidas histórias de amor.

É interessante observar que uma, duas, três ou mais vezes por dia – novela da tarde, “das 6”, “das 7” e “das 8/9”, como comumente são denominadas as telenovelas de maior audiência – a telenovela promove uma suspensão no cotidiano das pessoas, envolvendo-as nos interstícios de suas tramas.

O cotidiano modorrento, a rotina do trabalho, a relação afetiva cansada pelo tempo, por algumas horas são reservadas a um segundo plano, e a imaginação do público pode alçar voo por entre belas histórias de amor, luxuosos cenários, corpos estilizados.

Ao mesmo tempo, o convívio com a telenovela verte-a em algo radicalmente cotidiano e, como tal, integrado ao dia-a-dia. Esta rotina não sofre as injunções da telenovela radicalmente, ou seja, a trama da novela não tende a introduzir mudanças radicais e abruptas no dia-a-dia das pessoas; ao contrário, a telenovela assenta-se em modelos básicos, em modos de pensar consagrados, familiarizando mesmo personagens e histórias que poderiam orientar-se no sentido do proscrito, do não aceito socialmente.

À trama da telenovela, costumeiramente, não é reservado o lugar próprio da narrativa que conduz ao dissabor do choque, à insegurança, ao ceticismo, ao incômodo, ao questionamento. À telenovela, grosso modo, é reservado um lugar confortavelmente familiar, avesso àquilo que conspira contra os valores já aceitos. Mesmo o estranho é convertido em familiar: a prostituta que é boa mãe, boa filha, ama o namorado de infância e é desejada por um rico empresário. Mãe e filha que amam o mesmo homem mas resolvem a questão sempre de modo amoroso e compreensivo. A cafetona que acarinha suas “meninas”, acolhendo-as com fraternidade.

Da mesma maneira, a ascensão social também não obedece ao chamado princípio de realidade. Com isso: a linda operária torna-se modelo de sucesso; a empregada doméstica ganha um prêmio milionário na TV; o garoto pobre torna-se ídolo de futebol. Aos poucos premiados da “vida real”, cabe reiterar o imaginário do conto de fadas.

A telenovela, portanto, é cíclica, normativa, constante, avessa a mudanças. Embora observemos que a telenovela também introduz mudanças de comportamento, especialmente junto a determinados segmentos sociais; de um modo geral tende a refutar o estranhamento.

Deste modo, embora a telenovela possa ser pensada como uma trama amplamente presumível, há que observar que, não raro, as histórias vão sendo modificadas no decorrer da narrativa; quer a partir das próprias idiossincrasias do autor, quer, e sobretudo, pelos desejos do público. Vale dizer: a todo o momento o público da telenovela é auscultado. É preciso que a emissora que produz a telenovela, como de sorte qualquer outro de seus produtos, esteja atenta à sua audiência, posto que a televisão, na qualidade de empresa capitalista, embora produza um tipo de bem específico, o bem simbólico, sobrevive da venda. Assim, no processo de consumo é preciso agradar ao cliente. Nesse sentido, as diferenças são profundas entre uma telenovela e um filme “não comercial” no cinema, uma peça de teatro, um livro, os quais já possuem suas tramas prescritas pelos autores, independentemente do desejo de seu público.

Lembre-se ainda que, ao contrário de outras ofertas simbólicas, as temáticas retomadas nas telenovelas são estáveis. Ainda que a sofisticação das narrativas inclua, crescentemente, temas diferenciados: a gravidez de aluguel, o incesto, a impotência sexual masculina, o homossexualismo, a violência contra a mulher, o racismo, a clonagem humana, etc, etc, as tramas novelescas se fazem a partir de boas e velhas histórias de amor, personagens bons e maus. Seus motes são sempre amores difíceis entre um homem e uma mulher, personagens centrais, que encarnam, quase sempre, uma estética publicitária, os sentimentos considerados nobres, comportamentos aceitos e consagrados socialmente.

O fenômeno da telenovela no Brasil é, portanto, extraordinário, e os demais produtos da TV, inclusive os telejornalísticos, sofrem, em algum nível, as injunções desta forma discursiva. Afinal, tramas se seguem. As pessoas acompanham diariamente capítulos. Discutem os problemas das personagens em seu dia-a-dia, apostam em seus destinos, amam e odeiam persona-

gens, aproximam as dificuldades das personagens das suas próprias, chegam mesmo a confundir personagens e atores.

Ao mesmo tempo, outros produtos televisivos, como as notícias dos telejornais, parecem mobilizar menos as pessoas e, ao que parece, cada vez mais, só conseguem uma profunda mobilização na medida em que acrescentam elementos “novelescos”. Ou seja, vertem uma “cobertura fria”, racional, em drama.

Os elementos telenovelísticos vão assim contaminando diversos outros programas. Além dos telejornais, em programas esportivos, a biografia de atletas é recontada de modo célere e didático, explicando-se aí a força de vontade e o talento capazes de salvar jovens de situações adversas. Também programas de auditório passam a narrar histórias tristes, exibindo finais felizes.

Em um programa como o *Gugu*, para ficarmos somente em alguns exemplos, dramas familiares são exibidos: o garoto que precisa de um transplante de órgão e não pode pagar; o preso que aguarda o dia de sua liberdade. Nestes casos, o apresentador é investido de uma legitimidade suficiente para resolver o drama de uma vez por todas – por exemplo, bancando a operação do garoto ou preparando o retorno do futuro ex-detento, quando apoia sua família e cria condições para que possa trabalhar ao sair da prisão.

Depreende-se destes exemplos que, seguramente, a mídia apropria-se de temas distintos, inclusive de um tema como a exclusão social. Tal apropriação se faz de modos extremamente complexos, ainda que dramatize a realidade. Ao contrário do que, em princípio, pode-se inferir, o campo midiático não trata apenas de temas “leves”, desinteressados. Ela retoma o que se pode considerar negativo, inadequado para o lazer e a diversão. Inadequado para um tipo de meio que traz em sua lógica a tentativa de reforçar o sentido “leve”, a felicidade do sentido da sociedade de consumo, e, em um olhar de superfície, aponta, não raro, para as saídas mágicas para as situações adversas.

Contudo, embora exibida na TV, aparentemente despedaçada em suas raízes e conflitos, é preciso considerar a especificidade do modo como a exclusão é mostrada em cada emissora de canal aberto, objeto deste estudo.

Ou seja, este modo de mostrar parece articular-se ao que poderíamos chamar de uma “gramática” específica de cada emissora – Globo, SBT, Bandeirantes, Record, etc – que, como vimos anteriormente, sob certos aspectos, distingue-se entre si. Bem como, este modo de mostrar é indissociável da gramática dos próprios programas em que aparece – *Programa do Gugu*, *Programa do Ratinho*, programas religiosos, telenovelas, telejornais, etc.

O que nos parece fundamental nestas observações gerais é a necessidade de atentarmos para a trama urdida entre os meios de comunicação. Sua codeterminação. De um lado, codeterminação definida em termos interemissoras, ou seja, é preciso estarmos atentos às diferenças e semelhanças entre programas apresentados nas diversas emissoras de TV. De outro, parece-nos fundamental considerar as articulações dos programas entre si, isto é, não perder de vista a intertextualidade e a interdiscursividade. Isto é, trata-se de conteúdos, formas, valores, gramáticas que são organizados no âmbito de telenovelas, de telejornais, de programas de auditório e que, em algum nível, dialogam entre si. Nesse processo, há saltos da ficção para o real e vice-versa, há imaginários e matrizes simbólicas que podem aproximar-se e distanciar-se das falas proferidas em cada um destes programas.

Tudo isso nos leva a considerar que o campo midiático reforça um tipo de funcionamento discursivo amparado pela lógica de si mesmos. Há um jogo de reforço mútuo. Há um intenso e célere trânsito de discursos da ficção para o real, do público para o privado, do trágico para o cômico.

Estas tensões permanentes, como já foi anunciado, entre a racionalização e o emocionalismo, como não poderia deixar de ser, amparam também o discurso jornalístico, posto que este não pode ser pensado isoladamente, mas sobretudo articulado a outros discursos imersos na TV.

Certamente, como vimos, esta tensão torna-se explícita nas orientações dos chamados “manuais de redação”. Se, de um lado, “os textos jornalísticos devem ser “secos”, precisos, econômicos e, acima de tudo, exatos, de outro: “O texto jornalístico deve registrar a emoção nos eventos que noticia e transmiti-la ao leitor”.

Como se vê, emoção e razão são recomendados e, possivelmente, a diferença que vai marcar a classificação dos noticiosos será menos essa marca, e muito mais os níveis que devem graduar cada um desses modos de dizer.

Para um produto como o *Jornal Nacional*, a resposta pode ser vislumbrada através da proposição: “A emoção deve ser registrada sem que o texto se torne, ele mesmo, emotivo”.

Há, portanto, a aceitação explícita no (tele)jornalismo de elementos próprios do espetáculo, do drama, embora isto não prescindia de um disciplinamento desta presença.

Concluimos destas observações preliminares, primeiramente, que nos diversos programas apresentados na televisão, nos diferentes gêneros, a temática da exclusão está presente. Em segundo lugar, embora possamos

dizer que existe uma “gramática televisiva”, cujo traço mais marcante é um certo “efeito espetacular” daquilo que é mostrado na TV, tudo leva a crer que existem diferenças marcantes nas manobras enunciativas postas em operação para deixar falar a miséria humana. Estas diferenças podem ser demarcadas em programas diversos de uma mesma emissora ou a marca da diferença pode se acentuar nos programas ofertados pelas diversas emissoras concorrentes.

A nomeação da exclusão no *Jornal Nacional*

Sem perder de vista as diferenças entre emissoras e programas, podemos afirmar, a partir das observações já realizadas, que a TV não silencia a exclusão social. Este mostrar, certamente, é indissociável de um novo contexto sociopolítico brasileiro, após uma longa fase de autoritarismo, o qual coibiu a discussão deste tipo de questão na imprensa.

Desta maneira, a discussão levada a efeito pelos setores políticos, pela organização civil e pela imprensa, de um modo geral, envolvem também a participação do campo televisivo.

Um problema tangencial consiste na questão a saber: em que nível pode-se afirmar que a TV assume muito mais o lugar de fomento deste tipo de discussão ou, ao contrário, coloca-se a reboque dos movimentos existentes na sociedade brasileira?

Para tratar desta questão, ainda que sucintamente, faz-se mister considerar que há um processo histórico de assujeitamento da imprensa, e, mais especificamente, do *Jornal Nacional*, a um já-dito imposto em um contexto autoritário. Naquele momento, as questões sociais foram, em boa medida, silenciadas e, em seu lugar, foi reforçado um imaginário desenvolvimentista perpetrado pelo regime militar instalado a partir de 1964.

A TV Globo, como vimos no Capítulo 2, nasceu nos interstícios do Regime Autoritário, quando o *Jornal Nacional* é inaugurado, um ano após a tomada do poder pelos militares. Certamente esta origem histórica trará marcas indelévels para a constituição discursiva deste jornalístico.

***Jornal Nacional* e os limites do dizer: o contexto macrodiscursivo**

Como sabemos, o discurso jornalístico é regido por relações político-sociais e jurídico-ideológicas. Se o jornalismo é o mais importante centro

mediador das informações postas em circulação na contemporaneidade, como não poderia deixar de ser, é observado estrategicamente pelos centros de poder que conformam a sociedade, uma vez que esta vigorosa máquina enunciativa constitui-se como campo estratégico na manutenção das relações de dominação.(BOLAÑO, 1997)

Assim, os grupos hegemônicos não poderiam deixar ao largo a quarta maior rede de comunicação do mundo, posto que as organizações Globo envolvem, hoje, no âmbito da comunicação de massa, cerca de 18 emissoras de rádio AM/FM, duas editoras de revistas e livros, produtora de vídeos, gravadoras, negócios imobiliários, turismo, TV fechada, enfim, trata-se de um complexo da indústria cultural.

Se, nos anos 50 e início da década de 60, o poder de penetração desta mídia era ainda limitado por uma série de fatores, a situação atual é radicalmente oposta.

Com efeito, enquanto nos anos 60 as estações fora do eixo centro-sul apresentavam os telejornais com até 48 horas de atraso, devido à dificuldade do transporte dos tapes, ou se contentavam com os telejornais regionais isolados do resto do país, na nova fase da TV, compreendendo o período pós-64, assiste-se à ampliação da rede elétrica e a implantação da Embratel, o que torna possível a interligação das diversas regiões via satélite ou através de micro-ondas.

O suporte técnico propiciado pelo novo sistema de telecomunicação criou as condições para a veiculação de telejornais e outros programas que passaram a ser apresentados instantaneamente para todo o Brasil.

A Rede Globo configurou-se como um dos maiores impérios de comunicação do mundo e o maior monopólio da televisão no Brasil. Além das telenovelas, o seu programa de maior audiência passou a ser o *Jornal Nacional*, criado em 1969.

Antes do *JN*, a Globo criara o seu primeiro telejornal: o *Tele Globo*, apresentado por Hilton Gomes e Aluisio Pimentel, com duas edições de apenas 15 minutos. Hoje, mais de três décadas depois, o *Jornal Nacional* abarca um tempo muito maior na grade de programação e é veiculado durante cerca de uma hora, intercalado por intervalos comerciais.

Sem embargo, diversas análises apontam o importante papel desempenhado pelo *Jornal Nacional* ao longo das últimas décadas, e, de modo especial, indicam a posição parcimoniosa de sua cobertura, sobretudo política. Esta posição foi explícita ao longo do regime militar e continuou no período pós-autoritário. Não se trata de um acaso a primeira imagem do *JN*

exibir o desfile militar de 7 de Setembro, Dia da Independência do país, um ano após o Ato Institucional Número 5.

Se é possível argumentar que a cobertura da Globo e de seu principal telejornal são indissociáveis da rígida censura dos governos militares, por outro lado é notória a assumida aliança entre os seus proprietários e os governos que se seguiram a 64, mesmo após o fim da ditadura militar. Vários episódios explicitam a posição conservadora da Rede Globo em recentes episódios da vida política do país. (RUBIM, 1999)

O fim dos governos militares e o retorno à democracia, ainda que em meio a diversas fraturas, vão indicando, de modo cada vez mais claro, a maneira como os diversos grupos proprietários dos meios de comunicação se posicionam diante do campo político. Para Mauro Porto (1999), em relação à Rede Globo, diversos momentos ilustram claramente a cobertura parcial, quase sempre tendendo a favorecer ao Governo Federal.

Ainda que as redes de comunicação do país tenham apoiado o Regime Militar, é indiscutível que, como vimos demonstrando, possivelmente o mais vigoroso suporte simbólico que amparou o período autoritário tenha sido a Rede Globo de Televisão, suporte ainda hoje fundamental para sustentar os estamentos dominantes.

Para realizar tal função, como já observamos, diversas estratégias simbólicas foram sendo construídas com o propósito de reforçar a ideologia pós-64. Porém um, entre outros ícones, torna-se precioso para dar sustentação aos governos autoritários: o apresentador do *Jornal Nacional* que permaneceu durante 26 anos no horário “nobre” da TV brasileira, em cadeia nacional.

Vale dizer, Cid Moreira tornou-se uma figura central na construção simbólica da Globo. Tal como assinalam Carvalho, Kehl e Ribeiro (1980), o *JN* e Cid Moreira estão intrinsecamente ligados. Moreira simbolizou, ao longo de quase três décadas, a “credibilidade da notícia”. Conviveu durante muitas noites com a família brasileira, formalmente vestido de terno e gravata, sério e discretamente risonho ao se referir a acontecimentos “leves”. Sempre contido, ponderado, mesmo ao relatar sub-repticiamente a violência presente nas ruas de um país silenciado pelo medo ou tortura.

Segundo José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, Cid Moreira respondia satisfatoriamente à estratégia da emissora que, ao interpor o *Jornal Nacional* entre duas telenovelas, pretendia atrair não apenas o público masculino, mas também o público feminino fiel à “novela das sete” e da “novela das oito”. Além da aparência considerada ideal para os padrões televisivos, sua voz

firme, mas, ao mesmo tempo, suave, foi aceita para ecoar Brasil afora, levando a representação de um país supostamente real.

Ao longo do período autoritário, o *Jornal Nacional* reforçou o ideário de Brasil “grande”, unificado. Repetiu a classificação de país intermediário, ainda não plenamente desenvolvido, mas, também, distanciando-se do subdesenvolvimento, posição resultante da política econômica implementada, da realização do “milagre brasileiro”.

O brilho das cores permitiria ao telejornalismo global explorar, de modo ainda mais evidente, as características próprias do espetáculo mediado pela pequena tela. Além da chegada da cor, também o aperfeiçoamento dos equipamentos eletrônicos, permitindo sobretudo a miniaturização de câmeras e microfones, marcaram uma outra revolução do jornal da TV. Assim, o *JN* expôs um novo padrão estético ao noticiário e de apresentação da notícia, reforçou a relação entre jornalismo e espetáculo.

Já no novo cenário do país, com a redemocratização, as mudanças recentes ocorridas na televisão brasileira, onde surgem novos formatos de telejornais e atuações mais personalizadas de apresentadores e repórteres, impeliram a Globo a rever o formato de seu telejornalismo. Estas mudanças levaram seus apresentadores a alterar sua participação durante a transmissão dos telejornais, antes limitada à leitura de notícias. Com estas mudanças em curso, tornou-se necessária uma participação mais ativa dos apresentadores.

Estas mudanças passam a acontecer na medida em que a emissora do Jardim Botânico já não respirava os números absolutos de sua audiência. Se, nos anos 70, esta chegava a atingir quase 100% de audiência, nos anos 80 sua audiência média cai para 60 pontos. Entre 1992 e 1993 baixam ainda mais, para 50 pontos, atingindo média de 35 em 1996. Embora continuem a ser índices extraordinários.

Após diversas experiências com novos apresentadores, finalmente em 1996 Moreira e seu principal *partner*, Sérgio Chapelin, foram substituídos pelos jornalistas William Bonner e Lillian Witte Fibe, esta última mais tarde deslocada para o *Jornal da Globo*, no horário da zero hora, cede seu lugar a Fátima Bernardes, mulher de Bonner.

Com a mudança, William Bonner, além de apresentar o telejornal mais importante do país, firma-se como editor. Vale lembrar que, além desta mudança, o cineasta Arnaldo Jabour torna-se o comentarista do telejornal, tratando de modo humorado e irônico diversas questões e passa a ser criticado por sua adesão ao Governo Federal.

Seja como for, a Globo reagia à queda de audiência de seu principal telejornal e, ao mesmo tempo, parecia tentar iniciar uma nova fase, a fim de despojar-se da imagem de “emissora oficial” que havia se corporificado, procurando, deste modo, desenvolver, aparentemente, um jornalismo mais independente.

A emissora carioca busca a modernização de seu telejornal ao perceber o avanço de emissoras como o SBT. Ali, Boris Casoy inaugura um novo estilo na TV brasileira, tornando-se o seu primeiro “âncora”. Com isto, a apresentação “fria” da notícia cede ao comentário indignado, à crítica ácida, à tomada de posição, exatamente o contrário do que parecia marcar a produção da Globo.

Ao mesmo tempo, Gil Gomes, conhecido radio-repórter, estréia na televisão levando o jornalismo “sensacionalista” para a TV e mantém o seu estilo considerado por muitos bizarro. Explorando o “mundo cão”, a violência urbana existente em contextos familiares, pessoais, margeando a ficção policiaisca, revela acontecimentos corrosivos da realidade de uma metrópole como São Paulo.

Além disso, o programa *Aqui, Agora*, exibido a partir de 1979, inovou o telejornalismo ao explorar, através de modos mais realistas, no estilo “uma câmera na mão”, a apresentação das notícias. O naturalismo era explorado em especial quando o repórter se colocava no centro de um acontecimento “ao vivo” e o cinegrafista narrava em imagens o acontecimento. O programa chegou a atingir significativos 20 pontos de audiência em 1992, em São Paulo.

Diante de tal contexto, podemos considerar que as mudanças processadas no *JN* alteraram o modo como este telejornal representava anteriormente sobretudo o mundo da política, possibilitando que os apresentadores e repórteres passassem a exercer um papel mais ativo. Além disso, o *JN* reduziu a participação das fontes governamentais, as quais, em vários momentos, são faladas pelos apresentadores e comentaristas, i.e, lança-se mão do discurso indireto, como veremos a seguir. (PORTO, 1999)

Apesar das mudanças, a Globo continuou a apoiar a coalizão de poder dominante e, para boa parte dos estudiosos das relações entre mídia e política, a exemplo de Antonio Fausto Neto, Venício Lima e Albino Rubim, a mais significativa intervenção da Rede Globo sobre o processo político brasileiro realizou-se quando foi ao ar a edição do último debate do então candidato Fernando Collor, contra Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Traba-

lhadores, dois dias antes da eleição presidencial de 1989. A edição foi expressamente parcial. Collor foi eleito, mas a sua deposição em 1992 levaria a uma série de mudanças nos quadros do telejornal na maior rede de TV do país.

Vale lembrar ainda que Alberico de Souza Cruz, amigo pessoal do presidente eleito, foi o responsável direto pela edição do debate. Não parece um mero acaso que meses depois Alberico Cruz tenha ocupado a direção de jornalismo da emissora carioca. Cruz ficaria à frente do jornalismo global ao longo de cinco anos, seguindo a orientação pessoal de Roberto Marinho, mas contrariando os seus herdeiros. Isto não obstante, o crescente afastamento de Roberto Marinho, patriarca proprietário das Organizações Globo, decorrente de sua idade avançada, contribuiu para o fortalecimento de seus filhos. Nesse processo, emerge um cenário favorável à ascensão de Evandro Castro de Andrade na emissora; lembre-se que Andrade veio a falecer em 2001.

A presença de Andrade marca um novo momento no núcleo de telejornalismo, ainda que mudanças profundas não aconteçam de imediato.

Se é verdade que as mudanças no panorama político do país levaram a mudanças, tanto no quadro geral do núcleo diretor de telejornalismo da Globo quanto na sua formatação, há um processo crescente de despolitização do *Jornal Nacional*. Com isto, em lugar da informação política, a opção do maior telejornal do país tem sido a ênfase nos chamados *fait divers*: matérias sobre comportamento, casos policiais isolados, esportes, com destaque para as estrelas do futebol, dentre outros. (AZEVEDO, 2000)

As mudanças se acentuaram em janeiro de 1997, quando o *Jornal Nacional* caiu para um dos mais baixos índices de audiência em toda a sua história: 35 pontos de média mensal. Sua grande concorrente era então a novela mexicana *Marimar*, do Sistema Brasileiro de Telecomunicação, de propriedade do empresário Silvio Santos. A novela que se seguiu, *Chiquititas*, permitiu que o *JN* ganhasse mais alguns pontos: 41 em média, na grande São Paulo, contra 13,5% da nova telenovela.

O esforço por recuperar os índices de audiência do *JN* explicita-se nas alterações ocorridas ao longo dos últimos anos. Depois da saída de Cid Moreira, o cenário já mudou diversas vezes. Também o uso da linguagem e mesmo a postura dos apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes tornaram-se menos formais, impregnando-se de um uso mais coloquial e enfático na leitura dos textos.

Ao mesmo tempo, alguns estudos observam que o *JN* reduziu drasticamente as matérias sobre política. Isto pode indicar a tentativa da Globo de reforçar a estratégia de despolitização da TV, destacando cada vez mais o espetáculo, o mundo dos olímpicos, os *gadgets*, o *kitsch*.

Em 1995, aos 65 anos, Evandro Castro de Andrade assume o posto de diretor geral de telejornalismo da Rede Globo. O laboratório de Castro de Andrade foi o jornalismo impresso, destacando-se sua atuação à frente de *O Globo*, um dos maiores diários do país. Sua visão sobre televisão, como não poderia deixar de ser, afina-se com a lógica presente na emissora do Jardim Botânico. Para ele, um telejornal equivale a uma primeira página de jornal impresso.

Andrade toma como modelo os telejornais americanos. Lá há, de um modo geral, uma mesma fórmula para os telejornais, desde seu horário de exibição até o tempo de duração. Dentro desta lógica, o produto telejornalismo tem como base a imagem, a otimização do texto escrito a ser lido, disto resultando um texto pouco profundo, mais fragmentário, superficial.

Como vimos, a questão do tempo é crucial na TV. Obedece à precisão dos segundos. Trata-se da sobreposição da lógica publicitária da qual a TV torna-se mesmo refém. Isto não acontece por acaso, posto que um spot publicitário de 30 segundos veiculado em um dos intervalos do *Jornal Nacional* custa alguns milhares de dólares. A veiculação neste horário implica na audiência de pelo menos 30 milhões de telespectadores. Diante de tais cifras, o *Jornal Nacional*, como seus congêneres, é cuidadosamente cronometrado. Sabe-se exatamente o tempo de leitura dos diferentes apresentadores de um mesmo texto.

Com base nestes números, o então novo diretor da central Globo de jornalismo, Evandro Castro de Andrade, pensou em sacrificar os créditos que encerram os telejornais, onde são exibidos os nomes dos profissionais envolvidos em sua produção e de seu responsável. Andrade desistiu de sua ideia por força da lei que exige que se mantenham os créditos.

Estas questões levam a uma reflexão acerca do processo que envolve as novas tecnologias de comunicação, as quais se, por um lado, podem potencializar a democratização da informação, o intercâmbio entre culturas em todo o mundo, por outro lado levam a uma reflexão menos otimista, onde o processo de mundialização dos sistemas de comunicação pode ser analisado como uma tendência crescente de concentração do campo midiático, cujo desdobramento é a subordinação da lógica jornalística a uma outra lógica, externa aos seus ideais, baseada fundamentalmente nas demandas de

mercado. Nesse processo, o jornal tende a transformar-se crescentemente em um produto simbólico regido pelas leis do consumo. Para ilustrar esta afirmação, vale lembrar que apenas nove grupos econômicos controlam a mídia em todo o planeta.

Além da central questão do tempo, algumas características intrínsecas à TV definem grosso modo, a maneira como seus produtos serão apresentados. Dispersa em seu ritual de recepção – esta condição social que condiciona o processo de leitura define as características da estrutura do texto televisivo e as estratégias mobilizadas para interceder no ambiente doméstico.

Ao que tudo indica, um dos grandes mistérios da televisão reside nesta familiaridade, nesta presença diária que se estende como uma presença viva, inseparável do tempo e do espaço domésticos. A televisão não implica, pois, em um corte no cotidiano dos sujeitos, mas inscreve-se como uma extensão deste e, ao mesmo tempo, misteriosamente, indica a porta de entrada para um mundo de glamour, de beleza e fantasia e por vezes de dissabores.

Certamente esta passagem realiza-se em um ritmo frenético, permitindo a intersecção entre o tempo/espaço da realidade cotidiana e o universo da imagem, cuja marca na TV é o ritmo alucinante, a fala ininterrupta, o recorte fragmentário do real, o que reforça a superficialidade no processo de devolução do mundo aos sujeitos. Estes, a nosso ver, são aspectos fundamentais para analisar todo e qualquer discurso televisivo.

Análise do Jornal Nacional: a moldura do discurso

O telejornal, em seu modo de organização, estrutura-se em torno da precisão do tempo, do impacto da imagem, da economia do texto. Obedece a um modo de organização presidido pela “gramática” televisiva em sua relação com a esfera da recepção.

Há critérios para julgar a importância atribuída a um acontecimento em um informativo: duração ou espaço ocupado, lugar de apresentação (primeira página, primeira matéria ou última do telejornal, etc), forma de apresentação, multiplicação ou monofocalização de fontes, dentre outros. (VILCHES, 1993, 1995)

É preciso assinalar, ademais, que os critérios de seleção não se resumem a uma escolha subjetiva do jornalista; antes, trata-se de um componente complexo que se desenrola ao longo do processo produtivo. Critérios esses que, como já mencionamos, estão relacionados com a noticiabilidade

do fato. O rígido controle do tempo do telejornal é introjetado pelo jornalista em sua etapa de produção e veiculação da notícia.

A veiculação do *JN* acontece em torno das 20 h. Esta mudança na grade de horário deve-se a exigências do Ministério Público Federal quanto a um maior rigor na censura de programas. É composto por cinco blocos, podendo ser ampliado até sete blocos; estes variam em torno de cinco a sete minutos cada. Cada bloco do *Jornal Nacional* é interrompido, intercalado por anúncios publicitários.

O primeiro bloco do telejornal é iniciado sempre com algo factual considerado relevante, uma notícia de impacto do dia – um acidente de grandes proporções, a morte de alguma figura pública de destaque, algum acontecimento político ou econômico relevante –. Não raro, no último “bloco”, organizam-se assuntos mais amenos: esportes, *fait-divers*, etc. Quase que invariavelmente a última notícia do *Jornal Nacional* apresenta notícias “leves”, temas relacionados a *fait divers* ou que são permeados por conteúdos de otimismo, esperança, ações solidárias, ou ainda temas desinteressados.

O *JN* está intercalado entre duas telenovelas, a “novela das 7” e a “novela das 8”, esta última passou a ser exibida em torno das 21:10. É feito para atingir um público extremamente amplo, ao contrário de outros informativos como o *Jornal da Globo*, que começa às 23:30 e que alcança um público mais seletivo, aquele que fica acordado até mais tarde.

Eric Nepomuceno (1991), jornalista ex-integrante da equipe do *JN*, assinala que também neste *Jornal*, estabeleceu-se a fórmula clássica de intercalar notícias ruins com aquelas positivas, otimistas, vulgarizando a informação. Tal fórmula reforça a neutralização da informação e o seu esquecimento, como veremos mais detalhadamente a seguir. Registra ainda o privilégio concernido a diversos setores hegemônicos quanto ao seu tempo de exposição.

É interessante sublinhar que o *Jornal Nacional* é produzido em rede nacional, a partir de um centro de produção localizado no Rio de Janeiro. Segue um modo de organização estruturado desde seus primeiros tempos, quando o Rio de Janeiro torna-se a referência máxima da maior rede de comunicação do país, como vimos no Capítulo 2 deste estudo.

Os apresentadores, ou seja, os principais enunciadores do *Jornal Nacional* são William Bonner e Fátima Bernardes. Junto aos apresentadores, os repórteres são figuras centrais na construção das notícias.

Além de um formato padrão que pode variar, tanto no número de blocos como no tempo de cada um destes, também varia a ordem dos assuntos

apresentados nos blocos – por exemplo, embora as notícias políticas, não raro, apareçam no primeiro bloco, podem vir em diversos outros.

Para caracterizar o tipo de apresentação imerso no *JN*, seguimos uma classificação proposta por Fausto Neto (1997), ao analisar a construção de matérias relativas às eleições presidenciais. O quadro abaixo define a apresentação dos telejornais a partir de três modelos fundamentais:

- a teatralização;
- o modelo didático-pedagógico ;
- e a descrição e testemunhalidade.

No primeiro modelo, chamado “teatralização”, se inscreve o telejornal apresentado por Boris Casoy, onde o âncora atua a partir de intervenções verbais e gestuais diretas, explícitas, coloca-se pessoalmente e comentando as matérias. Opina sobre os acontecimentos e colocando-se a favor ou contra atitudes dos atores envolvidos nas matérias apresentadas. Trata-se de um telejornal que traz a marca da personalidade de seu principal enunciador. Casoy convoca a esfera da recepção, chama-a diretamente a compartilhar de uma opinião, de uma posição.

Já o modelo didático-pedagógico materializa-se através de um telejornal como o da ex-Rede Manchete, que contava com uma âncora, Marcia Peltier. Esta última convidava a falar diversos especialistas como Villas-Boas Correa e Carlos Chagas. Aqui, o modelo contempla as diversas posições enunciativas no interior do telejornal. Há, neste modelo, o privilégio de deixar falar as diversas heterogeneidades discursivas.

Na terceira estratégia, insere-se o *Jornal Nacional*, caracterizado, segundo Fausto Neto, por um tipo de apresentação que reforça a ideia de neutralidade. Há uma testemunhalidade exposta na presença de seus repórteres, no detalhamento das ações narradas, na convocação da recepção, convidando-a a participar de cada etapa oferecida pelo telejornal.

A estratégia de descrição e testemunhalidade tende a reforçar a ideia de um menor envolvimento dos repórteres e apresentadores e a permissão para que os atores envolvidos nos eventos mostrados falem “livremente”, atuem como possíveis protagonistas.

Tal estratégia implica numa tentativa de apagamento da intervenção do telejornal, resultando na sensação de que o profissional da comunicação é um observador que registra os fatos e as falas dos verdadeiros atores do evento mostrado.

Esta operação tem como pano de fundo o cenário dos apresentadores. Ali, no platô do estúdio, em primeiro plano no *JN*, sempre aparecem dois apresentadores: William Bonner e Fátima Bernardes, eventualmente substituídos por outros dois apresentadores. Ao fundo, pode-se observar a complexa estrutura que está por trás da transmissão de um telejornal – diversos funcionários trabalhando, computadores, telefones, monitores de TV, etc, explicitam a complexidade desta organização.

Este ambiente reforça a legitimidade social da prática jornalística. Indica para seus leitores a complexidade deste tipo de atividade que leva ao interior doméstico o mundo. Todas estas operações de legitimação ajudam-nos a compreender os processos discursivos por meio dos quais o campo jornalístico referencia a realidade (re)construída em seu interior. Aponta para os processos de legitimação do jornalismo, seu lugar na arena social, inscrito este lugar em contextos históricos particulares.

Toda a ambientação incide sobre o dizer. Trata-se da cena enunciativa, o pano de fundo onde os enunciadores constroem as enunciações. No interior desta cena, no platô de estúdio e no interior das matérias exibidas, emergem as ideias sobre o mundo, os modos de representá-lo, tomam forma através da estruturação, da organização, a partir de complexas operações no campo da linguagem.

No jornalismo, como vimos, há um modo de organização da linguagem articulado a uma técnica discursiva próprias, constitui-se uma narrativa. Enquanto na ficção a narrativa é regida pelo imaginário, no jornalismo, como vimos anteriormente, a narrativa pretende-se subsumida à realidade factual.

Este tipo de construção discursiva visa mobilizar o seu público leitor aparentemente de modo mais racional, e também intenciona apagar a mediação do dizer jornalístico. Com efeito, enquanto na literatura o privilégio da forma recai em sua dimensão estética, no jornalismo destaca-se o conteúdo, ao menos formalmente, ainda que ao nível da promessa. A narrativa dá suporte a informações factuais.

Todo o tempo este tipo de narrativa reforça, junto ao público, a noção de implícito. Embora, não raro, retome, rememore fatos que servem como fio da meada, supõe-se que os fatos narrados são, em algum nível, de conhecimento daquele que lê. Como consequência deste pacto implícito, firmam-se os contratos de leitura. A partir daí, o discurso jornalístico opera a inscrição de sentidos, reforçando um tipo de linearidade em seu modo de dizer e invocando repertórios que presume como próprios de seus leitores.

Algumas operações engendradas no *Jornal Nacional* e que mobilizam pré-construídos supostos como parte do repertório dos leitores pelos apresentadores e repórteres acontecem quando, por exemplo, no estúdio, apresentadores lançam mão de mapas para demonstrar a localização de um acidente aéreo. Aqui, supõe-se que os leitores dominam os ícones geográficos. Outro exemplo: quando são apresentados diversos símbolos para informar dados da economia. Os exemplos são fartos.

Importa destacar aqui que, nesse processo, o discurso jornalístico ocupa o lugar de espectro mediador do mundo. O espaço do suposto saber é ocupado na medida em que o jornalismo representa-se a si próprio como um lugar de autoridade, de transmissão de conhecimento, capaz de transmitir um acontecimento singular, e, no caso da TV, de representá-lo através de signos analógicos, estabelecendo sua relação com imagens, espaços geográficos, pessoas, enfim, pré-construídos que, presume-se, fazem parte do repertório do leitor implícito.

A capacidade de didatizar o mundo, de verossimilhança proposta pela TV, reforçada pelo potencial alcançado de principal campo de produção das narrativas contemporâneas, é reforçado quando o leitor implícito dialoga com os contratos fundados sobre os já-ditos e a confortável sensação de conhecer e dominar os conteúdos e formas.

Sem embargo, se, nos jornais impressos, o primeiro movimento de inserção do leitor no universo do texto institui-se através das manchetes e das fotos, no telejornal o elemento que permite a primeira entrada no texto é a chamada durante a programação, antes do noticiário. Posteriormente, já durante a veiculação do telejornal, são realizadas chamadas para os blocos seguintes. Além disso, o leitor é orientado pelos apresentadores e pelo repórter que produz a matéria propriamente dita e todos os elementos que a conformam.

Se, nos veículos impressos, recursos como fotos, gráficos, legendas, etc, ainda que não propiciem uma entrada cognitiva fácil no texto, procuram fornecer indicações para o leitor, também as chamadas de telejornais, são orientadores de leitura, são um resumo da macroestrutura semântica das reportagens, desta maneira, monitoram toda a leitura e despertam a curiosidade.

Ademais, se, nos jornais, o primeiro movimento de inserção do leitor no universo do texto é instituído através de manchetes e das fotos, como já mencionamos, no telejornal o elemento que permite a primeira entrada no

texto é a chamada durante a programação, chamadas do tipo: “Veja logo mais no *Jornal Nacional* ...”; “...Esta e outras notícias você vê logo mais no *Jornal Nacional* ...”. Além disso, ao longo do próprio noticiário, os apresentadores fomentam as expectativas do leitor para os “blocos” e/ou notícias que se seguirão.

O mergulho na matéria a ser apresentada é anunciado pelos apresentadores. Estes são os primeiros enunciadores a introduzir propriamente o leitor ao tema a ser tratado que, por sua vez, é conduzido pelo repórter.

Sem dúvida, tais regularidades apontam para uma hierarquização do mundo através do destaque que é conferido aos acontecimentos por meio da organização das notícias. Estes mecanismos orientam a leitura, o acesso do leitor à atualidade.

Mas, afinal, como operam estes contratos, como ressurgem os pré-construídos ao se falar de exclusão no *JN*?

A resposta a tais questões foi procurada através da observação das constantes discursivas exibidas no *JN*. Estes processos nos fizeram revisitar os conceitos de paráfrase, que se mobiliza em torno do fechamento do sentido, e polissemia, cujo movimento dá-se em torno das possibilidades de vislumbrar a diferença no processo discursivo.

Na relação estabelecida entre os interlocutores – comunicadores e público – o pressuposto básico é que aquilo que será exibido é, de certo modo, o já-sabido.

O leitor, na condição de “pré-construído”, aparece nas malhas textuais antes de sua concretude realizada na e pela leitura. Os profissionais da comunicação, como quaisquer outros sujeitos intencionados em comunicar, constroem um leitor imaginário. Este leitor suposto, presume-se, domina um saber prévio daquilo que é tratado pelo jornal.

Não fosse tal pressuposição, seria impossível falar, por exemplo, sobre uma guerra que está acontecendo na atualidade. Neste caso, acredita-se que o leitor conhece algum aspecto da guerra. Em outra situação, os enunciadores do telejornal acreditam que seu público conhece os ícones geográficos. Prova disso é quando a “mulher do tempo” aponta no mapa as previsões climáticas, etc.

Enfim, o leitor é pré-construído pelos enunciadores do jornal e possui, por sua vez, repertórios sobre aquilo que vai ler. Não é uma caixa oca, vazia, mas defronta-se com toda forma textual, com as novas informações, a partir de um repertório já organizado.

Isso ocorre na medida em que se há um contexto estrutural, histórico que condiciona o dizer midiático, em particular telejornalístico, há, ao mes-

mo tempo, um contexto macro do qual participa o leitor. Ambos, enunciador e leitor, estão imersos na decantação histórica da realidade brasileira e do mundo, embora ocupem lugares diferenciados.

Nesse contexto macroestrutural residem as ferramentas de apropriação do leitor. Isto implica que também a mídia referenciar-se-á neste contexto macro do qual participa o leitor, ou, de outro modo, não seria capaz de comunicar.

Esta é uma premissa básica nos processos de comunicação. A questão fundamental a saber é em que nível há assimetrias e dissimetrias entre um e outro universo, embora alojados nos interstícios de uma realidade ampla, supostamente mesma. Na verdade, esta resposta só poderia ser procurada, em sua efetiva dimensão de complexidade, através de um trabalho etnográfico.

De qualquer modo, os elementos retirados do entorno, da realidade concreta e imaginária tecida pelos sujeitos, estão, através de complexas operações discursivas, presentes no interior do discurso jornalístico; cabe, neste momento, analisar algumas destas formas, e, mais precisamente, as formas presentes no discurso sobre a exclusão (re)veladas pelo *JN*.

A representação da exclusão: aspectos gerais

Embora a subordinação da Rede Globo às alianças com os grupos dominantes continue a condicionar o que deve e pode ser dito, certamente os novos ventos democráticos sobre o Brasil e um novo cenário de concorrência entre as emissoras de TV brasileiras podem ser considerados elementos estruturais que levaram a Globo a expor em sua tela uma das faces do país que, não raro, tentou, em boa medida, silenciar ao longo de seus 35 anos de existência.

Ao assistir ao *Jornal Nacional*, é possível observar que, também neste noticioso, como em outros programas, o tema da pobreza tem reservado um lugar no espectro discursivo. Trata-se de um tema atual, emergente no mundo inteiro e, portanto, não escapa da apropriação midiática.

Vale considerar que embora tomemos as noções de pobreza e exclusão social como sinônimas estudiosos como Celso Fávero, Alain Touraine e Cristóvam Buarque, dentre outros, propõem ser estes termos distintos uma vez que a noção de exclusão social enfatiza a agudização da ruptura do tecido social, resultando na produção de grandes massas de pessoas totalmente marginalizadas. Tal segregação social dos excluídos delinea-se em particular através de cartografia consistente de zonas “civilizadas” e outras

abandonadas pelo Poder Público, onde reina a violência e o desrespeito aos mínimos direitos conquistados pela Civilização Ocidental.

Se, de um lado, há dispersão quanto ao lugar em que estão situadas as matérias sobre exclusão ao longo do noticiário, de outro, este espaço quase nunca é construído no primeiro bloco ou no fim do telejornal.

A pobreza não possui um lugar isolado na edição do *JN*. O significativo pobreza ocupa parte de um bloco onde estão presentes assuntos diversos. Forma de operar inerente à mídia: forma de bricolagem, caleidoscópica.

A primeira observação acerca da nomeação do tema pobreza no *JN* deve ser considerada, pois, quanto à sua disposição ao longo do noticiário. Trata-se da organização semântica do tema exclusão. Primeira observação: sua organização é dispersa, não possuindo um lugar mais ou menos fixo. Ou seja, as matérias estão dispostas nos diversos blocos.

São intercaladas entre matérias variadas: noticiário internacional; múltiplas questões sobre o país – desmatamento, poluição, denúncias, etc e, por diversas vezes, intercalada junto a tragédias internacionais como as guerras. Talvez essa última disposição possa apontar para um olhar relativizador acerca da miséria brasileira, uma vez que, normalmente, as notícias internacionais mereceriam um “bloco” distinto. Esta operação pode apontar para um tipo de orientação de leitura que tenderia a conduzir o leitor a olhar a miséria alheia sob o filtro de realidades acometidas pelos horrores da guerra, de catástrofes naturais, etc.

Estas observações parecem pertinentes conquanto diversas sequências discursivas apontam para uma intencionalidade na operação comparativa entre a miséria brasileira e a miséria em outros países. Com efeito, em momentos diferentes, foi possível observar a sequência de matérias sobre guerras, tragédias naturais, etc, após a exibição de matérias sobre a exclusão no Brasil.

Emblemáticas, por exemplo, as imagens de crianças brasileiras, africanas e asiáticas mostradas em uma matéria sobre o novo relatório do Unicef acerca da situação das crianças no mundo. Ali, enquanto a tragédia africana e asiática foi mostrada através de imagens de crianças em último grau de desnutrição e insetos sobre seus corpos, nas imagens sobre crianças brasileiras estas são exibidas brincando sorridentes, ainda que nas periferias.

De um modo geral, pode-se afirmar, com certa margem de segurança, que a exclusão no *JN* não foge à regra da lógica televisiva: estrutura-se sobre o *bricoleur*, sobre a fragmentação. Entre amenidades e *fait divers* irrompe o que poderia ser silenciado no invólucro televisivo.

É interessante considerar que ao afirmarmos que no telejornal prevalece a lógica do *bricoleur*, a estrutura caleidoscópica, não queremos dizer com isso que a organização telejornalística prescindia de uma racionalidade. Ao contrário, como vimos, há um racionalismo por trás da organização do discurso jornalístico, de sua disposição. A base hiper-racionalista desta forma de organização discursiva, como vimos, aproxima-se do campo publicitário; daí sua dispersão e fragmentação.

Deste modo, observa-se que o primeiro bloco contém sempre um fato considerado, a partir de critérios jornalísticos, importante para a atualidade. No último, há sempre uma matéria que reforça algum tipo de sentimento positivo. Entre o primeiro e último aparece um bloco de notícias internacionais. Também o esporte, particularmente o futebol, está sempre em evidência. Já a política, embora perdendo alguma notoriedade, também possui seu espaço reservado. É em meio a um caleidoscópio de informações que aparecem os pobres do Brasil.

É interessante observar que de novembro de 1999 até março de 2000 diversas matérias sobre a pobreza no país são veiculadas. São matérias referentes aos sem-teto, carência em favelas, ou que de algum modo apontavam para algum tipo de violência entre excluídos e seu enfrentamento junto a grupos representantes do poder legal ou ilegalmente constituído.

Aparecem matérias de cariz descritivo. Observamos, ainda, as chamadas notas cobertas que obedecem e reforçam com precisão a intenção de descrever um dado evento supostamente sem a interferência dos enunciadores. Temos aí um dos ápices da economia discursiva da mídia.

Um dado interessante relaciona-se a matérias especiais veiculadas pelo *JN*, centradas em problemas como os sem-teto, os chamados moradores próximos a lugares perigosos, cuja série de matérias foi nomeada de “vizinhos do perigo”, e a última série de matérias especiais que analisamos, já no ano de 2001, excepcionalmente, para fins deste trabalho, sobre a fome no país, nomeada *A fome no Brasil*.

A operação de atribuição do nome

Ao nos reportarmos ao fenômeno da nomeação, cabe assinalar que a gramática televisiva oferta um mundo aos seus leitores através da janela do jornalismo. Debruçado sobre este parapeito, o sujeito assiste a uma multiplicidade de cenas mundanas desfilarem sob seu olhar. Para que este

olhar alcance horizontes e entenda as formas que aí desfilam, é preciso que o telejornal enquadre a paisagem.

Sabemos que no enquadramento da paisagem a atribuição do nome é um dos elementos mais importantes na produção de sentido. Na imprensa, a nomeação, operação que leva ao uso de definições, é um aspecto central de sua pedagogia.

De um modo geral, as orientações técnicas, bem como a própria postura do jornalismo da Rede Globo, apontam para o reforço da operação de referencialidade. Recorre-se para isso a mecanismos que procuram eliminar adjetivos, aferições subjetivas e a economia e precisão das palavras, embora inúmeras vezes esta proposta não se realize e a enunciação tenha a marca profunda da subjetividade, de elementos emotivos.

De qualquer maneira, a imprensa de um modo geral e o *Jornal Nacional* em particular, procuram delimitar aqueles que são considerados os espaços opinativos. O jornal tenta construir uma linha demarcatória entre informação e opinião. Trata-se, em diversas situações, de alcançar um estatuto de nomeação prescindindo-se da adjetivação.

Não por acaso, acreditando na distinção precisa destas fronteiras, instituiu-se uma tipologia que busca distinguir narração, descrição e dissertação. Nesta tipologia, à narrativa corresponde o ato de contar histórias i.e., fazer o relato de eventos pessoais ou históricos, reais ou ficcionais, já ocorridos relativamente ao tempo da narração.

Contudo, cada vez mais esfumam-se as fronteiras que segregam a produção textual literária da não-literária: ambas narram, referem e constroem a realidade. O que está em jogo nestas fronteiras, construídas com base nas dicotomias subjetividade x objetividade, conotação x denotação é a presença da referência nos moldes da concepção idealista de linguagem. Mas deve-se desmistificar também a concepção de que a narrativa só refere.

Contra tal concepção, e como seu desdobramento, a partir, pois, de uma visão pragmática e materialista, pode-se afirmar que narrar ou tornar conhecido é agir socialmente. (MAGALHÃES, 1996)

Sem perder tais pressupostos de vista, em um primeiro momento, procuramos compreender as estratégias discursivas que operam na nomeação da exclusão e do excluído. Neste processo, poder-se-á observar de que modo se institui o movimento dos sentidos, quando poderemos reconhecer os tipos de regularidades e variações discursivas.

No *corpus* violado, observamos os seres que desfilam por entre a moldura televisiva. Os principais protagonistas são os excluídos do Brasil, nomeados por apresentadores e repórteres através de significantes/léxico/marcadores – Trata-se de nomes como brasileiros, pessoas, gente, cidadãos brasileiros, desempregados.

Tais constantes podem ser observadas nas seguintes sequências discursivas:

Apresentadora: [...] *as famílias brasileiras que não têm o que comer vão ganhar alimentos de presente no Natal [...]*

Apresentador: [...] *Famílias inteiras que, nessa época do ano, dependem da colheita da batata para garantir o sustento. Nas carrocerias super-lotadas homens, mulheres e crianças são transportados até as fazendas sem nenhuma segurança [...]*

Apresentador: *Para milhões de brasileiros, sinal de chuva é sinônimo de pânico. Eles moram em casas improvisadas e em encostas de morros. Vivem em cidades como Belo Horizonte, onde os frequentes deslizamentos de terra ferem e matam.*

Apresentador: *Dez milhões de brasileiros vivem uma situação parecida com a dessas famílias que invadiram o hotel em São Paulo. São dez milhões de pessoas vivendo debaixo de viadutos em marquizes de edifícios [...]*

Repórter: *A caixa Econômica Federal contou cinco milhões de brasileiros que precisam usar da boa vontade e a criatividade para chamar o lugar onde moram de casa.*

Apresentadora: *Donos de cartórios estão negando aos brasileiros mais pobres o direito garantido por lei. Em muitas cidades brasileiras certidões de nascimento não estão sendo emitidas de graça. E os filhos de cidadãos que não têm dinheiro, simplesmente não são registrados. Simplesmente não são cidadãos.*

A anunciação faz-se sempre de modo familiar, há alusão a nomes, profissões, sentimentos humanos. No *JN*, as chamadas apontam para um referente preciso quando trata da pobreza e de seus sujeitos: seu João, que mora em algum lugar; gente como dona Sheila, brasileiros assim.

Certamente o *Jornal Nacional* obedece às estratégias de referenciação próprias da linguagem jornalística, ou seja, opera através do “efeito real”. Nesse movimento, procura evidenciar objetos e pessoas através da remetência a nomes, lugares, idades, etc. Mas, além disso, o *JN* ao tratar do tema exclusão, mobiliza também uma operação de familiarização dos sujeitos e suas situações. Transforma este outro em igual, aproxima familiariza. Para isto lança mão não apenas de dados biográficos mas de um léxico próprio: brasileiro, gente, morador, trabalhador.

Repórter: *Nesta casa, a árvore de Natal foi achada em uma lata de lixo. A geladeira de Dona Sheila está vazia e, como a comida acabou, a água foi a comida dos 11 filhos.*

Repórter: *[...] Desempregada, sem marido e sem comida em casa, com quatro filhos, os filhos de Dona Hilda sofrem de desnutrição. O dinheiro da renda mínima não chega aqui?*

Neste complexo processo de atribuição do nome, as chamadas do telejornal equivalem a títulos nos veículos impressos, são estruturas temáticas que apontam os temas centrais dos assuntos a serem exibidos e sinalizam um tratamento.

Nesse processo, a noção semântica de pobreza é (re)construída de forma diversa nas diferentes matérias do *JN*. Em algumas, há uma articulação mais unificada sobre o mundo dos excluídos. Isto é observável em diversas sequências discursivas aqui explicitadas onde aparece a noção trágica da exclusão.

Nas sequências analisadas, o operador de identificação reforça, frequentemente, a identidade suprema: o nome brasileiro. Além do nome próprio, a condição de trabalhador desempregado, um cidadão que possui um endereço: na favela, na rua simples, na cidade do sertão castigada pela seca.

Do ponto de vista geográfico, a exclusão emerge em diversas paisagens: na inefável seca do sertão, sobretudo nordestino, mas também em outras regiões como Minas Gerais, Norte e mesmo Sul do país. Aparece na periferia das grandes cidades, em meio a favelas das grandes capitais, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Explode ainda no interior do país, nas longínquas casas de taipa do Norte e Nordeste. À beira dos leitos secos de rios que já transbordaram, na capital nacional que serviu de inspiração para os retirantes e hoje abriga favelas em suas cidades satélites.

Através de determinadas operações enunciativas, o *JN* vai tecendo um conjunto de ambientes onde habitam os pobres. O *Jornal Nacional* vai construindo a espacialidade da pobreza brasileira ao avaliar o crescimento das grandes cidades, as filas de desempregados, as favelas, o número de sem-teto. Ao traçar uma topografia da pobreza o *JN* expõe sua multiterritorialidade.

Sem embargo, percebe-se a competência do discurso jornalístico para operar uma espécie de economia discursiva, conduzindo a produção de sentidos sobre pessoas, acontecimentos, lugares e tempos. Nessa operação, orienta-se a possibilidade de entendimento acerca do que é exposto.

Por certo este processo está estruturado no pré-construído, no já-lá pressuposto do universo do leitor, seus desejos, preconceitos, valores, sua enciclopédia sobre o mundo real e imaginário. A enunciação faz-se à base de pressupostos.

O anúncio sobre a pobreza/pobres proposto pelos apresentadores é feito ora de modo genérico, ora de modo preciso. As chamadas apresentam pessoas, localização, época, procedência, causa, etc.

Tome-se os exemplos:

Repórter: *Dona Maria vive em Irauçuba, a 150 quilômetros de Fortaleza. Ela anda um quilômetro todo dia para buscar água no açude que está quase seco.*

Repórter: *[...] Carteira assinada ninguém tem e serviços só aparecem de vez em quando. Três dias por semana a oito reais a diária. O agricultor Valdecir é um dos poucos que conseguiram trabalho.*

Repórter: *[...] e em uma das regiões mais pobres do Brasil as crianças se divertem cantando. É tradição que passa de pai para filho, de avô para neto e que ajuda a manter firme o folclore mineiro [...]*

Repórter: *[...] Da porta de casa, o que essa família vê é de assustar. Um barranco mais de 12 metros e debaixo dos pés o chão vai sumindo aos poucos. No último deslizamento, a cinco meses, o quintal de Dona Irene desapareceu [...]*

Através de operações enunciativas singulares, o *Jornal Nacional* vai tecendo um conjunto de ambientes onde habitam/transitam os excluídos e articula a geografia espacial e humana. Os pobres estão nas filas em busca de emprego. São flagrados em sua esperança por conseguir uma vaga. Estão

dentro de prédios abandonados nas grandes cidades. Ali, estão à espera da legalização da posse por parte do governo. Ademais, enfrentam a seca e, nas favelas, são acolhidos por voluntários que doam cestas básicas de alimentos e presentes para crianças durante o Natal.

Ao mesmo tempo, diversas outras matérias devolvem o mundo da exclusão, desdobrando-o em várias possibilidades de enfrentamento da situação inaceitável. Com isso, aponta-se para possibilidades que podem se deslocar em vários acontecimentos. Isso é operado na medida em que, junto a outros enunciados que se reportam sobre a atualidade dos excluídos, há sempre saídas palatáveis.

Assim, no *JN*, as imagens reportam-se ao presente, à rotina da luta pela sobrevivência nas ruas, ao mesmo tempo, o pobre é desdobrado em várias ações.

As matérias se desdobram a partir destas ações dos sujeitos – na fila do hospital esperando por medicamentos; nas praias, os ambulantes lutam para sobreviver; recebendo alimentos doados por voluntários; esperando na fila do emprego; procurando requalificação, etc. Ilustremos estas vozes:

Repórter: [...] *Já são oito horas da manhã e a fila aumenta. A dona de casa Isabella Figueiredo chega mais tarde porque a mãe de 59 anos já guardava o lugar na fila desde as 6 da manhã [...]*

Apresentador: *Sem apoio oficial, milhões de brasileiros contam só com a sorte, a organização e o sacrifício de cada um. O construtor de fim de semana é um tipo muito comum de qualquer loja de material de construção [...]*

Apresentadora: [...] *Cinco por cento dos brasileiros ainda vivem sem energia elétrica. Não podem ter geladeira, televisão. Vivem à luz de velas [...]*

Repórter: *Debaixo do perigo, a família cresce. Seguindo a linha de alta tensão, os barracos foram ocupando o terreno. Marcus era metalúrgico. Perdeu o emprego e foi parar na favela. Ultimamente falta dinheiro até para comer. Por isso, quer vender o barraco. Mas está difícil de encontrar quem pague 2 mil reais.*

Apropriado por várias operações complexas da economia do discurso jornalístico, o pobre é mostrado resistindo, lutando, enfrentando as situações adversas e vencendo dia após dia. Assim:

Repórter: [...] A vizinha também veio da favela com o marido desempregado e seis crianças. Ficou impossível pagar o aluguel. Entre faxinas e bicos, Josefa ganha 200,00 por mês [...]

O excluído corta coco, vende nas ruas, cata latas e, em alguns momentos, pode mesmo transpor o universo real para um mundo de sonho, como a lavadeira que vai ao *show* de Roberto Carlos.

Ao sublinharmos esta última situação, vale resgatar uma matéria como esta em que a situação de pobreza não impede a realização de sonhos aparentemente impossíveis, um deles: ver Roberto Carlos. Não por acaso, a lavadeira mergulhada na intempérie da seca realiza o seu projeto por pelo menos um dia. E, no final da narrativa, entoa, junto ao seu “Rei”, o hino de Nossa Senhora. Aqui, entre ficção e realidade existe apenas uma tênue fronteira.

Diversas modelizações operam no sentido de expor os sujeitos excluídos enfrentando as intempéries mas, ao mesmo tempo, reforçam as possibilidades de saída, de manter viva a esperança.

Enfim, os excluídos são mostrados em seu cotidiano: em busca do trabalho, na fila dos hospitais, desenvolvendo atividades de trabalho alternativas e ainda sonhando e realizando sonhos.

São exibidos sob as lentes de outras formas de construção de seu cotidiano. São transformados em objeto ampliado, deslocando-se o olhar para o futuro ao invés de aprofundar a discussão para o presente trágico.

O dispositivo enunciativo, na maioria esmagadora das matérias observadas, desestabilizam a lógica que poderia reforçar o tempo presente de angústia diante do desemprego, diante das filas nos hospitais, a seca, a falta de moradia. Estas são as marcas mais evidentes da exclusão aí mostradas.

Porém, conquanto o presente é tosco, é, ainda assim, passível de verter-se em possibilidade. Sua possibilidade de transformação é factível através da ação solidária, da carta que pode assegurar um novo emprego, embora não o garanta, efetivamente, como veremos mais pormenorizadamente no último capítulo deste estudo.

Esperança em um devir melhor ou em possibilidades de sobrevivência no presente vivido.

Repórter: Dona Alice ajuda os outros. Sua casa já ficou pronta. Cada parede tem a marca dos vizinhos, dos amigos, dos parentes e dos filhos. Eles puseram de pé o sonho de uma vida. Aos 60 anos, Dona Alice tem a segurança de um teto.

Fala de ajudante de camelô – Jamile: *O que eu mais quero é ajudar minha mãe. Arrumar a casa, né? Aí, depois, tudo bem.*

Portanto, observa-se que o excluído é (re)construído em diferentes lugares e, junto a esta espacialidade, aparece realizando ações que o convertem em cidadão, em um sujeito ativo. Enfim, no *Jornal Nacional* o excluído é representado como um cidadão brasileiro, trabalhador, honesto, batalhador, esperançoso, solidário.

Este sujeito é nomeado através de suas ações: está na fila, à procura de emprego; orando; sob o sol, trabalhando na praia; vendendo cachorro quente; catando latas; nas favelas ou imóveis abandonados, emprestando R\$ 0,25 centavos na fila do restaurante “popular”.

Ao mesmo tempo, em diversas sequências discursivas, podemos observar a insistente conclusão de que a pobreza está aqui e está espalhada no mundo inteiro. Isto está explícito na forma dos títulos de matérias especiais como a da série *O país dos excluídos*, referentes ao Iraque. Ou ainda quando se trata de comparar os índices sociais do Brasil com o de outros países, bem como, mantendo a figura de comparação, observamos, mesmo nos países centrais, a perda de direitos e situações de crise social como o desemprego, como está ilustrado abaixo:

Apresentador: *Na Inglaterra, o faxineiro recebe o suficiente até para a cerveja, mas essa é a última geração a conhecer a felicidade da aposentadoria. Na Europa, muitos já pagam a previdência privada.*

Portanto, há o retorno de um já-dito: a pobreza sempre existiu e continua a existir no mundo, não é exclusividade brasileira. Com isso, implicitamente, argumenta-se que a pobreza está se ampliando no mundo inteiro.

Deste modo, o *Jornal Nacional* define/representa o excluído como indivíduo empiricamente localizável, possuidor de atributos que o caracterizam como um brasileiro digno, mas necessitado; como uma mulher que chora e aceita fazer faxina, cozinhar, por qualquer salário, pois no trabalho está a sua dignidade. Alegra-se com o trabalho informal:

Repórter: *Só na cidade de São Paulo existem 60 mil camelôs e cerca de 15 mil têm pelo menos um funcionário. São empregados sem carteira assinada mas com direitos trabalhistas. Mas nesse fim de ano lutam para garantir pelo menos o 13.^o Jamile já conseguiu. Com apenas 17 anos, o*

trabalho dela é batalhar fregueses para essa barraca de cachorro quente. Ela está ansiosa. Pela primeira vez ela vai conseguir o 13º salário.

O excluído é a jovem que não foi aceita no emprego provisório, mas não perde a esperança. São os favelados que exibem o sorriso ao receber as cestas básicas. As crianças nordestinas que esquecem a miséria ao receber os presentes de padrinhos do Sul. A alegria exultante, advinda da ajuda dos banqueiros.

Repórter: *Comida farta. Brinquedos e uma soneca das boas. A creche fica em uma das regiões mais pobres de São Paulo. Foi construída por um banco. A comunidade administra junto com a prefeitura. Cento e trinta crianças têm do bom e do que acham melhor.*

Nesse processo, o discurso jornalístico orienta a leitura sobre a pobreza e assim os leitores são instados a ver estampados na TV os graves problemas nacionais, dentro de uma moldura de certo matiz.

Nesta operação, deslizam saberes já corporificados na memória discursiva. Os jornais, em nome da informação, retomam essa memória e vão (re)construindo repertórios para seus leitores. Nestes emerge a imagem do pobre como aquele que está à procura de um futuro, que traz em si a esperança, a cordialidade, a alegria de receber a ajuda de seu próximo. Que acredita na solidariedade do outro. Também aqui os exemplos são ricos, como a matéria exibindo voluntários sociais que ganham salários muito baixos mas não deixam de ajudar aos mais necessitados.

Repórter: *Dona Ângela prepara a mistura que ajuda a combater a desnutrição infantil no bairro. Enquanto distribui o mingau, pesa as crianças para acompanhar o crescimento de cada uma [...] Trabalho que não faz aumentar a pensão de R\$ 270,00 que recebe por mês. O serviço é voluntário. Há 14 anos ela faz parte da Pastoral da Criança.*

Do mesmo modo, são reforçadas as representações que apontam para a harmonia entre os grupos excluídos, silenciando-se, mais uma vez, a postura tantas vezes predatória de homens contra homens na difícil luta pela sobrevivência.

Se o percurso dos textos se inicia com um definidor que procura identificar quem são os brasileiros pobres, exhibe a geografia de sua existência, e

ainda aponta para sua postura diante da situação de exclusão, algo, surpreendentemente, desliza em quase todas as falas: os significantes pobreza, exclusão, miséria quase nunca são mencionados.

São brasileiros, possuem nomes próprios, possuem um endereço, ainda que seja a rua, no entanto, apagam-se nos textos, ao mesmo tempo, o que poderia apontar para a indignação e a indignidade insuportável da pobreza, da exclusão.

Enfim, observa-se que as pistas iniciais plantadas para o mergulho na noção de pobreza no interior do invólucro discursivo do *JN* indicam que raramente são mencionados os significantes pobreza, exclusão, miséria.

Assim, a referencialidade da pobreza estrutura-se sobre uma representação de objeto identificável no mundo. Seus lugares (espaços geográficos); suas ações (esperando na fila do desemprego, vendendo nas ruas como ambulante, catando latinhas, etc). Ou seja, trata-se de um já-conhecido, de um dizer já-dito. Tal identificação é marcada pelo retorno de uma memória daquilo que seria injusto, inaceitável e tal memória é formatada no interior de uma moldura, enquadrada a partir de certos marcadores que mantêm sua constância.

Sob a lógica do *fait divers*, dentre múltiplas construções e através de diversos dispositivos de enunciação, observa-se que a pobreza é ressemantizada via estratégia discursiva privilegiando, algumas vezes, o aspecto pitoresco da exclusão. Com isso, ganha destaque o homem que possui 23 filhos e vive em harmonia com suas mulheres. Aqui, o destaque da matéria exibida é menos a miséria material e mais a transgressão social, posto que, em meio à miséria material, destaca-se o aspecto inusitado do homem que é pai de 23 filhos e possui várias mulheres, as quais vivem em harmonia.

Ou seja, os dispositivos de enunciação destacam aspectos insólitos, raros, em alguns momentos trágicos e, mesmo, grotescos, do universo dos excluídos. Geralmente “gente simples” é apresentada nos enunciados como revelando um modo original de sofrer, expiar, insistir, lutar, vencer, aceitar. Por vezes, registramos o reforço da “ficcionalização”, de um efeito espetacular quando se trata da exibição de certas situações como aquela vivida por garimpeiros em busca de pedras preciosas.

Conduzidos pelas mãos do jornalista, somos levados a lugares e instados a ver de perto a miséria. As operações simbólicas recuperam as clássicas concepções de um jornalismo onde a verdade é mostrada no tempo e espaço em que são vivenciados através da mediação de sujeitos que habitam a cena. Com isso, adentramos os quartos dos edifícios invadidos pelos

sem-teto, olhamos de perto os leitos dos rios secos, visitamos, enfim, a cena configurada.

Mas, ainda assim, ao fim e ao cabo, a exclusão continua a ser olhada de viés. Algo permanece no limbo da fala. Além do próprio nome, silencia-se, por vezes, vozes que implicam nas consequências da exclusão. Daí não se estabelecer uma relação entre violência e exclusão. Estes, quase sempre, são tratados como temas distintos e sem articulação.

Com efeito, os enunciados são vagos, poéticos, por vezes indignados, quando tratam do estatuto sombrio da exclusão social porém, ao mesmo tempo, nessa operação tais enunciados são mesclados por fragmentos de discursos pertencentes a outros campos semântico-culturais ou que se desdobram das maneiras próprias com que é construída a racionalidade popular.

Tais campos semânticos e tal racionalidade metamorfoseiam a exclusão tornando-a um estado transitório, parcial, posto que o excluído nunca está só. Ao seu lado estão seres solidários, inclusive os amigos iguais, que também têm muito pouco ou nada têm, mas, ainda assim, podem ofertar algo. Em última instância, são todos irmãos, são todos brasileiros, descendentes de uma mesma família “cristã. Em não havendo estranhamento, mesmo entre aquele que assiste ao Jornal e as vítimas da exclusão e quando há, o discurso proposto sinaliza o modo de aproximação entre universos distintos.

Portanto, a pobreza, em um certo sentido, é falada para ser, ao mesmo tempo, silenciada no suporte. Em última instância, fala-se sempre de esperança e de mudança, não obstante dados, mesmo oficiais, apontem para uma situação crítica da pobreza no país.

Percebe-se que diversas imagens e certas figuras de linguagem e enunciados de diferentes imaginários sociais são mobilizados pelas estratégias de cobertura para operar discursivamente como recursos para emoldurar a exclusão brasileira. No jogo de palavras e construções, as consequências finais da pobreza são interditas.

Observa-se, pois, um tipo de operação discursiva que visa, em algum nível, silenciar a nomeação da exclusão propriamente dita, em suas consequências mais cruéis. Isto se faz através de certas operações enunciativas e de operadores de identificação. Desta maneira, como um exemplo deste deslizamento, a atribuição – país dos excluídos - não é dada ao Brasil, mas ao Iraque.

Reiteramos que certas marcas desta posição estão presentes de modo consistente na série de quatro matérias especiais sobre *A fome no Brasil* exibidas no *JN*. Interessante que enquanto o Iraque é *O país dos excluídos*, na série sobre a pobreza brasileira a definição não ocorre ao nível da generalização: por exemplo, com um título do tipo já proposto ao Iraque: *Brasil, país dos excluídos*, mas de *A fome no Brasil*. Ou seja, há aí a definição pontual, a singularização, a especificação.

Esta operação metonímica conduz até o leitor significantes que nomeiam a pobreza no Brasil como algo pontual, embora presente em vários lugares. Enfim, a pobreza passa a ser apresentada pelo *JN* como agenda. Se não há como silenciar o tema, organiza-se o modo como ela deve aparecer e ser interpretada. Trata-se de uma operação de enquadramento.

Junto à denominação classificatória de “brasileiros necessitados” permanecem denominações que descrevem e classificam os excluídos como “gente simples”, “à espera de...”, “que mantêm a esperança viva, etc”, retomando pré-construídos que circulam e existem no imaginário social brasileiro, tal como ficará mais evidente a seguir, quando tratarmos das formações discursivas.

À primeira vista, pode-se extrair destas observações que o *JN* quase sempre silencia a discussão propriamente política sobre a pobreza. As manobras enunciativas tendem a naturalizar e universalizar sua existência. Para isto, lança-se mão de recursos extraídos dos seus reservatórios, mobilizados para exibir as situações de miséria vividas por muitos. No entanto, pedagogicamente, explica a miséria do Iraque, mostra a perda de direitos na Europa, exibe os migrantes vagando pelo mundo; o desemprego no Leste Europeu. Ou seja, universaliza-se a exclusão.

Por certo, este quadro de perda dos direitos sociais e da pobreza em diversos países é um dado concreto e o discurso jornalístico referencia-se na realidade para mostrá-lo. Contudo, o que merece um questionamento mais crítico são as operações que frequentemente operam uma comparação entre o Brasil e outros países, acentuando o estado crítico do outro e não do próprio país.

Ademais, o *JN* procura estabelecer uma argumentação de causa e efeito entre pobreza e situação intrínseca ao mundo. Assim, responsabiliza as novas tecnologias, atribui-lhe autonomia; aponta para a força da natureza: são rios que secam, chuvas violentas e inesperadas. Classifica as formas de pobreza e aponta pessoas que possuem comportamentos capazes de apontar saídas.

Ou seja, ainda que a prática jornalística seja heterogênea em sua produção, fragmentária, caleidoscópica, célere, ainda que se alimente da heterogeneidade de vozes, é resultado e, em boa medida, homogeneizada em seu produto final. Deste modo, a enunciação se realiza na medida em que se subordina à ordem do discurso a que está articulada, materializando determinados sentidos, subsumida a uma forma de enunciação e, pois, sempre assujeitada ao já-lá do interdiscurso dominante.

A enunciação jornalística está, pois, subordinada às coerções internas e externas de seleção e silenciamentos que determinam as possibilidades de circulação dos discursos entendidos como práticas de significação.

Contudo, no momento em que retornam nos enunciados certas representações dominantes, estas podem apontar para uma mudança, ainda que no interior de certas possibilidades, dentro de uma determinada fronteira. Trata-se da possibilidade de variação dentro da produção de sentidos já decantados, repetidos, mesmificados.

Depreendemos destas primeiras observações que a enunciação no discurso jornalístico se caracteriza pela homogeneidade no direcionamento da produção de certos sentidos, apesar da diversidade de vozes que a constitui. Ao mesmo tempo, é preciso observar que tal homogeneidade resulta de seu caráter “coagido”, o que determina um vínculo estreito com a defesa de certos valores e atitudes já sedimentados em uma dada formação social, valores que podemos aqui nomear de ocidentais, cristãos, nacionalistas, da ética do trabalho, etc.

Continuemos nossa trajetória, observando, a seguir, mais detalhadamente, o jogo enunciativo que recupera de outros campos semânticos e imaginários como estes se tornam fundamentais para a construção do sentido da exclusão/excluído no *JN*.



Capítulo 5

Jornal Nacional: por entre ditos e interditos

Tomando como ponto de partida as análises feitas anteriormente e considerando que um complexo processo orienta as maneiras como os nomes são atribuídos aos fenômenos do mundo e aos sujeitos, é possível, a partir de agora, observar mais detidamente as tensões, as alianças, as cooptações, os silenciamentos, os paradoxos resultantes dos entrelaçamentos entre as diversas vozes, o funcionamento discursivo e as formações discursivas que emergem na construção da representação da exclusão social no interior do *Jornal Nacional*.

Ao tentarmos compreender certos sentidos produzidos através de formas, de denominações propostas no interior do *JN*, procuramos implodir superfícies linguísticas e analisar o modo como são interpostas as palavras e as alianças que permitem sua intersecção.

Dizendo de outro modo, trata-se de um exercício em torno da compreensão dos modos como palavras, imagens, expressões aparecem no texto e da busca do entendimento do modo como estas palavras, imagens, expressões operam no sentido de conduzir e orientar o leitor para que alcance certas significações e os seus desdobramentos sobre a leitura. Ou seja, tornou-se fundamental neste trabalho observar o funcionamento das formas amalgamadas entre si, que operam na atribuição dos nomes, no processo de representação, denominando o mundo e seus sujeitos.

Nesse sentido, vale ressaltar que nossa análise vem sendo realizada com o objetivo de compreender estas formas de representação social atuantes na produção de sentidos, formas estas que se apresentam de modo sedimentado e/ou formatadas a partir de imaginários fundados em teias de significação emergentes no discurso midiático.

Como o disse Pêcheux (1988), os discursos intentam produzir determinados efeitos, deste modo, também o discurso (tele)jornalístico objetiva indicar agendas de assuntos para discussão e orientar a maneira como estes assuntos devem ser tratados pelo campo da recepção. Tal processo acontece na medida em que a produção, circulação e leitura desdobram-se em sentidos amalgamados em imaginários e saberes imersos no mundo social, ponto de partida e de chegada das mensagens midiáticas.

Ao nos referirmos a isto, estamos tratando de um conceito caro às bases teóricas da Análise de Discurso, qual seja, o conceito de ideologia. Nesse sentido, vale retomar Thompson (1998) que, ao destacar a importância da ideologia como fator fundamental na construção de sentidos no processo social, propõe que analisar a ideologia é analisar a linguagem, os meios através dos quais o sentido é utilizado para sustentar as relações de dominação na sociedade.

Para ele, há três modos pelos quais a ideologia opera: a) possibilita que as relações de dominação se mantenham na medida em que são apresentadas como legítimas; b) opera via dissimulação, fazendo com que as relações de dominação sejam escondidas, negadas ou falseadas; c) opera via reificação, i.e, possibilita a representação de um estado de coisas transitório, histórico, como se fosse permanente e natural.

Ao mesmo tempo, para Fairclough (1992), a linguagem é parte da sociedade, não exterior a ela, é processo social, socialmente condicionado por aspectos sociais.

Isto posto, procuraremos a partir de agora, descrever as operações dos enunciados ao nível da construção de sequências discursivas, as formas como aparecem organizadas as matérias, a hierarquização das edições do *JN*. Para assim proceder, tomamos como material de análise sequências discursivas das edições do *JN*.

Antes de tudo, vale insistir que esta investigação tem como núcleo de interesse compreender como o discurso jornalístico realiza uma intervenção sobre a ideia de exclusão social, suas manifestas contradições político-ideológicas, e em que nível é possível afirmar que apaga os sentidos de contradição social, de discussão política que, supostamente, o discurso sobre exclusão pode instaurar.

Com efeito, se, como sabemos, a imprensa tem como característica constitutiva a heterogeneidade, isso não obstante, funciona desambiguando o mundo, homogeneizando os sentidos e instituindo “verdades” postas em circulação através dos diversos suportes. A prática discursiva jornalística,

portanto, inscreve-se no campo histórico-social das relações de força e luta pela hegemonia na produção de sentidos. (MARIANI, 1998)

Depreendemos daí que o discurso jornalístico, enquanto forma de manutenção do poder, atua na ordem do cotidiano, pois além de agendar campos de assuntos sobre os quais os leitores podem/devem pensar, organiza direções de leituras para tais assuntos. Isto implica que o discurso jornalístico atua fazendo circular enunciados que materializam o que pode e deve ser dito sobre o mundo, bem como formata este dizer.

Nesse processo, o efeito de referencialidade é construído na medida em que emergem as chamadas formações discursivas e, a partir daí, se constrói uma referência para o mundo. O efeito de referencialidade inicia-se sobretudo a partir da organização de um conjunto de elementos como a geografia/tempo/corpo do excluído; constrói-se sobre o funcionamento das formas linguísticas que operam via figuras tais como repetições, silêncios, metáforas, e ainda de causas, cenas, além de elementos vocabulares empregados, das ações dos pobres mostradas, e, como não poderia deixar de ser, de pré-construídos.

Tais operações se fazem através de operadores de identidade e suas alteridades, os quais atribuem papéis e lugares aos sujeitos; formam um todo em torno de uma coerência de sentido. Assim, embora este processo permita tensões, conflitos, o movimento parafrástico está presente, formatando os sentidos hegemônicos.

Como vimos anteriormente, as notícias jornalísticas se constituem sob o efeito real, onde emerge, não raro, o jogo de forças, embora este jogo nem sempre seja evidente. Seja como for, evidente ou não, o mais importante para o discurso jornalístico é operar a evidência, o que possibilita tornar o dito, o mostrado, algo patente. Daí porque torna-se necessário revolver como opera no campo da linguagem este jogo onde, ainda que existam pontos de convergência e de tensões, tende a prevalecer a direção de sentidos desejada/determinada politicamente pela formação discursiva hegemônica, o que não quer dizer que o sentido desejado seja aquele que irá se instaurar junto aos teleleitores, afinal, pensar assim implicaria em uma recepção passiva. Portanto, perguntar como o poder é exercido, disseminado e implantado é perguntar por seus pontos de encontro, intersecção e afastamento com o discurso jornalístico. (MARIANI, 1998)

A partir destas observações, é possível depreender que a prática discursiva jornalística permite a institucionalização social de certos sentidos, remetendo ao que os comunicadores supõem ser do conhecimento de todos,

ou seja, de pré-construídos, de representações vigentes e do silenciamento de outros sentidos, resultado de uma política do silêncio. (ORLANDI, 1997)

Sem embargo se, como vimos, por um lado a televisão silencia uma questão em princípio recusada pelo imaginário da indústria cultural e pelas forças políticas hegemônicas, como a pobreza, de outro, retoma-a sistematicamente nas fronteiras de seus textos.

É nesse movimento que propomos o exame da construção e funcionamento das operações específicas feitas pelos dispositivos de enunciação do *Jornal Nacional*. Com isto, pretendemos descrever os mecanismos que dão conta do funcionamento do interpretante – quais modelos e matrizes são extraídos de um imaginário, de operações de linguagem, que apontam para certos sentidos, mas cujas causas e contextos explicativos parecem ser recusados.

Procuramos compreender, ademais, a construção e funcionamento de algumas regras cuja função parece ser deslocar, em algum nível, a nomeação do sujeito excluído, bem como do fenômeno exclusão. Desejamos ainda compreender o modo como são acionadas as regras de construção de inteligibilidade e as operações significantes nomeadoras da referência, cuja consequência poderá ser, em última análise, naturalizar a tragédia enfrentada pelo sujeito, recusando, onde é possível, o seu aspecto político e se fixando em outros dispositivos de causalidade.

Percebendo a organização das matérias

Em primeiro lugar, é evidente uma composição heterogênea de temas no *Jornal Nacional*. No *JN*, ao contrário de diversos outros jornalísticos, como acontece frequentemente com o *Globo Repórter*, programa jornalístico também veiculado pela Rede Globo de Televisão, não há monotemas, i.e., a exclusão não é o único tema, mas divide com outros temas, assuntos, pessoas, o espaço do telejornal. Trata-se de uma regra comum: os telejornais não possuem esse tipo de unificação semântica, posto que tratam de diversos assuntos.

Como vimos anteriormente, o excluído/exclusão aparece em várias edições do *JN*, ocupa lugar de destaque na edição, mas reparte este espaço com outros assuntos, os quais são atualizados e “marketizados” via “chamadas”.

Já as imagens são articuladas de tal modo que se sustentam em uma espécie de pedagogia, explicitamente conduzida pelos enunciadores que, por

sua vez, se subdividem em diversas categorias – apresentadores, repórteres, comentaristas, entrevistados, etc.

Desta heterogeneidade temática, o telejornal possibilita a impressão de realidade e de atualidade. Ou seja, as suas imagens, o seu dizer são plasmados no mundo “real”. Quase sempre trata-se de imagens retiradas da realidade factual, cotidiana, de vários espaços e tempos, embora reconstruídas no interior dos processos discursivos jornalísticos. Portanto, a TV propõe-se a devolver o mundo real, embora, paradoxalmente, interferindo profundamente em sua representação.

Para mergulharmos nestas operações, cabe reiterar que se, de um lado, os manuais de redação recomendam que o profissional da comunicação deve procurar desprover a linguagem de expressões valorativas, emotivas, ancoradas na subjetividade, no sentido escorregadio das palavras, o recurso a certos verbetes, conjunções, advérbios dentre outros recursos linguísticos, expressam, paradoxalmente, aquilo que o discurso jornalístico parece todo o tempo querer evitar: os juízos de valor, os argumentos favoráveis ou desfavoráveis a certos problemas ou pessoas, os silenciamentos, as operações imagéticas, as interdições, as posições dos sujeitos.

Outro aspecto fundamental, para insistir neste paradoxo do discurso jornalístico, é a atenção dispensada a certas *nuances* daqueles que aparecem nesse universo (jornalístico). A posição do corpo denunciando que a personagem tenta negar, o ato falho na entrevista, o silêncio que significa. Estes aspectos demandam novos trabalhos acerca deste tipo de texto.

Algumas operações enunciativas são explícitas no *JN*: em primeiro lugar o *Jornal Nacional* nomeia o que em princípio é caro ao mundo da TV, que, em boa medida, como vimos discutindo desde o capítulo inicial, estrutura-se em um mundo dicotômico ao imaginário, ao universo olímpico – a miséria material humana.

Ao mesmo tempo, este telejornalístico esforça-se por configurar um mapeamento das causas da exclusão. Para isso, trabalha com o implícito. É possível ainda afirmar, como já foi observado, que há processos de “ficcionalização do real”.

Apesar das diversas mesclas discursivas, por exemplo, do processo de ficcionalização do real, onde elementos da dramaturgia são inseridos na enunciação jornalística, o *JN* reforça a idéia de que mantém o ideal de um jornalismo “racional”, “sério”, “preso aos fatos”. Continua a seguir um padrão de apresentação das notícias que reforça um enquadramento formal que, em certo nível, é bastante semelhante entre as diversas emissoras de

TV: edição de imagens “asséptica”, operação de edição em que são excluídos do áudio ruídos, aquilo que é considerado fala redundante, imagens aleatórias. Há ainda o uso da linguagem culta.

Ademais, o *JN* opera, ao mesmo tempo, de modo distinto de certos programas jornalísticos como o *Aqui, Agora* ou o *Cidade Alerta* e congêneres, em que os movimentos de câmera são frenéticos, e realizados poucos cortes na edição, permitindo-se um maior nível de subjetividade. Aqui, como já se observou, a câmera coloca-se mesmo como um sujeito a mais na narrativa, em que há um espetáculo coletivo, quando o suposto espectador é convidado a se reinserir no seu próprio mundo, não aquele regido pelo jogo de decisões, pelo código organizado do poder, dos representantes, entrevistados preferenciais de outros jornalísticos. (MOTA, 1996)

Há, segundo Vilches (1995), uma decisão declarada só implicitamente por parte do telejornal de construir uma escala de planos para os condutores entre próximo e distante. Isso quer dizer que desde o nível da expressão se constrói o significado preciso da imagem do condutor que não está nem excessivamente individualizado (o primeiro plano, i.e, a proximidade do ator ao espectador) nem tampouco contextualizado (o plano geral, a distância do ator ao espectador e sua inclusão no marco amplo de referências visuais). Diríamos que assume uma estética de neutralização entre distância e proximidade, que poderia corresponder ao desejo de objetividade. De fato, o plano médio passa a ser um plano neutro, de transição entre o ator e o cenário. (VILCHES, 1993)

As mudanças de plano produzem diferentes funções estético-ideológicas no telejornal: subjetividade (o primeiro plano que aponta para o enunciator-protagonista) objetividade (o plano médio que favorece uma pretensa neutralidade entre o acontecimento e o condutor), contextualização, ou seja, um plano geral que favorece a imagem do lugar onde se fabrica o telejornal ou a notícia. (VILCHES, 1993)

No *JN* pode-se observar as diversas formas de apresentação dos excluídos: ao buscar elevar, por exemplo, o nível da subjetividade, o excluído é exposto em *close*, aí fala de esperança ou expressa angústia, etc. No plano geral é exibido sobretudo em suas ações cotidianas: em busca do emprego, à espera de atendimento na fila de hospital, trabalhando nas praias ou nas ruas como ambulante ou catador de lata, etc. Quanto a isso, não podemos esquecer que é impossível pensar o sentido eximindo-se de pensar a tecnologia da informação em sua articulação com a significação social. Trata-se, pois, de uma atitude teórica. Deste modo, não podemos

descolar as imagens mostradas do que se pretende significar sobre a exclusão/excluído.

Com efeito, o privilégio da visualização de cenários de acontecimentos tem, ademais, como efeito, criar uma certa credibilidade por parte do espectador a respeito do emissor não apenas sobre a objetividade física mas também reforçar a capacidade de entendimento de que o telejornal tem meios para estar em diversos lugares onde se passam os acontecimentos – seja através de seus correspondentes próprios ou de outras agências noticiosas e/ou emissoras de TV. (VILCHES, 1993)

Em todo este processo, os múltiplos planos de significação nos quais as mensagens da mídia são produzidas – palavras, sons, imagens, cores, movimento – se traduzem na palavra do leitor. Este seleciona e hierarquiza o que considera mais relevante a partir de seu repertório. Isso se faz naturalmente pois somos todos capazes de traduzir, no plano oral, as mensagens que recebemos em outros planos de linguagem.

Vejam então algumas das características linguísticas e discursivas das matérias jornalísticas do *JN* cujo núcleo temático é a exclusão social e, conseqüentemente, passemos a observar os atores principais aí expostos, suas falas e alguns dos elementos que compõem tais textos em seu funcionamento discursivo.

Desmontando a organização das matérias

Temos no *JN* um espaço-tempo da exclusão em que uma cena construída pelo telejornal, formatada a partir do complexo processo implicado na edição, emerge como uma espécie de prova do real. Este “real” passa a se subordinar às normas necessárias para o funcionamento da economia discursiva da TV.

No processo enunciativo, o *JN* reforça operações distintas. Através das imagens, reforça sua capacidade de acompanhar de perto os sujeitos no mundo. Trata-se da testemunhalidade, reforçando assim o “efeito real”. Nas diversas matérias a exclusão e o excluído trafegam em uma cadeia sintagmática onde são exibidos.

As imagens, como vimos, exibem homens e mulheres em filas em busca de emprego, à espera de atendimento nos hospitais públicos, trabalhando nas ruas das grandes cidades, caminhando por entre casas encravadas nas periferias dos centros urbanos.

Sabe-se que as imagens, como qualquer sintagma nominal, predicam algo, apontam o referente. Há modos de a imagem predicar algo, dos quais destacamos três: a) quando faz parte do contexto de comunicação; se predicaliza sempre com o apoio de legendas, que delimita o nível denotativo da leitura; b) faz referência aos itens que a imagem mostra e quando serve para tematizar um aspecto que a imagem trata; e, c) a imagem predicaliza via sucessão delas, caso das operações discursivas do gênero dos quadrinhos e no cinema. (VILCHES, 1993)

As imagens têm variadas funções e finalidades na organização do telejornal. No trabalho enunciativo são submetidas às várias operações junto com títulos, no sentido de unificar o material discursivo que é proposto ao campo da recepção. Isto se faz por etapas: articulação imagem/texto; classificação do material mais ou menos importante; organização hierárquica dos temas via dispositivos gráficos (cores e tipografia); organização espacial dos títulos, etc. Grosso modo, todo o suporte possui um sistema específico de semantização do real, i.e, de organização do real segundo critérios técnico-discursivos. (FAUSTO NETO, 1999)

Paralelo a isso, espaços, tempos, corpos são classificados e organizados por operações semânticas para que o discurso jornalístico conduza a conversão do mundo, segundo suas próprias operações, num texto, numa superfície linguística.

Tal como observamos no capítulo anterior, os espaços (re)construídos para exibir a exclusão são variados. É possível observar a exposição frequente de imagens espaciais, sujeitos apresentados segundo variados dispositivos de organização. Estas manobras nos remetem para a questão da repetição. Não se trata só da repetição inerente à lógica indissociável da indústria cultural, a busca frenética por enunciar fatos presentes segundo o princípio da atualidade, da obsessão pela instantaneidade terminando por assujeitar-se a formas discursivas caleidoscópicas, fragmentárias, mas trata-se também de um complexo jogo em que os sujeitos falam sobre verdades e ocorrências produzidas no enunciado e que, como veremos, são falas recorrentes.

Sem embargo, os temas mais recorrentes nas matérias sobre exclusão são: a busca do emprego, as ações voluntárias, o exótico – como por exemplo a aventura de garimpeiros em busca de esmeraldas –, as más condições de trabalho no campo, o problema da moradia, a situação dos hospitais públicos, dentre outros.

Desdobram-se daí concepções e reflexões sobre a exclusão social, realizadas a partir desse conjunto de temas. Tais concepções e reflexões reúnem

distintas representações sociais capturadas no mundo e expostas em um complexo texto que amalgama imagens, expressão oral, escrita, etc.

O ponto de partida dessas representações são as chamadas do telejornal, as quais equivalem a títulos, a manchetes de veículos impressos como revistas e jornais. Tais elementos permitem a classificação dos enunciados em conjuntos de temas que sugerem distintas situações para os excluídos e o fenômeno da exclusão.

Há uma gama de significantes a apontar para os diversos olhares sobre a exclusão. Assim, pode-se observar, na fala dos apresentadores, a orientação da leitura desde o início com formulações como:

O Brasil dá um exemplo: é o país campeão de reciclagem de latas.

ou ainda:

O desemprego está mudando a história de vida dos brasileiros [...] cidadãos dispostos a mudar de profissão e de comportamento.

Se engana quem pensa que os trabalhadores informais ganham pouco.

ou:

É possível recomeçar, mesmo quando parece não haver mais saída.

Além destas alocações que já anunciam a predisposição de um olhar onde se destaca sobretudo a positividade da atitude de homens e mulheres frente à pobreza, observa-se ainda o tom de conciliação guardado sob as seguintes falas:

Repórter: *[...] Eles ganharam brinquedos, presentes de um grupo de voluntários que decidiu trabalhar contra a miséria.*

Apresentador: *Existem grupos de cidadãos salvando vidas de crianças brasileiras;*

Apresentador: *Nessa época, [os ambulantes] aumentam o orçamento com a ajuda do sol e dos turistas...;*

Apresentador: *As famílias brasileiras que não têm o que comer vão ganhar alimentos de presente de Nata1[...]*

As chamadas revelam alguns operadores de identificação que associam pobreza e excluídos a elementos simbólicos que apontam, de um lado, ora para uma situação inaceitável dos “brasileiros” (pobres), ora para a possibilidade de olhar tal situação sob um filtro de positividade. Remetem a um grave problema social: a pobreza, contudo indicam caminhos, reforçavam a esperança e mais: demonstram que, muitas vezes, a interpretação sobre a situação de exclusão social é inadequada, posto que muitos daqueles considerados “pobres” estão em situação “privilegiada” (!) como é o caso de moradores de rua e de trabalhadores informais que, frequentemente, possuem rendimentos considerados razoáveis. Remetem, ademais, à vida privada através de nomes, do reforço da instituição família. Apontam em diversas situações para a dignidade do excluído.

As chamadas anunciam a importância atribuída na organização telejornalística aos apresentadores que, por sua vez, remetem a outros enunciadores do telejornal: repórteres e entrevistados.

Explicitam-se claramente as orientações propostas pelos enunciadores principais do *JN*, sobretudo a partir da força institucional destes através de operadores verbais como: ordenativa:

Apresentador: *Veja amanhã: brasileiros que vivem em cortiços.*

ou ainda:

Apresentador: *Na reportagem de amanhã você vai ver a história de brasileiros que moram em conjuntos habitacionais; gente que vive o sonho da casa própria virar um pesadelo.*

Observa-se que os enunciados apontam indicativamente para a existência de um objeto: a exclusão/excluído. Nesse sentido, no *Jornal Nacional*, como em outros produtos midiáticos, algumas vezes a miséria alheia aparece como algo exótico – a vida simples e exótica de pescadores brasileiros, o lugarejo onde, apesar da vida árdua, todos cantam, etc. Esta operação se realiza através de matérias onde, de um modo geral, junto ao exótico, a pobreza é familiarizada; desloca-se, em vários momentos, a dimensão de tragédia social.

Com efeito, as construções discursivas dos vários campos que compõem o mundo social encontram nas operações simbólico-discursivas do jornal uma forma de organização. Podemos observar, em um primeiro olhar, as operações das “chamadas” para onde converge a indicação do tratamento simbólico proposto pelo *JN* sobre a exclusão.

Em lugar de excluído, na construção das chamadas, o significante exclusão/excluído, como assinalamos no capítulo anterior, frequentemente não atua como operador de identificação. O significante escapa em torno de outros significantes como: brasileiros, cidadãos, trabalhadores informais, sacoleiros, o próximo, crianças brasileiras, além do principal operador: os nomes próprios, sugerindo uma familiaridade com esse Outro.

Deste modo, trata-se de:

Repórter: *Carlos perdeu o emprego mas garante o sustento da família trabalhando em casa;*

ou:

Repórter: *Nesta casa, a árvore de Natal foi achada em uma lata de lixo. A geladeira de Dona Sheila está vazia e, como a comida acabou, a água foi a comida dos 11 filhos.*

A identificação do excluído obedece, quase sempre, a esta estabilidade, embora, como veremos a seguir, também tenhamos observado momentos de ruptura com tal estabilidade, como por exemplo quando aponta para o exótico. Nesse caso, a identificação é estruturada nas edições como estratégia capaz de ajudar o leitor a realizar o percurso de leitura.

Cria-se, não raro, um contraponto à exclusão, à situação de carência material. Com isso, se, por um lado, as famílias, como a de Dona Sheila estão em situação crítica e não possuem sequer alimentos, por outro, na sequência da mesma matéria, a ação solidária leva o menino de 12 anos a relatar:

Menino: *Olha, não sei nem o que eu digo, porque é uma felicidade imensa. Você sente a solidariedade, a amizade, entendeu [...] ser amigo ajudando os outros.*

Ao mesmo tempo, o contraponto emerge sob a seca que castiga o Vale do Jequitinhonha. Ali, o povo do lugar reage através da arte, mais especificamente:

Se eu estou lavando roupa, eu canto; se eu tô arrumando as coisas no trabalho, se eu tô fazendo biscoito[...] (Mulher entrevistada moradora do Vale do Jequitinhonha)

Tenho que ficar bonita, cantar, sorrir e dançar [...] (Menina moradora do Vale do Jequitinhonha)

De um modo geral, no *Jornal Nacional* alguns processos enunciativos podem ser indicados. De um lado, há relatos voltados para a apresentação de problemas gerais como a moradia, onde várias cenas, depoimentos e representantes de instituições são falados e convidados a falar. Ao mesmo tempo, são exibidas matérias onde há apenas uma breve alusão a acontecimentos específicos como incêndios em favelas, desocupação de terrenos, etc.

Do material investigado, chamou a atenção o fato de, quase sempre, eventos que exprimem situações-limite da exclusão e o desespero de pessoas, receberem o tratamento jornalístico de *Nota Coberta*, forma telejornalística que, como vimos, indica a importância secundária atribuída pelo veículo de informação ao evento.

Também frequentemente exibida sob a forma de nota coberta foram as desocupações violentas de terrenos urbanos por famílias de sem-teto e a violência policial para conter desempregados em filas. Talvez se trate de uma posição política, na forma da opção “asséptica” do *JN*.

Há, por outro lado, a abordagem de matérias mais longas sobre problemas sociais, as chamadas matérias especiais. Essas últimas destacam problemas específicos da situação da exclusão e pretendem discutir, supostamente de um modo mais aprofundado, temas como sem-teto, desemprego, meninos de rua, dentre outros.

Neste tipo de matéria jornalística há um encadeamento narrativo estruturado em etapas que, em geral, são as seguintes: mostra o excluído em seu cotidiano, em uma cena; propicia indicações sobre o desenrolar do seu movimento, de sua situação e apresenta as saídas encontradas pelos excluídos ou outros agentes e a postura a ser tomada pelos telespectadores. É pois, didática, explicativa, aponta, não raro, a partir de diversas estratégias,

os motivos da exclusão, o comportamento a ser tomado tanto por “brasileiros” excluídos como por “brasileiros” integrados, como veremos a seguir.

Apesar disso, ao mesmo tempo, silenciam que se trata de um problema social indissociável de uma história sociopolítica e de um modelo econômico excludente. Isso apesar da aparente tensão quanto da maneira de denominar a situação de pobreza.

Nesse aspecto, é interessante observar que o principal substrato das matérias jornalísticas analisadas, em sua maioria, é menos informar sobre as razões estruturais da pobreza e mais avaliar a situação, isto é, comentar a situação imediata de sujeitos. Ao mesmo tempo, a discussão política permanece no limbo.

Não obstante estas constantes, podemos afirmar que há tensões no *JN* ao tratar da exclusão. A temática da exclusão é administrada no interior do sistema televisivo a partir de formas diferenciadas, passando do tratamento familiar ao exótico, da nota coberta até a matéria especial.

O monitoramento do tema exclusão se realiza ainda com o reforço de certas formações discursivas que todo o tempo atuam no direcionamento de sentidos, embora este direcionamento exponha fraturas, conflitos. Nesse processo, há certas formas, interdições que formatam os vários dizeres, as diversas polifonias, domesticando aquelas que poderiam rebelar-se contra um certo controle.

Nesse sentido, de maneira lapidar, uma matéria sobre um incêndio em favela do Rio de Janeiro sintetiza tal operação através das falas de duas mulheres. A primeira delas, em desespero, mostra um pedaço de papel queimado e, transtornada e em prantos, afirma:

Nada, não sobrou nada meu. Como é que eu vou provar que sou aposentada se não tem um papel do INPS mais pra provar?

Em seguida, arrematando a matéria, uma segunda mulher, também moradora da favela, diz:

Ainda bem que a gente ficou com vida. Ninguém morreu, graças a Deus. O importante agora é a gente batalhar de novo e conseguir alguma coisa que preste.

Este exemplo explicita uma das diversas operações deslanchadas neste telejornal para realizar domesticações do mundo social. Entre outras, inclu-

em-se a superposição de imagens, de enunciados verbais sobre imagens; associação entre imagens e enunciados verbais; articulação simétrica entre enunciados verbais distintos, organizados segundo princípios espaciais codeterminantes; montagens visuais que funcionam como metáforas visuais em si e dispositivo metonímico visual. Observamos ainda diversas matérias onde textos e imagens se codeterminam, explicando-se mutuamente ou que deixam escapar certos sentidos.

Para ilustrar uma destas operações, é fundamental recuperar a matéria sobre um relatório do Unicef o qual discute a situação das crianças no Brasil e no mundo. A intencionalidade das imagens parece apresentar clara intenção coadunada com o texto do repórter, que, embora um pouco longo, vale a pena retomar:

Repórter: *O relatório do Unicef mostra que as condições são piores para as crianças da África e do Sul e da Ásia. 540 mil vivem em situação de risco. Meninos e meninas não têm acesso à educação, desnutridas, ameaçadas pela AIDS, correm o risco de morrer antes de completar cinco anos. E ainda tem as guerras. Existem conflitos armados em 56 países. Nos últimos 10 anos a guerra matou mais de dois milhões de crianças. O relatório mostra que há muito o que fazer para melhorar a vida das crianças brasileiras. O país ainda não conseguiu resolver problemas básicos: 30% das casas não têm água tratada nem esgoto. E as crianças sofrem com doenças fáceis de evitar como a diarreia.*

Os índices já foram bem piores. Graças a campanhas como a do soro caseiro, a mortalidade infantil foi reduzida. Há dez anos morriam 48 crianças em cada mil nascidas vivas. Hoje morrem 36 crianças. [...]

As campanhas de vacinação acabaram com a paralisia infantil. Temos mais crianças matriculadas na escola e diminuiu o trabalho infantil. Ainda assim, quase três milhões de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos trabalham no Brasil e um número que envergonha: 18 mil crianças são espancadas por dia dentro de casa.

A riqueza deste texto para efeito de análise acerca das representações e orientações de leitura é considerável. Isto não obstante, mencionaremos apenas a sofisticação da articulação deste texto com as imagens que mostram crianças esqueléticas na África. Em uma das tomadas, imagens exibem os corpos das crianças africanas sob insetos e suas expressões disformes devido à fome.

No momento em que o texto aborda a situação das crianças brasileiras, as imagens mostram crianças brincando alegremente em favelas.

Se isto ocorre ao nível da imagem, no *Jornal Nacional*, como em outros telejornalísticos, o tratamento dado ao texto, sobretudo por repórteres, é narrativo, porém, sob a epiderme da narrativa objetiva, instaura-se um tratamento argumentativo, contrariando, assim, uma vez mais, a ideia de neutralidade do texto oral e mesmo da imagem.

É interessante observar na sequência discursiva exposta, a conclusão do texto do repórter a apontar para um problema social grave e que indica menos a questão como um problema que se desdobra da crise social – a violência contra a criança – e mais como uma temática configurada nas margens da esfera privada, familiar, como ficará mais explícito na análise de sequências discursivas extraídas das diversas matérias que veremos a seguir.

Pode-se concluir, a partir destas observações, que a narração é um todo, uma estrutura da informação, e possui diferentes níveis de complexidade. Pode-se afirmar que o informativo como um todo é um conjunto com certa homogeneidade que organiza vozes dos distintos narradores da informação. Tal processo envolve espaços como o cenário do estúdio, onde se desenvolve a apresentação das notícias, chegando até o espaço ocupado por repórteres e entrevistados e, por vezes, o espaço ocupado por comentaristas, até a gramática incorporada pelos atores do telejornal.

Apesar dos constrangimentos condicionados por tais elementos, o tratamento narrativo não impede que em diversos momentos alguns dos principais enunciadores assumam a posição de atores diretos, os quais tomam posições, explícitas ou não.

Enfim, na medida em que um telejornal procura obter um alto grau de efeito real através da figuração, seja exibindo crianças africanas, seja mostrando favelas brasileiras, este efeito é alcançado particularmente na medida em que os atores da notícia são apresentados sob a governança de elementos organizadores. Estes elementos definem modos de dizer e conteúdos.

Por outro lado, cabe observar que ao privilegiar o estúdio, a estratégia telejornalística acentua a importância dos apresentadores sobre os demais atores do acontecimento, isto é, repórteres e entrevistados.

Na escolha de tal estratégia, o discurso direto é valorizado e usado pelos apresentadores/repórteres com três funções: 1) mostrar as consequências, isto é, os desdobramentos do evento principal de certa ação sobre as pessoas envolvidas no fato narrado, como exemplo, temos as maté-

rias sobre os hospitais públicos e a greve dos servidores, a serem observadas posteriormente. 2) permite avaliar de modo negativo ações do antagonista e, nesse caso, quase sempre é introduzida a fala de terceira pessoa a quem compete fazer a avaliação - neste caso, as matérias sobre greve de servidores de hospitais públicos e a exigência de punição para pais de menores pedintes, onde representações do poder judiciário expuseram suas posições a favor da punição de grevistas bem como de pais e, por fim, algumas vezes tentam 3) depreciar, ridicularizar quem fala. (MELO, 1996, p. 14)

Cabe observar, seguindo este raciocínio, que, ao modificar seu ponto de vista sobre o objeto do acontecimento, o apresentador ou repórter, condutores centrais da enunciação, modificam também a percepção do teleleitor, ou seja, do enunciatário, sobre o acontecimento.

Sem embargo, ao modificar seu ponto de vista, o telejornal modifica sua descrição cognitiva, expondo claramente sua posição. Deste modo, em detrimento de uma função descritiva passa claramente a intérprete.

De novo, parece-nos precioso o texto sobre o relatório do Unicef, que é iniciado com fartos dados quantitativos sobre a África e o Brasil, e cujo desfecho expressa de1iberadamente a posição veemente do enunciador sobre a violência.

Repórter: [...] e um número que envergonha: 18 mil crianças são espancadas dentro de casa.

Apesar destas posições explícitas de repórteres e, mais frequentemente, de comentaristas ou do próprio apresentador, como já afirmamos anteriormente, no gênero jornalístico a narrativa usualmente se apresenta na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito. O efeito desse processo é a apresentação de um acontecimento como um fato em uma forma narrativa que tem etapas definidas de início, desdobramento e final e de um certo distanciamento do enunciador.

Contudo, vale insistir que, além de um dizer declarativo, inúmeras vezes o JN assume um dizer opinativo. Deste modo, além de um conjunto de enunciados onde precisa a ocorrência de fatos, da localização de tempo e espaço via operadores como advérbios de tempo, lugar, modo, etc., apresenta a dimensão predicativa.

Nesse caso, o dispositivo de enunciação aponta para a temporalidade e avaliação. Aponta para uma expectativa em relação ao governo, às instituições e sujeitos envolvidos com a questão da pobreza. Há, pois, clara inter-

venção sobre o leitor exortando-o a interferir sobre a situação de pobreza através de determinadas ações.

Vale não esquecer que, no *Jornal Nacional*, como em tantos outros telejornais, privilegia-se a apresentação da matéria em uma narrativa que transcorre no tempo presente. Por certo este é mais um mecanismo para a referencialização do real, posto que, como sabemos, quase sempre, com exceção da transmissão ao vivo, as imagens e áudio que vão ao ar já foram previamente gravados.

Enfim, o funcionamento discursivo do *JN*, como não poderia deixar de ser, não escapa de constrangimentos como a edição, o corte, a montagem de textos escritos, orais e imagens. Subordina-se a modos como as matérias são organizadas; aponta para a homogeneização de falas submetidas à gramática midiática, seja a fala do apresentador, do repórter, dos comentaristas ou dos entrevistados e, pois, condicionam os modos como a temática é tratada semanticamente.

Nesse processo, o *Jornal Nacional* reforça seu poder de discurso na medida em que menos que explicar as causas da exclusão e algumas de suas consequências como a violência sobre crianças, o tráfico de drogas, a marginalidade que leva à violência, todo o tempo remete a situações de outros países, associa exclusão a despreparo profissional, dissocia violência e abandono de crianças à pobreza, mostra hospitais públicos em situações-limite devido à “baderna” de grevistas.

São exemplos claros destas posições as matérias que anunciam a punição de pais devido à evasão escolar de menores, como veremos adiante.

Ao mesmo tempo, no relato da greve em um hospital público de Brasília o repórter afirma:

Os grevistas querem plano de carreira e o pagamento dos tickets refeição que já ganharam na justiça. Para defender os interesses dos pacientes o Ministério Público decidiu intervir. Impôs limites aos grevistas e vai apurar todos os abusos cometidos até agora.

Na fala do promotor, a contraposição entre os direitos defendidos por servidores públicos e pacientes é reforçado:

É uma greve abusiva, é uma greve criminosa. Os pacientes têm direitos básicos: o direito à liberdade, o direito à saúde e o direito à vida. Esses três direitos estão sendo violados.

Nesse aspecto, lembre-se que é imprescindível articular os conteúdos das matérias sobre exclusão com outras matérias veiculadas no *JN*, e mesmo outros programas do universo midiático. Com isso, algumas matérias mostram o que se denomina de privilégios dos servidores públicos em detrimento de trabalhadores da iniciativa privada. Logo, além de serem apresentados como vítimas de servidores públicos que possuem privilégios, os servidores públicos são também definidos como indivíduos que atentam contra a vida em greves abusivas.

Além de algumas matérias exporem sujeitos excluídos como vítimas de greves abusivas de servidores públicos, não raro, os excluídos vertem-se em personagens, espécie de heróis do cotidiano, paradigma imaginário sustentado no sacrifício e na esperança. Assim, na saga do migrante permanece a marca da esperança:

Repórter: *o sonho migrante de criar os filhos na capital do Brasil parou 40 km antes, nas quadras pobres de Santa Maria [...]*

Ou ainda,

Repórter: *Nessa mesma situação estão 300 mil trabalhadores rurais só no Estado de São Paulo. Muitos vieram de longe. Sonhavam em voltar pra casa com uma boa economia. Com dinheiro para pelo menos melhorar o Natal da família que ficou no Nordeste.*

Um terceiro exemplo seria pertinente, pois emblemático acerca de uma matéria que narra a busca de garimpeiros por esmeraldas em Campo Formoso-Ba.

Repórter: *Quebrando pedras, lavando, sonhando com a sorte. Essa aventura começa embaixo da terra, no fundo dos buracos abertos pelas próprias mãos. Pendurados em cordas de aço, eles descem sem proteção, desafiando o perigo. Vão a 50, até 100 metros de profundidade. [...] Aqui não há equipamento especializado nem pesquisa pra localizar o minério. É tudo na base da adivinhação, da intuição. Os garimpeiros vão atrás da esmeralda arriscando a vida.*

Observe-se que o funcionamento discursivo permite perceber a exibição dos pobres a partir de certas formas que se repetem. O movimento de redundância permite que conteúdos da TV reflitam e refratem as representa-

ções sociais constituídas por instituições, pelo senso comum, pré-construídos fundados em formações discursivas que estruturam formas de pensar e dizer e que se conformam através dos constrangimentos constituídos e constitutivos do *Jornal Nacional*.

Nessa operação, dificilmente se poderia indicar uma fonte única e específica de valores e/ou estratégias isoladas de organização discursiva. Depreende-se daí que no movimento de organização das matérias, as regularidades linguísticas atuam na produção de sentidos.

Para tanto, o discurso midiático lança mão de estruturas sintáticas, itens lexicais, seleção verbal, operadores argumentativos, advérbios modalizadores, formas verbais perifrásticas, nominalizações, marcas de oralidade e figuras de linguagem. Sem dúvida, trata-se de uma fonte imensa de investigação.

Em meio a tantas estratégias, vale considerar que em diversas ocasiões, além de ocupar a espacialidade topográfica do *Jornal Nacional*, o tema exclusão, inúmeras vezes, além de ser falado, ganha uma autonomia própria na construção das estratégias de titulação, tornando-se sujeito. Ou seja, a exclusão ganha voz para além da fala de especialistas de pessoas comuns, de repórteres e entrevistados.

Isto quer dizer que, em diversos momentos, a apresentação da exclusão indica-a como um mal em si, independentemente das ações dos sujeitos e dos processos sociais. Trata-se do uso da personalização, frequente em diversas edições do *JN* analisadas. O mais importante aqui é que nesse processo ocultam-se as ações dos sujeitos, substantivando-se a exclusão como um ente autônomo, independente dos atores sociais. Passando-se a tratá-la como uma espécie de entidade a-histórica.

Com isso, ganham relevância determinados verbos presentes nas enunciações, sobretudo nas sequências discursivas de apresentadores e repórteres, a exemplo de:

Apresentadora: *As maiores cidades do Brasil estão terminando o século sem resolver os problemas da segurança pública. Em São Paulo nunca teve tantas chacinas quanto este ano.*

Observando-se o enunciado, seria questionável se, afinal, poderíamos pensar nessa entidade, “a cidade de São Paulo” resolvendo o problema da segurança pública?

Seguindo estas pistas, observamos também que, poeticamente, as intempéries naturais tornam-se autoras das tragédias humanas, deste modo:

Repórter: [...] *O sol castiga a terra e deixa os sonhos mais distantes [...]*

Deste modo, pode-se concernir como uma das consequências desta autonomização o encobrimento do processo histórico que constitui a exclusão social, o que reforça o sentido de que esta existe por si só, “causando problemas”.

Nesse movimento, faz-se com que seres inanimados ou abstratos assumam a dimensão humana. Aplicada à exclusão, é como se o *JN* permitisse que estes tenham vida própria, impedindo sua percepção como parte de um processo social. Apaga-se sua subordinação às dinâmicas social e individual. Oculta-se a dimensão política do fenômeno, tensões entre as classes, os distintos segmentos sociais que condicionam tal situação. Com isso, produzem-se efeitos de sentido que fortalecem a ideia da exclusão como mal em si.

Um outro movimento fundamental na organização do tema exclusão no *JN* constitui-se a partir da individuação das situações. Nesse processo, a exclusão é vivida por Dona Sheila, por “Jesus”, por Antonio. Rompe-se aí a ideia de coletivo.

Repórter: *Edmundo tenta de novo. Vagas? Só para os jovens.*

Edmundo (homem de 49 anos, desempregado): *Esse é o grande obstáculo.*

Já em outra matéria:

Repórter: *Poderia ser diferente se todo brasileiro que trabalha pagasse previdência. A receita aumentaria mais de 50%, mas a cada dia cresce o número de pessoas trabalhando sem registro. Seu Argemiro caiu na informalidade pra complementar a aposentadoria. Era bancário, virou contínuo aos 68 anos.*

Argemiro: *Sinto fracassado [...] não assim [...] Você olha, parece que faltou alguma coisa na sua vida, dentro dela. Falta alguma coisa. Faltou terminar bem. Quer dizer que não realizei aquilo que era meu ideal. (Imagem mostra homem andando cabisbaixo em uma calçada).*

Tendo em vista as várias matérias observadas, podemos caracterizar, em sua forma geral, a organização da temática exclusão no *JN* a partir de regularidades como aquelas que indicam haver uma forma textual narrativa, embora por diversas vezes esteja explícito o discurso argumentativo e sua forma persuasiva cujo reforço é norteador pelas imagens mostradas. As marcas de oralidade são evidentes, sobretudo quando os entrevistados são instados a falar, sejam eles excluídos ou sujeitos integrados.

Além disso, há um grau significativo de informações implícitas e pressupostas. Outro traço marcante na enunciação do *Jornal Nacional* é a ambiguidade de marcas de referências de certos enunciados proferidos por sujeitos e instituições. Finalmente, os enunciados que relatam ou apontam posições nas suas próprias falas se destacam como atores testemunhais. Além de testemunhas ativas, são também atores cujas proezas e qualidades tornam-se enaltecidas.

Nos enunciados analisados observamos condições de enunciação onde os sujeitos se

inscrevem em determinadas posições individuais ou em lugares institucionais ao proferirem seus pontos de vista sobre a exclusão. Procuremos compreender um pouco mais quais as posições dos enunciadore e como estas se explicitam.

Vozes polifônicas e polimorfos

Alguns autores concebem o apresentador como o personagem-chave dos telejornais. Trata-se daquele que aparece durante mais tempo, que chama o repórter a falar, que comenta ou dá o tom da matéria e, portanto, que tende a ser mais lembrado pelo teleleitor. Após ceder a palavra, não raro, retoma-a e pode comentar o acontecimento, aludir, corrigir.

Se for possível a comparação com o texto impresso, pode-se afirmar que uma mudança de voz, a impositação do apresentador equivale às aspas na página impressa. Indica ao teleleitor que as palavras ditas não são dele mesmo, mas de outrem. A impositação da voz explicita o movimento de distância, inscreve por vezes o discurso indireto. Se nas entrevistas o registro predominante é a linguagem oral, no caso dos apresentadores a forma textual é escrita, embora trate-se de um texto escrito para ser lido. Trata-se, portanto, de um tipo de texto, misto, fragmentário, o qual procura envolver o teleleitor em torno do registro escrito, oral e imagético.

Sabemos que no âmbito da oralidade ocorre uma significativa aproximação da TV com o público, quando os enunciadores, de forma direta, possibilitam uma maior inserção do teleleitor no mundo material, espaço em que o conhecimento linguístico e social, o sistema de crenças e valores são partilhados. (MOTA, 1996)

Com efeito, as formas de enunciação no *JN* fundamentam-se primeiramente no pressuposto de que o teleleitor conhece o assunto abordado. Ao mesmo tempo, didaticamente, através da enunciação, identificam-se espaços, tempos e sujeitos que vivem em situação de pobreza, caracterizando-se assim estas situações.

Neste processo, os enunciadores principais do *Jornal Nacional* – apresentadores e repórteres – lançam mão de dispositivos vários para mostrar a pobreza. Listam-se situações em que os sujeitos excluídos se encontram, onde moram, o que fazem para garantir a sobrevivência, suas expectativas, etc.

Nessa operação são reveladas vozes que falam e mostram conhecimento da realidade acerca da exclusão social, como economistas e autoridades. Além disso, o excluído é instado a falar de si mesmo. Algumas vezes trata-se do discurso direto, outras do discurso indireto.

Certamente os vários enunciadores falam de vários lugares, permitindo assim a observação das marcas de suas posições. Nesse processo, para reforçar o “efeito real” o *JN* recorre todo o tempo, através dos repórteres, à tomada de depoimentos. Este processo evidencia a emergência do discurso direto. Nesta operação, as formas de enunciação buscam, através do discurso de autoridades, entre outros sujeitos, explicar, em algum nível, os antecedentes e desdobramentos da exclusão, propiciando um direcionamento para sua explicação.

Márcio Porchman, economista da Unicamp: *A educação constante é cada vez mais necessária para que a pessoa possa disputar um posto de trabalho porque o trabalho depende do crescimento da economia.*

Em todos os casos, evidenciam-se distintas maneiras de construção enunciativa no *JN*, na medida em que este telejornalístico procura exibir a maneira como os sujeitos se aproximam e distanciam do fenômeno da exclusão e suas formas de representação conduzem a enunciação de modo a permitir que os diversos sujeitos manifestem suas posições, opiniões. Finalmente, observa-se a tomada explícita de posição do *JN* através do comentá-

rio, no discurso direto, especialmente através da figura central do telejornal: o apresentador.

Na medida em que se misturam o discurso direto e indireto provocam-se distanciamentos, estranhamentos, apagamentos interdiscursivos. (MARIANI, 1998) O discurso indireto faz emergir precipuamente a voz do locutor. Este “traduz” o dizer de outrem a seu modo; ou seja, com maior ou menor distanciamento, e em diversos níveis de crítica. Com isso, as vozes dos representantes do Estado, de representantes de Organizações Não-Governamentais, de sujeitos excluídos e integrados sofrem os constrangimentos constitutivos da gramática midiática, e, além disso, sofrem redefinições condicionadas pela tradução feita pelo Outro; no caso analisado, pelo campo midiático.

Por certo, além dos constrangimentos condicionados pelo *JN*, as mudanças editoriais recentes permitiram que este telejornalístico passasse a interferir sobre as formas de representação através de novas estratégias, e também posicionar-se de modo mais direto editorialmente. Deste modo, pode-se observar comentários de apresentadores e comentaristas de modo mais enfático sobre certas questões como a exclusão. Tais mudanças permitiram que, não raro, o apresentador possa assumir uma voz organizadora, uma voz conselheira, intervindo através de comentários e retraduições de outras vozes na regulação do social. Isto é feito por meio de estratégias discursivas que atualizam o lugar dos jornais como lugar mesmo de tribunal. (MARIANI, 1998)

Repórter: [...] *Em Serra, no Espírito Santo, uma juíza está usando o artigo 246 do código que prevê detenção de 15 dias a um mês para os pais ou responsáveis que não mantiverem as crianças no colégio.*

Quanto a isso, por diversas vezes o *Jornal Nacional* posiciona-se de modo contundente contra determinados setores e a favor de segmentos desprivilegiados socialmente. O exemplo mais recorrente nas matérias analisadas foi aquele relacionado à exigência por parte de cartórios de cobrança da certidão de nascimento, e de punição para pais e responsáveis pelo abandono de menores em Pernambuco.

Nesses casos, o *JN* procurou firmar sua posição em defesa dos princípios da legalidade, reforçando com isso o poder dos aparelhos do Estado. No caso das matérias aludidas, interferiu diretamente manifestando sua posição, exigindo o cumprimento de sentenças proferidas pelos poderes legalmente constituídos.

Apresentadora: *Donos de cartórios estão negando aos brasileiros mais pobres o direito garantido por lei. Em muitas cidades brasileiras certidões de nascimento não estão sendo emitidas de graça. E os filhos de cidadãos que não têm dinheiro simplesmente não são registrados. Simplesmente não são cidadãos.*

Já no final da matéria a apresentadora diz:

Apresentadora: *No caso dos cartórios que cobram pela certidão de nascimento, a Secretaria de Direitos Humanos dá a seguinte orientação: a pessoa deve se negar a pagar. Se dirigir à Corregedoria de Justiça da cidade. Onde não houver Corregedoria, a denúncia deve ser feita na prefeitura.*

Observa-se que a força dos enunciados ora analisados está em falar para os públicos e ordená-los, interpelá-los. Tais modelizações constituem o jornal como operador de produção de opinião e em dispositivo de ação, perguntando, interpelando seus interlocutores, ordenando-os a cumprir atos judiciais.

Outra vez, torna-se evidente que, mais que informar, por diversas vezes é notória a posição do *Jornal Nacional* de interceder claramente sobre a leitura dos sujeitos. Para tanto, lança mão, em diversas ocasiões, do discurso argumentativo.

Outras vezes, ainda que não lance mão de dispositivos enunciacionais em nível tão explícito, o *Jornal Nacional* recorre a outras operações discursivas para reforçar sua posição. Deste modo, a seleção de vozes que são convidadas a falar nas reportagens, a estruturação sintática das frases e argumentos expostos favorecem frequentemente o ponto de vista do *JN*.

Sem embargo, em diversos momentos durante estas anotações, a impostação de voz dos apresentadores indica a fala de outrem. Tal posição, expressa em modelizações, indica um estranhamento e um distanciamento por parte do apresentador do telejornal ou do repórter, isto é, do sujeito que ocupa a posição discursiva jornalística.

Neste jogo, de novo opera-se o reforço à cumplicidade com o leitor: Por certo o apresentador ou repórter aguarda que o teleleitor processe um reconhecimento de sua fala, reconheça o objeto ou sujeito que está sendo (re)significado. De novo, observamos o movimento da memória, do repertório, isto é, algo já enunciado antes e em outro lugar é retomado e (re)significado.

Acionando ou não, ou ainda enquadrando diferentes posições imaginárias dos sujeitos sociais, o discurso jornalístico legitima-se como uma decorrência deste jogo de colagens e articulações onde falas e palavras procuram indicar a noção de verdade jornalística.

A noção de verdade, por vezes, estrutura-se sobre as bases de uma visão de mundo simplificadora e tradicional. Entre outras evidências, observa-se o reforço ao maniqueísmo. Aliás, este mesmo mecanismo é utilizado em telenovelas, como já mencionamos; mesmo quando temos, por exemplo, uma história de época, ao ser exibida uma trama que se passa durante o período escravista. Reforça-se nesse processo um sistema de distinção valioso para o encobrimento dos paradoxos sociais.

Enfim, os profissionais da comunicação apropriam-se de sistemas de enunciação, do potencial de um veículo como a TV e da competência de técnicos para a efetivação deste percurso no interior das paisagens do texto. Com isso, buscam controlar o itinerário dos leitores, sinalizando os caminhos a serem seguidos, definindo as próximas escolhas. Depreende-se daí que o *JN* se coloca como fala intermediária. Mediatiza declarações de distintas procedências, fontes, competências. Isto é feito via apresentadores e repórteres.

Ao mesmo tempo, se a intervenção do *JN* é construída, por diversas vezes, em termos avaliativos e declarativos, em algumas situações retoma a postura de aparente imparcialidade, quando parece guardar certa distância dos “fatos” e reforça o seu valor informativo. Para isso, lança mão das formas clássicas de distanciamento, como a forma verbal em que aparece a próclise: acredita-se, evidencia-se, etc.

Outra observação pertinente na discussão acerca do tema exclusão diz respeito ao privilégio alcançado por vários núcleos semânticos, emersos no *JN*: solidariedade, força de vontade, esperança, dignidade. Nesse sentido, percebemos que esta discussão não está articulada intrinsecamente às vozes de campos institucionais, de setores políticos. Privilegia-se um outro tipo de abordagem, não raro, onde são relacionadas vozes que explicitam ações de entidades religiosas, de uma certa vertente do movimento sindical e sobretudo de ações individuais.

Desta maneira, são notórias as várias marcas a apontar para diferentes lugares de onde os enunciadores falam de distintas maneiras sobre a exclusão e sobre os diversos sujeitos que, de algum modo, estão envolvidos com esta questão.

Os enunciados mostram que os jornais estruturam uma estratificação social constituída por pessoas que podem ser classificadas em dois grandes conjuntos: excluídos e não-excluídos. Além disso, podemos agrupar subconjuntos que compõem tais estratos, tais como: “pobres integrados” e “marginais”, “incluídos solidários” e “não-solidários”.

Seja como for, a partir de relatos dos sujeitos que compõem estes dois grandes conjuntos, o *Jornal Nacional* mostra que a exclusão não pode ser silenciada. No primeiro conjunto, exhibe e nomeia trabalhadores desqualificados, vítimas das catástrofes naturais, trabalhadores vítimas de uma previdência social que privilegia servidores públicos, de acidentes do trabalho ou deficientes físicos. No segundo estão empresários, líderes sindicais, representantes de ONG, etc.

Temos, assim, para a fala dos “incluídos”:

Repórter: *Os atacadistas oferecem comida mais barata para a campanha ‘Natal sem Fome’ que paga com o dinheiro das doações hoje [...]*

Apresentador: *Em grupos, os voluntários da Pastoral da Criança saem para o trabalho. Vão atrás de crianças de até seis anos.*

Repórter: *Estas iniciativas aparecem agora no levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com 1315 empresas de todos os tamanhos da região Sudeste. Sessenta e sete por cento delas estão envolvidas em programas de Assistência Social. Os microempresários são a grande surpresa: 61 % das microempresas ajudam.*

Já para a fala dos segmentos excluídos:

Repórter: *Carlos perdeu o emprego mas garante o sustento da família trabalhando em casa.*

Apresentadora: *As famílias brasileiras que não têm o que comer vão ganhar alimentos de presente de Natal.*

Apresentador: *Para milhões de brasileiros, sinal de chuva é sinônimo de pânico. Eles moram em casas improvisadas e em encostas de morros.*

Apresentadora: *Cinco por centode brasileiros ainda vivem sem energia elétrica. Não possuem geladeira, televisão. Vivem à luz de velas. No Vale*

do Jequitinhonha, em Minas Gerais, moradores de 27 comunidades finalmente conseguiram sair dessa situação e estão descobrindo a luz elétrica.

É interessante observar que, por diversas vezes, o *JN* contorna a ideia de que uma tênue fronteira pode separar os sujeitos de um e outro conjunto. Deste modo, em uma matéria sobre ações assistencialistas, observa-se na fala do repórter a tentativa de tangenciar lugares habitados por distintos sujeitos, construindo-se uma mesma identidade marcada por um mesmo traço comum – solidariedade:

Repórter: *Pedreiro, vigia, artista plástica, costureira. Professora.. Uara dá aulas das 8 às 11 da manhã como profissional e nas horas vagas como voluntária [...] são pessoas que vivem com uma renda mensal inferior a R\$ 200.00.*

Ou ainda:

Repórter: *Trabalhando juntas, 44 famílias estão mais perto da casa própria. No mutirão cada uma paga R\$ 220,00 por mês. R\$ 7.500,00 é o custo final da casa que vai ganhando forma sábado e domingo. Dona Alice ajuda os outros. Sua casa já ficou pronta. Cada casa parece ter a marca dos vizinhos, dos amigos, dos parentes, dos filhos. Eles puseram de pé o sonho de uma vida. Aos 60 anos Dona Alice tem a segurança de um teto.*

Os enunciados orientam-se, ainda, como mencionamos, no sentido de uma configuração da exclusão a partir de determinações naturais: seca, chuvas, enchentes, etc'. De tragédias pessoais: acidentes de trabalho, quando aparecem deficientes físicos, bem como de problemas apresentados muitas vezes como questões individuais, a exemplo de trabalhadores sem qualificação. Assim:

Repórter: *Das 600 mil pessoas afastadas do trabalho, só 32 mil procuraram o Programa. Metade foi reabilitada. O investimento vale a pena. Franklin Teixeira perdeu dois dedos como cortador de chapas. O INSS gastou R\$ 240 na reabilitação dele. Hoje, como torneiro mecânico, ao invés de receber, ele paga contribuição à Previdência.*

O fundamento do discurso é, portanto, dizer que os despossuídos são vítimas de diversos reveses. Ao mesmo tempo, o *Jornal Nacional* realiza com

competência uma fala sobre a exclusão reforçando sua capacidade de agendar e de distinguir comportamentos que devem ser seguidos pelos atores/instituições envolvidos com o problema.

De modo particular, opera este dizer através da fala de apresentadores, no entanto isto se faz também de maneira expressa nas vozes de repórteres e mesmo de entrevistados. Desta maneira, o jornal prognostica e celebra normas de conduta, seja para os “incluídos”, seja para os sujeitos que compartilham a exclusão.

Este mecanismo prognosticador e prescritivo manifesta-se em estratégias onde emergem enunciados, marcas ou operadores discursivos mencionados por apresentadores, repórteres e, como vimos acima, sobretudo por “pessoas comuns”.

Na voz de um entrevistado, dono de uma ótica, emerge a seguinte fala:

Dono de ótica: *Todo mundo pode fazer um pouquinho. Todo mundo tem um pouquinho de si. Não custa nada.*

Entrevistada: *superintendente de shopping center e voluntária de programa social: As pessoas começam a perceber que uma pequena ajuda é uma grande ajuda. E eles sabem que podem dar. Não vai fazer falta e para nós é fundamental.*

Se o apresentador do telejornal, que introduz a matéria, e o repórter podem ser entendidos como os principais sujeitos de enunciação, os sujeitos expostos nas matérias, os entrevistados, podem ser concebidos como enunciadorees que reforçam o efeito real. São falantes testemunhais. Temos aí a função de natureza argumentativa, onde é reforçado o argumento de verdade, base de um relato real que reforça o poder prescritivo do *JN*. Os profissionais da comunicação, mais especificamente os repórteres, de um modo geral, se relacionam com a exclusão no lugar e tempo habitados pelos excluídos. Junto a isso, trafegam em torno de autoridades do Estado, de especialistas, de segmentos sociais diversos, e, certamente, de pessoas “comuns”, o que traduz uma legitimidade significativa frente aos diversos campos que constituem o social.

Seja como for, sem descuidar tais polifonias, é fundamental não esquecer que os textos extraídos do *JN* são moldados por jornalistas que colhem depoimentos de pessoas em situação de pobreza, bem como de especialistas, sindicalistas que atuam principalmente junto a desempregados. Tais vo-

zes são administradas quando são convocados ainda voluntários de entidades filantrópicas, empresários, dirigentes políticos, autoridades políticas, etc, todos expostos nas matérias.

Tais falas são organizadas no corpo das narrativas construídas e apresentadas na forma telejornalística. Tece-se, ao longo das matérias, a articulação daquilo que lhes precede e o que lhes é posterior, submetendo-se a formatos e a uma hierarquização.

Apesar destes constrangimentos, explicita-se a pretensão de uma certa autonomia das vozes. Porém, tencionando tal autonomia, o *JN* quase sempre subordina tais vozes de maneira direta, sob a forma da fala dos repórteres e apresentadores.

Deste modo, além dos constrangimentos próprios do processo de edição, as vozes podem subordinar-se ainda mais radicalmente quando se trata do discurso indireto. Um exemplo pode ser observado no seguinte fragmento:

Repórter: *Alvino, vendedor carioca, diz não temer a concorrência [...] João, lavrador, já faz plano para o ano que vem e o próximo verão.*

Resulta daí um tipo de texto constituído como uma colagem de muitas vozes. Apesar da dispersão, no modelo de enunciação do *JN*, o apresentador, em um primeiro nível, e o repórter, em segundo, são os protagonistas na organização do dizer, pois são estes que intercalam, comandam, concedem a palavra, elaboram as perguntas. A partir da emergência de todos os enunciados, o teleleitor mira a situação da exclusão social brasileira. Definem-se os termos como esta é olhada, entendida. As operações se realizam através da recorrência à intertextualidade/interdiscursividade onde o discurso recorre a outros discursos e textos para ilustrar condições e circunstâncias mediante as quais o excluído vive. Apesar desta supremacia dos protagonistas enunciadorees, como os demais órgãos de imprensa, frequentemente o *JN* recorre à voz de autoridades para explicar origens e causas de diversos temas, inclusive a pobreza no mundo.

A legitimidade de autoridades e especialistas permite que, por diversos momentos, o *JN* seja conclusivo quando procura explicar as causas da exclusão: trata da qualificação profissional, do desequilíbrio do instituto de previdência social, onde servidores públicos têm regalias e trabalhadores da iniciativa privada são vítimas de um sistema desigual, etc.

Não obstante os diferentes mecanismos de publicização das diversas vozes, implicitamente conclui-se que em todo o mundo há desemprego e fome e não só no Brasil lança-se mão do mecanismo de generalização.

Embora as várias vozes explicitem, em certo nível, posições diversas em relação à exclusão, o espaço midiático contribui, ao mesmo tempo, para um processo de homogeneização, processo este que discutiremos mais pormenorizadamente a seguir. De qualquer modo, apesar das diferenças, todas as falas enunciadas são submetidas à gramática midiática para se ajustarem ao meio televisivo.

Por ora, podemos considerar que os enunciadores principais – apresentadores e repórteres – conduzem a enunciação de outras vozes. Com isso, compondo este processo tenso, pode-se afirmar que ao conceder a palavra ao Outro, o *JN* aposta na estratégia de fomentar uma relação aparentemente não mediada entre as vozes e o leitor. Contudo, as formas de mediação são evidentes nos cortes, na organização da fala, no conjunto da matéria, no modo como são convocadas a dizer, na intervenção do discurso indireto.

Não devemos relegar o fato de que ao privilegiar falas individuais ou de átomos coletivos, como famílias que constroem casas populares, pessoas simples que trabalham para entidades assistencialistas, etc, em detrimento de formas de organização mais amplas, o *Jornal Nacional*, de um modo geral reforça estratégias voltadas para a desconstrução de vínculos com a esfera pública.

Com efeito, em diversas ocasiões as instâncias públicas são desqualificadas. Observamos, ademais, que em muitas situações as estratégias de produção de discurso das instituições recorrem a processos de vários níveis de interdiscursividade, construindo a autoridade dos seus discursos em falas outras que necessariamente não são construídas nas fronteiras simbólicas e cognitivas do campo público. Isto, como veremos, transita da esfera religiosa ao assistencialismo de entidades privadas.

Outros sim, os enunciados do *Jornal Nacional* se apresentam como retradução do universo dos excluídos ao apropriar-se de seus imaginários, desejos, projetos de vida, o que aparece, por exemplo, na fala de uma entrevistada:

Jovem ajudante de camelô: *O que eu mais quero é ajudar minha mãe. Ajudar a [...] casa dela, né? Aí, depois, tudo bem [...] o que sobrar eu vou comprar uma calça, uma blusa. né?.'*

Repórter: *Em 20 anos de trabalho, o pedreiro Ismael conseguiu apenas o terreno, mas espera construir aqui o maior patrimônio de sua vida.*

Repórter: *Alcides imagina as cores da parede.*

Entrevistado (Alcides): *Vinho na frente com listras e dentro será azul claro.*

Repórter: *Dona Maria sonha com um quintal. Jefferson, o tamanho do conforto [...].*

Jefferson: *Eu quero um quarto bem bonito para mim.*

A marca do desejo aparece por modalidades verbais e de modo. Assim, a criança espera ansiosamente pelo presente de Natal, o desempregado deseja muito um novo emprego, etc. Nesse itinerário, o campo da enunciação supõe conhecer o íntimo dos pobres do Brasil.

Evidencia-se que para apresentar este sujeito excluído o *JN* apoia-se, quase sempre, no discurso direto, a partir de sua maior fonte de legitimação: os próprios despossuídos. Além disso, deixa falar sobretudo os voluntários para, a partir daí, inserir o leitor no lugar habitado pelos excluídos.

Se em diversos momentos as expectativas e os sonhos são expressos por excluídos que “vão à luta”, por outro lado, em diversas matérias os sujeitos excluídos são apresentados como indefesos, sendo necessária sua orientação por setores incluídos que os devem proteger e ajudar. Algumas vezes, os pobres não são sujeitos de sua história, posto que são vítimas das intempéries naturais e dependem das ações de um Outro.

Repórter: *Comida farta. Brinquedos e uma soneca das boas. A creche fica em uma das regiões mais pobres de São Paulo. Foi construída por um banco. A comunidade administra junto com a prefeitura. 130 crianças têm do bom e do que acham melhor [...]*

Repórter: *Só em São Paulo, a Igreja Católica calcula que 10 mil pessoas moram nas ruas. Dependem da caridade para comer e tomar banho. Pedro, que já foi marinheiro e pedreiro, hoje se apegua à própria história.*

Uma vez convertido em um campo essencial de novas formas de sociabilidade e, pois, de novas possibilidades de interação e das mediações sociais, os meios midiáticos de comunicação tendem a não transformar o exclu-

ido em um sujeito marginalizado, segregado, desumanizado. Assim, a mídia se converte não só em um dispositivo que assegura a prova da testemunhalidade do real do sujeito excluído, mas constrói a noção deste real e seu desdobramento. Com esta forma de representação, aproxima o excluído dos setores socialmente integrados, possibilitando fronteiras para que se toquem, permitindo que vozes dissonantes harmonizem-se.

Em busca do lugar de mediação, permite-se aos excluídos ocupar espaços de enunciação no *Jornal Nacional*, mas, ainda aí, estão submetidos aos chamados contratos de leitura do jornal, o que implica que terminam por subordinar suas falas a formas próprias da televisão, a partir de uma gramática.

Uma observação ainda mais importante diz respeito às manobras que visam ao enquadramento destas falas, formatadas em uma certa perspectiva que não pode se desvincular do modo de representar a exclusão e do modo como ela deve ser resolvida e/ou amenizada no interior deste discurso específico.

O *Jornal Nacional*, através de seus contratos, aprisiona os demais discursos, seja de setores desprivilegiados ou não. Tal aprisionamento tensiona-se entre o consentimento dos coenunciadores, os entrevistados, e fronteiras de liberdade autorizadas pelo campo jornalístico. Isto se faz fundamentalmente, como o dissemos, através de perguntas formuladas pelos repórteres, cortes e montagens realizados nas edições dos programas, etc.

Entre as formas básicas de reprodução do dizer do outro, o discurso direto provoca uma ruptura sintática pois o “[...] fragmento citado nitidamente delimitado na cadeia discursiva, é apresentado como objeto; é extraído da cadeia enunciativa normal e remetido a outro lugar: aquele de um outro ato de enunciação”. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29)

Por outro lado, no caso do discurso indireto, a apropriação do fragmento citado é traduzida pelo locutor, seja o repórter ou apresentador, ou seja: “Fazendo uso de suas próprias palavras ele remete a um outro como fonte do ‘sentido’ do que ele relata”. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 92)

Caberia aqui um exemplo bastante nítido desta operação:

Apresentador: *Depois de prestar depoimento ao promotor, o superintendente do Hospital das Clínicas disse que os remédios estão em falta porque o número de pacientes aumentou demais.*

E ainda:

Apresentador: O ministro Serra diz que os hospitais particulares credenciados pelo SUS têm direito a recusar as cirurgias a não ser quando tem risco a vida dos pacientes mas diz que a recusa, apesar de legal, é imoral.

Com isso, ao traduzir a fala de um outro, um determinado locutor pode mesclar, seja aderindo, seja antagonizando, negando no interior de uma mesma enunciação formações discursivas diferentes: a sua e a do Outro. (MARIANI, 1998)

O discurso indireto livre, por sua vez, não tem nenhum compromisso com uma reprodução do discurso do outro. No jogo estabelecido com o discurso do outro, encontra-se o espaço do não-explicito, do “[...] semi-desvelado, sugerido mais do que mostrado ou dito”. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 96)

O que se tem em todos os casos é um simulacro da fala de outrem, pois na perspectiva discursiva não há autonomia do sujeito em relação ao seu dizer. Tal mecanismo torna-se mais complexo quando tomamos o discurso jornalístico posto que aí se encontra um locutor institucionalmente responsável pela reprodução dos discursos. Assim, o gesto jornalístico de reprodução de um dado enunciador já se encontra submetido a uma determinação de fora. Esta a sua condição de existência. (MARIANI, 1998)

Assim, ao retirar a fala daquele que a proferiu, ao descolar o sujeito da declaração que este fez, desloca-se a instância original que reforça a legitimação e subordina-se o enunciado produzido em uma situação específica, em um tempo e lugar singulares, por uma pessoa concreta: a uma interpretação, a uma segunda pessoa através da operação do chamado discurso indireto.

Ao mesmo tempo, em diversas matérias, agentes de ações positivas são postos em destaque. Observe-se as sequências seguintes:

Repórter: *Os atacadistas oferecem comida mais barata para a campanha ‘Natal sem fome.*

Repórter: *A 13 dias do Natal, o desafio é conseguir arrecadar 600 toneladas de alimentos que estão faltando.*

Repórter: *[...] Todos eles já foram ajudados por instituições. Saíram das ruas, ganharam um lar. Cada um também oferece uma parcela de ajuda.*

Tais significantes surgidos nestes processos enunciativos intentam reforçar na consciência do teleleitor sentidos parafrásticos, procuram reforçar representações supostamente sedimentadas que emergem como consenso. Algumas manobras enunciativas podem ser percebidas quando os locutores enunciam no presente do indicativo, bem como apresentam as construções persuasivas. Busca-se definir limites para o movimento de leitura.

Enfim, a análise revela algumas regularidades discursivas, sem as quais seria impossível reforçar sentidos ideologicamente direcionados.

Portanto, é possível indicar algumas operações relacionadas às formas como estas vozes que portam distintos saberes e poderes se embatem, disputando lugares, verdades, predominância dos saberes representados.

De um modo geral, observamos a fala de poucos especialistas, formadores de opinião que buscassem intervir diretamente através de suas exposições sobre a problemática da exclusão.

Já as vozes de membros de ONG, de representantes do Estado, de líderes sindicais, etc são frequentes, expostas no *JN* e organizadas sob formatos próprios da enunciação telejornalística. Apresentam-se, antes de tudo, como agentes portadores de legitimidade suficiente para orientar as ações contra a pobreza.

Depreende-se daí que a mídia, ao preocupar-se com o leitor, assenta sua credibilidade na fonte, sustenta-se em argumentos fundados na autoridade. No caso em estudo, a autoridade está fundada sobretudo na ação solidária, pelo fato de haver o predomínio de pessoas “comuns” enunciando sobre a exclusão.

A estratégia da escolha de pessoas “comuns” não é um mero acaso, ao contrário, ao conceder a palavra a pessoas comuns, a enunciação jornalística cria como efeito de sentido a noção de veracidade. Destaca seu papel de testemunhalidade na construção das cenas vistas por dentro delas mesmas através de operações que reúnem sujeitos de enunciação e enunciados.

É imprescindível considerar que embora travem disputas de saberes e opiniões sobre a exclusão via estratégias argumentativas ou mesmo no momento em que há posições bastante diferenciadas sobre este tema, como é o caso da fala do economista Márcio Porchmann, parece haver, de um modo geral, o movimento de enquadramento que tende a levar à homogeneização das posições dos sujeitos. Com isso, além da repetição de enunciadores, por exemplo ligados à força sindical, a representantes de entidades articuladas à Igreja Católica, é interessante considerar que embora de um lado muitas vezes tenhamos a diversidade de vozes, de outro,

mesmo quando deixa falar a “diferença”, a estratégia converte frequentemente esta diferença. Ou seja, trata-se de um discurso heterogêneo que termina por reforçar o mesmo.

Portanto, embora possamos perceber no *JN* diferentes posições dos sujeitos e instituições, observamos não haver o aprofundamento do embate das distintas hegemonias. Isto implica que as diferenças são minimizadas.

Ainda observando diversas sequências discursivas, pode-se notar que os campos da religião, administração pública, da esfera da vida privada no nível discursivo tencionam-se em torno da exclusão. As vozes explicitam a posição dos diferentes interlocutores através de competências que fundam o direito de dizer.

Contudo, embora existam tensões, não raro, há uma tentativa de parafraseamento dos discursos entre si. Assim, para homogeneizar tais vozes, uma das estratégias recorrentes é a operação em que diversas posições passam a se enquadrar sob a convergência de opiniões. Por exemplo, ao tratar da unanimidade acerca da indignação sobre a exclusão social, tanto o sindicalista, como o empresário, os ativistas da Pastoral da Criança são unânimes em sua indignação, contudo não se confrontam as estratégias para enfrentar tal problema – as quais, em tese, seriam diferenciadas.

Ou seja, não obstante possamos observar o predomínio das “vozes comuns”, observamos, ao mesmo tempo, a diversidade de vozes, embora tal diversidade aponte para uma mesma direção.

Como vimos, emergem destas enunciações diverso e heterogêneo léxico como solidário, ajuda, doação, exemplo, etc, associados à exclusão. A emergência de tais significantes reforça argumentativamente a pobreza como caso passível de solução através de ONG, da ação individual, de grupos de voluntários sociais, ou mesmo como caso de polícia, tal como mostra a série de matérias sobre os cartórios e sobre meninos de rua cujos pais são passíveis de punição pelo Ministério Público.

O lugar do Estado como ente mediador das relações entre atores sociais, como entidade que deve atuar como distribuidor de renda é minimizada. Além disso, a operação de silenciamento, não raro, omite algo sobre a exclusão; a exemplo de sua articulação com o campo eminentemente político. Outro procedimento refere-se à apreciação de um fato isolando-o. Com isso, exime-se a possibilidade de inseri-lo no contexto histórico-político.

O efeito de sentido aqui criado aponta para a evidência de que no tratamento dado pelo *Jornal Nacional* à pobreza brasileira, de um modo geral, reafirmam-se as causas da pobreza como um problema de difícil diag-

nóstico e, em última instância, podendo ser mesmo identificado como um problema individual:

Apresentadora: *O desemprego que tanto preocupa brasileiros como Daniela tem muitas explicações. Uma delas é a falta de preparo dos trabalhadores. Um problema que exclui milhões de pessoas do mercado.*

Ou ainda:

Repórter: *A fila de tão grande é sentada: No centro de solidariedade ao trabalhador em São Paulo, as ofertas de emprego até que são fartas: seis mil por dia, mas só 300 são preenchidas.*

Ao mesmo tempo em que desloca um problema social para a esfera privada, seguindo a mesma lógica, elege-se a solidariedade como saída para a exclusão. Com isso, o *Jornal Nacional* reforça sua competência para indicar modelos de conduta, enquadrando vozes e instituições em seus procedimentos.

Deste modo, as palavras professadas por voluntários e entidades assistencialistas ou assim convertidas são retomadas e funcionam como código moral. Indicam ao teleleitor como deve agir diante da miséria material do outro. Nesse sentido, o lugar dos atores do acontecimento, ou seja, as pessoas que aparecem no interior do texto de notícia, aponta para uma atitude mais ativa ou passiva na tessitura do telejornal com respeito à situação de exclusão.

Articulada à atitude prescrita, é notório na organização das matérias sobre exclusão o privilégio concedido à dimensão da vida privada em detrimento da esfera pública.

Repórter: *Os voluntários estão sempre prontos para ajuda, para oferecer o seu trabalho. Esta casa, por exemplo, que abriga pessoas deficientes, só existe porque aqui há quem faça de tudo sem cobrar nada.*

Uara (voluntária): *Se eu pudesse, eu passava de domingo a domingo aqui.*

Terezinha (voluntária): *Não precisa ter dinheiro. Precisa ter coragem e vontade de fazer né?*

Repórter: *Já esta escola municipal não tem tantos voluntários, mas conta com um anjo da guarda como o vidraceiro. É um ótimo electricista, encanador e marceneiro.*

Cícero (serviços gerais): *Quando a gente, por amor a nossa escola, aos nossos filhos, é dobrado o pagamento.*

As ações voluntaristas expõem distintas instituições: organização sindical, ONG, igreja, *Amigos da Escola*, etc, aproximando suas estratégias de ação. Há, de novo, um enquadramento que as leva a ser homogeneizadas, na medida em que as saídas apontadas passam muito mais por ações individuais/assistencialistas do que por ações no campo eminentemente político.

Ademais, é notório que certos termos, combinações linguísticas diversas são aproveitados para a construção de um sentido dominante. As marcas denunciam o discurso autoritário, manifesto como saber exclusivo.

As enunciações portam o discurso de autoridade ainda que sustentando-se sobre as falas de pessoas “comuns”. Nessa operação o *Jornal Nacional* evoca a si o local de mediação para defender o suposto interesse coletivo, seja enunciando por intermédio de um apresentador ou repórter, seja através de pessoas “comuns”, especialmente de sujeitos “integrados”.

Repórter: *Esse microempresário achou um caminho para ajudar essas crianças. O SOS ajuda as crianças. Ele doa em dinheiro que contribui para as crianças ficarem distantes da rua.*

Entrevistado (microempresário): *Não custa nada a gente ajudar essas crianças. Não dá para esperar que o governo resolva tudo. Quem sabe, eu fazendo, não minimize os problemas das crianças e elas tenham um futuro melhor e até um Brasil melhor para todos, eu acredito.*

Observamos que as vozes dos sujeitos “integrados”, tais como de cidadãos participantes de ONG, instituições como a Pastoral da Criança, ligada à Igreja Católica, indicam o lugar de responsabilidade, de conhecimento; ora apontando para a fragilidade dos excluídos, sua necessidade de cuidados, de ausência de saber, ora para a sua força de vontade, seu espírito de solidariedade junto ao semelhante.

Entretanto, observamos também que a ação solidária não parte só de cima para baixo, de integrados para não-integrados, mas é uma atitude entre pares excluídos. Com isso:

Repórter: *A ajuda vem de quem tem um pouco mais.*

Homem 1, na fila do restaurante popular do Betinho, cuja refeição custa R\$ 1,00. O homem cede alguns centavos para outro homem completar o valor total: *Tem R\$ 0,25 [...] aí tá mais perto [...] (ri).*

Embora diversas situações exibidas apontem para um certo nível de harmonia social em meio à pobreza, ao mesmo tempo, em diversos momentos, percebe-se o paradoxo e a fragilidade deste estado letárgico. Quando isso acontece, o *JN* retoma o reforço do controle institucional, o que implica em uma relação autoritária, demonstrando que os aparelhos da sociedade são rigorosos com relação aos contraventores.

Repórter: *[...] Cumpriram as penas, mas continuam a viver no mundo das sombras condenados a ficar fora do mercado de trabalho [...] Desde o início do ano, o Juizado de Menores do Rio classificou cerca de 500 menores infratores como sendo de baixo risco social. Eles fizeram cursos, foram encaminhados para procurar trabalho mas menos de 5% deles conseguiram emprego.*

Daquilo que observamos, os textos do *JN* realizam um trabalho político de enquadramento do indivíduo que aponta para um ideário da harmonia social, ajuda mútua, assistencialismo, contribuindo para encobrir contradições sociais.

Depreendemos destas observações que o discurso do *JN* sobre exclusão não só se constitui em um conhecimento sobre a exclusão, mas sua ação é mais eficaz, apontando para uma disciplinarização dos sujeitos envolvidos, posto que indica os caminhos de saída dos indivíduos – reciclagem profissional, solidariedade mútua, aceitação de ajuda, etc – na medida em que compactua com certas ações, atitudes, estratégias, condutas normativas.

No entanto, embora possamos afirmar que prevaleçam tais representações, polifonias encrustam-se, ainda que as interdições de falas antagônicas operem. Nesta operação, ao serem domesticadas, as vozes são ressemantizadas no conjunto de enunciados.

Seja como for, ainda que domesticadas, em todos estes processos ocorre a polifonia, no sentido do discurso e da linguagem de outrem. Ou seja, do movimento de incorporação que o locutor faz ao seu discurso de asserções atribuídas a outros falantes. (FARIA, 1996)

Logo, as polifonias estão presentes, embora ao mesmo tempo algo seja silenciado. Assim, em diversas matérias o primeiro movimento aponta para a ênfase na agonia mas, em seguida, a angústia parece ser minimizada. Esvazia-se, uma vez mais, a situação dramática da exclusão social, optando-se por sua representação inscrita na clássica forma midiática, onde prevalece menos a razão e mais a dimensão fantasiosa.

Isso é patente ao serem exibidas imagens evocando a assepsia do restaurante de R\$1,00. No momento em que se esfuma o desespero do desemprego nas imagens que buscam captar a esperança viva na fila onde estão pessoas à procura de ocupação. No momento, fragiliza-se a tristeza no *close* do rosto exultante, na alegria pela doação da cesta básica.

Há, pois, uma dimensão polifônica, quando os discursos se assentam uns nos outros para produzirem o efeito de suas competências. Porém a postura dominante se constitui na medida em que emerge uma posição conservadora e homogeneizadora ao ser tratada a exclusão social.

Por vezes, conquanto uma das normas fundamentais do processo de produção de sentido e que se constitui o fenômeno da “heterogeneidade discursiva”, reconhece-se que essas estratégias discursivas se estruturam em torno de tensionalidades e dialogias distintas, mas prevalecem as regras dos dispositivos de enunciação jornalística e sua ordem do discurso. (MARIANI, 1998)

As estratégias discursivas empregadas na produção de sentido fomentam afinidades entre segmentos sociais opostos, entre interesses distintos e identidades múltiplas: o empresário cristão, o excluído irresponsável, o ambulante bem remunerado, etc.

Com isso, reforçam-se procedimentos para criar efeitos de verdade e realidade cujo propósito parece ser orientar o interlocutor. Esta orientação se faz, por exemplo, na medida em que o modo de pensar neoliberal enlaça o cristão. Isto ocorre quando são superpostas na fala do sindicalista, empresário, excluído determinados significantes observáveis nas falas de repórteres, apresentadores e entrevistados, organizados em torno dos núcleos temáticos: justiça social, altruísmo, solidariedade, perseverança, ética do trabalho, etc.

As conseqüências extraídas destas observações apontam para indícios de que das matérias sobre a exclusão analisadas emergem duas característi-

cas discursivas: são matérias que se destacam pelo seu didatismo, na medida em que caracterizam o lugar do excluído/exclusão identificando-o, mostrando-o, definindo-o: trabalhador, solidário, esperançoso, etc. Ao mesmo tempo sublinha-se que não se deve esperar pela ação do Estado, é preciso atuar individualmente e/ou em átomos coletivos. Há aqui a questão do implícito.

Nesse processo, é interessante observar, por exemplo, que apesar da postura séria e paciente dos desempregados nas filas, surge a fala de um desempregado:

Márcio: *Dá vontade de fazer uma besteira mas a gente tem que manter a cabeça, né? que tem filho pequeno, essas coisas, mas tá difícil.*

Nesse instante, o tema “família” retorna, e o enunciador jornalista lança mão implicitamente dos valores de uma das mais importantes instituições sociais brasileiras.

Repórter: *A preocupação com a família não deixa Márcio entregar os pontos depois de dois anos desempregado.*

O *JN* reproduz enunciados de diversos atores. Nas declarações verbais, o uso de gíria, de sintagmas cristalizados, de máximas populares como “não entregar os pontos”, “ruim com ele, pior sem ele”, “estar de olhos abertos” – são resgatados, muitas vezes para mostrar a atitude a ser tomada pelo excluído.

No mesmo percurso, o desespero do homem na fila do restaurante do Betinho é minimizado pela doação. Implicitamente o texto alude à evidência de que o homem apresentado ainda não está no limite, uma vez que obteve R\$ 0,25. Isto posto, pior é quem não tem o restaurante do Betinho. No final da matéria, a última voz é de um homem comendo, sentado à mesa do restaurante. Ele afirma com lágrimas nos olhos’.

Homem chorando: *Quantas crianças uma hora dessas [...] não tem uma comida dessa pra comer [...] hoje é um dia que nós [...] (chora).*

Está implicitado que ao Estado é reservado um lugar dúbio. Não pode ser responsabilizado e atuar sozinho. Ora, se o Estado não pode, é apenas corresponsável. Assim, os outros responsáveis são todos. Portanto, podemos inferir que se não há culpados, culpados todos são.

Já instituições como a Igreja, Justiça, Força Sindical, empresas, estão quase sempre implementando ações mais concretas contra a pobreza.

O funcionamento discursivo remete pois a uma questão ideológica: o que é o Estado e como os despossuídos o constroem discursivamente. Se o Estado está ausente, as organizações civis e Igreja estão presentes. Portanto, no *JN* mostra-se que na ausência do Estado outras ações são eficientes. Trata-se de ações individuais e de entidades assistencialistas. O valor implícito é de que deve haver e há concórdia entre segmentos em princípio oponentes, como o patrão banqueiro, o comerciante, o empresário e o trabalhador.

Vale insistir que ao reproduzir tais falas sem contestá-las, o *Jornal Nacional* reforça determinado modo de enquadrar a exclusão, contribuindo pois para a manutenção das relações desiguais de poder. Não é difícil encontrarmos o mesmo mecanismo em diversos outros programas televisivos em cujo conteúdo está presente a problemática da exclusão social.

Aqui, são retomadas representações já interpostas em vários outros programas como *Programa do Gugu*, programas religiosos, sorteios, telenovelas, etc.

Nesse processo está presente a intertextualidade, substrato fundamental do discurso jornalístico i.e., a “colagem” de vários outros textos oriundos de diversos outras fronteiras textuais. Há, pois, um reforço mútuo alimentado entre emissoras, programas, enfim, emaranham-se fios tecidos por uma rede imbricada, complexa, por vezes caótica, lançada no espaço da lógica da indústria cultural, fermentada pelo modo capitalista de pensar.

Nessa rede, podemos seguir uma das teias lançadas pela Globo, a qual ocupa seu espaço convergindo com outros programas, emissoras, suportes; através das datas comemorativas como o Natal, o Dia Internacional da Criança, ou campanhas por si mesma lançadas como “Amigos da Escola”.

Do mesmo modo, ao apresentar vozes da Igreja, do Judiciário, dentre outras, editam-se falas destes representantes como última fala, a voz oficial e definitiva. O *JN* se insere no discurso da repressão policial mas também da solidariedade, amor, doação. Instituições diversas a favor dos excluídos emergem como solução para problemas e fatos relatados. O implícito evocado em várias situações aponta para a máxima de que o Brasil não tem problemas sociais, mas casos de polícia; a pobreza deve ser resolvida por força da lei. Não raro, imposta sobre os próprios excluídos, ou trata-se de voluntarismo.

Em não havendo possibilidade de atuar via ação solidária, através da boa vontade de incluídos e pobres, o *JN* sinaliza que a sociedade lança mão do aparelho repressor para continuar supostamente protegendo os mais fra-

cos. É quando emerge a fronteira entre marginais e marginalizados, como veremos um pouco mais detidamente a seguir.

Nesse caso, não se trata mais da problemática da exclusão, mas da distinção entre excluídos pacíficos x arruaceiros, – como nas greves, os exaltados são aqueles que fazem parte de partidos políticos.

A utilização de certas denominações leva a uma (re)significação dos enunciados, entendendo que há males da exclusão mas há, ao mesmo tempo, uma clara diferença entre marginalizados e marginais. Posta nestes termos, a posição dos excluídos silencia uma das faces mais sombrias da miséria, qual seja, a saída violenta. Opera-se aí, mais uma vez, um mecanismo de silenciamento. As razões do crime são recalçadas.

Para construir o sentido de esperança e solidariedade, vários coenunciadores produzem enunciados que são modalizados através de diversas ordens. Destacam-se enunciados que funcionam como avaliações de ações, de sujeitos que guiam situações as quais são construídas no interior da mídia. Nesse processo, coenunciadores portam uma autoridade legítima: líder sindical, coordenador de campanha de solidariedade, líder da Igreja, etc. Aqueles que devem participar deste privilégio certamente estão enquadrados no grupo dos excluídos dignos, honestos, pacíficos.

Cabe reiterar, aqui, a possibilidade de distinção entre dois espectros de vozes: aquelas oriundas da chamada esfera pública e outras da esfera privada.

Sobre isto, seria necessária uma análise mais pormenorizada destas duas esferas de enunciação. Por ora, cabe-nos algumas observações preliminares quanto às marcas do dizer público e do privado.

Primeiramente, em ambas as falas os sujeitos representam algum tipo de autoridade. Nas fontes públicas há, de modo mais marcante, um conjunto de enunciados de caráter informativo, outros de dimensões avaliativas.

Quanto às fontes privadas, o *JN* se converte ora em denunciante da situação de insatisfação das ações perpetradas pelos entes públicos frente à pobreza, ora em dispositivo irradiador das ações que eventualmente governos e, principalmente, indivíduos e organizações não-governamentais estão realizando ou devem realizar no combate à pobreza.

Isto aponta para o fato de que uma diversidade de modos de apresentação da exclusão é representada pelo *Jornal Nacional*. Esta diversidade emerge de falas sobre instituições públicas, como hospitais, nas quais são exibidas quase sempre como ineficientes e corruptas. Já na esfera da Justiça, emerge sobretudo um dizer indissociável de formas articuladas ao aparelho jurídico-repressor, mas que, ao mesmo tempo, é colocado em defesa dos direitos dos

excluídos. Finalmente, a representação faz-se a partir da emersão de ações assistencialistas que levam à doação de cestas básicas, programas governamentais como o vale gás, as campanhas de Natal, etc.

Para concluir, não podemos deixar de sublinhar que grande parte destas ações parte das instituições não-governamentais, como a Igreja Católica. Estas tornam públicas suas posições e se colocam como vozes prescritivas.

O mais importante movimento deste processo parece ser a capacidade que o *JN* assume de converter-se em uma fala mediadora. Com isso, o *Jornal Nacional* reforça o movimento de convergência destas falas. O que implica no fato de que tais vozes terminam por deslocar-se com suas marcas e postulações para uma lógica subjacente à representação da exclusão social no *JN* e cujas saídas são orientadas a partir de tais marcas e postulações. Resulta disso o poder que o *JN* passa a incorporar é de um discurso capaz de apontar todo o tempo as saídas da exclusão, prescrevendo as atitudes a serem tomadas pelos teleleitores.

A partir destas observações, podemos afirmar que a questão central dessa investigação se localiza na articulação dos conteúdos e formas produtivas do *JN* com as formações ideológicas e práticas sociais da sociedade.

Continuemos, pois, esta análise procurando compreender as formas e desdobramentos deste funcionamento discursivo articulando tais procedimentos às formações discursivas.

As vozes sob as formas: formações discursivas no *Jornal Nacional*

Na última parte de nossa análise, continuaremos a tentar responder a esta que é a pergunta fundamental de Pêcheux: como se constituem os processos discursivos. Como este autor, consideramos que tal resposta deve ser procurada a partir da natureza material do sentido. (PÊCHEUX, 1988)

Sem embargo, os processos discursivos são engendrados e reconfigurados pela ação do interdiscurso: nas enunciações produzidas encontra-se essa ação “vertical” do interdiscurso sobre o intradiscurso em duas modalidades: no efeito de pré-construído, obtido com as nominalizações e na articulação dos enunciados. (MARIANI, 1998)

Pêcheux propõe que a formação discursiva faz com que o discurso não surja no vazio, pois o referencia. Na origem de cada processo discursivo está uma determinada formação discursiva que lhe permite a existência sob certas condições.

Através da análise das marcas linguísticas e implícitos pode-se identificar as formações discursivas às quais os textos estão vinculados. Estas expressões são observadas no enunciado e não isoladamente. Isto implica que o enunciado é atravessado pelas posições do sujeito ou lugar de fala. (MARTINS, 1996)

Depreende-se daí que, para a análise de discurso, toda fala só se constitui na medida em que está subordinada a uma formação discursiva. Esta subordinação e articulações diversas entre formações discursivas distintas nem sempre são explícitas, posto que as margens que distinguem uma formação discursiva específica de outras são, muitas vezes, efêmeras. Daí, porque, para analisar o modo como funciona discursivamente, uma dada instituição deve-se ultrapassar o universo estrito de onde produz o seu dizer e estabelecer um diálogo entre este dizer e o campo de produção discursiva de outras instituições sociais, o que implica compreender o mundo social, as formações discursivas aí existentes, o que garante a existência dos campos específicos, bem como as diferenças e semelhanças entre as formações discursivas correspondentes.

Com efeito, a formação discursiva não se apresenta como algo que subjuga de modo absoluto a enunciação dos falantes.

Ainda que não se possa afirmar haver uma subordinação irrestrita, há, inequivocamente, formas, gramáticas discursivas, as quais formatam, constroem as enunciações. Em se tratando da formação discursiva constitutiva do campo do jornalismo, é interessante observar que o discurso relato passa a ser mais usado a partir dos anos 40 e 50, quando matérias assinadas e não assinadas passam a incorporar uma gramática da impessoalidade.

Dois aspectos chamam a atenção sobre o uso do discurso relatado na prática discursiva jornalística sobre a exclusão: primeiramente, não são raras as reproduções das falas de excluídos, ou seja, os excluídos frequentemente são convocados a falar – a questão é como falam, isto é, em que medida falam para reforçar o que é dito por um outro, no caso em estudo, trata-se das enunciações operadas a partir de apresentadores, repórteres e autoridades.

Outra questão que se impõe relaciona-se ao fato de que os excluídos são falados por sujeitos que ocupam os mais diversos lugares sociais: membros da Igreja, voluntários de ONG e entidades assistencialistas, empresários, líderes sindicais, etc.

Na análise feita, observa-se que as sequências discursivas produzem um “efeito real”. Isto é feito a partir da legitimidade das vozes chamadas a

dizer. Reafirma-se a dependência da enunciação jornalística das autoridades institucionais, do poder simbólico de certos campos responsáveis pela interpretação dos fenômenos do mundo.

No destaque de tais fontes e na sua autoridade e competência é que a enunciação jornalística busca construir seus referentes.

Observa-se no *JN* um elemento repetitivo e estável, qual seja, a presença religiosa ou de ações que podem ser enquadradas nessa formação discursiva. Está presente através das instituições que assistem famílias e indivíduos excluídos, nas falas dos sujeitos, os quais, ainda que não façam parte explicitamente de qualquer instituição católica ou afim, fazem emergir significantes/marcadores como – ajuda, doação, solidariedade, irmão, etc. A presença da entidade suprema, Deus, por sua vez, está também presente nas várias vozes dos excluídos e também dos profissionais da comunicação, como pode-se observar nas sequências abaixo:

Maria (Mulher na fila em busca de emprego): *Todas fila que eu entrei na vida eu vou com esperança.*

Repórter: *É o suplício da insistência [...]*

Maria: *Ah! Comigo não tem esse negócio, não. Um salário que for tá bom.*

Repórter: *Abrir a mão. Apertar o terço* (Imagem mostra terço na mão da mulher)

Maria: *Ai meu Deus do céu!*

Repórter: *Uma vaga de faxineira. É só um envelope, uma indicação, mas para Maria, finalmente, uma porta aberta.*

Ou ainda:

Repórter: *Há 40 anos dependendo do rio, este pescador profissional diz que nunca viu uma seca desse jeito.*

Pescador: *Nós temos que fazer uma corrente de fé, uma oração pra vim chuva de novo, e depois, fazer o que?*

Ao mesmo tempo, observa-se, de modo significativo, a presença da ética do trabalho que aparece nas atitudes destacadas e elogiadas dos pobres:

Apresentadora: *O desemprego está mudando a história de vida dos brasileiros. Uma pesquisa com trabalhadores que procuram trabalho há muito tempo mostra cidadãos dispostos a mudar de profissão e de comportamento para enfrentar os tempos difíceis.*

Repórter: *Um emprego. Qualquer emprego.*

Homem: *Tô aqui pra pegar qualquer coisa.*

Mulher: *O que pintar, tá bom.*

Repórter: *Dona Lindinalva é do tempo em que a carteira assinada era orgulho do trabalhador. Desempregada há três anos, agora é sustentada por um dos filhos. O sonho dela aos 53 anos é voltar a trabalhar.*

Lindinalva: *(Chora, controla o choro e com voz embargada, diz): Não importa eu trabalhasse com 50, 60 até quando eu pudesse. Eu acho que minha dignidade tá aí'. Meu respeito por mim própria. Eu queria ter oportunidade, né?*

Além disso, como já observamos, emerge a esfera técnico-administrativa, de políticas sociais, quando se demonstra que este campo sozinho não é capaz de responder ao problema da exclusão, daí o destaque das ações solidárias como uma das estratégias mais frequentes na busca de saídas para a exclusão, no interior dos noticiários.

Os enunciados destacam pessoas, grupos, ações de setores da Igreja Católica. Reforçam datas que marcam posturas de solidariedade como o Natal. Nesse jogo, como vimos, é reforçado o *marketing* social da própria Rede Globo.

Tais operações realizam-se, portanto, através da articulação entre o *JN* e outras instituições, entre as relações da enunciação jornalística e as vozes que formatam os registros sobre a exclusão social.

Depreendemos destas observações que a lógica subsistente na estrutura enunciativa das matérias sobre exclusão no *JN* reforça sobretudo o bem-estar privado do sujeito. Reforça a saída individual, o que, efetivamente, fragiliza o sentido coletivo de mudanças na estrutura social.

Consequentemente, ao fracasso social e alto nível de exclusão, o *JN* responde através de estratégias próprias à lógica midiática: explora o *fait divers*, o exótico, e, não raro, responde com indignação, caso emblemático da série de reportagens sobre a fome no Brasil. Contudo, ao mesmo tempo, aponta para a existência de saídas consideradas viáveis e concretas, sejam campanhas institucionais, sejam “campanhas de solidariedade”.

Nessa operação, os caminhos mostrados, de um modo geral, não apontam para o campo político. Ao contrário, as instituições sociais que deveriam cumprir esse papel, não raro, são desqualificadas.

Deste modo, as vozes indignadas com a situação de exclusão social não são originárias de formações discursivas que tenderiam a se contrapor ao poder dominante, não há aí proposta política ou intenção de mudança estrutural da situação de exclusão. Observa-se que há a presença de vozes distintas mas, ao mesmo tempo, a crítica é, também ela, enquadrada, modulada.

Isto se faz através do movimento que parece revelar uma posição ambígua dos sujeitos, pois ao mesmo tempo em que aponta para uma postura de indignação diante da fome, indica o caminho da conciliação, da permanência, do silenciamento das origens de tal situação. Com isso, isentam-se os principais protagonistas na história brasileira, das forças políticas conservadoras. Daí não haver a possibilidade de emergência do que podemos denominar uma FDP, formação discursiva do discurso político, cujos fundamentos exigem um posicionamento mais explícito em torno de elementos deste campo, qual seja, partidos políticos, segmentos sociais, propostas políticas alternativas, História.

Tal exigência tende a implodir as bases de pré-construídos que determinam as políticas discursivas da mídia, particularmente as representações em torno da exclusão social dispersas e ao mesmo tempo explicitamente configuradas no interior do *Jornal Nacional*, sustentando-se assim o imaginário do sujeito integrado, reforçando-se o abrandamento das tensões sociais, a força do discurso religioso e de ações assistencialistas em lugar do político.

Há, portanto, modalizações que tendem para o silenciamento de propostas políticas alternativas e a crítica ao modelo vigente. Para preencher este vazio, o *JN* retoma as intersecções junto ao campo religioso e à esfera privada:

Repórter: *O cortador de cana Rogério foi contratado como manda a lei: só para os oito meses da safra. Tem registro e carteira e agora, demitido, não*

*tem direito ao aviso prévio, multa de 40% do FGTS e nem ao salário de-
semprego. Vai receber R\$ 800,00 no acerto de contas. É o único dinheiro
certo até a próxima safra em março.*

Rogério: *Oitocentos dá pra no máximo dois meses, só.*

Repórter: *Nessa mesma situação estão 800 mil trabalhadores rurais só no
Estado de São Paulo. Muitos vieram de longe. Sonhavam em voltar pra
casa agora com uma boa economia. Com dinheiro para pelo menos me-
lhorar o Natal da família que ficou no Nordeste. Depois de ter recebido
R\$ 550,00 pelos direitos trabalhistas, José volta para o sertão de
Pernambuco decepcionado.*

José: *É pouco, né? Vou tentar fazer render. O milagre de Deus, né? (ri)*

Repórter: *Fé também não falta ao casal José e Maria que veio do interior
de Alagoas [...].*

Uma vez mais não se trata de um Projeto Político. Observa-se o agru-
pamento de conjuntos lexicais a apontar para determinadas formações
discursivas. Desta maneira, tal como já identificamos, emergem significantes
como: aventura, esperança, solidariedade, insistência, fé, milagres, Deus,
dentre outros.

Quanto a isto, não é por acaso que na maioria das matérias o repórter
busca a impessoalidade. Nesse processo, o profissional de comunicação pro-
cura reforçar uma voz genérica. Esta voz, ao mesmo tempo, embora não o
confesse, identifica-se com a formação discursiva brasileira, retomando os
pré-construídos que lhes são inerentes.

Ao retomar a chamada formação discursiva brasileira, a FDB, reforça o
ideário do “brasileiro bom”, o sujeito cordato, forte, esperançoso, humilde,
pacato.

Repórter: *Nem o calor de 32º faz Roberto parar. Ele é a imagem do novo
morador de rua de São Paulo. Em vez de pedir esmola, recolhe sucata para
ter seu próprio dinheiro.*

Já em outra matéria, um homem, após almoçar em restaurante cuja
refeição custa R\$ 1,00 afirma:

Homem em restaurante popular: *Tô de barriga cheia, graças a Deus. Agora vou pegar firme no meu serviço.*

Nesse caso, o enunciador faz coincidir o sujeito da enunciação com o universal da FDB: pacífico, honesto, trabalhador (MARIANI, 1998). Trata-se do resultado do processo ideológico de tomada de posição em que o sujeito “realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido””. (PÊCHEUX, 1988)

Reforçando a FDB, é preciso, em paralelo, fazer emergir o aparato repressor do Estado e da própria sociedade, no momento em que os excluídos se rebelam. Nesse instante, instaura-se a possibilidade de discussão política, mas, não raro, esta é de novo silenciada e o processo discursivo orienta-se nas fronteiras do jurídico-repressor: tratando-se de um caso de polícia.

Apresentador: *[...] e cadeia para os pais que deixem as crianças sozinhas na rua. A decisão é do Ministério Público em Uberaba, no Triângulo Mineiro, e o motivo: está crescendo o número de meninos e meninas que pedem dinheiro para sustentar o vício em drogas.*

Repórter: *Em apenas uma semana o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente contou 70 menores pedindo esmola nas ruas de Itaberaba. Para o Ministério Público, os culpados são os pais. Eles estão sendo processados, acusados de abandonar os filhos.*

Menino de rua (de costas, sentado): *O que leva nós a morar na rua é nossa mãe que desprezou nós, né? [...] trocou nós a troco de marido.*

Neste processo transgressão dos subversivos, menores, traficantes, etc aparece como forma gratuita de ação. Apaga-se a dimensão política de tais atos, desinveste-se os atos violentos/crimes/transgressões de outros sentidos para (re)significá-los na anomia, na disfunção, na pura barbárie.

Sob a lógica do *fait divers*, aparecem pessoas necessitadas que transgridem os códigos morais e sociais: a miséria não justifica a omissão junto aos filhos, não justifica a violência. Não é motivo para que as pessoas se desgarem. Deste modo, atos violentos degradantes são destituídos de antecedentes.

Ao contrário disso, os excluídos exibidos no *JN*, quase sempre são solidários entre si. Alguns emprestam os poucos centavos que têm para que

o outro também excluído possa fazer a refeição. Já o vendedor de praia regozija-se com o nordestino que vende mercadorias no mesmo espaço disputando a venda de objetos.

Evidencia-se, pois, que no processo de significação dos excluídos, termos cooptados de formações discursivas específicas funcionam como “marcas de reconhecimento”, traços que caracterizam diferenças, favorecendo relações ideológicas sedimentadas. As denominações apontam para processos semânticos aparentemente diferenciados mas que terminam por indicar um mesmo.

Assim, nas sequências discursivas em análise, há tensão entre duas formações discursivas distintas, por vezes paradoxais. A formação discursiva a apontar para sujeitos marginais, que emerge em geral enquanto sentido a ser antecipadamente negativizado e a formação discursiva que se estrutura sobre o imaginário dos excluídos honestos.

Repórter: *Desde o início do ano, o Juizado de Menores do Rio classificou cerca de 500 menores infratores como sendo de baixo risco social. Eles fizeram cursos, foram encaminhados para procurar trabalho mas menos de 5% deles conseguiram emprego. Uma experiência comum a todos eles: é quase impossível livrar-se da marca de infrator. Os pais vivem a angústia dos filhos. Não adianta nem mesmo esconder o passado.*

Ora, na formação discursiva brasileira está o que pode e deve ser dito sobre os excluídos, instituindo-se aí o que pode ser dito sobre os marginais, seus atos violentos. Sob o efeito da FDB se internaliza no discurso jornalístico, a direção de sentidos negativizada para a violência, a transgressão, a indignação radical e sustenta-se o que vem a ser a honestidade, dignidade, ética do trabalho.

Este funcionamento discursivo propicia que a FDB projete imaginariamente o sentido do que vem a ser exclusão. Embora toda formação discursiva seja dividida, contraditória e, pois, com fronteiras instáveis, nas operações de linguagem inscritas no *JN* trabalha-se no sentido de representar o ser excluído como um ser carente e honesto, trabalhador, solidário.

Outro aspecto importante observado a partir das sequências discursivas foi a introdução de pequena modificação no modo de estabelecer a oposição a “excluídos” versus incluídos. Com efeito, por várias vezes não se tratava mais de caracterizar reiteradamente o “brasileiro necessitado” remetendo-o ao que supostamente deveria saber sobre o que é a família, propriedade,

religião, mas descrevê-lo tendo em vista o futuro possível, um devir melhor, um futuro em que o sonho possa se realizar. No conjunto de recortes já faz parte do domínio de saber da formação discursiva brasileira que a maioria dos excluídos é pacífica, trabalhadora, esperançosa, crente, e essa disposição “natural” levará à vitória de cada um.

Conquanto não tenhamos realizado uma análise quantitativa, observamos o número elevado de matérias sobre a exclusão a partir da problemática ético-religiosa, de campanhas de solidariedade, especialmente ONG, entidades religiosas e ações individuais.

Ao mesmo tempo, nas sequências recortadas, evidencia-se a busca do *Jornal Nacional* por instituir uma cumplicidade com o teleleitor na medida em que aponta para uma espécie de pacto implícito. Este pacto se institui a partir de um saber comum a todos e, neste sentido, tratando-se de um universal, lançou-se mão da utilização do verbo na primeira pessoa do plural. Assim, são notórias formas verbais e nominais do tipo – nós sabemos, é preciso que nos mobilizemos, etc.

Também observamos a estratégia de evocação de um saber que remete a algo específico. Com isso, a estratégia articula a forma nominal, em torno do pacto de cumplicidade. Quase sempre esta oração se faz através de pessoas “comuns” ou da fala de repórteres:

Repórter: *Solidariedade não se aprende na escola. Hoje, muitas pessoas que dedicam tempo a projetos sociais sem exigir nada em troca, só conheceram o significado dessa palavra num momento de perda. São pessoas que viraram voluntárias porque receberam uma lição de vida. Celina é professora aposentada.*

Celina: (dona-de-casa): *Não tem pra onde correr. Poucas pessoas que abrem, quando descobrem, mandam, embora por alguma coisa.*

Repórter: *Foi difícil mas as portas se abriram pra este menor que chegou a ser preso por roubo. O emprego que arrumou de fiscal de estacionamento ajudou-o a se afastar do crime.*

Menor (voz modificada; imagem desfocada): *Fica sendo uma pessoa mais responsável, uma pessoa mais ativa.*

Homem empregador: *Isto tá dando alternativa pra que ele possa ser uma pessoa mais correta no futuro, né?.*

Com isso, a exclusão através do pacto estabelecido de cumplicidade entre profissionais da comunicação e leitores e da especificação do objeto tratado, retorna representações anteriores, formas que antecedem locutores e alocutários. Ou seja, no movimento atual do dizer revolvem-se pré-construídos implícita ou explicitamente.

Ao mesmo tempo, o discurso jornalístico remete os teleleitores a uma memória de futuro. A projeção da memória do que poderá vir a acontecer tem sua materialidade textualizada de diversos modos. Da escolha lexical que remete para ideias de futuro e movimento – destino futuro, amanhã – da utilização de modalização com verbo no futuro do pretérito – poderia, deveria, etc – das adjetivações – amanhã feliz, dia de alegria – distribuindo os campos antagonistas do bem – gente honesta, trabalhadores – e do mal – pais irresponsáveis, caminho errado das drogas, transgressões, etc.

Sem dúvida, além da ética do trabalho e da marca da esperança, suposta marca do *etos* dos brasileiros, parece haver um substrato religioso a servir de ancoragem para a construção das matérias sobre exclusão.

Nas reportagens, há presença de estruturas parentéticas para facilitar a compreensão do fenômeno para leigos.

É importante sublinhar, ademais que, além do espectro religioso, alguns campos discursivos emergem com vigor do material analisado. Com efeito, além de emergirem, adaptam-se a certas operações bastante complexas.

Entre outros mecanismos, emerge a ideia de um devir promissor. Para alguns autores, o ufanismo decorre de um processo de distorção da consciência no processo de percepção da realidade, em que deixam de existir limites entre o país imaginário e o real. Caracteriza-se pela adjetivação apologética, exaltativa do possível. (SODRÉ, 1981)

Nesse processo, a riqueza potencial passa a ser vista como atual; a felicidade vindoura se sobrepõe imaginariamente às dificuldades vigentes, a inteligência exaltada de crianças pobres que ganham prêmios internacionais faz esquecer o seu analfabetismo, a tecnologia exaltada silencia a eliminação do emprego.

Apresentador: *O Brasil dá um exemplo: é o país campeão em reciclagem de latas de alumínio. Uma atividade que emprega 130 mil pessoas. O número de trabalhadores nas cooperativas poderia ser ainda maior se as indústrias reaproveitassem outros materiais que hoje são desperdiçados no lixo.*

Repórter: *Enquanto houver sol e turistas, essa é a praia deles (camelôs). Longe de asa e perto do mar ganham a vida aqui, caminhando nas areias do Rio.*

Este futuro suposto é indissociável de uma imagem que aponta para algo belo, heróico, a aventura. Em alguns casos, a fronteira entre exclusão e riqueza torna-se tênue:

Repórter: *Ainda não foi desta vez, mas eles (os garimpeiros em busca de esmeraldas) sempre acham que estão no caminho da esmeralda. Alguns já ganharam muito dinheiro. Luis Sérgio encontrou uma pedra e faturou um milhão e meio de reais. Parou três anos fora do garimpo, mas foi obrigado a voltar.*

Garimpeiro, Luis Sérgio: *Fui gastando com mulher, bebida, farra, festas e então foi indo e acabou de novo.*

Repórter: *Ficou pobre de novo.*

Garimpeiro Luis Sérgio: *Fiquei pobre de novo.*

Repórter: *Seu João era agricultor. Trocou a roça pela esperança de enriquecer no garimpo.*

Seu João: *O meu sonho é chegar numa pedra boa aí de uns três ou quatro milhões de reais, né?*

Tece-se o simulacro onde as asperezas do mundo cotidiano são transformadas. Assim, por exemplo, a construção de uma barragem em uma região pobre converte-se, ultrapassando sua significação de bem-estar material, e passa a significar a felicidade em uma associação imaginária, de alegria exultante.

É interessante observar que, no interior dessa lógica, há, em vários desses processos, em diversos momentos, a sobredeterminação do gênero do discurso ficcional, ainda que funcione a partir de sistemas de linguagens diversas. Ou seja, o que poderia parecer próprio do campo da ficção ganha estatuto de verdade e vice-versa.

Assim, ficção e realidade amalgamam-se de modo indefectível. Além da saga dos garimpeiros, emblemática a matéria sobre a lavadeira que ganha

R\$ 6,00 por semana, mas realiza uma longa viagem de ônibus para materializar o sonho de ver o cantor Roberto Carlos.

Lavadeira: Tô cansada, tô com fome mas não tem problema. O resto a gente resolve, se Deus quiser.

Implicitamente, afirma-se que o excluído também pode realizar sonhos aparentemente impossíveis. Busca-se, em algum nível, aproximar o mundo olímpiano do real da exclusão.

Uma das consequências disso é que a construção midiática transpõe o objeto da ficção, inserindo-o em outro lugar. Por operação alegórica e de colagens oferece-se como efeito de sentido a suposta sensação de que as verdades aparentemente inverossímeis são reveladas a partir do testemunho dos próprios excluídos, de pessoas comuns, reais.

Estas observações permitem vislumbrar como a exclusão é apropriada pelo *Jornal Nacional*, no sentido de construir cenários e práticas discursivas que apontam para a questão da construção (discursiva) de suas representações sociais.

Entre tais representações, além da formação discursiva religiosa e da formação discursiva brasileira, destacam-se ações de entidades sindicais, mais especificamente da Força Sindical, claramente aludindo ao sindicalismo sintonizado com a estratégia de cariz neoliberal, silenciando as tensões sociais.

Essa, por sua vez, articula-se à “importação” de vocabulário pertencente a domínios tais como os dogmas cristãos – fé, doação, sacrifício, suplício, esperança – e os princípios do liberalismo: orgulho de trabalhar, dignidade, etc.

Reafirma-se, então, reiteradamente, uma representação positiva da ética do trabalho, por mais simples que seja a ocupação. O *JN* destaca a dimensão que possibilita, em sua lógica, a recuperação da dignidade humana.

Além disso, as sequências discursivas apontam para um sentido de produtividade, da contribuição para o crescimento do país, para a dignidade da família, para a dignidade humana. Não importando a atividade, se catador de latas, ambulante, vendedor de cachorro-quente. A ênfase na positividade dá-se, por exemplo, quando o “cheiro forte” (de lixo) sentido pela catadora, embora seja mencionado, subordina-se à positividade da ocupação.

Assim, fatos emergentes são articulados para construir o otimismo: o nordestino vende bem na praia, o vendedor de cachorro-quente ganha mais que o assalariado, etc.

Repórter: [...] *Se engana quem pensa que os trabalhadores informais ganham pouco. Só os 35 mil vendedores de roupas, conhecidos como sacoleiros faturam em média R\$ 2.800,00 por mês em São Paulo. São 98 milhões por ano. Parece muito? Mas tem sacoleira que encontrou uma outra fonte de renda ainda mais lucrativa no mesmo mercado informal. Qual o melhor mercado, sacoleira ou vendedora de cachorro quente?*

Contudo, ao mesmo tempo em que o *JN* busca criar este otimismo, o paradoxo social continua a sussurrar nas entrelinhas.

No entanto, ainda que possamos auscultar estes sussurros, uma vez mais um dos fundamentos da FDB abranda as tensões discursivas ao reinsserir o espírito de conciliação. A linguagem conciliatória apela com frequência para os valores do bom senso. Aponta na direção das organizações sociais, bem como para o convívio pacífico, solidário, mutualista entre desiguais ou entre os próprios excluídos.

Os apelos ao bom senso contêm mensagens de retorno à esperança, fé, disposição, supostamente elencados como substrato do brasileiro. Orientam, ademais, a solução pacífica de conflitos.

Deste modo, por exemplo, nas areias das praias do Rio de Janeiro, os camelôs não disputam entre si os consumidores. Mesmo o nordestino que vem em busca de amealhar alguma receita é recebido fraternalmente pelo concorrente carioca:

Repórter: *O vendedor de botes e bichos infláveis viajou 2.800 quilômetros de Fortaleza ao Rio de Janeiro.*

Vendedor: *É a quinta vez que eu venho.*

Repórter: *Até maio, Ideilton, que é pedreiro em Brasília, quase dobra o salário.*

Vendedor - Ideilton: *R\$ 1.000,00.*

Repórter: *E lá, por mês?*

Ideilton: *R\$ 600,00.*

Repórter: *Alvino, vendedor carioca, diz não temer a concorrência.*

Vendedor Alvino: *Eu fico satisfeito. Mais gente com a gente. Eu não tenho olho grande, não.*

O bom senso é, pois, uma das manifestações da ideologia da ordem estabelecida. Quanto a esta questão, cabe sublinhar que, de um modo geral, os profissionais da informação assimilam a doutrina do bom senso. Sem embargo, as marcas da ideia de bom senso são frequentes nos editoriais, opiniões pessoais, bem como em diversos outros gêneros televisivos. Orienta-se para uma adaptação dos indivíduos à ordem social. Um mecanismo que visa, em última instância, considerar necessária uma adaptação dos sujeitos à sua condição de exclusão. (SODRÉ, 1981)

Como não poderia deixar de ser, há, por outro lado, intervenções que apontam para ações repressoras e punitivas aos diferentes, àqueles que fogem das regras, supostamente acordadas sobre a norma do bom senso.

Desse modo, devem ser punidos aqueles considerados ameaças à ordem social, sujeitos à margem da atitude desejada, esperada – como é o caso de viciados em drogas, do criminoso de um modo geral, dos que abandonam crianças.

Com isso, nas margens desta lógica, a miséria social também pode ser vista como desvio. O caso mais emblemático é a responsabilização de pais e parentes pela evasão escolar e abandono e violência contra a criança.

Deprendemos destas observações que a representação da pobreza no Brasil nos interstícios do *JN* resulta do encadeamento que busca se fixar em distintas formações discursivas. Está atravessada por palavras e sintagmas nominais, elementos pré-construídos articulados à união da família, solidariedade, esperança, devir, fé, humildade cujos sentidos se repetem em função dessas retomadas. Ou seja, trata-se de um dizer já dito anteriormente em diversos outros lugares do mundo social, lugares estes que constituem o universo da cultura nacional.

Disso resulta a evidência de que há, primeiramente, mobilização via intradiscursividade, da memória ético-religiosa partilhada por leitores e por enunciadores, isto é, de jornalistas, apresentadores, entrevistados e teleleitores, no processo discursivo de produção de sentidos para a exclusão e excluídos no Brasil representado no *JN*.

Há, além disso, a intertextualidade explícita, quando o *Jornal Nacional* remete matérias sobre exclusão a campanhas de solidariedade da própria emissora e a outras instâncias midiáticas. Deste modo, a injunção de tal memória determina o que deve ser falado e o que deve ser silenciado.

A mobilização dos teleleitores repousa sobretudo sobre valores articulados à instalação da solidariedade, da piedade, da expectativa por um devir positivo. Nesse processo, os operadores de quantificação e localização enquadram a esperança, o devir promissor, enquadrando excluídos como um estado transitório de um país voltado para o futuro, coerente com as condições históricas de emergência da Rede Globo de Televisão e sua trajetória.

Existe, portanto, uma identidade discursiva que se preserva e reitera os sentidos. As denominações sustentam um tipo de referencialidade discursiva. Esta tende a manter uma estabilidade na representação da exclusão e de suas saídas. (MARIANI, 1998)

Nesse processo, o *Jornal Nacional* exerce uma ação pedagógica sobre os teleleitores. Além de empenhar-se em informar, o faz sob o atravessamento de múltiplos discursos. Assim, termina por deslanchar em um dizer prescritivo.

Através destes mecanismos institui-se uma despolitização do tema exclusão social no *Jornal Nacional*, operando-se um deslocamento da ideia de causas, saídas, tensões entre classes, segmentos sociais, desdobramentos violentos entre os entes envolvidos.

Com isso, entram em cena dimensões sociais outras como ONG, a ética do trabalho, etc, conseqüentemente a formação discursiva brasileira domestica a formação discursiva política. Os sentidos produzidos pela formação discursiva política, em boa medida, estão previamente silenciados pela FDB.

Tais instâncias de significação em suas bases constituídas por FDS religiosas, morais, imaginárias, ficcionais tendem a apontar para um confronto com propostas de mudanças estruturais contra as desigualdades. Terminam assim por fragilizar, por silenciar a discussão política e contribuem para a didatização, explicação, da pobreza como um caso de solidariedade e mesmo como caso de polícia presente quando os excluídos se rebelam.

Desse modo, tais representações constituem as formações discursivas hegemônicas, influenciando decisivamente na imaginação coletiva. Portanto, assim como o deformado físico é percebido no imaginário social como um desvio da natureza, como monstro, a exclusão social pode investir-se de um sofrimento natural, como um castigo de Deus – a seca e as chuvas são os eventos mais recorrentes. Seja como for, tais intempéries podem ser mitigadas pela esperança e caridade cristã.

Ora, mitigar a dimensão explosiva da tragédia social da pobreza implica, entre outros mecanismos em revisitar o etos da cultura brasileira reapropriado pela cultura de massa, marcado por influências da tradição

popular. (SODRÉ, 1981) Presentificando tal ethos, opera-se uma familiarização do excluído, cabendo um movimento de estranhamento quando se trata do ato violento, da emergência do marginal.

Nesse caso, posto no lugar do estranho, do anormal, a retomada do pitoresco opera a serviço de um sistema que reforça a aparente normalidade, o estado tradicional da sociedade, a estabilidade do mundo, mesmo admitindo-se a crueldade da exclusão.

Portanto, anaforizado, o *JN* reitera a existência da pobreza mas despeça sua gênese e sobretudo silencia e/ou fragiliza sua relação com a formação discursiva política. Em lugar disso, aponta para o mistério, a aventura, o exótico e transitório ou, quando não, aponta para as saídas mágicas, para vias idealizadas, fundadas unicamente nos valores cristãos, contrapondo-se à crueldade do individualismo e do consumo exacerbado.

A eficácia deste funcionamento discursivo se consuma na medida em que ocorre um processo de fechamento das fronteiras de uma formação discursiva a qual circunscreve o dizer dos atores convocados a falar nos meandros destas trilhas de representação. Impede-se a circulação de outros enunciados. Mitiga-se a possibilidade de um sentido outro e, seguindo o processo de instalação do discurso fundador, aproveita-se fragmentos do ritual já instalado – da ideologia já significativa – apoiando-se em retalhos dele para instalar o novo – a pobreza na atualidade.

O interdiscurso que determina na FDB a produção de “evidências” tais como de brasileiro enquanto tal defende os valores tradicionais da família, da propriedade, da religião e da moral, procura trabalho e não desiste, ao mesmo tempo não admite a violência como saída, depende de processos de significação mais antigos que extrapolam a atualidade da pobreza mostrada no *Jornal Nacional*.

O *JN* funciona, assim, como suporte de processos que são marcados predominantemente por uma mesma memória do dizer. A desconstrução das superfícies lingüísticas apresentadas, a análise das denominações parecem demonstrar a permanência do mesmo frente à construção de uma certa dimensão do outro excluído como o sentido impossível da FDP. Contudo, tendo em vista que a imprensa é por natureza constituída por diferentes vozes, vale perguntar se essa heterogeneidade constitutiva não abre caminho para uma outra relação com a exterioridade (MARIANI, 1998). Ou seja, em que nível os sentidos da formação discursiva política são ditos? Em que medida o outro – não homogeneizado, não domesticado – consegue penetrar no mesmo? Será que os sentidos da formação discursiva política só apare-

cem depois de decantados pela formação discursiva brasileira, perdendo a alteridade?

Das pistas recolhidas, ao que parece, a saída apontada reforça o movimento parafrástico, o fechamento do sentido, orientando a percepção da exclusão como problema de ordem individual. Ao mesmo tempo, antropomorfiza-se a História, encarando-a como expressão de individualidades ou, no movimento contrário, fragmentando o problema, e, em um trajeto caleidoscópico, universalizando-o sem enfrentar suas especificidades históricas.

Evidencia-se, além disso, a existência de disputas de sentido mergulhadas em construções que tangenciam narrativas sobre a fome, a morte, o abandono, mas também a solidariedade, a possibilidade de mudanças, o devir positivo. Predominam expressões largamente amarradas em um imaginário religioso.

Com isso, ao excluído são reservados vários lugares – herói, fortaleza, templo, modelo articulado pelo traço marcadamente ficcionalizante da indústria cultural. E também é mostrado como vítima, honesto, trabalhador. A mídia tenciona outros textos e discursos, vasculhando as mais diversas dimensões humanas, do real à ficção, da tragédia ao irreal, amalgamando-se a dispositivos de especularidade e circularidade.

Nos movimentos de representação do excluído/exclusão, de um lado, a representação orienta-se no sentido de estranhamento. Este movimento busca retomar aspectos caricaturais, do “grotesco”. Tal como afirmou Sodré, o miserável, o estropiado são grotescos em face da sofisticação da sociedade de consumo, especialmente quando apresentados como espetáculo.

Isso é evidente na gramática da TV e está explícito na exploração desta dimensão humana em programas como *Ratinho*, *Silvio Santos*, *Linha Direta*, etc. Desse modo, a “estranheza” que caracteriza o grotesco coloca-o perto do cômico ou do caricatural, mas também do *kitsch*. Então o grotesco é o mundo distanciado, daí sua afirmação como o estranho e exótico. Estas formas estão também presentes no *JN* em diversas matérias analisadas.

De outro lado, no seu movimento mais comum, busca-se aproximar a exclusão/o excluído do teleleitor, tornando-os familiares, na medida em que os domestica,. Trata-se de pessoas que precisam de ajuda, são bons, trabalhadores. Assim:

Repórter: São gente como Dona Vera.

Repórter: São brasileiros.

Precisam de uma chance e quem deverá ajudá-los são principalmente os sujeitos incluídos, mas também os outros excluídos. Afinal, trata-se de repartir o pão –. Não há aí revolta, há tristeza, mas esta pode ser resolvida com a solidariedade.

Ao mesmo tempo, a assepsia do mundo mostrado silencia a desumanização do excluído, os desdobramentos disso na marginalização, na luta pela sobrevivência que termina por empurrá-los para uma luta pela sobrevivência. Ao contrário disso, os excluídos não brigam entre si mas lutam pela sobrevivência de forma fraterna e as dificuldades quase sempre são superadas. Mais que isso, as dificuldades muitas vezes são postas como ideias falsas dos segmentos integrados. Nesse sentido, vale a pena lembrar a interessante discussão de Baudrillard sobre a questão das estratégias fomentadas pela sociedade de consumo, onde os segmentos menos privilegiados passam a ter algum nível de acesso a parte dos bens produzidos, ainda que a discriminação se faça em diversos momentos de forma distinta, diferenciando os sujeitos não mais a partir de objetos em si mesmos, mas a partir das marcas por estes consumidas.

Com isso, alimentando essa falsa ou limitada integração, o *JN* termina por reforçar para os segmentos excluídos, pelo menos aqueles que se encontram nas escalas mais baixas, uma miragem de integração, insistindo, por exemplo, nos significativos ganhos amealhados pelos camelôs das areias do Rio de Janeiro, da vendedora de cachorro-quente ou dos sacoleiros. Assim, para ilustrar essa estratégia:

Josefa (vendedora de cachorro-quente): *Umm... acho que vendedora de cachorro quente, né? Eu fico parada e tenho muita amizade, muitos cliente [...]*

Nivaldo (vendedor de cachorro-quente): *Ganha mais mas trabalha mais né? 13 horas por dia, né?.*

Repórter: *Só que Reinaldo não reclama. Há dois anos ele deixou a profissão de segurança para arriscar nesse mercado ilegal. No começo era tudo improvisado. Hoje, ele tem um carro com uma cozinha adaptada para a nova função, pequena mas que produz muito.*

Reinaldo: *Na faixa de uns 250 lanches por dia. Dá pra viver, né? Dá pra pagar as contas [...]*

Já na matéria sobre catadores de lata:

Repórter: *Para quem estava acostumada com o requinte da culinária francesa não foi fácil se adaptar ao serviço no lixo.*

Rosemeire (catadora de latas): *Qualquer pessoa estranha. Cheiro forte [...]*

Repórter: *Ex-cozinheira, Rosemeire trabalha hoje numa cooperativa de catadores, na zona oeste do Rio.*

Rosemeire: *Dá pra matar a fome de muita gente, sim. (ri) Até mesmo banco tem muitas pessoas que ganha menos do que eu.*

Repórter: *Luciano, que era vigia de hospital público, não tem do que se queixar.*

Luciano (catador de latas): *Eu ganhava na faixa de R\$ 350,00.*

Repórter: *E hoje?.*

Luciano: *Hoje eu ganho numa faixa de R\$ 800,00, 850,00.*

Repórter: *O aumento de renda também fez com que Radamés mudasse de ramo.*

Radamés (catador): *Eu era barman. (brinca com uma garrafa)*

Repórter: *O ex-barman só volta pro emprego antigo com uma condição:*

Radamés: *Só se fosse uma proposta bem melhor do que essa daqui, a não ser, eu não voltaria.*

Estão, pois, reiterados os bons salários dos trabalhadores informais:

Apresentador: *Uma pesquisa traçou pela primeira vez o perfil dos moradores de rua de São Paulo. São quase nove mil pessoas. Diferentemente do que se imaginava, a maioria deles trabalha e muitas ganham mais de um salário mínimo por mês.*

Roberto (morador de rua): *No fim do mês dá pra salvar uns R\$ 300,00.*

Repórter: *Nem todos ganham como Roberto, mas a pesquisa da FIPE descobriu que a maior parte da renda vem do trabalho. Em São Paulo são quase nove mil moradores de rua e seis em cada dez têm algum tipo de atividade regular.*

Por diversas vezes, ainda que contrariando dados sobre o desemprego e tendência da indústria e outros setores, e mesmo contradizendo a si mesmo, o *JN* reafirma a existência de vagas, sendo necessária muito mais uma atitude do trabalhador de reciclar-se, de adquirir novas competências.

Repórter: *A fila de tão grande é sentada. No Centro de Solidariedade ao Trabalhador em São Paulo as ofertas de emprego até que são fartas: seis mil por dia. Mas só 300 são preenchidas.*

Tadeu de Souza, coordenador do Centro: *Muitas vagas aqui disponíveis, mas as pessoas que vêm aqui não têm a qualificação que exigem nessas vagas.*

Repórter: *Ele não se refere a gente como seu Vitalino: três anos de estudo, analfabeto na prática.*

Seu Vitalino: *Meu estudo é muito pouco.*

Repórter: *A vaga que seu Vitalino quer de faxineiro exige segundo grau. Para emprego melhor, não basta nem o curso técnico. Tem que ser o curso certo. Os empregos migraram da indústria para os serviços. Sempre tem vagas pra secretária bilíngüe, técnico em eletrônica, auxiliar de enfermagem. Mas quem não tem emprego, não tem dinheiro para aprender as novas profissões. Sobra gente na fila do desemprego.*

Uma vez alcançado, o trabalho dignifica e é o caminho para a ascensão, para a não mendicância. O trabalho aparece como opção, como prêmio àqueles que não desistem, aos guerreiros e esperançosos.

Ao mesmo tempo, a exclusão social é vista como uma situação passageira, fruto de um momento vivido em todo o mundo, A perspectiva de futuro mantém-se presente.

Repórter: *Reconstruir a vida exige oportunidade. Esta oficina de arte, mantida pela Igreja Católica, ajudou a tirar da rua 300 pessoas. Elas ga-*

nham casa, comida e um salário. O mínimo para resgatar a dignidade e enxergar o futuro.

José (ex-morador de rua): *Eu pretendo voltar a rever minha filha, minha família. Pretendo ter meu lar [...] meu cantinho. né? Nossa [...]*

Desse modo, o *JN* ocupa-se em apontar as saídas para a exclusão. Conclama os outros brasileiros a se posicionarem diante da pobreza e da fome: é preciso que os bons brasileiros voluntarizem-se. São necessárias ações individuais e/ou de grupos religiosos ou leigos, de organizações civis a-políticas, envolvidas com a questão.

Há nestas operações um efeito de memória do discurso já constituído sobre a exclusão social que valida/consolida um tipo de imaginário instituído pela prática discursiva do *JN*. É um processo discursivo que institui e silencia sentidos. A realidade construída para os excluídos aponta para homens e mulheres que podem e estão mudando de vida. Por sua vez, as consequências mais perversas da exclusão como a marginalidade, a violência, o tráfico de drogas são deslocados.

Nesse processo, evidenciam-se duas formas de silenciamento que, segundo Maingueneau (1998), joga a interincompreensão e a negatização, instalando-se sobre algo que não está dito mas que, pela ausência, pressuposto conforme os limites impostos pela FDB.

Ou seja, se, de um lado, estima-se que para definir o termo exclusão social seria necessário incluí-lo na ordem do político, pensá-lo como um problema central a ser discutido por programas político-partidários, partindo-se de uma leitura da realidade brasileira, quando, objetivado um sistema social e econômico explicitar-se-iam propostas alternativas e discutir-se-iam práticas políticas históricas e atuais, de outro, ao contrário da retomada da formação discursiva política, observamos que a ameaça social não está na exclusão, mas na irresponsabilidade de pais que deixam os filhos se tornarem pedintes. No tráfico de drogas, que, aparentemente, não possui vínculo com a miséria. As causas da pobreza, desse modo, tornam-se dispersas na teia social.

Paralelo a isso, o *JN* põe-se como intermediário do povo brasileiro e a construção de seu etos: trabalhador, bom, ordeiro, pacífico, que vê na ação solidária a solução dos problemas sociais. Orienta seus teleleitores desviando-se quase sempre dos sujeitos políticos, das forças hegemônicas, dos setores que decidem na sociedade, sua posição de aliança dominante torna-se,

vez por outra, ambígua na medida em que aponta deficiências do poder público ou de setores privados como entidades abstratas ou particularizadas, individualizadas, atomizadas.

Algumas consequências que podemos extrair destas observações apontam para a acusação de indivíduos, entidades isoladas, representantes do Estado específicos. Reforça-se pois o poder desses agentes que, como um todo, permanecem intocados. De um modo geral, as matérias indicam que a razão está com os ausentes, aos presentes concede-se o direito de ter esperanças, de aguardar pela ação solidária, de encontrarem soluções individuais, de chamar por Deus.

Assim, por mais que se procure concretizar uma transformação na significação da exclusão, hoje, no *Jornal Nacional*, o gesto interpretativo que retorna é sobretudo da FDB e também o discurso liberal. Produz-se uma narrativa quase sempre homogênea sobre os excluídos. Esta narrativa captura e organiza a trajetória dos sentidos, retira equívocos e lutas, silencia confrontos.

Concluimos por ora que os elementos da cultura tradicional são reforçados através da manutenção de mecanismos linguísticos que, em última instância, reforçam a inércia. Deste modo, o funcionamento discursivo do *JN*, em se tratando do tema exclusão social, caracteriza-se pelo abrandamento das lutas de classe, grupos e/ou segmentos coletivos. Silencia interesses e práticas antagonistas. Silencia os sintomas da degradação social no campo da luta. Com isso, seus desdobramentos mais sombrios como os atos violentos dos marginalizados, a competição bárbara entre si, o abandono, a transgressão, a violação de valores caros às instituições sociais tradicionais como a família e a esfera jurídica são postas como manifestações isoladas.

Ao mesmo tempo, a FDB é silenciada. Em contiguidade e de modo coerente, em geral, a saída apontada é o compromisso, a transigência, materializando-se através do discurso conciliador, do influxo cristão indulgente, operado por mecanismos que visam ao abrandamento da degradação da exclusão.

Considerações Finais

O estudo empreendido propôs como questão central compreender as estratégias discursivas que o *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, lança mão para representar a exclusão social brasileira. Para respondermos esta questão, procuramos articular as formas de representação construídas no interior do discurso deste programa de TV com as formações ideológicas e práticas sociais inscritas na formação social brasileira.

A partir das observações realizadas é possível considerar que, de um modo geral, as representações sociais e suas práticas são mostradas no interior do discurso midiático em geral e no *Jornal Nacional* em particular subordinadas às formações discursivas hegemônicas.

Nesse processo, diversos mecanismos discursivos são acionados. Desse modo, a exclusão pode ser exibida a partir de um mecanismo de naturalização, quando é mostrada a miséria material humana como resultante de tragédias naturais – seca, chuvas, etc. – Através da automatização, no momento em que a exclusão ganha autodeterminação. Ativa-se ainda o mecanismo da personalização, dentre outras estratégias.

Entretanto, observa-se que, ao mesmo tempo em que nestas construções a dor da fome, a falta de moradia, o abandono são revelados, tais adversidades são, simultaneamente, mitigadas através de operações de linguagem que resgatam elementos afirmativos que compõem a formação discursiva brasileira.

Neste percurso, a miséria social pode converter-se em desvio. Isto ocorre quando práticas sociais violentas, ações marginais – como o abandono de crianças, a violência urbana, os menores pedintes/transgressores – são mostrados no *JN* como concernentes a um estatuto próprio de sujeitos desintegrados, perigosos, estranhos a uma identidade supostamente “brasileira”. Ou seja, trata-se, nesse caso, de apontar para uma situação que tende a conceber estes sujeitos como “marginais”, ameaças sociais, sujeitos passí-

veis de repressão pelos aparelhos de Estado. Isto é, trata-se de construir discursivamente o movimento que leva ao estranhamento desse outro na medida em que a familiaridade constituiu um outro conjunto de despossuídos: os bons, ordeiros, trabalhadores, esperançosos.

Por certo, isto se faz na medida em que o discurso telejornalístico assujeita-se à gramática midiática, reforçando a fragmentação, o apagamento de uma certa memória que perpassa as relações entre marginalidade, criminalidade, processo histórico e exclusão social, e resgata uma outra, a qual reforça o abrandamento das tensões sociais e recusa o mal-estar resultante de seu recrudescimento.

De modo geral, há no campo midiático um refluxo na representação do excluído/exclusão, posto que este campo sustenta-se no mundo de *glamour*, do hedonismo, contudo é evidente a emersão do universo da pobreza, da miséria, da feiura, quando este movimento busca retomar aspectos caricaturais, quando permite a emersão do “feio”.

Se, como afirmou Sodré (1981), o miserável, o estropiado são grotescos em face da sofisticação da sociedade de consumo, especialmente quando apresentados como diversão, forma mais evidente em programas televisivos, no *JN* sua representação obedece a formas discursivas que, em boa medida orientam-se na direção de um jornalismo “racional”, de estratégias de exibição “asséptica”. Para isto faz uso, dentre outras estratégias, da convocação de vozes de sujeitos cuja legitimidade está ancorada no conhecimento “técnico”, como especialistas. Assenta-se também na exibição de pessoas “comuns” que trazem um respaldo baseado em uma atuação social.

Um outro movimento revelado no *Jornal Nacional* busca aproximar a exclusão/o excluído tornando-os familiares, na medida em que os domestica. Os pobres brasileiros são, desta maneira, mostrados como pessoas que precisam de ajuda, bons, trabalhadores, necessitam de uma chance para galgar as dificuldades enfrentadas. Este é o mecanismo mais evidente no *JN*.

No bojo destas representações, faz-se mister apresentar os sujeitos materialmente integrados. No momento em que tece esta distinção este jornal apresenta estes últimos como atores que deverão ter um papel importante junto aos pobres, o que se faz, frequentemente, através da ação assistencialista.

Ao mesmo tempo em que a distinção entre excluídos e não-excluídos opera no sentido de revigorar as possibilidades de fraternidade entre desiguais, recorrendo de modo particular ao imaginário fundado em valores cristãos, uma outra operação tende a minimizar a situação de exclusão e um possível recrudescimento entre os indivíduos que se inscrevem neste univer-

so. Isto ocorre na medida em que os pares excluídos são injuncionados quase sempre a ajudar-se mutuamente ao invés de competirem entre si na luta cotidiana pela sobrevivência.

Nessa e em outras operações discursivas, evidencia-se a emergência de condicionamentos religiosos/místicos – a condição de vida, o silenciamento/debilitação da revolta diante da existência. O que aponta para o sentido de que há situações, contudo estas podem e devem ser resolvidas mediante atitudes solidárias, de compartilhamento, de união. Estes fortes elementos da formação discursiva cristã ostentam a ascendência deste simbolismo na formação cultural brasileira e, indissociável disso, no campo midiático.

Se, como já se afirmou, a mídia é o espelho onde a sociedade se olha, é possível no *Jornal Nacional* apresentar uma escala da exclusão – a casa na periferia é melhor que o viaduto na rua, o alimento no restaurante popular faz chorar de alegria aquele que tem aí espaço, guardado. Ao ganhar um ou dois salários mínimos, é possível ao excluído ajudar aqueles que nada têm. Os catadores de latinha gozam de certa concórdia pois obtêm rendimentos e vivem com dignidade.

Indissociável destas construções, opera o mecanismo que expressa uma espécie de assepsia do mundo mostrado, silenciando a desumanização do excluído. Os desdobramentos deste processo transformam a marginalização em possibilidades de atitudes positivas. Com isso, a luta pela sobrevivência que, frequentemente, termina por empurrar homens e mulheres para uma luta diária pela sobrevivência, inclusive entre si, torna-se uma possibilidade de ajuda mútua, inexoravelmente. Com isso, os pobres emprestam os poucos centavos que possuem para que o outro também excluído possa fazer a refeição. Permite que o vendedor de praia regozige-se com o nordestino que vende mercadorias no mesmo espaço, minimizando a disputa na venda de objetos.

Depreende-se daí que diversas operações discursivas são postas em movimento e resultam em processos onde é neutralizada a situação de exclusão. Isto posto, a resultante destas operações é a fragmentação das causas da pobreza e o alinhamento com formações discursivas ascendentes, as quais impedem a emergência da dimensão mais trágica da pobreza e da necessária discussão política.

Não obstante a evidência das condições históricas do discurso jornalístico, este continua a procurar apagar suas posições de *locus* privilegiado de representação do mundo assegurado por representações previamente aceitas, hegemônicas. Silencia com isso seu poder de dizer e fazer circular

evidências, atuando no mecanismo ideológico de reforço a uma suposta estabilidade social.

Apesar disso, ainda que o discurso jornalístico composto na trama do *JN* se recuse a privilegiar a lógica mais evidente da mercadoria televisiva, objetos de programas ficcionais, inserindo-se no espaço de outras estratégias discursivas, a simulação do mundo é evidente através de operações alegóricas e de colagens, oferecendo-se como efeito de sentido a suposta sensação de que as verdades vêm à tona sem a intervenção da gramática midiática e da ação dos seus enunciadores.

Ora, no caso em estudo, uma das mais evidentes consequências dessas operações discursivas relaciona-se ao processo de despolitização do tema exclusão social no *Jornal Nacional*. Essa despolitização do tema dá-se através do deslocamento das causas da exclusão, suas saídas, as tensões dobradas entre classe, os segmentos sociais. Nesse movimento, a formação discursiva brasileira domestica a formação discursiva política. Os sentidos produzidos pela FDP são silenciados pela FDB.

Os interdiscursos que condicionam a formação discursiva levam à produção de “evidências”, traduzindo-se na defesa dos valores tradicionais da família, da propriedade, do trabalho, da harmonia social, da religião e da moral. Estes condicionamentos dependem de processos de significação existentes na memória, no repertório pressuposto como constitutivos do público pelos comunicadores/jornalistas.

Embora as marcas do discurso hegemônico sejam evidentes, podemos auferir valores diferenciados nas diversas posições dos sujeitos, nas diversas vozes convocadas a falar, as quais expõem as disputas de sentido em que se embatem as marcas dos diversos significantes como fome, morte, abandono. Ao mesmo tempo, os sentidos apontam para a solidariedade, mudanças, devir positivo. Ainda assim, em meio a estas tensões, é evidente a predominância de um pensamento dominante e a expressão de um imaginário próprio dos segmentos hegemônicos.

Todas estas operações apontam para o fato de que o excluído tem seu processo de significação marcado pela institucionalização de singulares rituais enunciativos, onde a mobilização de fronteiras da formação discursiva brasileira aponta para o deslizamento dos efeitos de sentido que poderiam ser produzidos a partir de determinadas formas de representação que tenderiam a apresentar a exclusão/excluído nas margens de significantes outros como violência, degradação, morte, etc.

Ao contrário disso, ainda que estas marcas apareçam no processo de construção da referência discursiva da exclusão, estes significantes deslizam em torno de outros, a partir sobretudo de um léxico e de signos icônicos que tendem a operar em torno da domesticação da pobreza.

Nesse processo, no *JN*, o movimento interpretativo que emerge é em especial o da formação discursiva cristã e também fortes elementos do discurso liberal. Assim, produz-se uma narrativa quase sempre homogênea sobre os excluídos. Tais enunciações capturam e organizam a trajetória dos sentidos, silenciando a degradação física e moral, e encerram marginais como ameaças sociais, não como marginalizados.

Enfim, estes processos acontecem mediante o estabelecimento de um diálogo entre os veículos de massa e os elementos da cultura tradicional, condicionados pelas formas conservadoras da consciência histórica dos segmentos dominantes, ainda que, muitas vezes, de modo inconsciente.

Com isso, formas encetadas pelas diversas formações discursivas retornam em momentos distintos, mostrando o excluído subsistindo como herói, esperançoso e como modelo articulado pela estratégia ficcionalizante da indústria cultural.

Nesse sentido, consideramos incontestemente a permanência de relações de poder acionadas através de mecanismos discursivos que reforçam a permanência de um sistema em boa medida inercial, confirmando a ideia vigorosa de uma formação social estável, harmônica, humana, solidária, embora desigual.

Com isso, mobiliza-se a memória tradicional, circular, que traduz a história brasileira como atitude de abrandamento das lutas entre interesses sociais distintos. Inexistência de uma tradição de luta. Silenciamento de aspectos violentos frequentes resultantes de níveis insuportáveis de degradação dos segmentos pobres.

Desta maneira, assim como determinados episódios históricos marcados pela violência continuam, ainda hoje, a ser, em boa medida, silenciados nas diversas arenas enunciativas, sobretudo no espaço institucional da Escola, também o traço violento da exclusão social torna-se, nos interstícios do *JN*, uma manifestação isolada, e que, não raro, deve ser passível de repressão.

Diante destas formas compósitas, porém estáveis, as saídas apontadas para a pobreza quase sempre sinalizam o equilíbrio social; a atitude solidária, o compromisso mútuo em todos os níveis e setores sociais; apontam, enfim, para a transigência.

Processa-se, pois, uma domesticação operada através das imagens e palavras, manifestas através do discurso conciliador, mais do que através da força, da repressão dos aparelhos de Estado, necessários e acionados quando se considera estar posta em risco a tranquilidade social.

As alternativas para os pobres tornam-se factíveis: o mutirão no final de semana para a construção da casa própria, o treinamento ofertado pela Força Sindical para a recuperação do emprego, a esperança de um futuro melhor após sobreviver ao incêndio da favela.

Revela-se o espírito de conciliação, acionado para silenciar os sintomas violentos e degradantes que possam emergir da exclusão. Com isso, emergem marcas de um social estável, que, por sua vez, deve ser preservada por todos os seus membros, independentemente da situação na escala social.

Consciente ou inconscientemente, de um modo geral, os profissionais da comunicação do *Jornal Nacional* posicionam-se em consonância com estes valores. As marcas desta posição são visíveis nas vozes de apresentadores e repórteres observados atentamente ao longo deste estudo.

Além disso, nos interstícios desta lógica, há o reforço repetível em torno da ideia de um dever produtivo, positivo, o que pode indicar um processo de distorção da realidade, em que, mais uma vez, silenciam-se marcas do real da exclusão e eleva-se o desejo de futuro. Este mecanismo caracteriza-se pela adjetivação apologética, pela exaltação da luta diária dos despossuídos, sua ação pacífica e bondosa.

Este futuro suposto, contido em um presente imaginário, reforça os mecanismos de dominação de uma formação social onde imaginários são mobilizados em torno de ideais que visam apagar ou ao menos minimizar a realidade cruel da exclusão.

Como parte importante destas estratégias discursivas, a exclusão social é naturalizada. Estes modos de dizer concorrem, portanto, para subsumir formas de silenciamento sobre as questões sociais como um processo histórico, inscrito em uma discussão de natureza eminentemente política. Concorrem ainda para um processo de simplificação do fenômeno da exclusão social. Há, pois, um isolamento da causa e de grande parte da dimensão de seus desdobramentos sociais.

Enfim, como parte deste processo, instaura-se um tratamento genérico da exclusão, levando à generalização e à associação frequente entre, de um lado, tráfico de drogas, crime, abandono, como transgressão de sujeitos ameaçadores; de outro, pobreza, bondade, esperança, como valores concernentes à ética do trabalho.

Importa-se a crença numa intervenção capaz de aglutinar forças e resolver, ainda que morosamente, o problema da pobreza: a ação solidária. Com isso, a dimensão política propriamente dita permanece no limbo.

Concernente a todo este processo circular de comunicação, o sujeito (tele)leitor, ponto de partida e de chegada do texto jornalístico, é levado a se identificar, através da mediação do *JN*, com histórias, casos, tragédias de sujeitos marginalizados, pessoas anônimas. Nesse processo, seu gesto de leitura tende a ser marcado pela ausência do Estado e o reforço das atitudes voluntárias e das saídas individuais.

Evidentemente, ao enunciar o telejornal procura integrar-se com o teleleitor. O pacto comunicativo intenta realizar-se sob a modalidade de levar o tele(leitor) a crer no que está sendo dito. Neste processo há uma suposta atitude do tele(leitor), algo que corresponde a um querer crer deste tele(leitor). Há, pois um pacto, um contrato com enunciadores e enunciatários.

Assim, o enunciador em geral volta-se para telespectadores genéricos, o que não impede a tentativa de sua identificação. Nesse processo de identificação, o teleleitor é exortado não apenas a tomar consciência da exclusão, mas a participar de ações para enfrentá-la. Para isso, são acionadas diversas modelizações para não apenas orientar os modos como a exclusão deve ser vista, mas como deve ser enfrentada. O sujeito leitor é tornado cúmplice e, talvez, culpado; daí, de sua culpa, a exigência da ação solidária.

Por certo, nesta operação, a enunciação jornalística entranha-se a formações discursivas como solo imaginário da construção da exclusão social brasileira. Com isso, na enunciação, reitera um nós, projeta-se uma cumplicidade com o leitor-ideal e uma identificação com os bons, sensatos, verdadeiros brasileiros ao mesmo tempo em que designa e mesmo hostiliza aqueles considerados violentos, ameaçadores.

Depreendemos, portanto, que, em última instância, a operação fundamental mobilizada neste complexo processo de representação da exclusão social no *Jornal Nacional* sustenta-se no fato de que jornalistas e teleleitores tendem a coincidir na forma de significação da imagem do excluído e da exclusão. A posição discursiva de onde este “nós” enuncia parece coincidir com a posição do sujeito leitor. Não se trata, pois, só, de uma estratégia de sedução dos leitores. Ou seja, a posição enunciativa institucional jornalística se aglutina àquela representada como sendo a dos teleleitores.

Nesse movimento, o *Jornal Nacional* orienta seus teleleitores em suas ações, o que é feito através da escolha lexical que remete para um futuro suposto e um presente em movimento – destino, esperança, fé, solidarieda-

de – da utilização de modalização via adjetivações – destino de grandeza, doce sonho, – distribuindo os espaços de sujeito do bem, e que, portanto, merecem uma chance, e sujeitos do mal que representam a anomia.

Podemos depreender através da observação destes mecanismos que comunicadores e leitores se situam no campo do mesmo, isto é, ambos tendem a reafirmar de modo recorrente a memória de valores ancorados nos valores tradicionais, ancorados na harmonia social, na transigência.

Assegura-se, portanto, um mundo semanticamente estabilizado onde empresários, donas de casas, crianças, pessoas solidárias concorrem para a paz social e o fim da pobreza. As consequências daí extraídas apontam para operações de linguagem que constituem a representação social da exclusão social no *Jornal Nacional* que reforçam um imaginário dos segmentos dominantes, homogeneizadores do mundo da exclusão.

Assim, “o efeito real” é um desdobramento resultante de um modo de dizer que se pretende fundado na realidade, como se não houvessem mediações de toda natureza. No fenômeno estudado de algum modo afirma positivamente a “brasilidade” evocando significantes como cordialidade, solidariedade, índole dócil, religiosidade cristã, apego à moral e bons costumes, defesa da família, da propriedade privada, capacidade de discernimento entre o bem e o mal.

Portanto, o discurso jornalístico configurado no *JN* sobre a exclusão em boa medida silencia o debate político ao incorporar um fechamento de sentidos em torno de formações discursivas que constituem a Formação Discursiva Brasileira.

Tais mecanismos não são impostos de cima para baixo, mas articulam os conteúdos e formas produtivas de objetos específicos do campo midiático com as formações ideológicas e práticas institucionais da sociedade, amalgamam-se em torno de uma cumplicidade tácita entre aqueles que falam do interior da vitrine doméstica e outros tantos dispostos na sala de estar, ainda que pareçam tocar-se somente através do cristal evanescente.

Referências

- ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1994.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, p. 25-42, jul./dez. 1990.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. *A mídia e as eleições de 1998 no Brasil*. [S.l.: s.n.], 2000. Mimeografado.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- BOLAÑO, César Ricardo S. Estratégias de programação das redes de televisão no Brasil na segunda metade dos anos 80. *Cadernos UFS: Comunicação*, Aracajú, n. 4, p.147-159, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. O império do jornalismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 mar. 1997a. Caderno Mais!
- _____. *Sobre a televisão: seguido de, A influência do jornalismo; e, Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997b.
- CAPARELLI, Sérgio. *Televisão e capitalismo no Brasil: (com dados da pesquisa da ABEPEC)*. Porto Alegre: L&PM, 1982.
- CARVALHO, Elisabeth; KEHL, Maria Rita; RIBEIRO, Santusa Naves. *Televisão*. Rio de Janeiro: Europa Ed., 1980. (Anos 70)

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura, 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. De alianças, atrasos e intelectuais: o público e o privado entram em questão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 abr. 1990. Caderno Mais, p. 6-8.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ECO, Umberto. *Obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. Cambridge: Policy Press, 1992.

FARIA, Antonio Augusto Moreira de. Cristianismo e marxismo em dois discursos sobre trabalhadores. In: MAGALHÃES, Maria Izabel Santos (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Ed. da UnB, p. 401-412, 1996.

FAUSTO NETO, Antonio. A deflagração do sentido. *Revista Textos*, Fase 2, n. 27, p. 58-80, 1992.

_____. *Comunicação e mídia impressa: estudos sobre a AIDS*. São Paulo: Hacker, 1999.

_____. *Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazuzu no discurso da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1990.

_____. *Telejornais e produção da política: estratégias discursivas e eleições presidenciais*. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, M. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FONSECA, Marcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

- FRIGERIO, Alejandro. La contrucción de problemas sociales: cultura, política y medios de comunicación. *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.137-149, 1997.
- GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, M. *La langue introuvable*. Paris: F. Maspero, 1981.
- GÁRCIA CANCLINI, Néstor. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- GIOVANNINI, Giovanni. *Evolução na comunicação do sílex ao silício*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- GOMES, Wilson. Informação, ética e democracia. *Pauta Geral*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 112-119, jan./dez. 1995.
- GÓMEZ, Hernán. Las noticias como ámbitos de construcción de hegemonia discursiva. *Comunicação & Política*, v. 4, n. 1, p. 62-79, 1997.
- GUEDES, Olga; PAULA, Silas de. Sociedade da informação: o futuro (im)perfeito. *Revista Fronteiras*, São Leopoldo, RS, v. 1, n. 1, p. 131-144, 1999.
- HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- INDURSKY, Freda. A fala dos quartéis e as outras vozes. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.
- JACKS, Nilda; TUFTE, Thomas. Televisão, identidade e cotidiano (parte de um projeto integrado). In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria Ghislene; PINTO, Milton José (Org.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 99-106.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- KEHL, Maria Rita. Imaginar e pensar. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- LIMA, Maria Emília Amarante Torres. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1990.

LIMA, Venício Artur de. A televisão e a política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 11, p. 29-54, abr./jun., 1990.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Brasil: os anos de autoritarismo: TV e vídeo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MAGALHÃES, Maria Izabel Santos (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Ed. da UnB, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: (jornalismo como produção social da segunda natureza)*. São Paulo: Ática, 1986.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARIANI, Bethânia Sampaio Correa. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Campinas, SP: Rio de Janeiro: Ed. da Unicamp; Revan, 1998.

MARTIN BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. México: Ediciones G.Gilli, 1987.

MARTINS, André R N. O discurso da imprensa sobre os militares. In: MAGALHÃES, Maria Izabel Santos (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Ed da UnB, 1996. p. 413-425.

MATOS, Rita de Cássia Aragão. *A orgia dos objetos: um estudo sobre televisão, publicidade e excluídos*. 1995. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 1995.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988. (Novas buscas em comunicação; v. 24)

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. As revistas semanais: o Esopo moderno. In: MAGALHÃES, Maria Izabel Santos (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Ed. da UnB, 1996. p. 367-385

MICELI, Sergio. *A noite da madrinha*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

MIRANDA, Ricardo; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Televisão: as imagens e os sons : no ar, o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (O nacional e o popular na cultura brasileira)

MOTA, Célia Maria Ladeira. O discurso popular na TV: o programa Aqui, Agora. In: MAGALHÃES, Maria Izabel Santos (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Ed. da UnB, 1996. p. 495-502

MOTTA, Luiz Gonzaga. As relações entre o real e o simbólico. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 305-319

MOUILLAUD, M. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: _____; PORTO, Sérgio (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997a. p. 49-84

_____. Preliminares. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, M. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997b.

NEPOMUCENO, E. A construção da notícia. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1987;

_____. *Análise de discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. *Discurso e leitura*. Campinas, SP: Cortez; Ed. da Unicamp, 1999.

_____. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. (Org.). *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

_____. (Org.). *Discurso fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1988.

PEREIRA, Luis. *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo: Pioneira, 1975.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo E. Vizeu. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2000.

PINTO, José Milton. *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hacker, 1999.

- PORTO, Mauro. Novas estratégias políticas a Globo? O *Jornal Nacional* antes e depois da saída de Cid Moreira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 22., Rio de Janeiro, RJ., 1999. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1999. Mimeografado
- ROCCO, Maria Thereza Fraga. *A linguagem autoritária: televisão e persuasão*. São Paulo: Summus, 1989.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães. *A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo*. São Paulo: Mauad, 1995.
- RODRIGUES, Adriano D. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1993.
- ROMANO, Maria Carmem Jacob. Análise da composição textual das telenovelas. In: FAUSTO NETO, Antonio; PINTO, Milton J. (Org.). *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Mídia e política no Brasil*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.
- _____. (Org.). *Idade mídia*. Salvador: EDUFBA, 1995.
- _____.; AZEVEDO, Fernando Antonio. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. *Lua Nova*, n. 43, p. 189-216, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- SERRA, Antonio A. *O desvio nosso de cada dia: a representação do cotidiano num jornal popular*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- SIMÕES, Inima Ferreira; COSTA, Alcir Henrique; KEHL, Maria Rita. *Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- _____. *Televisão e psicanálise*. São Paulo: Ática, 1987.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- TILBURG, João. *Televisão e o mundo do trabalho*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. *La noticia como discurso, comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.

VILCHES, Lorenzo. *Manipulación de la información televisiva*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.

_____. *Teoría de la imagen periodística*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

WEBER, Maria Helena. As eleições presidenciais de 1989 nas telenovelas da Globo (pedagogias de despolitização e desqualificação da política nacional). In: *Comunicação e os espetáculos da política*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1994.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Theodoro Ezequiel (Org.). *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1995.

COLOFÃO

Formato	17 x 24 cm
Tipologia	Souvenir
Papel	75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 250 g/m ² (capa)
Impressão	Setor de Reprografia da EDUFBA
Capa e Acabamento	Gráfica Cartograf
Tiragem	400 exemplares